



Medianeira Souza | Andrea S. Moraes | Hervickton Israel de O. Nascimento  
Marília Teixeira | Rosemberg G. Nascimento (orgs.)

# Sintaxe

EM *f*OCO





Medianeira Souza | Andrea S. Moraes | Hervickton Israel de O. Nascimento  
Marília Teixeira | Rosemberg G. Nascimento (orgs.)

# Sintaxe

EM *f*OCO

Coleção *L* Letras

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

edições eletrônicas

PG LETRAS - UFPE  
Recife, 2012

Copyright © Medianeira Souza | Andrea S. Moraes | Hervickton Israel de O. Nascimento  
Marília Teixeira | Rosemberg G. Nascimento (orgs.)

Reservados todos os direitos desta coleção. Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem  
autorização expressa do autor.

## CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Karla Vidal e Augusto Noronha (Pipa Comunicação - [www.pipacomunicacao.net](http://www.pipacomunicacao.net))

## REVISÃO TÉCNICA

Medianeira Souza, Andrea S. Moraes, Hervickton Israel de O. Nascimento, Marília Teixeira e  
Rosemberg G. Nascimento

EDIÇÃO  
PPGL  
U F P E

Universidade Federal de Pernambuco - Centro de Artes e Comunicação  
Rua Acadêmico Hélio Ramos, s/n, Cidade Universitária  
Cep: 50740-530 - Recife/PE - Brasil  
(81) 2126.8312 - 2126.8767  
[pgletras@ufpe.br](mailto:pgletras@ufpe.br) - [www.ufpe.br/pgletras](http://www.ufpe.br/pgletras)

*Catálogo na fonte*  
*Andréa Marinho, CRB4-1667*

---

S618      Sintaxe em foco / [Organizado por] Medianeira Souza...[ et al]. – Recife:  
PPGL / UFPE, 2012.  
447 p.: il. \_ (Coleção e Letras)

ISBN 978-85-98968-24-7

1. Linguística. 2. Língua Portuguesa - Sintaxe. 3. Análise Linguística.  
Souza, Medianeira (org.). II. Moraes, Andrea S (org.). III. Nascimento, Hervickton  
Israel de O (org.). IV. Teixeira, Marília (org.). V. Nascimento, Rosemberg G (org.).  
VI. Título.

410 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC2012)

---

**Organizadoras:**

Evandra Grigoletto (UFPE)

Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE)

**Conselho Editorial**

Alfredo Cordiviola (UFPE)

Benedito Bezerra (UIPE)

Denize Elena Garcia da Silva (UNB)

Julio César Araújo (UFC)

Maria Antónia Coutinho (Universidade de Nova Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Univ. de Coimbra)

Maria Augusta Reinaldo (UFCG)

Regina Lúcia Peret Dell'Isola (UFMG)

Sandra Helena Dias Melo (UFRPE)

Sandra Luna (UFPB)

Saulo Neiva Coelho (Univ. Blaise-Pascal - Clermont-Ferrand II)

Sebastião Alves Teixeira Lopes (UFPI)



# Sumário

## Apresentação

### **EM FOCO, A SINTAXE**

Medianeira Souza e Angélica Furtado

**13**

## **PARTE I / Funcionalismo norte-americano**

### **A LINGUÍSTICA CENTRADA NO USO (OU LINGUÍSTICA COGNITIVO-FUNCIONAL)**

Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN)

**31**

### **GRAMÁTICA EMERGENTE E GRAMATICALIZAÇÃO: O CASO DA CONSTRUÇÃO [PEGAR OD E]**

Maria Alice Tavares (UFRN)

**55**

### **DESENVOLVIMENTO DE MARCADORES SEMÂNTICO-PRAGMÁTICOS À LUZ DA GRAMATICALIZAÇÃO**

João Bosco Figueiredo Gomes (UERN)

**75**

## **PARTE II / Linguística Sistêmico-Funcional**

### **A HIPOTAXE ADVERBIAL NA CONVERSAÇÃO; RELAÇÕES DE CAUSALIDADE**

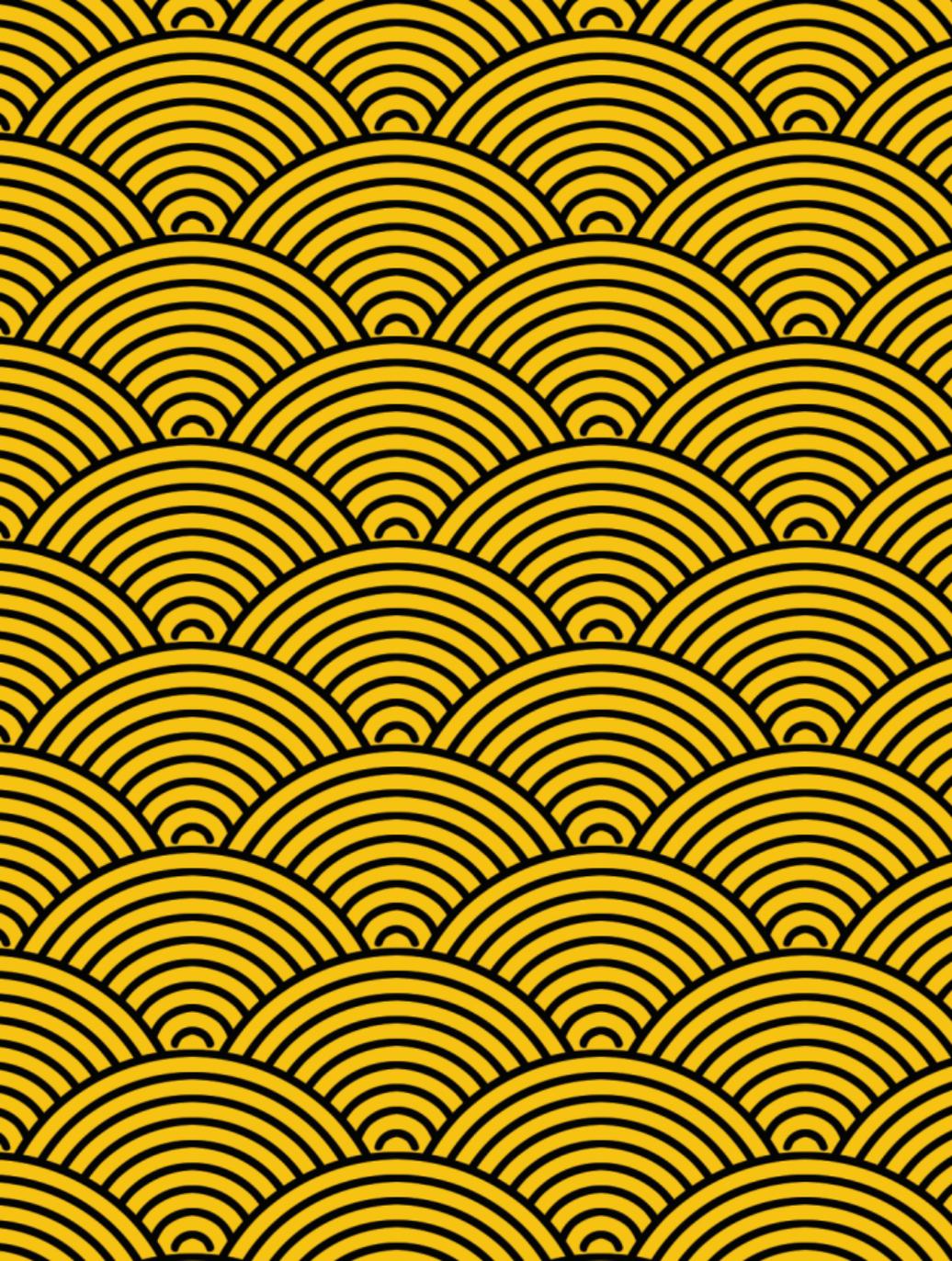
Ana Lima (UFPE)

**117**

<b>DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO NO GÊNERO EDITORIAL: TRANSITIVIDADE E PROCESSOS RELACIONAIS</b> Medianeira Souza (UFPE)	<b>149</b>
<b>APLICABILIDADE DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL A IN-DOORS</b> Ângela Maria Torres Santos (UFPE)	<b>181</b>
<b>PREVISÕES EM HORÓSCOPOS: O SISTEMA DE TRANSITIVIDADE NAS REPRESENTAÇÕES DE FUTURO</b> Emanuel Cordeiro da Silva (UFPE; UFRPE)	<b>203</b>
<b>SOBRE PECADOS, CONFISSÕES E PRESCRIÇÕES: UMA ANÁLISE SISTÊMICO-FUNCIONAL DA TRANSITIVIDADE EM UM DOCUMENTO QUINHENTISTA</b> Hervickton Israel de Oliveira Nascimento (UFPE)	<b>227</b>
<b>UM ESTUDO SISTÊMICO-FUNCIONAL DOS RECURSOS INTERPESSOAIS DA LINGUAGEM NO GÊNERO EDITORIAL</b> Lucélio Dantas de Aquino (UFRN)	<b>251</b>
<b>AS CIRCUNSTÂNCIAS DO MODELOS SISTÊMICO-FUNCIONAL</b> Wellington Vieira Mendes (UERN)	<b>271</b>

## **PARTE III / Sintaxe Visual**

- |   |            |
|---|------------|
| <b>REFAZENDO OS PERCURSOS DA GRAMÁTICA VISUAL</b><br>Danielle Barbosa Lins de Almeida (UFPB)  | <b>305</b> |
| <b>O QUE ESTÁ EM CARTAZ? OS ELEMENTOS VISUAIS<br/>NO GÊNERO PÔSTER DE FILME</b><br>Andrea Silva Moraes (UFPE)                                   | <b>317</b> |
| <b>O PODER DISCURSIVO DA IMAGEM: UMA ANÁLISE<br/>SÓCIO-SEMIÓTICA DE EDITORIAIS DE REVISTA</b><br>Francisco Roberto da Silva Santos (UERN)       | <b>343</b> |
| <b>A FUNÇÃO COMPOSICIONAL EM ENQUETES DO CQC</b><br>Nadiana Lima da Silva (UFPE)  | <b>375</b> |
| <b>DO VERBAL AO VISUAL: UMA ANÁLISE<br/>MULTIMODAL DE INFOGRÁFICOS SOB A ÓTICA<br/>SISTÊMICO-FUNCIONAL</b><br>Rosemberg Gomes Nascimento (UFPE) | <b>409</b> |







# Em foco, a Sintaxe

Medianeira Souza (UFPE) e Angélica Furtado (UFRN)

Esta publicação tem como objetivo oferecer ao público estudos em sintaxe funcionalista nas vertentes norte-americana, sistêmico-funcional e visual, resultantes de aprofundamento teórico-analítico de trabalhos apresentados no Seminário *Sintaxe em Foco*. Esse evento, ocorrido em dezembro de 2011 na Universidade Federal de Pernambuco e promovido pela Pós-Graduação em Letras/PGLetras/UFPE, com apoio da Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação/PROPESQ e do Núcleo de Investigações sobre Gêneros Textuais/NIG, foi organizado pela professora Maria Medianeira de Souza, ministrante da disciplina Sintaxe, conjuntamente com os discentes Andrea S. Moraes, Hervickton Israel de Oliveira Nascimento e Rosemberg Gomes Nascimento. A apresentação dos trabalhos acadêmicos resultantes da mencionada disciplina, ao lado de pesquisas de professores convidados, teve o propósito de dar visibilidade a essas áreas de estudo, bem como fomentar a discussão em torno das propostas dessas correntes teóricas.

O Seminário *Sintaxe em Foco*, nascedouro dessa publicação, contou com a participação de: (i) discentes do PGLetras da UFPE; (ii) convidados que colaboraram com a disciplina Sintaxe apresentando recortes de suas dissertações; (iii) expositores convidados, cujos trabalhos de pesquisa enquadram-se nas vertentes funcionalistas acima aludidas; e (iv) pesquisadores funcionalistas de renome que possibilitaram à audiência a introdução e/ou o aprofundamento dos pressupostos fundamentais dos

## Sintaxe em *foco*

quadros teóricos adotados em seus respectivos campos de atuação, como também mediaram o debate sobre definições, ideias, análises e interpretações expostas durante o evento.

Em sua primeira edição, o Seminário *Sintaxe em Foco* contemplou estudos sintáticos (sem obviamente tomar o componente sintático como autônomo) que se inserem na perspectiva funcionalista, sejam de cunho linguístico, sejam de cunho visual, colocando em evidência esse componente organizacional e combinatório tão caro às línguas naturais, a Sintaxe. Uma das expectativas é a de que, em outros momentos, estudos sintáticos sob outra(s) perspectiva(s) também venham a constituir o objeto desse evento e, assim, dar continuidade a esse projeto de divulgação dos trabalhos sobre sintaxe, produzidos no âmbito do PGLetras/UFPE, nas universidades vizinhas e/ou nas universidades brasileiras de um modo geral.

Nesta publicação, norteados pelo funcionalismo como abordagem da linguagem que compreende a língua como realizadora de funções, o foco analítico recai nos usos linguísticos em situação de interação, em um contexto social determinado. Os trabalhos aqui reunidos analisam, quase em sua totalidade, gêneros textuais diferenciados, abarcando desde o clássico editorial, passando por horóscopo, documento histórico, histórias em quadrinhos, até gêneros como *blogs*, pôsteres de filmes, enquetes de programa televisivo, infográficos, entre outros. Tais estudos oferecem ao leitor uma diversidade analítica que nasce na sintaxe, seja a de vertente norte-americana, seja a sistêmica, seja a visual, e se espalha para outros componentes linguísticos, como o semântico e o pragmático. Assim, um aspecto tão caro às orientações funcionalistas – a interação – tem sua importância consolidada. Nesse sentido, os textos dessa publicação são enriquecedores dos paradigmas adotados como pressupostos teóricos na medida em que comprovam esses pressupostos e proporcionam análises distintas, de acordo com o fenômeno focalizado e o gênero investigado. Nessa

perspectiva, esses estudos podem tornar-se instrumentos de compreensão desses gêneros e dos aspectos sintáticos neles investigados.

Além dos autores que participaram do *Sintaxe em Foco*, outros estudiosos foram convidados a apresentar suas reflexões, de modo que universidades distintas como a UFPE, UFPB, UFRN, UERN, dialogam nessa publicação, aproximando pontos de vistas e, dessa forma, enriquecendo o cenário funcionalista brasileiro. Ao mesmo tempo, este material dá continuidade ao projeto Coleção Letras Edições Eletrônicas, em formato *pdf* e *flipbook* do Programa de Pós-Graduação em Letras/UFPE. Sob o formato de livro digital, indubitavelmente, ficará acessível a uma enorme quantidade de leitores que hoje se valem dessa mídia para realizar suas leituras e, assim, complementar e enriquecer sua formação.

O *e.book Sintaxe em Foco* está organizado de acordo com as três áreas temáticas constitutivas do evento do qual tal publicação se deriva: o funcionalismo norte-americano, a linguística sistêmico-funcional e a sintaxe visual, de modo que o leitor poderá seguir a ordem apresentada, alternar entre as três vertentes ou eleger uma delas para conduzir a sua incursão pelo *e.book*.

A primeira sessão reúne textos que seguem a orientação da Linguística Funcional Norte-Americana. Nesse quadro, as análises linguísticas tomam por base os enunciados concretos produzidos pelos falantes, admitindo que a gramática se molda a partir do uso linguístico que se dá em situações sociocomunicativas. A gramática é, pois, vista como o resultado da cristalização ou regularização de estratégias discursivas recorrentes, que decorrem de pressões cognitivas e, sobretudo, de pressões de uso. As regularidades observadas no uso interativo da língua são explicadas com base nas condições discursivas em que se verifica esse uso. Portanto, os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes.

Nessa sessão encontramos três trabalhos contemplando os temas funcionalismo/cognição; gramática emergente/gramaticalização; e gramaticalização/linguística sistêmico-funcional.

O capítulo que abre a primeira sessão e a coletânea, de Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN), é intitulado *A Linguística centrada no uso (ou Linguística Cognitivo-Funcional)*. No dizer da autora, essa corrente “focaliza uma tendência funcional de abordagem das línguas, (...) O termo designa a junção da Linguística Funcional à Linguística Cognitiva, resultando numa Linguística Cognitivo-Funcional. Essas duas correntes compartilham vários pressupostos teórico-metodológicos, como a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a concepção de língua como um complexo mosaico de atividades cognitivas e sociocomunicativas, a não distinção entre léxico e sintaxe (...), entre outros”.

O segundo capítulo, de autoria de Maria Alice Tavares (UFRN), *Gramática emergente e gramaticalização: o caso da construção [pegar OD e]*, trata do caso da construção [SUJi PEGAR ODj E SUJi V2 ODj] – ou, simplesmente, [PEGAR OD E], sob a ótica da gramaticalização, compreendida esta como um “processo de emergência de novas construções gramaticais”, observando o pressuposto de que “a gramática, na perspectiva emergente, é uma atividade em tempo real”. Tal construção é analisada em dados do português brasileiro contemporâneo, e, após verificar que se trata de uma estratégia de construção do discurso que aparece com frequência na fala de diferentes indivíduos, a autora conclui que [PEGAR OD E], “é frequente no português brasileiro contemporâneo, além de ser relativamente fixa em termos estruturais, indícios de que se trata de uma construção gramatical com certo grau de rotinização”.

No último capítulo da sessão, *Desenvolvimento de marcadores semântico-pragmáticos à luz da gramaticalização*, o autor João Bosco Figueiredo Gomes (UERN) “considerando nebulosa a diferença entre

*operadores argumentativos e marcadores ditos “discursivos”* (MDs) apresenta algumas discussões e achados relativos ao desenvolvimento desses itens e construções linguísticas relacionados à gramaticalização, sobretudo no tocante aos aspectos semântico-pragmáticos envolvidos nesse processo”. Baseado em estudos de Heine e König (1991), Heine *et al.* (1991), Traugott (1995/1997), Fraser (1988), Martelotta (1996), Gorski *et al.* (2004) e Figueiredo-Gomes (2008), o autor conclui que ambos estão presentes em um mesmo *continuum* de desenvolvimento da gramaticalização e que os MDs desempenham, pois, uma tarefa metatextual, permitindo que os falantes mostrem suas avaliações não sobre o conteúdo que é dito, mas sim sobre o modo como ele é posto.

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) guia os trabalhos apresentados na segunda sessão desse livro digital. Elaborada e desenvolvida por Halliday (1985, 1994, 2004) e seguidores, a LSF reflete uma abordagem dos usos da língua enquanto escolhas. Dedicar-se a compreender a gramática de uma língua a partir do uso dessa gramática em contextos sociais e contextos de situação. Desse modo, opõe-se aos estudos formalistas, já que o foco sistêmico-funcional são os usos linguísticos que promovem a interação entre os usuários. Para Halliday, a língua se organiza em torno de duas possibilidades alternativas: a cadeia (o sintagma) e a escolha (o paradigma). Uma gramática sistêmica é, sobretudo, paradigmática, pois coloca as unidades sintagmáticas como realização e as relações paradigmáticas como nível profundo e abstrato. A consideração do nível sistêmico implica levar em conta escolhas entre os termos do paradigma com a ideia de que cada escolha produz significados. Guiada por essa abordagem linguística, a segunda sessão é composta de sete capítulos.

No primeiro deles, *A hipotaxe adverbial na conversação; relações de causalidade*, a professora Ana Lima (UFPE), analisa “a ocorrência de orações hipotáticas como uma opção do falante para compor o seu discurso,

e não como uma exigência da estrutura argumental de um dos constituintes oracionais. Com base principalmente nos estudos de Halliday (1985) e Mathiessen e Thompson (1988), esse trabalho objetiva apresentar alguns resultados de investigação sobre as construções que têm sido chamadas pela tradição gramatical de “orações adverbiais”, com foco naquelas estruturas que veiculam relações de causalidade. Analisando dados do Projeto NURC, a autora demonstra que “do ponto de vista gramatical, então, a hipotaxe adverbial se configura como a inter-relação entre uma oração nuclear e uma oração satélite, de natureza adverbial (...). Do ponto de vista discursivo, a hipotaxe adverbial se apresenta como um dos mecanismos que o falante pode empregar para articular duas ou mais orações, de tal modo que dessa articulação se possa depreender um sentido, que não representa simplesmente a soma dos sentidos de cada oração em particular. A análise realizada evidenciou que a “bagagem semântica” resultante do inter-relacionamento entre um núcleo e um satélite não existe *a priori*, mas é gerada na situação interativa (e a partir dela), quando falante e ouvinte constroem conjuntamente o texto conversacional.

No segundo capítulo, *Definição, classificação e categorização no gênero editorial: transitividade e processos relacionais*, Medianeira Souza (UFPE), investiga que papéis cumprem os processos relacionais do sistema de transitividade na construção da opinião no editorial. A classificação e a análise pautaram-se nos pressupostos da LSF (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004), para quem a língua é um sistema semiótico no qual se combinam diversas escolhas que levam em conta o gênero, o registro e a situação. A transitividade, então, desempenha papel fundamental na organização do conteúdo, considerando-se que cada escolha no sistema de transitividade adquire seu significado em relação a um conjunto de outras que se poderia fazer (cf. EGGINS, 1995). Através da análise dos processos relacionais e de seus participantes, investiga as relações estabelecidas no

texto para poder interpretar a maneira como as opiniões são representadas no editorial, de modo a constituir a tese defendida. A autora conclui que os processos relacionais classificam e definem entidades materialmente construídas, configurando-se, portanto, como uma força argumentativa poderosa para realizar o ponto de vista institucional que os editoriais expõem. Afirma ainda que, sem classificar e sem definir, não há como assumir uma opinião.

No capítulo, *Aplicabilidade da Linguística Sistemico-Funcional a in-doors*, terceiro trabalho dessa sessão, Ângela Maria Torres Santos (UFPE) direciona suas observações analíticas para o texto como unidade de comunicação discursiva, como forma linguística de interação social. Para isso, faz um recorte na proposta hallidayana, procurando analisar o sistema de dados do contexto social atrelado aos *in-doors*, denominação determinada pela autora por analogia com *out-doors*, já que aqueles constituem uma estampa única sobreposta às portas externas dos elevadores, ou estão localizados em saguões de prédios públicos e privados. Analisa, ainda, no sistema linguístico, aspectos da transitividade responsável pela constituição semântica da metafunção ideacional. A análise dos *in-doors* leva em consideração o fato de que todo ato discursivo é dialógico, no qual se pressupõe uma negociação entre falante e ouvinte, uma relação biunívoca entre dar e pedir informações ou bens e serviços. A autora demonstra que, nos textos analisados, estruturados em cláusulas simples e complexas, pode-se perceber, de forma imbricada, a representação das experiências do mundo físico e do mundo mental do autor (metafunção ideacional). A conclusão da análise global da transitividade dos *in-doors* é esclarecedora da construção dos sentidos, quando se percebe o predomínio de processos mentais, possibilitando detectar valores e desejos do autor dos textos, já que esses processos ativam sentimentos e avaliações humanas.

Com o capítulo *Previsões em horóscopos: o sistema de transitividade nas representações de futuro*, quarto trabalho orientado pela LSF, Emanuel Cordeiro da Silva realiza “uma análise da mobilização dos mecanismos do sistema de transitividade da língua portuguesa na construção de imagens em previsões apresentadas no gênero textual horóscopo”, tomando como *corpus* 96 textos do referido gênero, publicados em revistas diversificadas. O autor apresenta esse gênero como constituído por três partes: “a apresentação de momento, as previsões e as recomendações. Todavia, o trabalho de análise se detém às previsões, posto que, por corresponderem à parte de maior valor imagético, elas se apresentam como um *locus* bastante profícuo ao estudo das orações enquanto representação”. Suas conclusões demonstram que “a modelagem das orações é determinada por um contexto de situação em que as previsões devem não só se vincular a âmbitos da vida particular, como também devem possuir valores de significação bastante genéricos. Tais aspectos convergem para as necessidades discursivas dentro das quais se dá a construção das imagens representadas na arquitetura das orações encontradas nas previsões dos horóscopos”.

De orações adverbiais na conversação e orações relacionais no gênero editorial, passando pelo gênero *in-door* e pelo gênero horóscopo, chega-se ao gênero documento histórico no quinto capítulo: *Sobre pecados, confissões e prescrições: uma análise sistêmico-funcional da transitividade em um documento quinhentista*. Nele, Hervickton Israel de Oliveira Nascimento (UFPE) “analisa a transitividade no *Breue memorial dos pecados e cousas que pertencẽ ha cõfissão*, publicado no ano de 1521, de autoria de Garcia de Resende. Para tal, faz “uma contextualização geral do momento de produção do documento e também um apanhado teórico-metodológico da transitividade dentro da Linguística Sistêmico-Funcional” e, dada a natureza filológica do trabalho, aborda sucintamente o percurso da filologia no Brasil e suas divergências e convergências com a linguística. O autor destaca, ao

final de seu texto, quão interessante é “o uso do sistema de transitividade presente em quase toda a lista de pecados no *Breue memorial*, o que nos faz acreditar que materializar o pecado textualmente utilizando a sua forma em SN não produz tanto efeito de sentido como marcá-lo como ação, no verbo, por meio dos processos”. Constatado o total de ocorrências dos tipos de processos do sistema de transitividade, correlaciona a predominância dos processos materiais à natureza prescritivo-normativa do documento, o qual dita as formas de conduta de uma sociedade. Em relação à tentativa de “apresentar uma ‘nova forma’ de se fazer estudos diacrônicos na língua” afirma que “não é fácil aliar, em pesquisas desta natureza, aspectos sociais e linguísticos. Porém, a Linguística Sistemico-Funcional, embora não preocupada *a priori* com a mudança linguística, serviu para suprir esse lado, levando em consideração não apenas os fatores estruturais da língua, como também o social e funcional”.

Analisando o discurso opinativo, Lucélio Dantas de Aquino (UFRN), no sexto capítulo – *Um estudo sistemico-funcional dos recursos interpessoais da linguagem no gênero editorial*, apresenta “uma análise sistemico-funcional de um texto opinativo, a saber: o editorial”, tomando como marco norteador a metafunção interpessoal da linguagem. Empreende uma análise no editorial *Quem mesmo vai pagar a conta?*, investigando três elementos lexicogramaticais que codificam a metafunção interpessoal: os pronomes, especificamente os possessivos, os auxiliares modais e as interrogações. Comprova, então, “que os recursos lexicogramaticais de interpessoalidade atuam no gênero editorial como possibilitadores de trocas de informação e estabelecem diálogos entre os participantes dessa ação social em seu espaço de circulação”.

No último capítulo da sessão sistemico-funcional, Wellington Vieira Mendes (UERN) nos contempla com um dos elementos do sistema de transitividade ainda não abordados nos capítulos retrocitados: as circuns-

tâncias. Em *As circunstâncias do modelo sistêmico-funcional*, o autor afirma que: “Longe de simplesmente apontar o modelo tradicional como inválido e inoperante, há neste capítulo o interesse de ampliar as discussões acerca da função adverbial/circunstancial que certos termos configuram nos textos, nas mais diversas situações de comunicação e de uso real da língua”. Daí porque foram selecionadas postagens de *blogs* da Revista *Época on-line* para ilustrar/exemplificar os conceitos que são tratados em seguida. De posse dos resultados, o autor conclui que “os significados realizados nos textos encontram nas circunstâncias importante recurso expressivo, considerando principalmente o fato de se apresentarem associadas, no mesmo plano de saliência, aos demais papéis do Sistema de Transitividade (participantes e processos), para constituir os significados ideacionais”.

A cada dia que passa, a sintaxe visual ganha espaço nos estudos linguísticos e semióticos em geral, de modo que um evento e uma obra que tratem da organização dos discursos, nos moldes funcionalistas, não pode cometer deixar de lado as investigações sobre os aspectos visuais dos textos. Seguindo esse viés, a terceira sessão deste *e.book* reúne os trabalhos com foco específico na significação das imagens de gêneros como pôsteres de filme, editoriais, enquetes televisivas e infográficos.

Abre a sessão o capítulo de cunho teórico *Refazendo os percursos da gramática visual*, de autoria de Danielle Barbosa Lins de Almeida (UFPB). Em seu texto, Almeida “pretende, de forma panorâmica, apresentar os pressupostos básicos do aporte teórico de Kress e van Leeuwen (1996; 2006) – a Gramática do *Design Visual* – com o objetivo de chamar atenção para uma maior conscientização das imagens enquanto códigos de significado imbuídos de estruturas sintáticas próprias, dotadas de significados ideológicos, os quais, através da aplicação da referida abordagem sistemática de análise visual, podem oferecer subsídios de investigação visual descritiva

bem como permitir a discussão acerca do contexto social, político, econômico e cultural no qual qualquer imagem está situada”.

No capítulo que sequencia a sessão, *O que está em cartaz? Os elementos visuais no gênero pôster de filme*, Andrea Silva Moraes (UFPE) ressalta que o “pôster de filme caracteriza-se, entre outras coisas, pelo fato de integrar elementos verbais e não verbais para compor sentido.” Por essa ótica, a autora “discute o papel das imagens na construção de sentido dos textos a partir da análise do gênero pôster de filme”, compreendendo esse gênero como agregador de “novas formas de interagir com o público através dos recursos visuais que utilizam”. A análise está baseada em estudos de teorias funcionalistas, como a Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday (2004) que subsidia a Gramática de Design Visual, de Kress e van Leeuwen (1996, 2006). Em suas conclusões, Moraes nos faz compreender “que os elementos visuais nos pôsteres atuam como elementos retóricos importantes para divulgação de filmes, já que sua organização textual possibilita ao público identificar através de recursos como cores, linhas, traços, composição, demarcações, entre tantos outros, a temática do filme, seu gênero ou até mesmo informações relativas à sinopse do filme”.

Com foco nos editoriais, em *O poder discursivo da imagem: uma análise sócio-semiótica de editoriais de revista*, Francisco Roberto da Silva Santos (UERN) brinda os leitores com uma discussão a respeito do “papel da imagem para a materialização de discursos e para o alcance de propósitos comunicativos no editorial de revista”. Sua pesquisa é conduzida segundo estudos da Multimodalidade Discursiva e da Semiótica Social, que o subsidiam para analisar “os significados atrelados às imagens que compõem três editoriais das revistas *Veja*, *Isto é* e *Época*. Mais especificamente, a análise segue os preceitos teórico-metodológicos da gramática do design visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006), focalizando a metafunção representacional. “Nossas observações reafirmam a força semiótica e discursiva da imagem

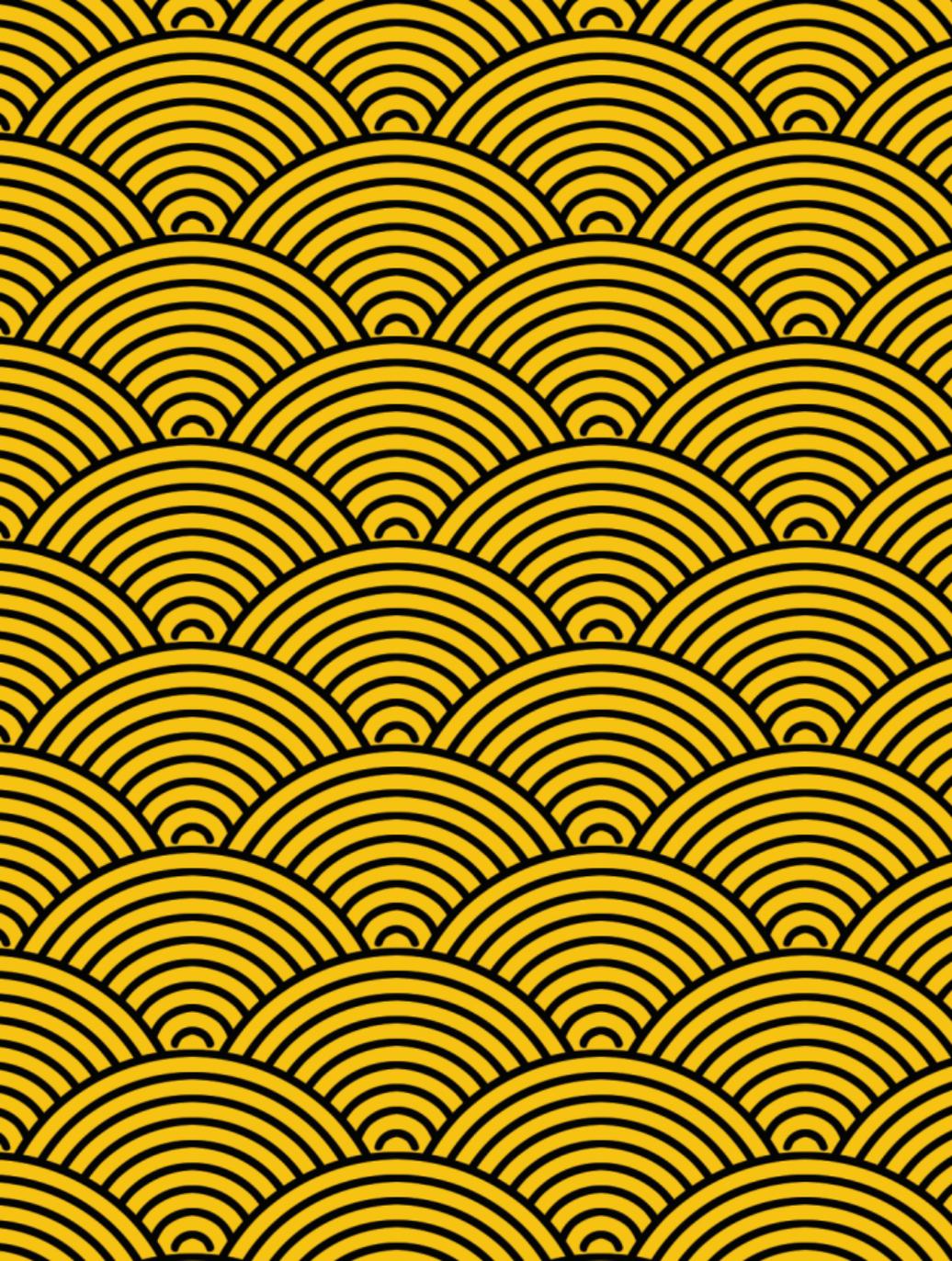
e sua coparticipação, junto com o texto verbal e os outros elementos multimodais, para a construção de sentidos negociados entre a revista e o leitor. Além disso, evidenciamos que os estudiosos do texto e do discurso podem e devem lançar mão dos instrumentos teórico-metodológicos estabelecidos pela semiótica social, em busca de uma análise mais completa e profunda das mensagens multimodais”.

O terceiro capítulo dessa sessão de estudos visuais *A função composicional em enquetes do CQC*, de Nadiana Lima da Silva (UFPE), focaliza “o gênero enquete do quadro “Controle de Qualidade” (CQ), do programa televisivo *Custe o Que Custar*, investigando de que maneira os recursos semióticos que compõem os diversos modos dessas enquetes são convencionados, promovendo, assim, a construção de uma identidade política. Fundamentada na Gramática de Design Visual, a autora demonstra como as três estruturas da Função Composicional dessa gramática se articulam nos recursos semióticos convencionados em grande escala nas enquetes do programa. Em seus comentários conclusivos, ela afirma que “as enquetes são utilizadas para legitimar o próprio discurso do CQC acerca da desinformação dos políticos, a partir da exibição de políticos que não respondem corretamente às perguntas que são propostas (...) em conjunto com recursos semióticos convencionados que produzem, principalmente, efeitos de reprovação e constrangimento. Assim, mostramos que há um posicionamento ideológico nas enquetes, construído por estratégias que se manifestam não só no que diz respeito às escolhas linguísticas, mas, sobretudo, quanto aos recursos semióticos de outros modos, sendo de extrema importância um olhar atento dos aspectos multimodais envolvidos na leitura dos gêneros, o que assinala para um melhor desenvolvimento de trabalhos a esse respeito”.

Finalizando a sessão e a obra, Rosemberg Gomes Nascimento (UFPE), no capítulo *Do verbal ao visual: uma análise multimodal de infográficos sob a*

*ótica sistêmico-funcional*, postula que o “infográfico, ou gráfico informativo, é um gênero textual multissemiótico, que se encontra cada vez mais recorrente em domínios discursivos diversos. Além do domínio jornalístico, atualmente já é possível encontrá-lo em livros didáticos, manuais destinados a estudantes e, inclusive, em exames seletivos. (...) No entanto, ainda não há muitos estudos na Linguística acerca do gênero (...)”. Nessa perspectiva, analisa como o infográfico está multimodalmente construído, guiado pelos aportes teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday, especificamente o sistema de transitividade, e da Gramática do Design Visual proposta por Kress e van Leeuwen (1996). O autor salienta que um “dos motivos pelo qual o gráfico informativo consegue prender a atenção do leitor é pelo fato de que se trata de um gênero visualmente atrativo/informativo, mediante o equilíbrio dos elementos verbais e não-verbais” e ressalta que uma “análise multimodal deve levar em consideração que todas as semioses interagem entre si formando um bloco único e significativo. É importante assinalar que tal análise é relevante para se verificar como as escolhas dos modos de representação presentes em uma composição não são fortuitas”.

Em suma, este *e.book* destina-se a professores, pesquisadores e estudantes que têm interesse em aprofundar conhecimentos sobre a Linguística Funcional em seus mais diversos matizes. A leitura e a discussão dos trabalhos aqui apresentados, quer em sala de aula, quer em encontros acadêmicos, possibilitarão a seus leitores a compreensão dos distintos aportes teóricos e seus respectivos procedimentos metodológicos aqui abordados. É esta a finalidade maior de uma publicação que vise a esse público-alvo.



PARTE 1:  
Funcionalismo Norte-Americano



# A linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo-funcional)

Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN/CNPq)

O termo *Linguística Cognitivo-Funcional* identifica uma tendência funcional de estudo das línguas, também denominada *Linguística Centrada no Uso (Usage-Based Linguistics)*<sup>1</sup>. Essa abordagem é resultado da união das tradições desenvolvidas pelas pesquisas de representantes da Linguística Funcional, como Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Joan Bybee, Elizabeth Traugott, entre outros, e representantes da Linguística Cognitiva, como George Lakoff, Ronald Langacker, Gilles Fauconnier, Adele Goldberg, John Taylor, *inter alia* (TOMASELLO, 1998, 2003).

Essas duas correntes compartilham vários pressupostos teórico-metodológicos, como a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e sintaxe, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação, o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural. A gramática é vista como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a linguagem; portanto, ela pode ser afetada pelo uso da língua. Assume-se, pois, que a categorização conceptual e a

---

1. De acordo com Bybee (2011), a Teoria Centrada no Uso se desenvolveu diretamente do funcionalismo norte-americano e, em certo sentido, é apenas um novo nome para ele.

categorização linguística são análogas, ou seja, o conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico seguem, essencialmente, os mesmos padrões (TAYLOR, 1998; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2003). Sendo a categorização o processo cognitivo mais básico, por meio dela são estabelecidas as unidades da língua, seu significado e sua forma (BYBEE, 2010). De acordo com essa visão, as línguas são moldadas pela interação complexa de princípios cognitivos e funcionais que desempenham um papel na mudança linguística, na aquisição e no uso da língua. Assim, a linguagem constitui um mosaico complexo de atividades comunicativas, cognitivas e sociais estreitamente integradas a outros aspectos da psicologia humana (TOMASELLO, 1998).

A Linguística Cognitivo-Funcional entende a aparente regularidade e a instabilidade da língua como motivadas e modeladas pelas práticas discursivas dos usuários no cotidiano social (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007). Busca, então, descrever e explicar os fatos linguísticos com base nas funções (semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas) que desempenham nos diversos contextos de uso da língua, integrando sincronia e diacronia, numa abordagem pancrônica (BYBEE, 2010).

Uma teoria linguística que pretenda descrever e explicar a gramática da língua com base no uso que dela fazem os falantes em suas interações verbais tem, necessariamente, que levar em conta as situações e os contextos comunicativos em que esse uso se atualiza. Diferentemente da Teoria Gerativa, que abstrai as condições reais de uso da língua, ignorando a interferência dos fatores extralinguísticos na constituição da estrutura linguística, a Linguística Cognitivo-Funcional concebe a gramática como resultado da estruturação de aspectos comunicativos e cognitivos da linguagem (TRAUGOTT, 2004). Nesse sentido, a gramática de uma língua é constituída de padrões regulares no nível dos sons, das palavras e de unidades maiores, como os sintagmas e as orações. Essa corrente teórica

reconhece o estatuto fundamental das funções da língua na descrição das suas formas, de modo que cada entidade linguística deve ser definida com relação à função a que ela serve nos processos reais de comunicação. Logo, a Linguística Cognitivo-Funcional procura essencialmente trabalhar com dados reais de fala ou escrita, retirados de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases inventadas, dissociadas de sua função no ato da comunicação.

Este texto trata das relações entre cognição e gramática, articulando os pressupostos teóricos da Linguística Funcional com os da Linguística Cognitiva. A Linguística Funcional da Costa Oeste dos Estados Unidos ganha força a partir da década de 1970, passando a identificar as pesquisas de linguistas como Talmy Givón, Sandra Thompson e Paul Hopper, cuja característica principal é analisar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. A proposta é que o estudo do discurso e da gramática seja simultâneo, para que se possa entender como a língua vem a ser o que ela é. Parte do princípio de que há uma simbiose entre discurso e gramática: o discurso e a gramática interagem e se influenciam mutuamente, de tal modo que, no uso real da língua, um não pode ser acessado, ou até mesmo explicado, sem referência ao outro. A sintaxe é compreendida como uma estrutura em constante mutação/adaptação, em consequência das vicissitudes do discurso. Logo, a análise de fenômenos linguísticos deve estar baseada no uso real da língua pelos interlocutores, em situação concreta de comunicação linguística.

A Linguística Cognitiva, que também surge a partir da década de 1970, vê o comportamento linguístico como reflexo de capacidades cognitivas que dizem respeito aos princípios de categorização, à organização conceptual, aos aspectos ligados ao processamento linguístico e, sobretudo, à experiência humana no contexto de suas atividades individuais, sociointeracionais e

culturais. Nesse sentido, as construções linguísticas são concebidas como esquemas cognitivos do mesmo tipo que encontramos em outras habilidades não linguísticas, ou seja, como procedimentos relativamente automatizados que se utilizam para realizar coisas comunicativamente. O falante adquire esse conhecimento à medida que aprende a usar a sua língua.

As categorias linguísticas são baseadas na experiência que temos das construções em que elas ocorrem, do mesmo modo que as categorias por meio das quais nós classificamos objetos da natureza e da cultura são baseadas na nossa experiência com o mundo. Todos os elementos que compõem o processo que leva ao desenvolvimento de novas construções gramaticais surgem do uso da língua em contexto e envolvem habilidades e estratégias cognitivas que também são usadas em tarefas não linguísticas.

Diversas pesquisas evidenciam que, de um modo geral, as categorias linguísticas se comportam como as categorias conceituais humanas (THOMPSON e HOPPER, 2001; TAYLOR, 1995; LAKOFF, 1987; LABOV, 1973). Por exemplo, a gramática da cláusula ou estrutura argumental (a relação entre o predicado e seus argumentos) é formada do mesmo modo que as outras categorias: por meio do contínuo processo cognitivo de classificação, refinamento e generalização a partir das interações comunicativas diárias. Como defendem Thompson e Hopper (2001), o sentido de um verbo ou predicado está relacionado aos esquemas léxico-gramaticais em que ele pode ocorrer, e a estrutura argumental é essencialmente um subconjunto desses esquemas.

A frequência de uso de uma determinada construção leva a seu estabelecimento no repertório do falante e faz dela uma unidade de processamento, o que implica que o falante explora recursos gramaticais disponíveis para atingir seus objetivos comunicativos. No entanto, o discurso exhibe padrões recorrentes que extrapolam o que é predizível pelas regras

gramaticais, apenas, e a explicação para a existência desses padrões deve ser procurada no âmbito da cognição e da comunicação.

É a universalidade dos usos a que a linguagem serve, nas sociedades humanas, que explica a existência de propriedades que se manifestam na maioria das línguas – os universais linguísticos<sup>2</sup> –, em contraposição à postura gerativista, que considera que os universais derivam de uma herança linguística genética comum à espécie humana. Como argumenta Bybee (2010), na medida em que as condições de uso da língua são semelhantes de uma cultura para outra, a substância e a forma da gramática também serão semelhantes; na medida em que essas condições diferem, as línguas podem ter gramáticas de diferentes tipos. Nesse sentido, as construções conhecidas como universais linguísticos parecem refletir universais psicológicos e socioculturais que contribuem para o entendimento da natureza do pensamento humano e da interação social (SLOBIN, 1980).

Sob a perspectiva da linguística cognitivo-funcional, essas propriedades universais devem ser procuradas não em categorias ou construções linguísticas particulares, mas na cognição humana, isto é, nos modos como os homens conceitualizam o mundo em termos de certas categorias, configurações espaciais e temporais, focalização de atenção, gerenciamento de informação, para citar alguns aspectos. Em outras palavras, a busca pelos universais deve focalizar os processos que criam e mantêm as estruturas linguísticas, e não as próprias estruturas. Sendo a língua um sistema simbólico por excelência, utilizado para comunicar informação

---

2. Em sentido estrito, *universal linguístico* é um termo designativo de uma propriedade que todas as línguas têm (p.ex. todas as línguas têm elementos que são foneticamente vogais). Mais recentemente, admite-se que os universais linguísticos não são absolutos, mas uma questão de grau ou tendência, de modo que refletem uma propriedade que se manifesta na maioria das línguas.

sobre o mundo, naturalmente ela reflete essas conceitualizações. Além disso, a motivação para a existência de universais linguísticos também se deve à comunicação, na medida em que os objetivos e as necessidades comunicativas dos humanos parecem ser universais, o que não descarta a possibilidade de que alguns deles sejam específicos a comunidades linguísticas particulares. Do mesmo modo, estudos translinguísticos (GIVÓN, 1979; BYBEE *et al*, 1994) têm demonstrado que há trajetórias universais de gramaticalização que levam ao desenvolvimento de novas construções gramaticais. Essas trajetórias são universais porque o desenvolvimento das construções ao longo delas ocorre independentemente, em línguas não aparentadas. Pode-se citar, como exemplo, a passagem de um verbo pleno a auxiliar (como o caso do verbo *ir* seguido de verbo no infinitivo para designar tempo futuro), ou o recrutamento de itens lexicais com o mesmo significado ou significados bastante semelhantes para desempenhar funções gramaticais em línguas não relacionadas (como se deu com *-mente*, em português, e *-ly*, em inglês, que, sufixados a adjetivos, dão origem a advérbios). Essas trajetórias comuns de gramaticalização podem ser explicadas em termos de processos cognitivos e comunicativos, como automatização, habituação, descontextualização, categorização, inferenciação pragmática, dentre outros. Esses processos se dão no uso comunicativo de expressões linguísticas ao longo do tempo e, portanto, têm a ver com o modo como os falantes “embalam” suas conceitualizações visando à comunicação interpessoal. Logo, os verdadeiros mecanismos que motivam a mudança refletem processos cognitivos e interacionais básicos que permeiam o uso real da língua.

Mais recentemente, alguns trabalhos orientados pela Linguística Cognitivo-Funcional tentam unir a noção de construção gramatical (GOLDBERG, 1995, 2006) com a teoria da gramaticalização (HOPPER

e TRAUGOTT, 2003; HEINE e KUTEVA, 2007, GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO, 2007). Nesse sentido, não são apenas morfemas e palavras que se gramaticalizam/lexicalizam, mas sobretudo expressões com mais de uma palavra, como:

- a. desenvolvimento de advérbios: *acima* < *a cima*, *apenas* < *a penas*, *então* < *in tunc(e)*, *depois* < *de + pos*, *ontem* < *ad noctem*, etc.
- b. desenvolvimento de conjunções: *embora* < *em boa hora*; *porém* < *por ende*.
- c. lexicalizações: *benzer* < *bendizer* < *bem dizer*, *malparar* < *mal parar*, etc.

Essas mudanças ocorrem em contextos pragmático-discursivos específicos, como o desenvolvimento da construção *ir + infinitivo* para indicar tempo futuro, nos dados seguintes retirados do *Corpus Discurso & Gramática* (FURTADO DA CUNHA, 1998):

- (1) A casa fica um pouco distante da praia, mas mesmo assim, todo dia nós **vamos** à praia, não só para aproveitar o sol ... (p. 386).
- (2) aí... hoje ... meu irmão fez um bolo de batata muito gostoso e a gente **vai lanchar** lá ... lá em casa ... (p. 52).
- (3) ah ... nessa viagem ... aconteceu cada coisa engraçada ((riso)) mas uma das mais engraçadas meu amigo ... você **vai saber** logo mais ... ((riso)). (p.104).

Em (1), *ir* aparece com seu sentido primário, indicando deslocamento espacial concreto, tendo, pois, uma relação direta com o movimento corporal do indivíduo e ocorrendo como verbo principal na oração. Em (2), *ir* se comporta sintaticamente como um verbo auxiliar, acompanhando o verbo principal no infinitivo. Do ponto de vista semântico, embora aponte para um sentido de tempo futuro, ainda assim *ir* conserva o sentido de deslocamento

espacial concreto, confirmado pela ocorrência da expressão locativa *lá*. Dessa forma, esse uso de *ir* representa um estágio intermediário na sua trajetória de mudança, pois ele já possui um matiz de auxiliar. Em (3), o verbo *ir* perdeu totalmente o sentido de deslocamento espacial concreto, assumindo um sentido abstratizado de tempo futuro, reforçado pelo advérbio temporal *logo*.

Vimos que a frequência de uso de um item ou construção é um dos traços caracterizadores do processo de regularização linguística. Quando uma forma ou combinação de formas passa a ocorrer no discurso com frequência crescente, ela deixa de ser um modo “inesperado” de reforçar um ponto discursivo e começa a ser interpretada como o modo “normal” e despercebido de procedimento. A recorrência de tais expressões é um dos fatores que indica se elas são ou não consideradas pela comunidade linguística como “gramaticais”. A gramaticalização é, pois, o processo de automatização de sequências de elementos linguísticos que ocorrem frequentemente. Pela repetição, sequências de unidades que eram anteriormente independentes passam a ser processadas como uma única unidade ou feixe. Muitos dos mecanismos mais básicos que constituem o processo de gramaticalização são processos cognitivos que não estão necessariamente restritos à linguagem.

A Linguística Cognitivo-Funcional define a construção de estrutura argumental como um pareamento forma-significado que não depende de verbos particulares: a própria construção tem significado, independentemente das palavras – Verbo e Sintagmas Nominais – que a compõem, funcionando como um modelo que reúne o que é comum a um conjunto de verbos. Este trabalho parte do princípio de que as construções de estrutura argumental correspondem aos tipos oracionais mais básicos e, em seu sentido central, codificam cenas (situações) que são fundamentais à experiência humana:

movimento (alguma coisa se move), transferência (alguém transfere alguma coisa para uma outra pessoa), mudança de estado (alguma coisa provoca um movimento ou mudança de estado), causação, posse, estado etc. A partir dos seus protótipos, essas estruturas oracionais são estendidas e adaptadas para a codificação de outros tipos de situação. Em virtude de tais extensões, um dado tipo oracional é convencionalmente aplicado a uma ampla variedade de situações.

A oração, construída em torno de um elemento predicativo, tem sido tomada como a unidade básica de organização da descrição sintática. Frequentemente, mas nem sempre, esse elemento predicativo – nesse caso, o verbo – é acompanhado de um ou mais elementos nominais – seus argumentos. Segundo Chafe (1979), o universo conceptual humano está dividido em duas grandes áreas: a do verbo e a do nome. A área do verbo é central e compreende estados (condições, qualidades) e eventos; a área do nome é periférica e compreende “coisas” (objetos físicos e abstrações coisificadas). A centralidade do verbo pode ser justificada com base em alguns pontos listados por Chafe. Primeiramente, nas línguas naturais, há sempre um verbo semanticamente presente nos enunciados, o que indica que a classe dos verbos é um universal linguístico. Embora o verbo seja comumente acompanhado por um ou mais nomes – seus argumentos –, há orações em que apenas um verbo está presente, como *Saia!*, por exemplo. Em segundo lugar, é a natureza semântica do verbo que determina como a oração deverá ser formada: que nomes podem acompanhar o verbo, que relação sintática esses nomes mantêm com o verbo (sujeito, objeto etc.) e que papel semântico (agente, paciente etc.) esses nomes desempenham. Chafe conclui que a oração é ou um verbo isolado, ou um verbo acompanhado por um ou mais nomes. Nesse sentido, descrever orações é descrever também todos os tipos de verbo, pois esses constituem o centro semântico, o esquema

proposicional da oração. Por conseguinte, o verbo é o ponto de partida da descrição da gramática de uma língua.

Em uma posição de complementariedade à visão esboçada acima, a Gramática de Construções (doravante GC), tal como proposta por Goldberg (1995), busca determinar a natureza do significado do verbo e sua relação com o significado da oração. Além disso, investiga como e em que medida enunciados novos se baseiam em enunciados previamente aprendidos. Para tanto, propõe um estudo dos tipos básicos de oração – as “orações simples” dos gramáticos tradicionais. A tese central que orienta a GC é que as orações básicas de uma língua são instâncias de construções – correspondências forma-significado que existem independentemente de verbos particulares, afastando-se, assim, do que defende Chafe. Embora não negue que uma grande quantidade de informação é fornecida por itens lexicais individuais, a GC argumenta que as próprias construções têm significado, independentemente das palavras que compõem a oração.

Em pesquisa sobre os padrões de estrutura argumental dos verbos transitivos (FURTADO DA CUNHA, 2006, 2008, 2009a, 2009b), concluí que, tanto na fala quanto na escrita, predominam os verbos de ação-processo (42% dos dados, num total de 1.321 ocorrências), ou seja, aqueles que expressam uma ação em que um sujeito animado, intencional, causa uma mudança no estado ou na localização do paciente, como no fragmento:

(4) Biff **pega esse almanaque** ... **pega a máquina do tempo** e volta para o passado ... né (...) volta e **dá aí esse almanaque** ... (p. 187).

O padrão estrutural e o esquema conceptual (Sujeito/Agente Verbo Objeto Direto/Paciente) característicos dos verbos de ação-processo estão diretamente relacionados à expressão do evento transitivo prototípico – aquele evento em que um agente animado intencionalmente causa uma

mudança física e perceptível de estado ou localização em um paciente através de contato corporal direto (SLOBIN, 1982). O formato oracional correspondente à representação do evento canônico reflete a observação normal de uma ação prototípica. O papel prototípico de um Sujeito é o de Agente (participante que intencionalmente realiza a ação), e o Objeto Direto típico é um Paciente (participante que sofre uma mudança de estado ou de localização), enquanto os participantes periféricos à situação representada são expressos como argumentos periféricos (precedidos por preposição).

Assim, um padrão básico de experiência é codificado em um padrão básico da língua. Nessa linha, a oração transitiva canônica representa uma construção, nos termos de Goldberg (1995), servindo como um esquema ou modelo que reúne o que é comum a um conjunto de predicados, a saber, todos os verbos que ocorrem com SUJ/AG e OD/PAC. Há, pois, uma relação icônica entre esquema conceptual (representado, aqui, pelo evento transitivo prototípico) e estrutura linguística (oração transitiva prototípica).

Apesar do seu *status* privilegiado, o evento canônico é apenas um dos arquétipos conceituais a partir do qual as línguas tendem a desenvolver um tipo oracional básico (LANGACKER, 1987). Além desse, uma língua exhibe um conjunto de tipos oracionais simples que representam outros arquétipos conceituais particulares, com seus próprios valores prototípicos. A partir dos seus protótipos, essas estruturas oracionais são estendidas e adaptadas para a codificação de outros tipos de situação, de modo claramente motivado. Em virtude de tais extensões, um dado tipo oracional – uma construção de estrutura argumental – é convencionalmente aplicado a uma ampla variedade de situações. Conceber e codificar um evento em termos de outro representa uma espécie de atalho cognitivo que, construído socialmente, é capaz de reduzir as demandas do processamento cognitivo.

Em termos de frequência de ocorrência, o verbo de ação-processo apresenta um determinado tipo de perfil (*profile*) no discurso; é preciso, também, examinar a correlação entre essa classe de verbo e sua estrutura argumental preferida. Os dados analisados apontam para o fato de que a estrutura argumental (EA) desses verbos parece ser gradiente, o que significa que eles variam com relação a quão rígida ou quão frouxa sua estrutura argumental pode ser. Desse modo, eles podem ocorrer em mais de um padrão de EA: confirmam-se os dados (5) e (6) abaixo, com o verbo *matar*.

(5) ... aí num sei se ele **matou um professor** ... se foi uma professora ... sei que o assassino mesmo num foi um estudante não ... (p. 184).

(6) e ela tinha um ... um caso né ... com um homem ... que ele ... é ... trabalhava ... mexia assim com drogas ... não é ... com tráfico ... um ladrão assim ... né ... pra conseguir o que ele queria ... ele **matava** ... né ... (p. 276).

Dependendo do contexto de uso, um mesmo verbo pode ocorrer com objeto direto explícito ou com objeto zero. É o que acontece com o verbo *matar* nos fragmentos (5) e (6). No primeiro, a ocorrência de OD nominal explícito (*um professor*) ilustra o padrão não-marcado para todos os verbos transitivos, constatado em mais da metade dos dados analisados, tanto na fala (58%) quanto na escrita (76%). Em (6), por outro lado, a identidade exata do referente objeto de *matar* não pode ser recuperada e é irrelevante para os propósitos comunicativos do falante: infere-se que o ladrão matava qualquer pessoa que interferisse em suas atividades ilícitas. Com base em nossa experiência, atribuímos um argumento objeto ao verbo *matar*, muito embora não sejamos capazes de identificá-lo, já que ele representa um elemento genérico ou não-específico. Assim, a possibilidade de omissão do argumento objeto não é uma propriedade lexical de determinados verbos,

mas é pragmaticamente motivada, e pode ser licenciada sempre que as condições discursivas favorecedoras se fizerem presentes. Esse aspecto evidencia que um determinado verbo pode conservar seu sentido lexical básico e apresentar diferentes estruturas argumentais no uso textual: ainda que haja identidade morfológica nos diferentes usos do mesmo verbo, cada instância de uso representa uma constelação semântica diferente da relação verbo-participante. É possível, pois, estruturar a mesma cena com escolhas alternativas de padrão sintático.

A variação na configuração argumental dos verbos transitivos demonstra que, no uso discursivo, nem sempre há uma correspondência entre EA semântica e sintática, uma vez que o comportamento sintático de um verbo também pode ser pragmaticamente motivado (cf. FURTADO DA CUNHA, 2006). Embora esses verbos, em princípio, impliquem a existência de um participante agente que afeta o estado ou a localização do referente de um argumento paciente, esse argumento pode não ser explicitado, por motivos discursivo-pragmáticos e/ou cognitivos. Nesse sentido, os argumentos agente e paciente capturam os diferentes modos em que as entidades por eles designadas participam do evento descrito.

Segundo Payne (1997), as línguas têm várias maneiras de ajustar (aumentando, diminuindo, reorganizando) a valência sintática das orações. O efeito semântico (isto é, conceitual) e pragmático de aumentar a valência sintática de um verbo pode ser caracterizado como a promoção de um participante periférico ao centro da cena, enquanto o efeito de diminuir a valência é o rebaixamento de um participante central a um *status* periférico, ou sua eliminação da cena. Essa maleabilidade de alternativas de codificação para o verbo transitivo é uma das características da gramática que se constitui na interação.

Os padrões alternativos de estrutura argumental sintática para os verbos de ação-processo são pragmaticamente motivados, em termos do *status* informacional dos argumentos, e estão relacionados a aspectos cognitivos de custo de processamento da informação, nos termos de Chafe (1994). Há, portanto, motivações cognitivas/comunicativas (como os propósitos do falante e as necessidades e expectativas do ouvinte) para a existência de padrões distintos para um mesmo verbo.

Para Givón (2001), na oração simples, o mapeamento sistemático entre o papel semântico dos argumentos e sua função gramatical expressa o isomorfismo mais potente entre semântica e sintaxe. No fenômeno da transitividade, a iconicidade se manifesta também na tendência de os sujeitos das orações desempenharem o papel semântico de agente, enquanto os objetos funcionam como pacientes. Desse modo, os papéis semânticos associados a cada verbo são preferencialmente mapeados em relações gramaticais específicas na oração. Esse mapeamento é chamado de estrutura argumental preferida. O fato de que os tipos de oração e sua estrutura argumental característica são, em grande medida, determinados pela classe semântica – e também sintática – do verbo exemplifica o isomorfismo forma-função.

Na mesma direção, Tomasello (2003) se refere à concepção de construções linguísticas como esquemas cognitivos, isto é, procedimentos relativamente automatizados para atingir determinados objetivos comunicativos. Para esse autor, os formatos oracionais são motivados pela cognição humana, por meio do modelo de evento, e pela comunicação, mediante os objetivos e necessidades comunicativas dos interlocutores. A ocorrência frequente de um dado formato serve para fixá-lo no repertório do falante e torná-lo uma unidade de processamento. Com relação às construções oracionais básicas, uma língua dispõe de muitas maneiras

de falar sobre o mesmo evento referencial (falar sobre algo) em circunstâncias comunicativas diferentes. As construções linguísticas são essencialmente esquemas cognitivos do mesmo tipo que existem em outros domínios da cognição, em outras habilidades cognitivas, ou seja, procedimentos relativamente automatizados para fazer coisas (nesse caso, comunicativamente).

Diversos pesquisadores funcionalistas e cognitivistas (SLOBIN, 1982; FILLMORE, 1985; GIVÓN, 2001; LANGACKER, 1993; GOLDBERG, 1995, entre outros) sustentam que os verbos que não se identificam semanticamente com o evento transitivo prototípico podem ser codificados por orações transitivas através de um processo de extensão metafórica do protótipo, porque envolvem um sujeito humano e um objeto inanimado. O objeto desses verbos, por sua vez, também não é afetado, ou seja, não sofre mudança alguma. Desse modo, atos humanos, assim como eventos não obviamente causados por humanos, são geralmente conceptualizados para os propósitos de codificação linguística como extensões metafóricas do modelo básico Agente – Paciente. Assim, muitos predicados podem ocorrer em uma moldura sintática que requer um sujeito e um objeto, embora os referentes do sujeito e do objeto não sejam agentes nem pacientes típicos. Vejam-se os casos a seguir:

(7) ou **lemos** um livro que é muito interessante ... (p. 182).

(8) a minha UNIJOVEM **ganhar** esse prêmio ... (p. 177).

(9) eu **queria** esse prêmio de todo jeito (p. 178).

Nas narrativas que serviram de fonte empírica para este trabalho, a EA sintática preferida mais frequente para os verbos de ação (7), de processo (8)

e de estado (9), que se afastam do protótipo semântico do evento transitivo, também é a estrutura transitiva prototípica S + V + OD, tanto na fala como na escrita. Esse achado é inesperado já que, por definição, o verbo de ação expressa uma atividade realizada por um sujeito agente que não implica necessariamente um segundo argumento, como *brincar*, *rir*, ou verbos de movimento, como *ir*, *vir*, cujo complemento é um Sintagma Preposicionado locativo. Por sua vez, o verbo de processo denota um evento que afeta um sujeito paciente e, portanto, também não envolve obrigatoriamente um segundo argumento, como *acordar*, *morrer*. Já o verbo de estado, como *ter*, *querer*, expressa uma propriedade localizada no sujeito, o qual é mero suporte dessa propriedade ou seu experienciador. Nesse sentido, em termos do grau de transitividade que exibem, as orações com verbos de ação, de processo ou de estado se posicionam abaixo das orações maximamente transitivas, por não apresentarem um objeto afetado (verbo de ação, processo e estado) ou por não terem um sujeito agentivo (verbos de processo e estado). Os verbos de estado, dada a ausência de dinamicidade, ocorrem predominantemente em orações de baixa transitividade, que fazem parte do fundo da narrativa, caracterizado pela descrição de estados, localização dos participantes e comentários avaliativos, como no fragmento seguinte:

(10) aí ele parou pra perguntar ... pra perguntar sobre uma rua ... era um hotel  
que ele ia ficar ... porque ele não **conhecia** nada por lá (p. 240).

A perspectiva de análise aqui adotada situa esta pesquisa no domínio de interface entre sintaxe, semântica e pragmática, de acordo com a postura teórico-metodológica corrente no quadro da Linguística Cognitivo-Funcional, em especial no Modelo da Gramática de Construções. Como as construções emparelham forma e significado, a gramática não contém módulos separados para a sintaxe, a semântica e a pragmática. Os níveis de abstração de uma

gramática centrada no uso são construídos por meio da categorização de instâncias semelhantes de uso em representações mais abstratas. Nessa linha, as construções se originam de generalizações criadas com base em enunciados reais, produzidos em situação de interação sociocomunicativa. Assim, a frequência de *tokens* de certos itens em construções de estrutura argumental bem como o leque de *types* (os verbos que podem ocorrer na mesma construção transitiva) determinam a representação da construção e também sua produtividade. Desse modo, as propriedades dos verbos de ação-processo examinadas aqui decorrem das propriedades semânticas e pragmáticas da oração em que ocorrem. Em relação à EA, observa-se a interferência de fatores discursivos na codificação gramatical das orações e dos casos semânticos envolvidos, ressaltando a estreita correlação entre as determinações do discurso e as da gramática. O fato de muitos verbos ocorrerem ora com ora sem objeto torna a distinção entre verbos transitivos e intransitivos discursivo-pragmática, e não lexical e paradigmática.

As construções podem ser extremamente gerais e abstratas no sentido de que não são definidas por palavras em particular, mas por categorias de palavras e suas relações. Cada um dos esquemas linguísticos abstratos tem significado próprio, relativamente independente dos itens lexicais envolvidos. Todas as construções derivam de eventos ou tipos de eventos recorrentes, com relação aos quais as pessoas de uma cultura têm objetivos comunicativos recorrentes (TOMASELLO, 1998). Fica clara, então, a relação entre um evento e sua estrutura conceitual mental, e da estrutura conceitual mental com a sintaxe.

A relação entre gramática e cognição tem atraído cada vez mais a atenção dos linguistas. Vale lembrar que, de algum modo, uma concepção cognitivista nos estudos gramaticais encontra-se também nas idéias de Chomsky, que, de uma perspectiva racionalista, chamou a atenção para

a criatividade linguística, atribuída a um sistema de regras interiorizadas na mente humana. Mas os estudos da ciência cognitiva pertencem à tradição funcionalista. É dentro desse paradigma que a Linguística Cognitiva dá ênfase à função semiótica da linguagem e ao papel crucial das conceitualizações na interação social (LANGACKER, 1998).

Se o sistema linguístico tende a estruturar-se, a motivação para tal tendência encontra-se nas relações entre palavras e conceitos, e entre estes e a experiência de uso linguístico. Com efeito, itens do léxico não se relacionam por hiponímia, metonímia, antonímia, senão porque estão relacionados a uma experiência humana (CROFT; CRUSE, 2004). A diferença central dos estudos funcionalistas que relacionam gramática e cognição encontra-se no fato de a gramática não ser vista como organização cognitiva de um sistema linguístico, mas sim como representação cognitiva da experiência de um dado usuário com a língua. Desse modo, a gramática dependerá não apenas das capacidades cognitivas gerais do cérebro humano, que não só lhe permitem categorizar e procurar por identidade, similaridade e diferença, mas também operam sobre eventos linguísticos com os quais um indivíduo se defronta, categorizando e inserindo na memória tais experiências. Há, portanto, evidências de que a representação articulatória de palavras e construções é constituída de rotinas neuromotoras que, quanto mais repetidas, mais fluentes se tornam (BYBEE, 2006).

Segundo tal perspectiva, o que reconhecemos como gramática diz respeito a uma representação cognitiva da experiência com a linguagem, que responde não apenas pela fixação de padrões regulares em determinados contextos e conseqüente resistência à mudança, mas também pela inovação linguística, por meio de processos cognitivos metafóricos e metonímicos.

Croft (2009) ressalta que a GC é uma teoria sobre como as estruturas gramaticais são representadas na mente. As construções são unidades

simbólicas, um pareamento de forma e significado, em que tanto uma quanto outro são interpretados de modo amplo: a forma inclui a morfologia, a sintaxe e até a fonologia e a prosódia; o significado contém a semântica, a estrutura informacional e/ou função discursiva e também parâmetros sociais de uso.

Como argumenta Bybee (2010), o objetivo de uma teoria linguística, como a Cognitivo-Funcional, deve ser descrever e explicar as propriedades da estrutura linguística a partir da aplicação de processos cognitivos gerais, os quais operam em outros domínios cognitivos que não a linguagem. A emergência da estrutura linguística é, pois, atribuída à aplicação repetida desses processos. A gramática é vista como a organização cognitiva da experiência do falante com a língua (BYBEE, 2006), que é concebida como um sistema adaptativo complexo, nos termos de Hopper (1987). Conclui-se, portanto, que a gramática pode ser afetada pelo uso da língua, o que justifica a ideia de uma gramática centrada no uso.

## Referências

- BYBEE, J. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, v. 82, n. 4, p. 711-733, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: Tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CHAFE, W. *Significado e estrutura linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Discourse, consciousness and time: the flow of displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CROFT, W. Connecting frames and constructions: A case study of eat and feed. *Constructions and frames*, v. 1, n. 1, p. 7-28, 2009.
- CROFT, W.; CRUSE, A. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- FILLMORE, C. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, v. 6, p. 222-254, 1985.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org). *Corpus Discurso & Gramática* – a língua falada e escrita na cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 1998.

\_\_\_\_\_. Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. *Gragoatá*, 21, p. 115-131, 2006.

\_\_\_\_\_. O objeto zero de verbos transitivos. *Linguística*, v. 4, p. 59-76, 2008.

\_\_\_\_\_. A transitividade em gêneros textuais narrativos: implicações para o ensino. *Anais do V Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais – O ensino em foco*. Caxias do Sul: EDUCS, 2009a. p. 1-13.

\_\_\_\_\_. A gramática da oração: argumentos nucleares vs. argumentos oblíquos. *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN*. João Pessoa: Idéia, 2009b. p. 2082-2088.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs) *Linguística funcional* – teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

\_\_\_\_\_. *Syntax*, v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GOLDBERG, A. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, S.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. (Org) *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

HEINE, B.; KUTEVA, T. *The genesis of grammar: a reconstruction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LABOV, W. The boundaries of words and their meanings. In: BAILEY, C.; SHUY, R. W. (Eds). *New ways of analyzing variation in English*. Washington: Georgetown University Press, 1973.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*. What categories reveal about the mind. Chicago: Chicago University Press, 1987.

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Linguistics*, v. 1, Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. Clause structure in cognitive grammar. *Studi italiani di linguistica teorica e applicata*, n. 3, 1993.

- \_\_\_\_\_. Conceptualization, symbolization, and grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
- PAYNE, T. *Describing morphosyntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- SLOBIN, D. *Psicolinguística*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- \_\_\_\_\_. The origins of grammatical encoding of events. In: HOPPER, P.; THOMPSON, S. (Eds). *Studies in transitivity*. New York: Academic Press, 1982.
- TAYLOR, J. *Linguistic categorization*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. Syntactic construction as prototype categories. In: TOMASELLO, M. (Ed). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
- THOMPSON, S.; HOPPER, P. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- TOMASELLO, M. (Ed). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
- \_\_\_\_\_. (Ed). *The new psychology of language*, v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.
- TRAUGOTT, E. C. Historical pragmatics. In: HORN, L; WARD, G. (Eds) *The handbook of pragmatics*. Malden: Blackwell, 2004.



# Gramática emergente e gramaticalização: o caso da construção [pegar od e]

Maria Alice Tavares (UFRN/CNPQ)

## Introdução

A proposta de gramática emergente apresentada por Paul John Hopper (1987, 1998, 2001, 2004, 2008, 2011) vem exercendo cada vez mais influência em diferentes áreas de investigação linguística, como a linguística interacional e a linguística cognitiva (cf. GÜNTHER, 2011), além de receber lugar de destaque em estudos sobre o fenômeno de gramaticalização realizados na esteira de abordagens funcionalistas.

A gramática, na perspectiva emergente, é uma atividade em tempo real que emerge no discurso. No uso diário da língua, temos, por um lado, a repetição de construções gramaticais,<sup>1</sup> reforçando-se, assim, sua regularização. Por outro lado, tais construções podem ser rearranjadas, desmanteladas e remontadas de modos diferentes a cada situação comunicativa, o que é o ponto de partida para o surgimento de construções inovadoras – a esse processo de emergência de novas construções gramaticais denomina-se *gramaticalização*.

---

1. O termo *construção* pode ser utilizado em referência a qualquer porção de língua constituída por mais de uma palavra, incluindo desde sintagmas a orações ou mesmo partes mais extensas. Todavia, é possível considerar que a própria palavra seja uma construção, resultante da combinação de diferentes morfemas (cf. HEYVAERT, 2003).

Neste texto, abordo a construção [SUJi PEGAR ODj E SUJi V2 ODj] – ou, simplesmente, [PEGAR OD E] – sob a ótica da gramática emergente e do fenômeno de gramaticalização. Tenho por objetivo descrever e analisar propriedades morfosintáticas e semântico-pragmáticas dessa construção, além de levantar indícios de que ela é uma construção gramatical. Utilizo dados do português brasileiro contemporâneo oral provindos de bancos de dados de diferentes regiões do país.

Observem-se, a seguir, algumas ocorrências da construção [PEGAR OD E]:

(1) Então o, esse problema de Bolsa, problema de ações é um problema em que o governo tem que reformular, tem que deixar isso como um ditado que diz que a tenda quer quem nos entenda. Não adianta você botar um general dentro dum banco e ele não entende de banco, ele entende de caserna. É a mesma coisa que *pegar um engenheiro e botar dentro de uma farmácia*. Ele entende é de engenharia, não é de, não é de droga. Se botar um veterinário dentro de um, dentro dum hospital, não vai dar. Então eu acho que cada um no seu lugar. Militar tomando conta daquilo que lhe confere pela condição. O civil, naquilo que lhe confere a condição, profissional ou não, cada um com a responsabilidade e cada um deve fazer aquilo que entende. Agora trocar não dá, não dá mesmo e o resultado está aí. Aí o circo pega fogo, o culpado é a, culpado é bê, culpado é cê, até Cristo é o culpado no fim. (NURC/Rio de Janeiro/Inquérito 181)

(2) L2: por exemplo... a riqueza... o problema economia... a economia significando a existência de dinheiro... no caso específico disso... é a existência de recursos materiais... não é a economia... o sistema econômico... se é agrícola... se é comercial... se é industrial... não é esse problema... porque a economia de um modo geral quando a gente fala... não fala da riqueza... e sim... da existência ou não de dinheiro... mas do sistema

econômico... agora... aqui no caso... nesse caso que foi empregado aqui... foi de existir dinheiro... quer dizer... a economia existência de dinheiro... de bens... então... se a riqueza... se a riqueza... não é sistema econômico ...

L1: eu posso dar um exemplo a você...

L2: então... o que acon/...

L1: na área de educação no Brasil... o maior resultado... o maior sucesso que teve... pelo menos anunciaram aí... foi o Mobral... exatamente isso que ele está dizendo... *pegaram uma grande parcela de recursos e jogaram na alfabetização*... então eu não sei... eu não ...

L2: talvez não tenha sido bem feita (NURC/Rio de Janeiro/Inquérito 355)

(3) Olha, as grandes empresas elas fazem geralmente o estágio. Um estágio bom entre os, qualquer tipo de funcionário e depois do estágio eles selecionam. Então selecionam aquilo que dá, inclusive órgãos como a Petrobrás, eles dão cursos e depois do curso é que eles vão ver se aquele elemento dá pra aquele tipo, como, por exemplo, tipo de segurança, segurança da Petrobrás é não haver incêndio, esse problema, não é segurança nacional, segurança, defesa de saúde, defesa de vida. Depois do curso feito então eles selecionam. Bem, o curso tem cem, dos cem, vinte e cinco vão dar pra segurança, vinte e cinco dão, vão dar pra parte burocrática, tantos vão dar pra especialização. Então depois do estágio, do cursinho praticamente que eles dão lá dentro. E a parte naval também adota esse sistema, dentro do Arsenal de Marinha também há isso. Há os cursos de especialização, lá dentro então 'e que eles vêm a orientação que ele demonstra querer ter, que ele demonstra querer receber. Então isso seria o certo, isso seria o ideal. Mas geralmente no Brasil as fábricas menores não podem, não têm condição de fazer isso. Então *eles pegam o elemento que quer procurar um emprego, iniciam esse elemento*, depois veem se dá, se não

dá, se não der manda embora, se dá, se der, muito bem, vai especializando, vai aperfeiçoando o indivíduo. E o que aliás é uma falta é depois não haver uma orientação pra que ele possa especializar mesmo, ser um técnico no assunto, não um técnico cultural, mas um técnico específico naquele campo, né? (NURC/Rio de Janeiro/Inquérito 346)

Na próxima seção, destaco a relação existente entre a proposta de gramática emergente e o fenômeno de gramaticalização. A seguir, apresento propriedades morfossintáticas e semântico-pragmáticas da construção [PEGAR OD E]. Por fim, teço as considerações finais e listo as referências bibliográficas.

### **Gramática emergente e gramaticalização**

A proposta de gramática emergente de Paul Hopper é uma abordagem à gramática baseada no uso que se fundamenta na:

[...] noção de que a experiência de um falante com as formas linguísticas – sua frequência e contextos de uso – é a base do conhecimento gramatical. Nessa abordagem, a gramática é entendida como uma entidade dinâmica (HOPPER, 1998, p. 156) que emerge 'da repetição de muitos eventos locais' (BYBEE, 2006, p. 714) (TRAVIS; TORRES CACOUILLOS, 2010, p. 1).

A gramática é um sistema aberto, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetado pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia, inclusive em termos de frequência. Ela é, nas palavras de Ford, Fox e Thompson (2003, p. 122), “[...] um conjunto vagamente organizado de memórias sobre o que as pessoas ouvem e repetem ao longo de sua vida em situações de comunicação, um conjunto de formas, padrões e práticas que surgem

para servir às funções que os falantes necessitam desempenhar com maior frequência". Pode-se dizer, por conseguinte, que a gramática é composta por "[...] esquemas e padrões rotinizados, que são generalizados das estruturas que mais frequentemente emergem para preencher os objetivos comunicativos dos falantes" (ENGLEBRESTON, 2003, p. 89).

As construções gramaticais têm sua origem na repetição de agrupamentos de palavras no discurso (cf. BYBEE, 2010). A frequência de exposição e de uso das construções gramaticais é de grande importância para o estabelecimento e a manutenção da gramática: sua representação cognitiva é afetada pelo contato do usuário da língua com repetidas instâncias de uso no sentido em que *tokens* da experiência fortalecem os exemplares armazenados (cf. PIERREHUMBERT, 2001; BYBEE; HOPPER, 2001). Segundo Thompson e Couper-Kuhlen (2005), esses padrões gramaticais habituais suprem a necessidade humana de seguir modos rotinizados para agir no mundo: certos tipos de ação desencadeiam certos tipos de gramática.

Tavares (2012a) aponta que "[...] as construções gramaticais, que podem parecer estáveis quando tomadas fora do discurso, na verdade são instáveis e sujeitas ao rearranjo e a remodelação a cada situação de interação." A autora afirma ainda que:

O discurso pode ser definido como um mosaico sempre provisório, que é composto pela organização em andamento de construções lexicais e gramaticais concatenadas e encaixadas umas nas outras, sob influência de uma gama de fatores que condicionam cada situação discursiva (fatores cognitivos, comunicativos, sociais, estilísticos etc.). E a gramática é "[...] o agregado maleável e internalizado das formações vindas da língua em uso" – do discurso, das experiências com a interação

linguística que acumulamos durante a vida (BYBEE; HOPPER, 2001, p. 7). Como tal, a gramática é uma atividade em tempo real, *on-line*, que emerge do seu contexto discursivo e, dessa forma, é inseparável desse contexto. Não é, portanto, algo distinto do discurso, e sim toma parte ativa em sua constituição, sempre que interagimos.

As práticas comunicativas são caracterizadas pela “[...] interação dinâmica entre os modos de comunicação habituais, rotinizados, e os traços improvisados, contingentes e emergentes” (GÜNTHER, 2011, p. 181). No uso diário da língua, temos, por um lado, construções gramaticais que são repetidas, reforçando-se assim sua regularidade e seu caráter fixo, sistemático – o uso conserva a gramática; por outro lado, tais construções podem ser rearranjadas e remodeladas de modos diferentes, dando origem a construções inovadoras – o uso modifica a gramática (cf. TAVARES, 2003, 2012).

O processo de constituição da gramática é constante, gradual e sempre dirigido pelo discurso (cf. HOPPER, 2008): as construções gramaticais rotinizadas não são estáveis, mas sim adaptáveis às necessidades *on line* da interação face a face. Ou seja, “[...] as estruturas estão constantemente sendo modificadas e negociadas durante o uso” (HOPPER, 2011, p. 29). As adaptações e negociações acontecem a partir das experiências anteriores imediatas e de longa duração de cada um dos interlocutores com o uso das construções gramaticais em situações discursivas variadas. Assim, o material gramatical é, em sua base, variável e probabilístico por natureza e derivado da experiência do usuário com a língua (cf. PIERREHUMBERT, 1994).

A gramática sempre está sujeita à mudança, posto que depende do uso que é feito dela nas diversas situações da vida cotidiana – palco em que se

manifesta a adaptação entre as necessidades cognitivo-comunicativas de falantes e ouvintes com diferentes experiências de vida e, por conseguinte, de língua (cf. TAVARES, 2012). Como as experiências do falante e do ouvinte com a língua são particulares, individuais, e podem ser distintas em diversos graus, eles têm de se esforçar para se fazer entender e para tentar entender, negociando e adaptando formas linguísticas para diferentes funções. Daí surge a mudança: adaptações feitas durante a interação, como tentativa de obtenção de êxito no processo de troca verbal, podem ocasionar o surgimento de novas estratégias para a constituição do discurso, que, se frequentemente repetidas, rotinizam-se, tornando-se parte da gramática da língua. Tornam-se, pois, construções gramaticais.

Esse movimento de rotinização gramatical é denominado gramaticalização, caracterizado como o processo de regularização gradual pelo qual uma estratégia frequentemente utilizada em situações comunicativas específicas adquire, no curso do tempo, função gramatical, fixando-se como uma nova construção. Esse processo envolve um conjunto de mudanças funcionais, pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas correlacionadas (cf. TRAUGOTT, 2010, 2011), todas induzidas pelos contextos de uso das formas relevantes.

É importante salientar, porém, que a “[...] gramaticalização tem seu início na gramática emergente, embora o inverso não aconteça: a gramática emergente pode levar ou não à mudança gramatical” (AUER; PFÄNDER, 2011, p. 14). Nem todas as estratégias de construção do discurso que emergem nas situações cotidianas de interação farão parte da gramática da língua. Somente algumas delas serão gramaticalizadas: as mais “vivas”, as mais utilizadas pelos falantes (cf. THOMPSON, 1993).

Essa compreensão de como as construções gramaticais surgem é de suma importância para o estudo da mudança linguística. É possível

observar, em padrões discursivos que sofrem alterações, construções gramaticais sendo geradas. O papel do linguista é identificar estratégias recorrentes de construção do discurso, buscando assim as regularidades da língua – a gramática. Tais regularidades podem estar gramaticalizadas há bastante tempo ou ser mais recentes (e talvez menos difundidas na gramática da comunidade como um todo), o que somente um estudo diacrônico pode revelar.

### **A construção [PEGAR OD E]**

O primeiro passo na análise de um possível fenômeno de gramaticalização é a identificação de uma estratégia de construção do discurso que apareça com frequência na fala de diferentes indivíduos. Essa estratégia pode representar uma construção que ou já é parte da gramática da língua – já tendo sido, portanto, gramaticalizada – ou pode estar a caminho de tornar-se gramatical. Nessa perspectiva, apresento, a seguir, o caso da construção [PEGAR OD E], defendendo que ela deve ser considerada uma construção gramatical do português brasileiro, uma vez que é identificável na fala de diferentes indivíduos, provenientes de diversas regiões do Brasil.

A construção [SUJi PEGAR ODj E SUJi V2 ODj] (a que, por comodidade, nos referimos como [PEGAR OD E]) é composta por um sujeito mais o verbo PEGAR mais um objeto direto mais a conjunção E mais um sujeito (cujo referente é o mesmo do sujeito do verbo PEGAR) mais um segundo verbo mais um objeto direto (cujo referente é o mesmo do objeto direto do verbo PEGAR). Observemos os seguintes exemplos:

(4) E: É, é, ou sei lá ajudar mais, fazer mais casa pra ensinar profissão pra esses-

F: Mais casa, mais escolas, mais- podiam pôr aí tipo escola profissionalizante, né? *Pegar essas meninada de rua aí, essa piaçada aí e ensinar, ensinar a fazer qualquer coisa.*

E: Ensinar e empregar.

F: Os índios nunca foram numa escola, quanto- quanto serviço bonito que fazem os índios, né? Então, porque que não colocam esses- esses piás aí pra ir aprendendo, fazendo esse negócio. (Banco de Dados VARSUL/ Curitiba/Entrevista 3)

(5) Porque nós temos o letramento na escola. Então *a gente tem que pegar essa linguagem tida como corriqueira e trazer para a linguagem formal*, quer dizer, há a transformação do que era banal e trazer p'uma coisa mais elitizada. Porque a linguagem é elitizada, você sabe, a linguagem exigida é elitizada. (professora de língua portuguesa – cf. RAQUEL, 2007, p. 142)

(6) Eu posso até dizer assim ... é como se ele visse ... ele olhasse pra um lado ... olhasse pra outro e visse tá aqui a solu/ a solução ... tá nas minhas mãos ... a solução do país tá nas minhas mãos ... a solução dos meus filhos futuramente tá nas minhas mãos ... mas ele tem medo de enfrentar ... de encarar a realidade ... *de pegar o seu direito de voto e dizer assim* ... "eu vou usar essa arma" ... não ... eles se deixa enganar ... se deixa iludir por um dinheiro ... por uma cara bonita ... por um ... por um:: meio de comunicação como é a televisão ... (*Corpus Discurso & Gramática/Natal*)

(7) Como você pode... é::... dar alimento à criança... que é a parte da educação... nessa chamado CIEPS... que eu não gosto nem um pouco... porque eu acho que CIEP e CIAC foram projetos... é:: como diz... querem dar projetos revolucionários para educação num país que eu acho que *você podia pegar um prédio velho... reformar e manter o fator histórico... o fator... o fator... educacional... investir o tempo que ia gastar num novo projeto...*

investir em professores... em educação... se investisse mais nesta parte...  
então já é um grande bem... (*Corpus Discurso & Gramática* - Rio de Janeiro)

No exemplo (4), será que primeiro a meninada de rua é pega, e depois é que se ensina algo para essas crianças? Quanto ao exemplo (5), será que primeiro a linguagem é pega, e depois é que é “trazida” para a linguagem formal? Em (6), será que primeiro o direito de voto é pego, e depois é que se diz algo sobre ele? Em (7), um prédio velho é pego e, após, reformado?

Não faria mais sentido interpretarmos a construção *Pegar essas meninada de rua aí, essa piazada aí e ensinar* como se referindo a um único evento, isto é, ‘ensinar essas meninada de rua aí, essa piazada aí (a fazer qualquer coisa)’? Igualmente, não faria mais sentido interpretarmos a construção *pegar essa linguagem tida como corriqueira e trazer para a linguagem formal* como se referindo a um único evento, ‘trazer a linguagem corriqueira para a linguagem formal’, assim como poderíamos interpretar a construção *pegar o seu direito de voto e dizer assim* como se referindo a um único evento, ‘dizer assim sobre o seu direito de voto’? E em (7), não há também um único evento em jogo, ‘reformatar um prédio velho’? Ou seja, as construções destacadas em (4), (5), (6) e (7) estariam se referindo a um único evento, podendo ser parafraseadas pelo segundo verbo. O mesmo vale para o caso dos exemplos (1), (2) e (3) apresentados na introdução.

Se considerarmos que, em todos esses exemplos, a primeira oração não faz referência a um evento que seja independente do evento referido pela segunda oração, então estamos diante de casos similares aos abordados por Hopper (2002, 2008) com base em dados do inglês, envolvendo a construção [TAKE NP] AND SU<sub>Ji</sub> V2 NP] ou [TAKE NP AND]. Nessa construção, a primeira oração também não faz referência a um evento que possa ser compreendido como independente do evento que é referido pela segunda oração. Aqui temos alguns exemplos:

(8) They took the same design as before and enlarged it by including a library and a gymnasium.<sup>2</sup>

Ele pegaram o mesmo design de antes e o ampliaram com a inclusão de uma biblioteca e de um ginásio.

(9) He was also saying I'm going to take that rational mind and hide it.

Ele também estava dizendo que eu vou pegar essa mente racional e escondê-la.

(10) We take that concept and apply it

Nós pegamos esse conceito e o aplicamos

(11) Other times I'd maybe take half the class and assess them at one task and the other half on a different task later on.

Em outras épocas, talvez eu pegasse metade da turma e os avaliasse em uma tarefa e a outra metade em uma tarefa diferente mais tarde.

Segundo Hopper (*op. cit.*), o verbo TAKE funcionaria, nesses casos, como uma espécie de auxiliar verbal que introduz o objeto do verbo pleno imediatamente subsequente. Similarmente à construção [TAKE NP AND], o efeito da construção [PEGAR OD E] no português parece ser o de uma construção verbal em que o verbo lexical e seu objeto estão em diferentes orações, isto é, o objeto está na primeira e o verbo está na segunda. PEGAR, portanto, não é verbo pleno e não remete a um evento distinto, apenas ressalta o objeto desse segundo verbo, tomando-o como seu argumento.

As duas orações que compõem a construção [PEGAR OD E] são indissociáveis, pois a primeira não faz sentido sem a segunda, ou seja, não

---

2. As traduções dos dados do inglês para o português são de minha responsabilidade.

pode ser empregada independentemente da oração subsequente. Esse comportamento revela que tais orações de fato constituem uma unidade morfossintática e semântica, ou seja, são partes de uma construção gramatical única. Nesse tipo de construção, os dois verbos “[...] não representam eventos distintos, mas sim fornecem juntos a predicação” (BYBEE, 2010, p. 219).

Uma vez que se trata de uma construção monopredicativa, [PEGAR OD E], além de fazer referência a um único evento, caracteriza-se por envolver dois verbos que têm o mesmo tempo, aspecto e modo, e pelo fato de o sujeito desses verbos ser o mesmo.

Se, na construção [PEGAR OD E], há apenas um evento em jogo, por que apresentar em uma parte da construção o objeto (introduzido por PEGAR) e em outra, o verbo pleno, que denota o evento? Hopper (2002, 2008) aponta três motivações cognitivo-comunicativas que podem estar subjacentes ao uso da construção [TAKE NP AND]. Essas motivações parecem se aplicar também ao caso da construção [PEGAR OD E].

A primeira motivação é a tentativa, por parte do falante, de organizar o fluxo das informações no discurso na direção de sua simplificação, pois, ao dividir a oração em duas partes, cada uma delas passa a deter um pedaço da informação e o ouvinte pode processá-la mais facilmente ao recebê-la em partes.

A segunda dessas motivações é a busca de manutenção da atenção do ouvinte por mais tempo, já que a estratégia de uso de dois verbos ao invés de um e de retomada do referente do objeto direto do primeiro verbo como objeto direto do segundo verbo aumenta a extensão do turno do falante. Assim, ele tem a vantagem de reter o turno de modo convincente enquanto apresenta as informações para o ouvinte.

Há ainda, como terceira motivação, a enfatização da importância da informação através de sua distribuição em duas unidades prosódicas, o que pode contribuir para tornar mais persuasivo aquilo que o falante deseja dizer. Isso ocorre porque o objeto direto dos verbos TAKE e PEGAR é um nome temático, isto é, um nome que introduz uma entidade significativa no discurso. Esse procedimento permite que a nova entidade ocupe uma oração por si só, o que lhe rende um papel proeminente no discurso vindouro. Além disso, como o verbo lexical é posposto para a oração seguinte, o ouvinte, para obter o conjunto total das informações, que crucialmente envolvem esse verbo, precisa esperar até que a sequência seja concluída.

As construções [TAKE NP AND] e [PEGAR OD E] não são frequentes na conversação cotidiana. Elas tendem a ser mais recorrentes em contextos de fala em que se destacam argumentações e explicações de maior extensão, contextos esses em que os falantes estão convencionalmente autorizados a manter o turno por mais tempo que na conversação e em que predominam gêneros textuais das esferas argumentativa e explicativa – às vezes gêneros monológicos, como palestras, aulas expositivas, pronunciamentos públicos etc. Provavelmente, é nesse contexto – o de gêneros argumentativos e explicativos – que essas construções emergiriam e, após terem se gramaticalizado, é nesse contexto que elas continuam a ser mais frequentes, o que mostra a importância de se considerar o gênero textual como um dos fatores determinantes do processo de gramaticalização.

Até o momento, identifiquei as seguintes possibilidades de variações morfossintáticas no que diz respeito à construção [PEGAR OD E]:

- (i) A retomada do objeto direto na segunda oração pode ocorrer através de anáfora pronominal (em (12)), anáfora zero (em

(13)) ou com a repetição do sintagma nominal que é o objeto da primeira oração (em (14)):

(12) Novamente o camarada olhava dizia: “Seu Rosildo, eu num sei como é que o senhor decora tantos passageiro, tanto dinheiro, tanta senha e devolvia tudinho direitinho”. Quer dizer, era minha a propriedade e eu fazia os condutor dizia às vezes os menino {inint} ia lá em baixo, né? “*Eu vou ver se pego esse camarada e enrolo ele*”. Mas num enrolava não, entrava dez passageiro, dez passageiro no fim do dia eu sabia quanto tinha feito, e sempre dava exato com eles porque depois que eu fazia num precisava de de caderno nada, era uma máquina, é um computador. (Banco de Dados VALPB/Informante 26)

(13) Agora não acredito que todo o dinheiro que estava investido, seja em- em que papel for, seja em OVER, em OPEN ou caderneta de poupança, de todas as empresas, sejam pequenas, médias ou grandes empresas, fosse especulação imobiliária. Porque toda- toda a empresa, qualquer cidadão, eu, você ou qualquer pessoa, que tivesse um dinheirinho, ou recebesse o seu salário, tratava de aplicar um dinheiro. Por que? Porque a inflação corroía o seu salário no dia seguinte. Então, não se pode ser contra que *o empresário pega- pegasse o dinheiro dele e colocasse num mercado financeiro*, até pra subsistência da- da empresa. que como é que ele vai pagar o empregado no final do mês se o dinheiro fica parado? Sem- sem- sem estar aplicado, né? Então eu acho que é aceitável que todos tivessem o seu dinheiro aplicado. Então eu repito: eu acho que devia ser levantado o que é que o empresário precisa pra manutenção da sua empresa. Aquilo devia ser liberado pra ele. Até pra não ter recessão. (Banco de Dados VARSUL/Florianópolis/Entrevista 21)

(14) Agora, depois de ele estar no mal não adianta, porque- o que é que você vê no jornal? Você vê no jornal o seguinte: “Olha, cinco detentos da FUCABEM fugiram e roubaram e assaltaram, tentaram estuprar.” E- e assim

está indo esse troço, está- está indo de- de cabo a rabo aí, está- está- está uma bagunçada, que não dá mais pra entender. Então o que eu digo é o seguinte: Temos que ter a FUCABEM. Sim. Que podia ser hoje o Abrigo de Menores, mas *você pega a criança e escola a criança*. Porque na época do Abrigo de Menores, o- o menino não ficava lá- o abrigado não ficava lá, não só andando pra lá e pra cá e preso, não. Porque hoje na FUCABEM é preso. Pra mim é preso. Que os detentos ficam- o abri- pra mim é detento! O abrigado- o detento fica lá e fica sendo tratado que nem marginal. Agora, na- na época do Abrigo de Menores era o seguinte: garoto ia pra ali, então ele tinha: a hora de futebol, a hora de aula, a hora de lanche, até a hora de jantar e dormir. Errava! Sim, errou. Então ele tinha o castigo dele. Tinha! Tinha, que eu lembro, na época. Mas não era tão rigoroso como é o- a FUCABEM hoje. O castigo era o seguinte: dar cinquenta voltas em- cinquenta voltas em- em volta do- do- do gramado. (Banco de Dados VARSUL/Florianópolis/Entrevista 2)

(ii) A conjunção E pode não estar presente, como em (15), (16) e (17):

(15) I: No palco, isso é ruim, porque quem tá, quem tá assistindo é: quem entende muito, observa tudo.

E: Sei. Essa coisa de ser paraibano tem alguma influência negativa para você, nessa sua carreira?

I: Eu acho que não. Não pra mim assim, mais como pra muita gente. Uma vez, eu escutei aquela Arlete Sales, que ela é de Recife, ela tava falando que ela teve muita dificuldade quando chegou no Rio, por causa do sotaque + entendeu? Quem chega no sul hoje para fazer teatro e tem sotaque nordestino você sabe que é discriminado, porque eles não querem. *Agora, eles pegam os atores lá do sul, bota pra aqui, fazem novela no Nordeste e quem é que fala arrastado assim, não sei o quê.* + Aqui a gente não fala

daquele jeito. Aquilo dali é ridículo, assim, aquela novela, por exemplo, fala muito arrastado. É uma coisa [ridícu] ridícula, porque a gente num fala desse jeito. A gente num fala de jeito nenhum. + É uma coisa assi:m constrangedora pra quem é: + paraibano, principalmente quem é do Nordeste. + É uma coisa chata. (Banco de Dados VALPB/Informante 8)

(16) Então acho que vai Então pra onde que vai todo esse dinheiro que eles arrecadam? Então por exemplo, [nesses] nessas cidades, né? mais carentes, *se eles pegassem todo o dinheiro que eles arrecadam do pessoal, investissem, né? na lavoura*. É, por exemplo, essa chuva artificial, né? que teve aí no nordeste, numa cidade que não me recordo agora, eles fizeram, né? porque estava há muito tempo sem chuva, eles fizeram, né? aquela chuva artificial. Então você veja, [se eles] se eles fizeram uma vez, porque não vão continuar fazendo? Se dá resultado, né? (Banco de Dados VARSUL/ Curitiba/Entrevista 19)

(17) Hoje em dia, os menino é solto, os menino num têm estudo, os menino não têm nada. Aí é só se gastanø::, e esses menino não ajuda nem a lavar prato, é tudo solto. A se bota numa casa de família num dá certo::, se bota:: no colégio, <a gente> não vê fazer nada, só pedindo, pedindo:: esmola pelo meio do mundo porque realmente::, auxílio é esmola, né? Fazer esse esses:: essas campanha de quilo de feijão, quilo de arroz, quilo de açúcar::; isso não resolve problema de ninguém. O que resolvia era *pegar essa essas criança, botar num colégio::*, botar num: abrigo:: a ensinar eles trabalhar, porque:: o futuro da gente:: a mais tarde:: do Brasil:: é essas criança:: e a mais tarde como é que vai ser esse povo:: sem ter educação, sem ter nada, tudo dançando pelo meio do mundo? (Banco de Dados VALPB/Informante 23)

(iii) O objeto direto da primeira oração pode ser retomado em outra função sintática. Ele pode ser parte de um adjunto adnominal ou de um complemento nominal na segunda oração,

como em (18), (19) e (20). Ele pode ser também parte de um adjunto adverbial na segunda oração, como em (21), em que o adjunto adverbial está elíptico, mas é facilmente recuperável:

(18) Então é a maneira que [vem] vem [essa] essa criançada e que amanhã ou depois estão tudo aí nas ruas. Eu achava assim que parte do governo, cada governo de sua cidade, cada autoridade, se reunir governos, prefeitos, deputados, tudo assim, fazer [um] uma associação, um conjunto de *pegar assim [essas] [essas] essas mulheres assim e mandar fazer cirurgia em todas elas*. Sabe? pra não porem [<fi>] [<fi>] filhos no mundo pra amanhã serem ladrão, bandidos. Olhe, o que tem, né? [de] de meninos de rua Isso aí nunca vai acabar, nunca vai ter fim, né? Eu acho que isso aí nunca. Eu acho que o vandalismo, sabe? está uma coisa por demais. (Banco de Dados VARSUL/Curitiba/Entrevista 10)

(19) Na hora que um aluno... quer dar a sua opinião sobre o tema debatido... ele então... vai escrever a sua opinião... quer dizer... ele não... se permite que o aluno fale até determinado momento... quando ele está querendo participar... então o professor diz... não... escreva o que você está pensando... e... no início o critério de avaliação... poderá ser bastante flexível... ou seja... é... nós vamos procurar... despertar no aluno uma capacidade de expor o conteúdo de uma maneira lógica... e com pertinência ao tema... a partir daí... num segundo estágio... nós poderemos colocar algumas questões de gramática e... o que eu achei excelente -- isso também foi sugestão de outro grupo... não é sugestão minha -- é que o... o... o grupo disse... nós não devemos corrigir... ou seja... *pegar a redação e colocar a forma certa*... nós devemos... assinalar o erro... colocar um número ao lado desse erro e o aluno... estaria de posse de uma apostila... de alguma coisa... um... um roteiro... em que os números corresponderiam aos erros... por exemplo... número um seria ortografia... então em vez de o professor riscar aqui o arbitrário com agá... o professor apenas sublinha o arbitrário e dá ao aluno

as fontes onde ele pode encontrar essa palavra corretamente escrita... ou seja... um dicionário. (NURC/Rio de Janeiro/Inquérito 096)

(20) Agora o interessante é que ... quando ela cantava em boates ... as músicas que ela cantava ... geralmente tinha assim ... aqueles temas de ... é ... por exemplo ... deixa eu lembrar uma das músicas que tinha ... eu te amo né ... você é o meu homem ... assim ... coisas desse tipo ... e aí no ... quando ela começou a reger o coral ... *ela pegou as mesmas músicas e mudou um pouco as letras* ... né ... no caso ela dizia ... eu te amo Deus ... mudou assim ... as letras ... era super engraçado né ... (*Corpus Discurso & Gramática/Natal*)

(21) I: <Rapay>, o que vale no casamento é o (inint) negócio de casamento eu tenho pra mim que num vale nada não. O que vale é o procedimento, mais num é? Mulher procedeu bem também, eu sou contra, condeno isso, aí eu sou contra isso. Homem só nasceu pra casar cum a mulher.

E: Assim, o senhor acha que deveria ter algum castigo pra essas pessoas?

I: Rapaz, eu num sei nem dizer. Que é parada você um homem casar cum outro, a mulher casar cum outra, eu sou contra isso. *Devia pegar uma ilha e botar esse povo separado*, né? Num contam que aqui Tambaba <rapay>, eu conheço, eu caçei muito lá. Mais num era, era mata. Agora diz que é muita tem uma população E tão dançando nu! Eu só acredito vendo. É uma verdade, tão dançando nu por lá mesmo? (Banco de Dados VALPB/ Informante 24)

(iv) O objeto direto da primeira oração pode ser retomado como objeto direto do verbo principal de uma oração subordinada à segunda oração, como em (22):

(22) Depois eu ia primeiro pensar numa creche, não numa creche- um- um lugar pra- pra criança, mas que ensinasse, entendeu? Eles iam ter o dormitório deles, né? Aí ia ter uma parte que ia- ia fazer- eles iam fazer coisas pra eles aprenderem a sobreviver. Tipo eu ia ensinar eles a- ou a construir, ou a bordar, coisas assim, organizar as crianças, porque daí eles têm que começar de baixo, pra cima. Não adianta *a gente pegar os- os mais velhos e querer ensinar a votar* porque eles já têm um nominho na cabeça, é difícil mudar um adulto. Uma criança tu tens mais tempo, tu vais com mais diálogo, ela está- está começando a amadurecer. Então é mais fácil ensinar pra criança do que para o mais velho. Então faria uma casa só pra crianças aprenderem, né? (Banco de Dados VARSUL/Florianópolis/Entrevista 27)

### **Considerações finais**

Hopper (1987) defende que a análise das construções gramaticais em seu habitat, o discurso, leva a uma visão de gramática como fluida e instável, isto é, como emergente do contexto discursivo, e inseparável dele. Nessa ótica, como já mencionei, a tarefa do linguista é identificar estratégias linguísticas recorrentes no discurso, mapeando assim as regularidades da língua – a sua gramática.

Foi o que Hopper (2002, 2008) fez ao identificar e estudar a construção [TAKE NP AND], até então não considerada como gramatical e sequer como uma construção do inglês. No entanto, trata-se de uma construção frequente, especialmente em gêneros das esferas argumentativa e explicativa, e cuja estrutura é relativamente fixa – duas características típicas de construções gramaticais.

Encontrei ocorrências do verbo PEGAR que podem ser recortadas no formato de uma construção estruturalmente similar a [TAKE NP AND], qual seja [PEGAR OD E]. Além disso, verifiquei não apenas que a organização morfossintática da construção [PEGAR OD E] assemelha-se

à da construção estudada por Hopper, mas também que a função do verbo PEGAR nessa construção pode ser relacionada à função proposta por Hopper para o verbo TAKE na construção [TAKE NP AND]: a introdução, no discurso, do referente do objeto direto do verbo subsequente, de modo a garantir a simplificação no processo de interpretação das informações, a manutenção do turno e a ênfase da importância da informação transmitida.

A construção [PEGAR OD E], assim como a construção [TAKE NP AND], também é frequente e relativamente fixa em termos estruturais, indícios de que se trata de uma construção gramatical com certo grau de rotinização no português brasileiro contemporâneo. Todavia, dada a existência de diferentes padrões de variação morfossintática para a construção (cf. seção 3), é possível que ela ainda esteja passando por um processo de gramaticalização, futuramente podendo vir a se tornar mais fixa em termos estruturais do que é atualmente.

Ademais, cumpre lembrar que, no processo de emergência de formas gramaticais, “[...] não há um término natural, um conjunto atual completo de fatos linguísticos ou uma entidade sincronicamente limitada” (HOPPER, 2011, p. 29). Sendo assim, como aponta Pekarek Doehler (2007 apud HOPPER, 2011, p. 42), os enunciados são “[...] os produtos emergentes de práticas interacionais parcialmente rotinizadas” e, portanto, alguns deles serão compostos de acordo com configurações morfossintáticas mais rotinizadas, ao passo que outros apresentarão maior variabilidade estrutural, ao sabor das demandas de cada situação de interação.

## Referências

- AUER, Peter; PFÄNDER, Stefan. Constructions: emergent or emerging? In: AUER, Peter; PFÄNDER, Stefan. (Eds.). *Constructions: emerging and emergent*. Berlin: de Gruyter, 2011. p. 1-21.
- BYBEE, Joan. From usage to grammar: The mind's response to repetition. *Language*, v. 84, n. 4, p. 711-733, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- \_\_\_\_\_; HOPPER, Paul John. Introduction to frequency and the emergence of linguistic structure. In: BYBEE, Joan; HOPPER, Paul J. (Ed.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001, p. 01-24.
- CUNHA, Maria Angélica F. (Org.). *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.
- ENGBRESTON, Robert. *Searching for structure: the problem of complementation in colloquial Indonesian conversation*. Amsterdam: Benjamins, 2003.
- FORD, Cecilia E.; FOX, Barbara A.; THOMPSON, Sandra A. Social interaction and grammar. In: TOMASELLO, Michael (Ed.). *The new psychology of language*. v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003. p. 119-143.
- GÜNTHER, Susanne. Between emergence and sedimentation: projecting constructions in German interactions. In: AUER, Peter; PFÄNDER, Stefan. (Eds.). *Constructions: emerging and emergent*. Berlin: de Gruyter, 2011. p. 156-185.
- HEYVAERT, Liesbet. *A cognitive-functional approach to nominalization in English*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.
- HOPPER, Paul John. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, v. 13, p.139-157, 1987.
- \_\_\_\_\_. Emergent grammar. In: TOMASELLO, Michael (Ed.). *The new psychology of language*. v. 1. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998. p. 155-176.
- \_\_\_\_\_. Grammatical constructions and their discourse origins: prototype or family resemblance? In: PÜTZ, Martin; NIEMEIER, Susanne; DIRVEN, René (Eds.). *Applied cognitive linguistics I: theory and language acquisition*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001. p. 109-129.

\_\_\_\_\_. Hendiadys and auxiliation in English. In: BYBEE, Joan; NOONAN, Michael (Eds.). *Complex sentences in grammar and discourse: essays in honor of Sandra A. Thompson*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 145-174.

\_\_\_\_\_. The openness of grammatical constructions. *Chicago Linguistic Society*, v. 40, n. 2, p. 153-175. 2004.

\_\_\_\_\_. Emergent serialization in English: pragmatics and typology. In: GOOD, Jeff. (Ed.). *Language universals and language change*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 253-84.

\_\_\_\_\_. Emergent grammar and temporality in interactional linguistics. In: AUER, Peter; PFÄNDER, Stefan. (Eds.). *Constructions: emerging and emergent*. Berlin: de Gruyter, 2011. p. 22-44.

HORA, Dermeval da. *Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB)*. Paraíba, 2005. CDRom.

PIERREHUMBERT, Janet B. Knowledge of variation. *CLS*, v. 30, p. 232-256, 1994.

\_\_\_\_\_. Exemplar dynamics: word frequency, and lexical analysis. In: BYBEE, Joan; HOPPER, Paul John (Eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 137-157.

PROJETO NURC. Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro: banco de dados. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>. Acesso em: 15 out. 2011.

PROJETO VARSUL. Variação Linguística na Região Sul do Brasil: banco de dados. Disponível em: <<http://varsul.cce.ufsc.br/>>. Acesso em: 30 out. 2011.

RAQUEL, Betânia M. G. *Sociolinguística, política educacional e a escola pública de Fortaleza/CE: correlações teórico-metodológicas e político-pedagógicas*. Fortaleza, 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará.

TAVARES, Maria Alice. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 26/02/2003.

\_\_\_\_\_. Gramática emergente: recorte de uma construção gramatical. In: SOUZA, Edson Rosa F. (Org.). *Gramática, texto e discurso: diálogos possíveis, novas perspectivas*. Contexto: 2012. (no prelo)

THOMPSON, Sandra. O discurso e a gramática. Entrevista de Rosália Dutra. *D.E.L.T.A.*, v. 9, n. 2, p. 217-236, 1993.

\_\_\_\_\_; COUPER-KUHLEN, Elizabeth. The clause as a locus of grammar and interaction. *Discourse Studies*, v. 7, n. 4-5, p. 481-506, 2005.

TRAUGOTT, Elizabeth C. Grammaticalization. In: JUCKER, Andreas H.; TAAVITSAINEN, Irma. (Eds.). *Historical pragmatics*. Berlin: de Gruyter, 2010. p. 97-126.

\_\_\_\_\_. Grammaticalization. In: LURAGHI, Silvia; BUBENIK, Vit. (Eds.). *Continuum companion to historical linguistics*. London: Continuum, 2011. p. 271-285.

TRAVIS; Catherine E.; TORRES CACOULOS, Rena. Discourse syntax. Prepared for: *Handbook of Hispanic linguistics*. Cambridge: Blackwell. 2010. Draft.

VOTRE, Sebastião; OLIVEIRA, Mariângela Rios (Coords.). *A língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro*. 1995. Impresso.



# Desenvolvimento de marcadores semântico-pragmáticos à luz da gramaticalização

João Bosco Figueiredo-Gomes (PRADILE/UERN)

## Introdução

Considerando nebulosa a diferença entre *operadores argumentativos* e *marcadores ditos “discursivos”* (MDs), neste capítulo, apresento algumas discussões e achados relativos ao desenvolvimento desses itens e construções linguísticas como relativos à gramaticalização, sobretudo no tocante aos aspectos semântico-pragmáticos envolvidos nesse processo.

Baseio-me em trabalhos realizados por Heine & König (1991), Heine *et al.* (1991), Traugott (1995/1997); Fraser (1988); Martelotta (1996); Gorski *et al.* 2004 e Figueiredo-Gomes (2008), que envolvem tanto o desenvolvimento de operadores argumentativos e marcadores discursivos quanto a modalidade epistêmica em um ponto focal no percurso de gramaticalização desses itens.

Assumo a gramaticalização como um processo em que as mudanças acontecem de maneira gradual, numa escala unidirecional e contínua, partindo de um significado mais concreto para um mais abstrato. Defendo, portanto, a orientação funcionalista, corrente na linguística contemporânea, que objetiva integrar o estudo da forma das expressões linguísticas ao uso dessas expressões na situação de interação comunicativa.

Tradicionalmente, gramaticalização é o processo histórico unidirecional e dinâmico, pelo qual itens lexicais adquirem novos *status* como formas

gramaticais morfossintáticas e passam a codificar relações não codificadas ou codificadas diferentemente (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991). Por exemplo, o verbo *ser* (= existir), na dimensão lexical/etimológica, passa para o *status* de cópula na morfossintaxe. Já numa perspectiva semântico-pragmática, a gramaticalização é entendida como a mudança pela qual itens lexicais e construções aparecem em certos contextos linguísticos para servir a funções gramaticais, ou itens gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p.15). Por exemplo, o verbo *ir* como verbo pleno indica movimento, mas, ao lado de outro verbo pleno, passa a funcionar como auxiliar, indicando futuramente.

Tendo a unidirecionalidade como propriedade da gramaticalização em fenômenos da linguagem, dois mecanismos cognitivos em especial têm sido considerados como responsáveis pela migração de um estágio a outro: transferência metafórica e pressão de informatividade (ou metonímia).

Por meio da transferência metafórica, conceitos menos complexos (mais concretos) passam, num processo de abstratização crescente, a conceitos mais complexos (mais abstratos). Assim, conceitos que estão mais próximos da experiência humana são utilizados para expressar outros que são mais abstratos. Enquanto a metáfora envolve a especificação de um conceito, geralmente mais complexo, em termos de outro não presente no contexto, isto é, uma transferência semântica através de uma similaridade de percepção de sentido, a metonímia envolve a especificação de um significado em termos de outro que está presente no contexto. Trata-se de um mecanismo de mudança cujas motivações estão no contexto linguístico e pragmático de uso de uma dada forma. Há uma associação conceitual entre entidades de algum modo contíguas, de forma que o item linguístico que é usado em referência a uma delas passa a ser usado também para outra.

A analogia e a reanálise são processos cognitivos ligados à metáfora e à metonímia, respectivamente. A analogia é um mecanismo que não causa propriamente a mudança linguística, mas a expansão da mudança na língua, ou seja, estende regras de generalização a itens, atraindo-os para construções já existentes, acarretando a disseminação da inovação para domínios diversos. A analogia aproxima psicologicamente categorias em ausência, isto é, situadas no eixo paradigmático. A reanálise é um mecanismo que consiste na reestruturação de itens ou construções, resultando em uma reinterpretção das relações entre eles, não implicando nenhuma modificação intrínseca ou imediata na manifestação superficial da construção reanalisada. Envolve a reorganização e mudanças, frequentemente locais, situadas no eixo sintagmático.

No percurso de mudança semântico-pragmático, os estudos retrocitados sobre os operadores argumentativos e marcadores discursivos fazem a correlação dos significados dos itens e construções linguísticas com as funções da Linguagem *ideacional*, *interpessoal* e *textual*. (cf. HALLIDAY, 1985) Esses estudos ancoram-se, pois, no funcionalismo tanto de orientação norte americana como de orientação europeia.

Segundo a Linguística Sistêmico-Funcional, a gramática é um mecanismo linguístico cujas diferentes redes sistêmicas codificam diferentes espécies de significado que se ligam às diferentes funções da linguagem. Assim, a gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante opera escolhas simultâneas, para qualquer uso que faça da língua.

Assim, a função *ideacional*, ou seja, referir ou denotar, liga-se ao sistema de *transitividade*, que especifica os papéis dos elementos da predicação (Ex.: ator, meta), codifica os significados de nossa experiência, tanto do mundo exterior (social) quanto no mundo interior (reações, cognição, percepção, assim como atos linguísticos de falar e de entender), descrevendo, pois,

processos mentais, materiais e abstratos; nesse ponto de vista, a oração é entendida como um processo (reflexivo, perceptivo) de ações, eventos, processos de conscientização e relações.

Já a função *interpessoal*, que expressa papéis e atitudes dos participantes numa situação comunicativa, liga-se ao sistema de *modo* (Ex.: indicativo, imperativo, estruturas interrogativas) e *modalidade* (Ex.: auxiliares modais, elementos modalizadores) codifica as funções ditas sintáticas (Ex.: sujeito, predicador, complemento) e diz respeito à troca, isto é, aos papéis da fala, no sentido de interagir com as outras pessoas. É por meio dela que o falante expressa seu julgamento e suas atitudes (componente de orientação para o falante), bem como as relações que estabelece entre si próprio e o ouvinte, ou seja, estabelece e mantém relações comunicativas, sociais (componente de orientação para o ouvinte). Nessa perspectiva, a oração é entendida como um ato de fala (troca de papéis em interações retóricas – perguntas, ofertas, comandos).

A função *textual*, que atua na organização do texto, liga-se ao sistema de *tema* (tema e rema) e o de *informação* (dado e novo, foco), que especificam as relações (dentro do enunciado; ou entre o enunciado e a situação), dizem respeito a organizar a mensagem (organizando o fluxo discursivo e criando continuidade), ajustando-a a outras mensagens e ao contexto mais amplo, isto é, à função linguisticamente intrínseca. Ainda no componente textual da gramática funcional, diferentemente das noções de tema e informação, encontra-se o conceito de *coesão textual*, que consiste nas relações semânticas por meio das quais a interpretação de um item depende de outro que integra o mesmo texto e estabelece-se mediante o emprego dos recursos de referenciação, repetição, sequenciação, junção, clivagem, por exemplo.

Revisitos alguns conceitos basilares à compreensão deste capítulo, passo ao desenvolvimento dos operadores argumentativos e marcadores

discursivos tanto na literatura nacional quanto na estrangeira, além de referendar, com dados da sincronia atual, o estudo diacrônico de Figueiredo-Gomes (2008) sobre o marcador *é que*.

## Operadores argumentativos e a gramaticalização

Associando a gramaticalização à hipótese da unidirecionalidade, alicerçada por processos metafóricos e metonímicos, e às funções da linguagem, trago para discussão as possíveis trajetórias por que passaram os *operadores argumentativos*, defendidas por Martelotta (1996), com base nas propostas de Traugott e König (1991) e Heine *et al.* (1991). Além disso, apresento uma breve discussão sobre a tendência de surgimento de significados modais epistêmicos na trajetória desses operadores.

Martelotta (1996, p.194) caracteriza os *operadores argumentativos* como aqueles elementos que, além de desempenharem funções de caráter basicamente gramatical, dão uma orientação argumentativa ao discurso. São, pois, elementos mais fixos na cláusula e têm a função básica de “organizar internamente o uso da língua e não fazer referência a fatos do universo biossocial”. O autor defende que, mais especificamente, os operadores tendem a desempenhar as seguintes funções:

- a) fazer alusão a dados do texto já mencionados ou por mencionar, funcionando como elementos anafóricos ou catafóricos, como: *assim, lá*;
- b) ligar partes do texto, dando-lhes uma orientação lógica, como: *porque* (causa), *mas* (adversidade); e,
- c) operar estratégias argumentativas, chamando a atenção do ouvinte para elas, como: *então* (retomando um assunto interrompido).

Como mostro na próxima seção, algumas dessas características são citadas como pertencentes aos MDs, talvez por isso, Martelotta (1996) tenta distingui-los dos operadores argumentativos, mostrando que os MDs estão mais ligados ao processo de discursivização<sup>1</sup>, posto que assumem funções mais voltadas para a orientação de interação. Invocando Risso, Silva e Urbano (1996), para quem todo elemento de função textual “cumpre sempre uma função orientadora da interação, ainda que fragilmente” (p.26), Martelotta assume que é “impossível estabelecer nítida distinção entre elementos de função eminentemente textual, como operadores argumentativos, e elementos basicamente interativos, como os marcadores discursivos.”(p.195)

Interpreto isso como uma afirmativa do Martelotta de que os MDs, ao contrário dos operadores argumentativos, atuam fora do nível textual. Segundo o autor, os MDs assumem funções interativas, em que os interlocutores se valem dos “elementos linguísticos para confirmar a recepção das informações”, por sua vez “os ouvintes os usam para indicar que estão acompanhando as informações que lhes são enviadas”. Já os falantes os utilizam ou “para organizar a linearidade do seu discurso<sup>2</sup>” ou utilizam, num de seus pontos mais extremos de abstração, “como preenchedor de pausa”. (p.196)

Então, partindo do princípio de que os MDs “resultam de uma trajetória de discursivização, que leva o elemento, num processo de abstração

---

1. Equivale a *post-grammaticalisation*, de Vincent, Votre e Laforest (1993) que refere o processo de mudança que leva determinados elementos linguísticos a serem usados para reorganizar o discurso, quando suas restrições de linearidade se perdem em função da improvisação típica da fala, ou para preencher o vazio comunicativo causado por essa perda.

2. O autor considera o discurso um domínio fora da gramática.

crescente, a assumir funções interativas”, Martelotta parece dar-se por satisfeito, ao encerrar a discussão, diferenciando-os dos operadores argumentativos, que, segundo ele, “tendem a ser provenientes de circunstâncias espaciais e temporais por um processo de gramaticalização, em que ocorre uma passagem do léxico à gramática”. (p.197).

Essa diferenciação não é nada esclarecedora para quem admite os MDs serem resultantes de um processo unidirecional de gramaticalização, como apresento na próxima seção deste capítulo. (cf. TRAUGOTT, 1995/1997; FRASER (1988); GORSKI *et al.* 2004, entre outros)

Findos os esclarecimentos, Martelotta (1996) analisa o funcionamento dos “operadores argumentativos” *então*, *quase* e, mais exaustivamente, o *ainda*, associando-os à função interpessoal, admitindo que o componente de *orientação para o ouvinte* pode recobrir estruturas que tenham como função principal estabelecer relação coesiva entre as partes do texto, quando essa relação é decorrente da intenção do falante de interagir comunicativamente com as expectativas do ouvinte.

Essa noção de expectativa está baseada em Heine *et al.* (1991, p.192), que estuda os marcadores que possuem a função de indicar situações que se desviam das normas compartilhadas entre os interlocutores. Esses elementos são chamados de *marcadores de contra-expectativa*, cujo uso implica um contraste entre o que é dito e o que se espera, o que é familiar, ou o que se supõe, ou que se considera como norma.

Assumindo essa noção, Martelotta (1996) analisa o uso do *ainda* como *marcador de contra-expectativa*. Defende a hipótese de que ele resulta de um processo de gramaticalização: ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO, tendo sua origem na forma latina *inde*, que apresentava valores espaciais, depois passa a expressar a noção temporal e, em seguida, torna-se operador argumentativo via pressão de informatividade (cf. TRAUGOTT; KÖNIG,

1991), uma vez que o uso do valor temporal do elemento tende a expressar um posicionamento relativo às expectativas dos interlocutores a respeito do conteúdo do diálogo. Segundo o autor, a característica básica do operador *ainda* como marcador de contra-expectativa em relação ao ouvinte não é o contraste com o que foi dito, mas ao que o ouvinte espera. Esse uso obedece também à trajetória: função ideacional > função interpessoal > função textual, de acordo com Heine *et al.* (1991), pois ele resulta da intenção de o falante direcionar a interpretação do ouvinte.

Centro-me, agora, no domínio das funções da linguagem, para avaliar a modalização dos operadores argumentativos, posto que, em um ponto focal de sua trajetória, eles tendem a assumir funções interativas.

Apesar de, na modalização, todas as funções serem cumpridas, pois tanto entender o ambiente (ideacional) como influir sobre os outros (interpessoal) são igualmente propósitos do usuário da língua, operacionalizados pela função textual, creio que é de maior interesse, para a análise dela, a função interpessoal.

Corroborando Neves (2006, p.200), parece evidente que a *função interpessoal* da linguagem se cumpre na interação verbal, momento em que falante e ouvinte, tanto organizam a mensagem, definem seus papéis na interlocução, posicionando-se como doador ou solicitador, asseverador, perguntador, respondedor, ordenador, etc. (a modalização implícita), como escolhem marcar explicitamente seu enunciado – ou não – com valores modais das diversas categorias.

Com base nisso, pode-se também supor que, quanto mais marcadamente for o enunciado, mais marcada estará a função interpessoal, devido à evidente presença do falante e do ouvinte, “tanto no comprometimento epistêmico (que se liga a um papel semântico do tipo experimentador, ligado ao falante) como no envolvimento deôntico (que envolve as diversas pessoas

do discurso, centrando-se no ouvinte)". Pode-se acrescentar a ligação da modalidade com a evidencialidade, que é "uma categoria marcadamente interpessoal" (NEVES, 2006, p.200).

A autora afirma que, entrando no domínio epistêmico e avaliando a qualificação modal em relação à qualificação evidencial, quanto aos propósitos do falante, pode-se dizer que a ambos os propósitos – o *ideacional* e o *interpessoal* – serve o falante quando modaliza epistemicamente um enunciado e, a ambos ele serve também quando torna evidente a fonte do conhecimento. Acredita a autora que se possa aventar que haja: a) maior aderência da *modalização* propriamente dita ao primeiro dos propósitos, posto que "ela representa que o falante avalia, filtra, julga a 'realidade' do estado de coisas ou a 'verdade' da proposição, com ou sem opinião pessoal, e a partir daí fazer distinções na escala do possível"; e b) maior aderência da *evidencialidade* ao segundo dos propósitos, uma vez que "ela representa que o falante assume uma relação com o mundo de outros falantes, trazendo-os ou não como 'interlocutores', como 'parceiros', na manifestação da avaliação epistêmica" (NEVES, 2006, p.200).

No tocante à tendência de surgimento de significados *modais epistêmicos* na trajetória de *operadores argumentativos*, remeto-me aos desenvolvimentos de *in fact*, *indeed* e *beside*, que são considerados *marcadores discursivos* por Traugott (1995/97), mas que, em um dos pontos focais de suas mudanças, sugerem que a modalização propriamente dita está marcadamente presente na seguinte cadeia: *Item lexical pleno* > *sintagma adverbial* > *advérbio sentencial* > *MD*, ou seja, todos os três MDs resultaram de advérbios sentenciais (IP Adv), e, basicamente, de sintagmas adverbiais com significados relativamente concretos '*action*', '*side*' (ação, lado). Em todos os casos em que uma mudança de significado na cláusula-interna repositada era requerida antes, a forma poderia se tornar um

advérbio sentencial. Enquanto *indeed* e *in fact* adquiriram significados modais evidencial/epistêmico, significados escalares e contrastivos, *beside* adquiriu o significado de extensão numa direção não-central.

Veremos, mais adiante, como esse exemplo mostra quão nebulosa é a diferença entre *operadores argumentativos* e *marcadores discursivos*. Acredito que ambos fazem parte de uma mesma “classe” ou, pelo menos, os primeiros estão presentes num *continuum* do desenvolvimento dos segundos, como sugere a trajetória de desenvolvimento de *in fact*, *indeed* e *beside*.

### Os marcadores discursivos e o paradigma da gramaticalização

A unidirecionalidade tem sido associada à gramaticalização desde há muito tempo. Assumo que ela é uma propriedade da gramaticalização. E, como tal, a unidirecionalidade tem sido usada como teste para avaliar quando atribuir uma mudança à gramaticalização, cujas definições, geralmente, orientam-se no percurso geral: Item/Construção Lexical > Morfossintaxe. Alguns pesquisadores excluem o desenvolvimento dos “marcadores discursivos” (MDs) da gramaticalização, ou por causa da unidirecionalidade ou por que eles não os consideram componentes da gramática. Por exemplo, Martelotta, Votre & Cesário (1996) colocam os marcadores discursivos fora da gramática e pertencentes a outro campo mais vasto – o “discurso”. Segundo os autores, os marcadores surgiram por meio do processo de mudança especial denominado “discursivização”.<sup>3</sup>

Diferentemente, Hopper (1987) defende que a gramática, na ótica emergente, abriga, além das palavras e construções tradicionalmente tidas

---

3. Em Figueiredo-Gomes (1999), defendo o processo de discursivização para o ser como marcador de afirmação.

como pertinentes ao âmbito gramatical (“núcleo duro”), quaisquer porções linguísticas recorrentes, como expressões idiomáticas, clichês, provérbios, transições, aberturas, fechamentos.

Sendo assim, além desses elementos, sujeitos a pressões contextuais, que tendem à rotinização e à fixação, podem ser incluídos no âmbito gramatical itens ou construções conhecidos na literatura como “marcadores discursivos” (MDs), do tipo: requisitos de apoio discursivo (*sabe?*, *entende?*, *né?*), sequenciadores (*e*, *aí*, *daí*, *então*), esclarecedores (*isto é*, *quer dizer*), modalizadores (*acho*, *parece*, *acrescento é que*), dentre outros exemplos que não são considerados gramaticais.

Traugott (1995/97) defende, como também o fazem Bybee, Heine, Sweetser, que, na gramaticalização, existe uma mudança semântica paralela do concreto ao abstrato (Ex.: adposição locativa > marcador de tempo). Até então, muito da metalinguagem correlacionava a gramaticalização à perda ou desbotamento semântico. Segundo a autora, hipóteses morfossintáticas e semântico-pragmáticas podem ser combinadas em uma antiga definição de Heine & Reh (1984, p. 15):

Com o termo ‘gramaticalização’, referimo-nos essencialmente a uma evolução pela qual as unidades linguísticas perdem em complexidade semântica, em significância pragmática, em liberdade sintática e em substância fonética.

Nas últimas décadas, muitos argumentos têm sido contrários à perda de significação pragmática. Traugott<sup>4</sup> tem proposto que a força pragmática, não o enfraquecimento, ocorre nos primeiros estágios de gramaticalização.

---

4. Em Traugott (1988); Traugott; König (1991); Hopper; Traugott (1993: Cap. 4). Ver também Sweetser (1988)

Como exemplo, Heine & Reh (1984, p.109) mencionam essa possibilidade: “Existe evidência para sugerir que ... estruturas sintáticas podem formar a entrada para estruturas pragmáticas .... [e.g.] o desenvolvimento do *marcador de foco completivo*<sup>5</sup> em algumas línguas africanas”. Outro exemplo é o caso do verbo *ir* que se tornou marcador de futuro, mesmo que a semântica do movimento possa ser enfraquecida ou “desbotada”, as inferências e a implicaturas conversacionais de intenção e futuridade são reforçadas.

Argumentos que também têm avançado são os de que os significados tendem a mudar para uma melhor subjetividade, ou seja, tornaram-se cada vez mais associados à atitude do falante, especialmente à atitude metatextual<sup>6</sup> para o fluxo do discurso (e.g. TRAUGOTT, 1989; 1995). Aqueles<sup>7</sup> que estudam gramaticalização sob uma perspectiva semântico-pragmática parecem concordar amplamente que, nos primeiros estágios de gramaticalização, aumenta a significância pragmática e a expressividade subjetiva.

A perda da liberdade sintática é outro aspecto da definição de Heine & Reh que é bastante alegado como peculiar à gramaticalização, amparado, principalmente, nos parâmetros de Lehmann (1995[1982]) em relação ao aumento no vínculo e à redução de escopo.

Entretanto, conforme Traugott (1995/97), vários contra-exemplos já têm sido apresentados com respeito ao vínculo:

---

5. Grifo nosso.

6. Como foi indicado por Dancygier (1992), já que “metalinguística” é um termo tão empregado, “metatextual” é preferível em referência àquelas propriedades da língua que comentam sobre a interpretação do texto. Deixa o termo “metalinguística” para comentários sobre a forma do texto (TRAUGOTT, 1995).

7. Por exemplo: Heine; Claudi; Hünemeyer (1991); Andersen (1993); Pagliuca (1994).

- a) a descliticização dos clíticos relativos, indefinidos, interrogativos do indoeuropeu em palavras independentes, isoladas (JEFFERS; ZWICKY, 1980);
- b) a descliticização, no estoniano, da partícula adverbial *ep* (sim 'yes', realmente, na verdade 'indeed', certamente 'just so', então 'then'), e da partícula interrogativa *es* (CAMPBELL, 1991; HARRIS; CAMPBELL, 1995);
- c) a reanálise, em Irlandês, do sufixo de primeira pessoa plural *-mid/-muid* como um pronome independente, citado por Bybee; Perkins; Pagliuca (1994, p.13-14).

Ainda conforme a autora, muitos exemplos do aumento sintático no escopo têm sido identificados na extensiva literatura sobre o desenvolvimento:

- a) das preposições em complementadores (e.g. WIEGAND, 1987; DUBINSKY; WILLIAMS, 1995<sup>8</sup>);
- b) de verbos em complementadores (e.g. LORD, 1993);
- c) de *like* (gostar), *go* (ir), *be all* (ser tudo > é tudo), etc. em marcadores de citação indireta (e.g. ROMAINE; LANGE, 1991);
- d) de verbos lexicais em auxiliares (ver ROBERTS, 1993).

O grande número de mudanças desse tipo sugere que o escopo sintático que aumenta deve ser levado em conta em uma teoria da gramaticalização. Pode-se perceber, com isso, que os parâmetros da Lehmann têm se mostrado fracos como argumento para a gramaticalização.

Em relação à força do vínculo e do escopo, Traugott (1995/97) apresenta como exemplo as investigações de Onodera (1993,1995) que mostram que a mudança, envolvendo subordinadores de cláusula final >

---

8. Dubinsky e Williams (1995) discutem o desenvolvimento relacionado ao das preposições temporais *after* (depois), *before* (antes), *while* (enquanto) em termos do desenvolvimento de um operador temporal. As mudanças resultantes com status de operador são típicas de gramaticalização. Por exemplo: "a gramaticalização produz formativos gramaticais ... isso significa que ela transforma operandos em operadores" (LEHMANN, 1993, p. 328)

MDs da cláusula inicial, ocorreu várias vezes no japonês, e.g. *V-te mo* (-te 'gerúndio' + *mo* 'mas') > *demo*:

### Estágio I: Adversativa em apenas um turno.

(Séc.XI)

(1) <i>Akekure,</i>	<i>mitate</i>	<i>matsurite mo,</i>
Morning: evening	see: off	HUM-GER but

*'Although morning and evening I bid farewell to (Ukifune)*

<i>akazu</i>	<i>oboe</i>	<i>tamai</i>	
dear		seem	HON

*she remains so dear in my mind*<sup>9</sup>

"Seja manhã ou noite, eu mando adeus a Ukifune, MAS ela permanece tão amada em minha mente".

(c. 1008, Conto de Genji; A ama lamentando a morte da *Lady Ukifune* [Onodera, 1995, p. 403])

**Estágio II:** Partícula discursiva<sup>10</sup> usada pelo falante B para refutar o pedido do interlocutor A.

(Séc.XVI)

(2) A. Shikashi	aitsu	o
But	that	DO

*'BUT, if/although (the thief)*

---

9. Em (1) a (3), apresento a tradução em inglês para efeito de comparação.

10. Segundo Traugott (1995/97), há a coexistência do antigo *-te mo* (*even if* 'ainda que') ao lado do novo *demo*. É um exemplo de "*layering*" (HOPPER, 1991), uma característica, embora não critério, de gramaticalização.

motte	itte	mo, nan	
bring-GER	go-GER	but, any (robs it the purse),	
no yaku	ni	tatsu	mai
be	of	use	NEG

*it will be of no use*'.

"... MAS, se/embora (o ladrão) roubasse sua pulseira, ele não faria uso dela."

B. <i>Demo</i>	omee,	Kane	ga
<i>But</i>	you	money	SB

'*BUT, there's money in it,*

<i>haitte</i>	<i>iru</i>	<i>jaa</i>	<i>nee</i>	<i>kai</i>
is				TAG

*isn't there, man?*'

"MAS há dinheiro nisso, não há?"

(1775 Edo humorous story [Onodera, 1995, p.406])

**Estágio III:** Partícula discursiva usada para pedir fundo e mudança do subtópico

(Séc.XX)

(3) <i>Demo,</i>	nihon	ni	kaettara	tanoshimi	desu	ne
<i>But,</i>	Japan	to	go:backfun	COP	FOC	PART

'*BUT, it will be fun, won't it, when you go back to Japan?*

"MAS, será divertido, não será (= não é ? ~ né?), quando você voltar ao Japão?"

(Um amigo de Onodera falando depois de uma pausa [Onodera, 1995, p.409])

Segundo Traugott (1995/97), o desenvolvimento total do exemplo japonês ilustra que não só aumentou a liberdade estrutural, mas também a subjetivação de uma já fraca concessiva subjetiva > marcador interpessoal (orientado para o destinatário) > um marcador da atitude do falante para seu turno. Desafia, portanto, a força do vínculo e do escopo, posto que ele ilustra tanto a separação como também a relação com o aumento de complexidade dos constituintes – no estágio III, *demo* vai para a cláusula principal, adquirindo, assim, um escopo sintático maior do que o estágio I ou II.

Refletindo sobre o desenvolvimento de *demo*, em japonês, analisado por Onodera (1993, 1995), como sendo um caso de gramaticalização, Traugott (1995/97) afirma que se faz necessário repensar não só os critérios de coalescência morfossintática e fixação, como também a natureza da gramática.

E é isso que a autora faz, quando adota uma visão de gramática, segundo a qual estrutura aspectos cognitivos e comunicativos da língua. Assim, adiciona o componente pragmático, ao formular a definição: “processo pelo qual um item, impulsionado por um certo contexto pragmático e morfossintático, torna-se gramatical” (p.1).

Então, nesse alargamento da gramática, podem ser inseridos os MDs, que, desde o livro básico de Schiffrin (1987), compõem uma categoria altamente reconhecida. Sabemos que essa obra serviu de impulso a um grande número de estudos sobre itens cuja função primária é agrupar o discurso, isto é, marcar relações entre unidades sequencialmente dependentes do discurso.

Schiffrin (1987) e Traugott (1995, 2001), fazendo coro com Fraser (1988, 2005), concordam que, como as gramáticas gregas e romanas não tiveram um termo usual para os MDs, eles foram amplamente ignorados até

pouco, principalmente, por se tratarem de itens primariamente pragmáticos, ou pelo menos pseudo-funcionais. Segundo Traugott (1995/97), os MDs também preenchem uma lacuna sintática e têm impulsionado propriedades tanto sintáticas quanto entonacionais. Eles são, portanto, “parte da gramática de uma língua”, como os inclui Fraser (1988, p.32), mesmo que eles sejam pragmáticos em função.

Schiffirin (1987, 2005) discute sobre um razoável número de itens como MDs. Traugott (1995/97) tem uma visão mais restritiva sobre os MDs, seguindo Fraser (1988; 1990), e trata os MDs como um subconjunto do que Schiffin (1987, 1990) chama de “dêiticos discursivos”, cujo principal propósito é “sinalizar um comentário especificando o tipo de ligação da sequência discursiva que realiza entre o enunciado corrente ... e o discurso anterior.” (Fraser, 1988, p. 21-2).<sup>11</sup> Segundo a autora, esse “enunciado corrente” pode ser mínimo – uma unidade de fôlego (na fala) ou uma sentença (na língua escrita) – ou relativamente longo; o “discurso anterior” pode ser um enunciado atual ou um que possa ser reconstruído pelo contexto.

Um exemplo citado por Traugott (1995/97) é *so* (‘então’) em: “*SO it is my privilege to introduce...*”, em que *so* é usado enunciando uma introdução de um colóquio; no caso, ele liga a fala à expectativa da audiência com uma introdução de um extenso contexto discursivo de um “colóquio”.

Concordando apenas parcialmente com as definições mais correntes, Fraser (1988, p.22) assevera que “a ausência do MD não torna a sentença agramatical e/ou ininteligível. Contudo, elimina um poderoso indício sobre o compromisso que o falante tem em relação à ligação entre o enunciado

---

11. Schiffin usa a mesma linguagem, mas não inclui todos seus exemplos segundo essa definição, e.g. *Oh, y'know*.

corrente e o discurso anterior”. Assim, os MDs desempenham uma tarefa metatextual, ou seja, permitem que os falantes mostrem suas avaliações não sobre o conteúdo que é dito, mas sim sobre o modo como ele é posto.<sup>12</sup>

Baseada nisso, como anunciei na seção anterior, Traugott (1995/97) descreve minuciosamente quatro estágios por que passam os MDs do inglês, no *Present Day-English* (PDE): *indeed* ‘realmente, na verdade’, *in fact* ‘de fato’ e *besides* ‘além de’, que, segundo Fraser (1988, p.31), sinalizam “que o enunciado corrente constitui uma explicação sobre um outro anterior”. A autora adverte que eles podem ser associados, mais especificamente, ao discurso do gênero *exposição*, mas, considerando os limites do artigo, não levou em conta essas “restrições”.

Segundo Traugott (1995/97), *indeed*, que se desenvolveu no período *Middle English* (ME), e *in fact*, que se desenvolveu no período *Early Modern English* (EMdE), têm histórias notavelmente similares.<sup>13</sup> Esse desenvolvimento fortalece a hipótese de trajetória do estudo do *é que*, apresentado mais adiante, porque envolve significados epistêmicos e metatextuais, presentes em suas funções.

Traugott compara:

- a) *deed* (originalmente, *feito, ato* ou *ação*) é etimologicamente um termo germânico, enquanto *fact* (também originalmente, *feito, ato* ou *ação*) foi emprestado do latim;
- b) ambos derivam do verbo *do*;
- c) ambos vieram de construções preposicionais para significados epistêmicos e metatextuais referentes à factualidade e certeza; e

---

12. Cf. Górski *et al.*(2004) e Figueiredo-Gomes (2008), na literatura brasileira, adotam essa concepção de MDs. Ver mais adiante.

13. Para conferir essas histórias no latim, ver Kronn (1995).

d) ambos vieram a ser MDs, mas separados por vários séculos (*in fact* é um caso clássico de “renovação”, segundo Meillet (1958[1915-6])).

Diante dessa similaridade, escolho o *in fact* para exemplificar o desenvolvimento dos três MDs do inglês:

Os primeiros exemplos de *fact* mostram que ele era um nome com o significado de *deed*:

### **Estágio 0:** Nome pleno lexicalmente

(4) *For the whiche noble FACTE, the kynge created hym afterwarde duke of Norfolk.*

‘Por esse nobre feito, o rei criou mais tarde seu duque de Norfolk.’

(1543 Grafton Contn. Harding 603 [OED])

### **Estágio I:** Sintagma Adverbial

Segundo Traugott (1995/97), os primeiros exemplos de *fact* do *corpus* Helsinki, na construção *in-*, já há significados evidenciais/epistêmicos abstratos relacionados à ‘realidade, verdade’; como *indeed*, eles eram usados formulaicamente, tipicamente como advérbio de relação (*respect*), fazendo a pergunta “*in what respect*” (em respeito a quê?):

(5) *But it is evident IN FACT and experience that there is no such universal Judge, appointed by God over the whole World, to decide all Cases of temporal Right.*

‘Mas é verdadeiramente evidente e prova que não há esse juízo universal, designado por Deus sobre o Mundo inteiro, para decidir todos os casos no tempo certo.’

(1671 Sermons Tillotson. p. 445 [HC])

Segundo a autora, esse *in fact* ficou congelado como uma construção preposicional (PP) vazia nos meados do séc. XVIII. Um exemplo interessante é o (6a) em que o contexto é contrastivo (o costume é um assunto sério):

(6a) *You were pleased before to make some reflections on this custom, and laugh at the irresolution of our free-thinkers: but I can aver for matter of fact, that they have often recommended it by their example as well as arguments... In whatever light you may consider it, this is IN FACT a solid benefit: but the best effect of our principles is that light and truth so visibly spread abroad in the world.*  
"Você estava contente antes por fazer algumas reflexões sobre esse costume, e zombou da indecisão dos nossos pensadores livres: mas eu posso afirmar *de fato* (=para dizer a verdade) que eles têm frequentemente recomendado isso pelo exemplo deles assim como pelos argumentos... Qualquer que seja a luz, você pode considerá-la, Isso é *de fato* um sólido benefício: mas o melhor efeito de nossos princípios é que a luz e a verdade tão visivelmente disseminam-se pelo mundo a fora.

(1732 Berkeley, Alciph. ii. sect.24)

Em (6b), o sintagma segue imediatamente outro advérbio com significado similar e, igual a ele, parece ter um largo escopo pragmático.

(6b) *We only find, that the one does actually, IN FACT, follow the other.*  
'Nós só achamos, que alguém realmente, *de fato*, segue o outro'.

(1748 Hume, Enq. Hum. Und. 7 Pt, p.63)

### **Estágio II: Advérbio Sentencial**

Como no caso do *indeed*, *in fact* vai para frente onde é usado primariamente também em contexto de *but*, ou em contraste com alguma expectativa:

(7a) ... *arriving at a concluding idea. The number of fractions bring it no nearer the last division than the first idea it formed. Every particle eludes the grasp by a new fraction, like quicksilver, when we endeavour to seize it. But as IN FACT there must be something which terminates the idea of every finite quantity ...*

'...chegando à ideia final. O número de frações a traz não mais perto da última divisão que a primeira ideia a formava. Toda partícula ilude o alcance de uma nova fração, como mercúrio, quando nós tentamos pegá-lo. Mas como *de fato* deve haver algo que acaba a ideia de toda quantidade finita...'

(1739-40 Hume, Treatise Hum. Nat. Bk. 1 p. 44)

(7b) *why may we not expect ... greater benevolence and moderation, from persons who are set apart for religion, who are continually inculcating it upon others, and who must themselves imbibe a greater share of it? Whence comes it then, that, IN FACT, the utmost a wise magistrate can propose with regard to popular religions, is, as far as possible, to make a saving game of it ...?*

'Por que não podemos esperar ... a maior benevolência e moderação de pessoas que são postas de lado na religião, que continuamente inculcarão isso sobre os outros, e que devem embeber-se de uma grande parte disso? De onde vem isso então, que, *de fato*, o máximo que um juiz sensato pode propor com respeito às religiões populares é, até possível, com o devido respeito, zombar disso...?'

(publ. 1779 Hume Dial. Nat. Relig. Pt.12, p. 223)

Atribui-se o rápido desenvolvimento do uso do sintagma adverbial *in fact* à analogia com *indeed*.

### **Estágio III: Marcador Discursivo**

*In fact* é encontrado como um adjunto e, primariamente, na função elaborativa, no começo do séc. XIX:

## Sintaxe em foco

(8a) *I should not have used the expression. IN FACT, it does not concern you--- it concerns only myself..*

'Eu não teria usado a expressão. *De fato*, isso não lhe diz respeito – isso só diz respeito a mim.'

(1815 Austen, *Emma*, Vol. 3, Chap. 10, p. 393)

(8b) *[Of Request-Response pairs] Between the request and the response a special type of cohesive relation (Schiffrin 87) exists, similar to that which binds question-answer pairs. IN FACT, we claim that at the level of discourse interpretation, the request and response form a discontinuous predicate-argument structure.*

'[Sobre pares pergunta-resposta] Entre a pergunta e a resposta, existe um tipo especial de relação coesiva (SCHIFFRIN, 1987), similar ao que liga pares pergunta-resposta. *De fato*, reivindicamos que, no nível da interpretação discursiva, a pergunta e resposta forme uma estrutura predicado-argumento descontínua.

(1989 Ball, *Analyzing discourses*, p. 268)

Como *in fact*, os desenvolvimentos de *indeed* e *beside* sugerem que existe uma cadeia adverbial do tipo:

Item lexical pleno > sintagma adverbial > advérbio sentencial > marcador discursivo

Dessa forma, todos os três MDs resultaram, basicamente, de significados relativamente concretos '*action*', '*side*' (ação, lado), tornando-se um sintagma adverbial, e, continuando o percurso, *Indeed* e *in fact* adquiriram significados modais evidencial/epistêmico, mais escalares e contrastivos e *besides* adquiriu o significado de extensão numa direção não-central. Segundo Traugott (1995/97), eram pré-requisitos para facilitar

(mas não para causar) a ocorrência das mudanças subsequentes, ou seja, um significado que surgiu era útil ao restabelecimento de propósitos retóricos de contraste e a explicação anterior das mudanças morfossintáticas poderia finalmente ocorrer.<sup>14</sup>

Segundo Traugott (1995/97), a abertura do adjunto sintático tem uma história muito longa, e não pode ser ignorada ou tratada como extrasentencial. Por exemplo, particularmente de meu interesse para contrastar com o *foco* português em sentenças clivadas, Lehmann diz que “tópico e foco como eles aparecem deslocados à esquerda e clivados [em Birmanês e Japonês], são completamente livres e ao acaso, como eram, desde que transcenderam os limites de uma sentença simples.” (LEHMANN, 1995, p.119 [1982]). Para a autora, embora os itens que podem ocorrer na posição de adjunto sejam primariamente pragmáticos na função, eles devem, contudo, ser considerados elementos da gramática de uma língua; pelo menos, no caso dos advérbios discutidos, as formas que podem ocorrer nessa posição originam-se, sem dúvida, de construções sintáticas<sup>15</sup>. Reside aí, portanto, a razão para uma mudança ser considerada como um caso de gramaticalização: “uma construção original de que um item lexical é um constituinte, e um estágio posterior em que formas fixas têm funções gramaticais”(TRAUGOTT, 1995/97, p.13), como advérbio sentencial > MD.

---

14. Ver e.g. FLEISCHMAN (1982) para similar argumento a respeito do desenvolvimento do futuro morfossintático nas línguas românicas. Traugott sugere que se faça o contraste com a posição ocupada pelos sintaticistas formais de que a mudança semântica resulta das propriedades sintáticas, pelo menos em alguns domínios (e.g. WARNER, 1993, sobre as mudanças dos modais no inglês). Mudanças no domínio adverbial do tipo discutido em seu artigo não podem ser explicadas por uma teoria que diz que “os critérios formais são anteriores ao estabelecer a associação de classes em línguas particulares” (WARNER, 1993, p. 197)

15. Ver também BRINTON (1996) sobre um alcance maior de marcadores pragmáticos

O desenvolvimento dos MDs é típico de muitos dos correlatos estruturais e pragmáticos unidirecionais que mudam normalmente e são associados à gramaticalização, e, como tal, Traugott (1995/97, p.14) apresenta as seguintes características:

- i) *Descategorização*: os nomes lexicais *deed* (ação), *fact* (feito ~ fato) e *side* (lado) tornaram-se fixos nos sintagmas preposicionais vazios com *in* e *by*. Esse é um processo similar à conhecida descategorização de nomes lexicais locativos no desenvolvimento de caso.
- ii) *Vínculo dentro do sintagma*: a fixação que acompanha a descategorização leva ao vínculo de *in* com *deed* e *fact*, de *by* com *side*, a própria ortografia atual *indeed* e *besides* reflete isso.).
- iii) *Redução fonológica*: embora os MDs aconteçam sintaticamente disjuntos, e assim possam ser usados com especial acento, eles podem ser segmentalmente reduzidos (/n'did/, /n'fækt/, b'saidz/). Isto também é um processo típico de gramaticalização. (cf. redução de *have to* > *hafta*).
- iv) *Generalização de significado*<sup>16</sup>: o significado generaliza-se no sentido de que, cada vez mais, os domínios (polissemias) tornam-se disponíveis para o sintagma adverbial, de maneira similar à generalização do progressivo ao aspecto imperfeito.
- v) *Aumento da função pragmática*: *in deed*, *in fact* e *besides* adquirem significados pragmáticos, mas “desbotam” semanticamente. Em particular, eles mudam na cadeia que parte de funções referenciais > não-referenciais, e ilustra um “movimento unidirecional distante da [sua] referência específica e concreta para referência cada vez mais, mais e mais geral e abstrata” (PAGLIUCA, 1994, p.9) (e.g. ‘ação’ concreta > modal evidencial/epistêmico > elaborador metatextual). Então, eles originalmente “codificam elementos do evento referenciado independentemente do evento da fala”, e como MDs “codificam traços do evento da fala independentemente do evento referenciado” (DASHER,

---

16. Ver Bybee, Perkins e Pagliuca, 1994.

1995, p. 266-71).<sup>17</sup> A esse respeito, novamente eles são como marcadores de caso e auxiliares, como *be going to* (e também *ir*, no português), na sua mudança do verbo concreto de movimento em uma construção intencional para um mais abstrato marcador de tempo que pode ser realizado como *be gonna* (TRAUGOTT, 1995/97, p. 14).

vi) *Subjetividade*: Eles se tornaram cada vez mais associados à atitude dos falante, nesse caso especialmente da atitude para o fluxo do discurso (cf. *be gonna* novamente, assim como o desenvolvimento dos modais em inglês).

Com base nisso, as únicas duas áreas em que o desenvolvimento dos MDs viola alguns dos critérios recentemente aceitos para a gramaticalização são o aumento sintático no escopo e na disjunção, como já comentei.

Na literatura brasileira, já existem estudiosos, como Górski *et al.* (2004), que incluem os “chamados” marcadores discursivos no âmbito da gramática e veem-nos como

os significados de certos itens linguísticos migram para um maior envolvimento do falante, especialmente para uma atitude metatextual (sobreposição da avaliação do falante sobre o que é dito), com matizes pragmáticos (de comentários interpretativos de partes do texto ou da situação comunicativa, auxiliando na elaboração das ideias, na enumeração de argumentos, na chamada de atenção do ouvinte, no esclarecimento da intenção comunicativa etc.), em relação ao fluxo do discurso. (p.51)

---

17. Segundo Traugott (1995/97, p. 14), Dasher (1995) discute a mudança do referencial > não-referencial com respeito ao desenvolvimento dos honoríficos em predicado japonês e sugere que ela se dá unicamente pelo critério da gramaticalização. Na análise de Traugott, referencial > não-referencial é considerado como um dos vários critérios correlatos.

A visão dessas autoras é, pois, bem compatível com as de Traugott (1995/97) e de Fraser (1988). Entretanto, com uma visão um tanto diferente acerca da gramática, estudiosos brasileiros descrevem algumas características dos MDs como Castilho (1989); Marcuschi (1989,1991); Silva e Macedo (1996); Risso, Silva e Urbano (1996). Apresento, como uma importante referência, os achados dessa última obra, que sentindo a necessidade de estabelecimento de traços básicos definidores do estatuto dos marcadores discursivos, até então desprovido de consenso entre os estudiosos, estabelecem alguns elementos esclarecedores da natureza e propriedades “desse importante conjunto de mecanismos de organização textual-interativa” (RISSO; SILVA; URBANO, 1996, p.55), assentados nos seguintes aspectos, por vezes intimamente correlacionados:

- a) são mecanismos verbais da enunciação com funções normalmente distribuídas entre a projecção das relações interpessoais (interacção) – quando o foco funcional não está no sequenciamento de partes do texto – e a proeminência da articulação textual – quando o foco deixa de incidir no eixo da interacção;
- b) operam no plano da atividade enunciativa, então não integram o conteúdo proposicional dos enunciados em que ocorrem; ancoram pragmaticamente esse conteúdo, ao definirem, entre outros aspectos, a força ilocutória com que ele pode ser tomado, as atitudes assumidas em relação a ele, a checagem de atenção do ouvinte para a mensagem transmitida, a orientação que o falante imprime à natureza do elo sequencial entre as entidades textuais;
- c) tendem a ter transparência semântica parcial, ou opacidade total, no sentido de que se inclinam a ser usados fora do seu valor lexical ou gramatical básico;
- d) são sintaticamente independentes no sentido de que não funcionam para organizar a estrutura interna da oração;
- e) são usados com pauta prosódica demarcativa, no sentido de que se inclinam a ser demarcados por pausas por outros traços prosódicos, como rebaixamento do tom da voz ou qualquer variação em relação aos segmentos anteriores ou posteriores. Essa demarcação prosódica é uma evidência a mais

- da dissociação sintática dos marcadores discursivos em relação à estrutura oracional em que se aloca;
- f) são comunicativamente não-autônomos, isto é, não constituem por si sós enunciados proposicionais;
- g) são formas de extensão reduzida a uma ou duas palavras, ou de massa fônica mais restrita a um limite de três sílabas;
- h) de modo geral, destacam-se por terem alta frequência e recorrência no espaço textual;
- i) formalmente, os marcadores discursivos são, em geral, formas mais ou menos fixas, pouco propensas a variações fonológicas (não é ~ né), flexionais específicas (é? ~ foi?) ou sintagmáticas (é ~ pois é), confirmando a tendência para a cristalização formal dos marcadores discursivos, e "para seu estatuto de fórmulas já prontas para serem usadas no discurso com certo grau de automatismo, sem passarem previamente por uma elaboração léxico-sintática mais palpável"(p.57).

Essa caracterização parece se adequar a análise dos MDs da língua japonesa e inglesa, apresentados anteriormente, mostrando, assim, uma tendência translinguística dos fenômenos de gramaticalização. Vejamos, pois, na próxima seção, o desenvolvimento do MD *É QUE*.

### **O marcador discursivo *é que***

Diante do exposto, referendamos, com dados da sincronia atual do português, o estudo diacrônico de Figueiredo-Gomes (2008) que descreveu minuciosamente os três estágios por que passou a construção *É QUE*, desde o século XIII ao XX.

O autor defende que o marcador *É QUE* emergiu da protoconstrução *HEC EST ... Q*, do galego-português, no Século XII, presente na amostra (09), em que há uma plenitude de significado.

**Estágio 0:** a estrutura *DEM + SER + SN + QUE* tem a presença de três elementos “embrionários” ao uso atual das frases ditas “clivadas”: a cópula *ser*, o demonstrativo *o*, e o *que* (pronome ou conjunção).

(9) Contexto: Notícia de herdades

*Hec est* notitia de heritates *quaes* ego pelagius suerij cognomento romue dedi uxori mee sanchia anriquiz, *pemominatas/ por* suas arras. xij, casales e una *quintana*.

(Esta é a notícia de herdades *que* eu, Pelagio Suerij, nome da família de Roma, dei a minha esposa Sanchia Anriquiz, a título de arras, doze casais e uma quinta.)

(COMTELPO.XII.0519)

Há uso de um *demonstrativo* de proximidade “*Hec*” inicial, que, por catáfora, antecipa a referência, ou seja, o documento apresentado localmente como OBJETO concreto (“notitia de heritates”), para apresentar o texto e introduzir o conteúdo dele; salientando, nesse estágio, a função ideacional. A cópula *ser* tem a função de identificar ou especificar o sujeito por meio do sintagma nominal predicativo, que, por sua vez, era seguido de uma cláusula relativa encabeçada pelo pronome *que* (conector subordinativo).

**Estágio 1:** no Português Antigo, há o uso da protoconstrução *DEM+ SER+SN+PR* em frases complexas, como na amostra (10), mas há a mudança metafórica do SN: OBJETO > ESPAÇO.

(10) Contexto: Significado da visão

(...) Os três touros eram liados polos corpos: *sam* estes três cavaleiros *que* já *sam* assi liados de humildade que já soberva nom pode a eles entrar. Os outros touros que diziam: <<Vaamos buscar melhor pasto que este é >>.

estes *sam* os companheiros da Távola Redonda *que* disserom, em dia de Pentecoste: <<Vaamos aa demanda do Santo Graal e seremos avondados das horas no mundo ...

(...são estes três cavaleiros que já são assim ligados pela humildade... estes *são* os companheiros da Távola Redonda *que* disseram no dia de Pentecoste:)

(COMTELPO.XIII.0126)

No Estágio 1, observa-se o movimento dos elementos embrionários dessa construção e devido, à alta frequência, ou seja, à rotinização da construção, ocorre um fortalecimento pragmático e inicia-se seu percurso de mudança. Então, continuando o processo de mudança, o sintagma nominal intercalado assume um significado mais genérico. A referência anafórica, ou mesmo catafórica, não se limita só ao OBJETO, mas ao ESPAÇO contextual ou contextual. Funcionalmente, há uma transferência da metafunção ideacional (significado concreto > significado mais abstrato) para a metafunção textual (referência nominal > referência textual).

**Estágio 2:** há a evolução do sintagma nominal intercalado da protoconstrução para a construção de clivagem *é o que*, como em (11), por meio da metáfora OBJETO > ESPAÇO > CONEXÃO TEXTUAL

(11) Contexto: O cavaleiro da cadeira perigosa

(...)- Rei Artur, eu te trago o cavaleiro desejado, aquel que vem do alto linhagem del-rei David e de Josep Baramatia, (...)

- Se esto é verdade, vós sejades bem viindo. E bem seja veúdo o cavaleiro, ca este *é o que* há-de dar cima aas aventuras do Santo Graal. Nunca foe feito em esta casa tanta honra, como lhe nós faremos.

(... porque este *é o que* há de dar fim às aventuras do Santo Graal.

(COMTELPO.XIII.0030)

No Estágio 2, há a evolução do sintagma nominal intercalado, para um pronome demonstrativo, que ainda concorda em número e gênero com o sujeito do verbo *ser* na frase anterior (matriz). Então a categoria ESPAÇO é conceptualizada por uma referência demonstrativa, intercalando a cópula *ser* e o *que* marcador da cláusula relativa (SER+DEM+PR). Como resultado de inferências de implicaturas conversacionais e da pressão de informatividade, aparece a construção *É O QUE*, mostrando um uso mais especializado e mais fixo do demonstrativo *O*, que se refere a algum elemento da cláusula matriz, focalizando-o, numa construção típica do que, atualmente, denominam *pseudo-clivada invertida*, portanto mais integrada e mais gramatical.

Do ponto de vista semântico-pragmático, a clivagem vem a serviço da ênfase que o falante imprime ao sinalizar o desejo de chamar a atenção do ouvinte para algo; e, para tanto, o falante insere um argumento (informação) em um argumento maior, objetivando economia e informatividade. Com base apenas nesse aspecto, a tendência de gramaticalização se daria *Demonstrativo* > *Foco*, por meio da metáfora OBJETO > ESPAÇO > CONEXÃO TEXTUAL.

Esse estágio 2 corresponde a uma mudança das unidades linguísticas relativa à metafunção textual da linguagem. A mudança atua, então, na “construção do texto”, na organização do discurso, de modo a operar no co-texto (organizando a mensagem) e na situação (ajustando a mensagem a outras, ao ouvinte/leitor ou ao contexto mais amplo). Os dados do Português Antigo do COMTELPO parecem evidenciar a trajetória: metafunção *ideacional* (significado concreto) > metafunção *textual* (significado textual-discursivo) no início da gramaticalização de *É QUE*; ou seja, segue o percurso: HEC EST...Q (Estágio 0 e 1) > *É O QUE* (Estágio 2)

**Estágio 3:** a construção *É O QUE* passa por uma *reanálise*, ou seja, há uma reformulação sintático-semântica que, por meio do processo metonímico, transforma-a em *SER QUE* > *É QUE*, como em (11) e (12), respectivamente.

(12) Contexto: O anjo e a alma em um lugar muito formoso

(...) E quando a alma uio tanta aligria, ... preguntou entõ ao angeo de quaes era aquella folgança? E o ango disse:

- He daqueles que receberõ marteiro por amor de Deus e por esso rrecebẽ tanta honra, como tu vees: outros *som que* uiuerom em castidade.

Entom olhou a alma a todas as partes e uio mujtos castellos e mujtas torres e mujtas tendas d'ouro ...

( ... outros *são que* viveram em castidade. ...)

(COMTELPO.XIV.0046)

(13) Contexto: A verdade sobre o pai

(...) E porque sobretudo a informação e uerdade de Vossa Paternidade *he que* ha de realçar esta nossa abonação e credito, pois Vossa Paternidade sabe tudo melhor que ninguem como quem tam particularmente em uida, (...)

(COMTELPO. XVII.0104)

No estágio 3, ainda como uma construção de clivagem, há a reanálise do demonstrativo com o relativo (*O+QUE*), ou seja, os dois passam a ser reinterpretados por um *QUE* complementador (conjunção integrante), logo mais gramatical, como em (12). Com a frequência do uso no decorrer do tempo, a rotinização da “construção *É QUE*” (de clivagem) faz com que ocorra uma generalização analógica por meio do padrão de uso (FRIES, 1940). Continuando seu fortalecimento pragmático, a pressão de informatividade e a convencionalização de inferências conversacionais fazem a construção se tornar mais contígua e assumir seu caráter de fórmula “*É QUE*”, invariável,

como um morfema não segmentável, funcionando não mais como um *conector*, mas sim como um “*marcador de ênfase*” – presente em uma única cláusula, como ilustramos na amostra (13).

Com base nessa tendência, os dados do Português Antigo ao Português Clássico do COMTELPO podem evidenciar o percurso de gramaticalização: *É O QUE* (Estágio 2) > *É QUE* (Estágio 3), predominando a trajetória das metafunções: *textual* (significado textual-discursivo) > *interpessoal* (significado pragmático-discursivo), ocorrendo na posição medial em assertivas afirmativas e interrogativas e na posição inicial.

Podemos resumir, pois, a gramaticalização de *É QUE* conforme o Quadro 1.

**Quadro 1:** A gramaticalização do *É QUE*

Fonte: Figueiredo-Gomes (2008)

Ideacional >	Textual >	Interpessoal
<p><i>Hec est ... q</i> Português Antigo</p>	<p>(Isto) é o que Português Antigo</p>	<p>É que / ...é que... / ...é que...? Port. Médio / Clássico / Moderno</p>
<p><i>Referência catafórica ao objeto</i> Significado concreto seguido de cláusula relativa</p>	<p><i>Referência anafórica ao objeto</i> Significado textual-discursivo Relativo &gt; Complementador de cláusula</p>	<p><i>Referência reanalisada</i> (implícita) Significado epistêmico (pragmático-discursivo) presente em uma única cláusula Complementador &gt; <i>Marcador de ênfase</i></p>

Dessa forma, podemos dizer que, no desenvolvimento da construção *É QUE*, ocorreu:

a) *descategorização*: o verbo *ser*, o pronome demonstrativo e o pronome relativo são reanalisados, havendo o apagamento do demonstrativo e os outros dois tornaram-se fixos.

b) *vínculo dentro do sintagma*: a fixação que acompanha a descategorização leva ao vínculo, ou seja, assume o caráter de fórmula *É QUE*, invariável, como um morfema não segmentável, funcionando não mais como um *conector*, mas sim como um *marcador de ênfase* – presente em uma única cláusula.

c) *generalização*: Considerando a frequência da “construção *É QUE*” (de clivagem) no decorrer do tempo, a rotinização faz com que ocorra uma generalização analógica por meio do padrão de uso. (cf. FRIES, 1940).

d) *fortalecimento pragmático*: a pressão de informatividade e a convencionalização de inferências conversacionais fazem com que a construção se torne mais contígua: *HEC EST (SN) Q (significado concreto) > É O QUE (significado textual-discursivo) > É QUE (significado pragmático-discursivo)*. Essa trajetória ilustra o movimento unidirecional que parte da referência concreta para a expressão da avaliação do falante para marcar a relevância do que está sendo posto em saliência para uma avaliação do contraste pelo ouvinte; do concreto para o abstrato.

e) *subjetividade*: a correlação das quatro realizações da modalidade epistêmica, redefinidas por Givón (2001), fornece evidências para o uso da expressão *é que* como uma das manifestações do grau de certeza, positiva ou negativa. Ou seja, o marcador

de ênfase *É QUE* também expressa uma atitude do falante em relação à proposição, que corrobora o caráter multifuncional da expressão *É QUE*: marcador de ênfase e de marcador epistêmico de asseveração, que se realiza por meio dos tipos: *marcador enfático-explicativo*, *marcador enfático-contrastivo* e *marcador enfático-interrogativo*, ilustrados em (14 a-c), a partir de amostras da sincronia atual, extraídas do *Corpus D&G* (FURTADO DA CUNHA, 1998):

(14) a. *marcador enfático-explicativo É QUE*: operador que introduz e enfatiza um argumento relativo a enunciados anteriores, explicando-os ou esclarecendo-os. Ex.:

*Contexto*: amor a Deus.

"Quando você ama a Deus de verdade, você obedece, e somente quando você obedece, *É QUE* você crê realmente."(001-SF4-ROPO-63)

b. *marcador enfático-contrastivo É QUE*: operador que assinala (ênfatiza) um argumento, dando uma certeza epistêmica a uma determinada conclusão, e contrastando-o com conteúdo(s) pressuposto(s). Ex.:

*Contexto*: namoro avançado

Bem a minha opinião sobre o namoro *É QUE* está muito avançado, porque esses rapazes de hoje não pensa no amanhã que vai ser. Só pensam em transar direto quando estão namorando fica querendo pega nos seios na bunda e se deixa pega em outros cantos eles pegam e eu acho engraçado que elas deixam pegar. ( OF3-01-ROPE-31)

c. *marcador enfático-interrogativo É QUE*: operador que enfatiza a busca da certeza epistêmica do argumento como resposta à informação desconhecida: Ex.:

*Contexto:* festa no interior

era dia primeiro ... aí no dia dois era meu aniversário ... aí eu fui pra lá ... cheguei lá ... fui pra festa ... aí arranjei um namorado ... e isso minha filha ... pra você ver ... e disse pro rapaz ... que eu tinha um namorado ... que gostava muito dele ... sabe? e ele sem entender nada ... como *É QUE* gosta dele e tá botando chifre ... né? mas aí ... fiquei com ele e ele aceitou ... (SF3-03-NEPO-)

Então, com base nos achados de Traugott (1995/97, p.14), podemos defender que o desenvolvimento do marcador de ênfase *É QUE* revela-se como o de muitos dos correlatos estruturais e pragmáticos unidirecionais que mudam normalmente associados à gramaticalização.

## Conclusão

Com base nos exemplos dos MDs do japonês, do inglês e do português, podemos mostrar quão nebulosa é a diferença entre *operadores argumentativos* e *marcadores discursivos*. Acreditamos que ambos estão presentes em mesmo *continuum* do desenvolvimento de gramaticalização.

Sob uma perspectiva semântico-pragmática, concordamos que, nos primeiros estágios de gramaticalização dos MDs, aumentam a significância pragmática e a expressividade subjetiva, partindo de um significado concreto > significado pragmático-discursivo.

Os MDs desempenham, pois, uma tarefa metatextual, permitindo que os falantes mostrem suas avaliações não sobre o conteúdo que é dito, mas sim sobre o modo como ele é posto. Os MDs cumprem sempre uma função orientadora da interação tanto na atitude do falante como no estabelecimento do contato e na manutenção/quebra do diálogo com o ouvinte em suas as relações sociais.

## Referências

- ANDERSEN, H., ed. *Historical Linguistics 1993: selected papers from 11<sup>th</sup> International conference on Historical Linguistics, Los Angeles 16-20 August 1993*. Amsterdam: Benjamins, 1995.
- BRINTON, L. *Pragmatic markers in English. Grammaticalization and discourse functions*. Berlin: Mouton-de Gruyter, 1996.
- BYBEE, J. L.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CAMPBELL, L. Some grammaticalization changes in Estonian and their implications. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B., eds., *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1, Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1991.
- CASTILHO, A. T.(org) *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- DANCYGIER, B. Two metatextual operators: negation and conditionality in English and Polish. In: BUSZARD-WELCHER, L. A.; WEE, L.; WEIGEL, W., eds., *Proceedings of the eighteenth annual meeting of the Berkeley Linguistics Society* 61-75. Berkeley, CA: Berkeley Linguistics Society, 1992.
- DASHER, R. B. *Grammaticalization in the system of Japanese predicate honorifics*. Unpublished PhD dissertation, Stanford University, 1995.
- DUBINSKY, S. ; WILLIAMS, K. Recategorization of prepositions as complementizers: the case of temporal prepositions in English. *Linguistic Inquiry* 26:125-37, 1995.
- FIGUEIREDO-GOMES, J. B.; PENA-FERREIRA, E. (Org.). *Corpus mínimo de textos da língua portuguesa – COMTELPO*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/ PDEE/CAPE, 2006. (mimeo)
- FIGUEIREDO-GOMES, J. B. *O percurso de gramaticalização do “é que”: um estudo panorâmico*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil, 2008.
- FLEISCHMAN, S. *The future in thought and language*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1982.
- FRASER, B. Types of English discourse markers. *Acta Linguistica Hungarica* 38, 1988, p.19-33.
- FRASER, B. An approach to discourse markers. *JoP* 14, 1990, p.383-95.

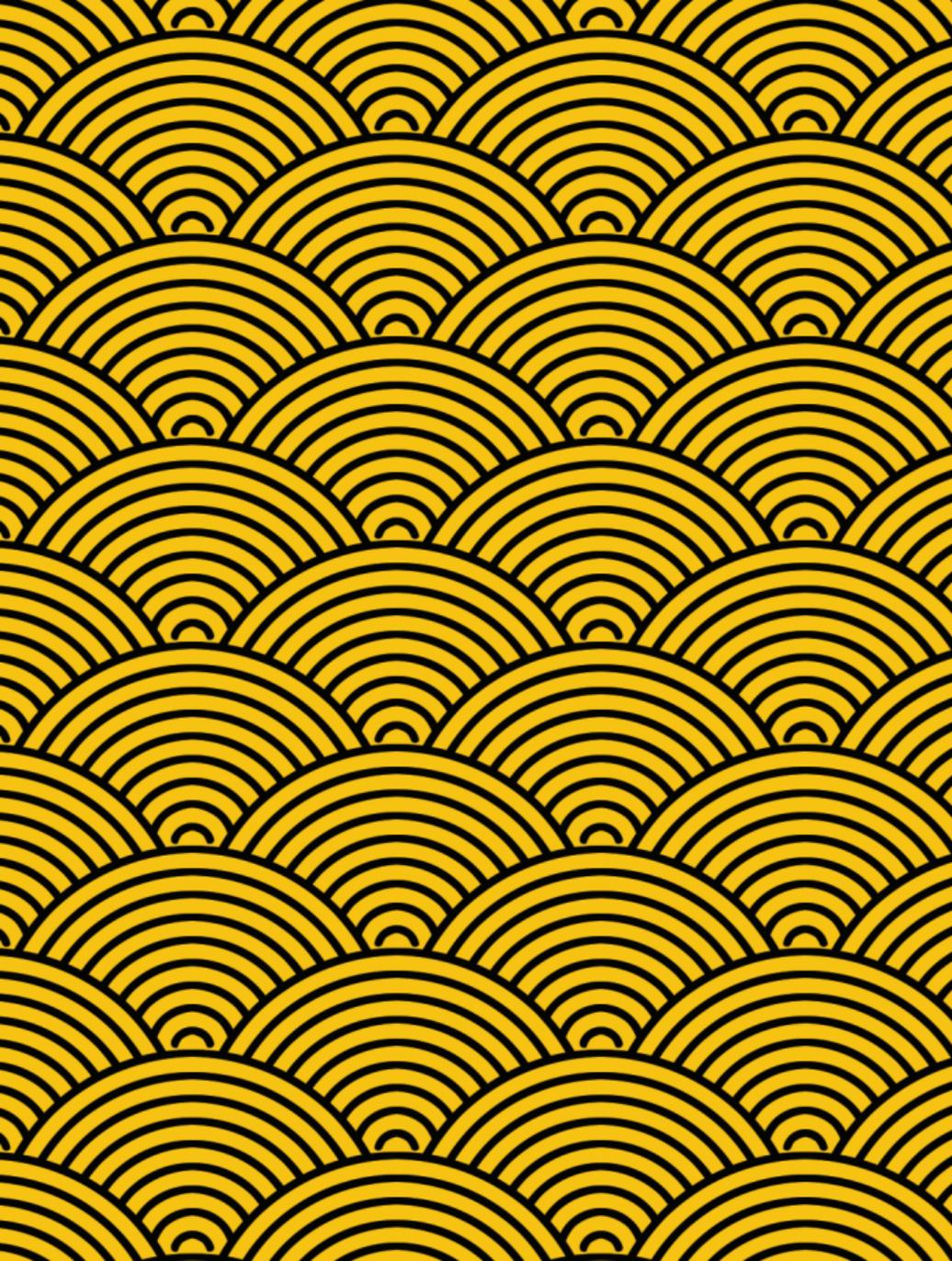
- FRASER, B. Towards a theory of discourse markers. In FISCHER, K (ed.). *Approaches to Discourse Particles*. Elsevier Press, 2005.
- FRIES, C. C. On the development of the structural use of word-order in Modern English. *Language*, 16, 1940. p. 199-208.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. *Corpus discurso & gramática: a língua falada e escrita na cidade de Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.
- GIVÓN, T. *Syntax: An introduction*. Vol. 1. Amsterdam: Benjamins, 2001.
- GORSKI, E.; ROST, C. A.; DAL MAGO, D. Aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização. In: CRHISTIANO, M. E. A.; SILVA, C. R.; HORA, D. *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Ideia, 2004.
- HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.
- HARRIS, A. C.: CAMPBELL, L. *Historical syntax in cross-linguistics perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HEINE, B. e REH, M. *Grammatical categories in African languages*. Hamburgo: Helmut Buske, 1984.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991
- HOPPER, P. J. Emergent grammar. *BLS* 13:139-157, 1987.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- JEFFERS, R. J. ; ZWICKY, A.M. The evolution of clitics, 1980. In: TRAUGOTT, E. C.; HOPPER, P. J. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- KRONN, C. *Discourse particles in latin*. Amsterdam: Gieben, 1995.
- LEHMANN, C. Thoughts on Grammaticalization: *A programmatic sketch*. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien-Projekts, 1982. Vol. I (mimeo). In: HEINE, B ; KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- LEHMANN, C. Theoretical implications of grammaticalization phenomena, 1993. In: HEINE, B ; KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- LORD, C. D. *Historical change in serial verb constructions*. Amsterdam: Benjamins, 1993.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1989.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1991.

- MARTELOTTA, M. ; VOTRE, S. J. ; CEZARIO, M. M.(orgs.) *Gramaticalização no português: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1996.
- MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion [1912], 1948.
- NEVES, M. H.M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ONODERA, N. O. *Pragmatic change in Japanese: conjunctions and interjections as discourse markers*. Ph. D. dissertation, Georgetown University, 1993.
- ONODERA, N. O. Diachronic analysis of Japanese discourse markers. In: JUCKER, A. eds. *Historical pragmatics*. Amsterdam: Benjamins, 1995. p. 393-437.
- PAGLIUCA, W. *Perspectives on grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1994.
- RISSO, M. S., SILVA, G. M. O ; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP/ FAPESP, 1996.
- ROBERTS, I. A formal account of grammaticalisation in the history of Romance futures. *Folia Linguistica Historica* 13: 219-58, 1993.
- ROMAINE, S. ; LANGE, D. The use of like as a marker of reported speech and thought: a case of grammaticalization in progress. *American Seech* 66: 227-79, 1991.
- SCHIFFRIN, D. *Discourse Markers*. Cambridge: University Press, 1987.
- SCHIFFRIN, D.. *Discourse marker research and theory: revisiting and*. 2005.
- SILVA, G. M. O.; MACEDO, A. V. T. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A. V. T. et al.(orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- SWEETSER, E. Grammaticalization and semantic bleaching, 1988. In: TRAUOGOTT, E. C. ; HOPPER, P. J. Grammaticalization. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- TRAUOGOTT, E. C. *The role of the development of discourse markers in a theory of grammatialization*. Manchester: Stanford University, 1995/1997.
- TRAUOGOTT, E. C. *Legitimate counter examples to unidirectionalit*y. Paper Presented at Freiburg University, October 17<sup>th</sup> 2001.
- TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to Grammaticalization*. v.1. Amsterdam/ Filadelfia : John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAUGOTT, E. C.; KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of Grammaticalization revisited. In TRAUGOTT, Elizabeth C. ; HEINE, Bernd. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. I. *Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: Benjamins, 1991.

VINCENT, D., VOTRE, S. J.; LAFOREST, M. Grammaticalization et post- grammaticalization. *Langues et Linguistique*. Quebec: Université Laval, n°. 19, 1993.

WARNER, A. *English auxiliaries: structure and history*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993.



PARTE 2:  
Linguística Sistêmico-Funcional



# A hipotaxe adverbial na conversação; relações de causalidade

Ana Lima (UFPE)

## Introdução

Ao analisarem os mecanismos pelos quais se dá a articulação de orações, diversos autores de orientação funcionalista (Lehmann, 1988; Mathiessen e Thompson, 1988; Hopper e Traugott, 1993; Neves, 1998; 1999a; Decat, 1999) distinguem entre relações de *encaixamento* e relações de *hipotaxe*. Consideram que ocorre encaixamento sempre que as orações estão numa situação de hierarquia, de tal maneira que uma se configura como constituinte da outra. Por outro lado, a hipotaxe é caracterizada quando as orações se inter-relacionam de maneira que uma não é constituinte da outra, mas é, antes, acrescentada para lhe adicionar sentidos. Ou seja, a ocorrência de orações hipotáticas é analisada como uma opção do falante para compor o seu discurso, e não como uma exigência da estrutura argumental de um dos constituintes oracionais.

Os autores que levam em conta essa distinção tomam como embasamento teórico as propostas de Halliday (1985), que representam um marco a partir do qual se aprofundaram as investigações a respeito da construção dos enunciados complexos. Para esse autor, as relações de encaixamento são distintas das “relações táticas” (de hipotaxe e parataxe), uma vez que estas são relações que ocorrem *entre* orações, enquanto aquelas

são “um mecanismo a partir do qual uma oração passa a funcionar como um constituinte na estrutura de um sintagma que é constituinte da sentença”.

Na esteira de Halliday (op.cit.) e dos demais autores que o seguiram, este trabalho objetiva apresentar alguns resultados de investigação acerca das construções que têm sido chamadas pela tradição gramatical de “orações subordinadas adverbiais”, com foco naquelas estruturas que veiculam relações de causalidade. Almejamos, assim, compreender com mais clareza as funções textual-discursivas dessas construções, quando se apresentam na dinâmica da conversação face a face.

Acerca dessas construções, é possível encontrar uma quantidade razoável de estudos publicados. No entanto, a literatura linguística revela não apenas uma grande diversificação nas abordagens e correntes teóricas que tratam do assunto, mas, principalmente, uma acentuada inconsistência entre o que está posto nas gramáticas e nos manuais de Língua portuguesa e o real funcionamento dessas construções, especialmente quando elas são analisadas na dinâmica do texto conversacional. Dessa inconsistência resultam muitas lacunas, cujo preenchimento exige estudos mais aprofundados e que reflitam com mais fidelidade o que, de fato, ocorre na interação verbal face a face.

Desse modo, subjaz a este trabalho a hipótese de que os estudos tradicionais, de base mais estruturalista, não têm conseguido explicar muitas das ocorrências das construções hipotáticas de causalidade, exatamente porque enfatizam, em suas análises, as estruturas linguísticas *per se*, e não essas estruturas inseridas em contextos reais de uso, nos quais interlocutores reais veiculam não simplesmente palavras, mas *sentidos*, com vistas à interação verbal.

Como o objetivo da pesquisa que dá suporte a este trabalho foi o de investigar as relações hipotáticas adverbiais na interação verbal, mais

especificamente na conversação face a face, optamos por selecionar como material empírico alguns inquéritos do arquivo sonoro do Projeto da Norma Linguística Urbana Culta – NURC. Para compor o *corpus* do presente trabalho, foi selecionado 01 (um) inquérito dos tipos DID e D2 de cada uma das cinco cidades brasileiras pesquisadas pelo NURC, o que fez um total de dez inquéritos, especificados abaixo:

**Tabela 1:** Relação dos inquéritos do *corpus* de pesquisa

CIDADES	INQUÉRITOS/TIPOS	
PORTO ALEGRE (POA)	121/DID	291/D2
SÃO PAULO (SP)	234/DID	360/D2
RIO DE JANEIRO (RJ)	328/DID	355/D2
SALVADOR (SSA)	231/DID	98/D2
RECIFE (RE)	216/DID	005/D2

Após a escuta de todo o material, que já estava transcrito, foram selecionados enunciados nos quais relações hipotáticas adverbiais podiam ser evidenciadas, o que totalizou 1.275 ocorrências. Uma vez selecionados, os dados foram submetidos a uma análise qualitativa, buscando-se averiguar, principalmente, o funcionamento das relações hipotáticas adverbiais na interação face a face. Dessa maneira, o que se pôs em análise foi a dinâmica da conversação, da qual a hipotaxe adverbial participa, sendo uma das

estratégias empregadas para a obtenção dos efeitos de sentido pretendidos pelos interlocutores. Análises quantitativas também foram realizadas, a fim de subsidiar a análise qualitativa, tendo sido os resultados numéricos (percentuais) de grande relevância, por corroborarem as conclusões a que chegamos neste estudo.

### **A articulação de orações: propostas de base funcionalista**

Uma das maiores inconsistências dos estudos tradicionais acerca da articulação de orações está no tratamento conferido aos mecanismos que neles se têm chamado de “coordenação” e “subordinação”. Em primeiro lugar, é evidente a insuficiência desses rótulos para explicar a variedade de recursos empregados pelos usuários da língua para relacionar orações, na constituição dos seus enunciados. Qualquer estudo mais aprofundado revela, assim, que essa dicotomia se configura como uma enorme simplificação. Em segundo lugar, sob o mesmo rótulo – “subordinação” – estão abrigadas relações muito diversas, que, a despeito dessa diversidade, têm recebido tratamento homogêneo.

Nesse quadro, não é difícil compreender por que há uma série de trabalhos publicados nos quais a dicotomia “coordenação x subordinação” é questionada (Thompson, 1984; Haiman e Thompson, 1984; König & van de Auwera, 1988; Lehmann, 1988; Linares, 1988/1989; Martinez, 1987; Hopper & Traugott, 1993). Em linhas gerais, todos eles defendem que, sendo os critérios sobre os quais se assenta a distinção entre “coordenação” e “subordinação” tão inconsistentes, esses rótulos deveriam ser substituídos, e a nova tipologia a ser adotada deveria assentar-se em critérios mais elaborados a respeito dos modos como as orações se ligam, critérios que correspondessem com mais fidelidade aos fenômenos do discurso.

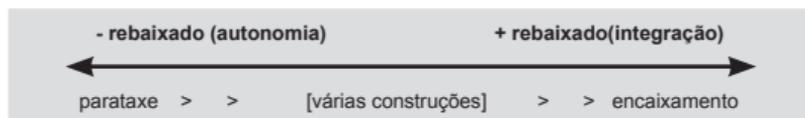
Lehmann (1988), por exemplo, relacionando a articulação de orações<sup>1</sup> com aspectos do processamento cognitivo, postula que esse fenômeno pode ser visto de duas maneiras: (1) como uma representação de dois estados-de-coisas tão firmemente interconectados que formam um único estado-de-coisas mais complexo; ou (2) como a representação de um único estado-de-coisas complexo, sendo composto de dois. Assim, para esse autor, o modo como as orações se articulam espelha a relação cognitiva dos estados-de-coisas.

Analisando a oposição entre *autonomia* e *integração*, parâmetro sintático-semântico que julga relevante para a análise da articulação de orações, Lehmann (op.cit.) postula que, ao invés de uma, há duas maneiras pelas quais uma “subordinada” pode relacionar-se com a sua “principal”: ou por “associação” ou por “dependência”. Além disso, a “subordinação” pode dar-se tanto com todo o conteúdo da “principal” como com algum constituinte desta.

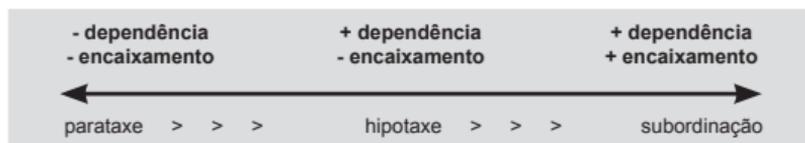
Esses diferentes modos de as orações se relacionarem leva o autor a admitir a existência de um “contínuo de rebaixamento”, que vai desde uma relação de autonomia entre as orações – ou *parataxe* –, em que as relações hierárquicas estariam ausentes, até aquela relação na qual se pode perceber uma clara relação hierárquica entre as duas orações, a ponto de a subordinada ser rebaixada a um constituinte particular da oração principal, configurando o *encaixamento* (“*embedding*”). Nos pontos médios desse contínuo estariam várias construções, nas quais a subordinada vai sendo gradativamente rebaixada. O “contínuo de rebaixamento” postulado por Lehmann pode ser ilustrado do seguinte modo:

---

1. O termo “orações” está sendo empregado como correspondente do termo “clauses”, que foi utilizado no texto original.



Seguindo essa mesma linha de análise, e verificando a articulação de orações a partir dos parâmetros autonomia/integração de um lado, e dependência/independência de outro, Hopper e Traugott (1993) defendem igualmente a existência de um contínuo, mas inserem nele a *hipotaxe*, mecanismo de articulação de orações em que haveria dependência, mas não encaixamento. O contínuo postulado por Hopper e Traugott pode ser ilustrado da seguinte maneira:



A proposta de Decat (1999) é que sejam utilizados outros parâmetros para se decidir quanto ao *status* dependente, ou não, das “orações subordinadas”. Para ela, é a noção de “unidade informacional” que deve guiar a distinção entre as orações “encaixadas” e as orações “hipotáticas”: se as orações fazem parte de uma mesma unidade de informação, são “encaixadas”; se constituem, por si mesmas, unidades de informação à parte, caracterizam-se como opções do falante para compor o seu discurso, sendo, portanto, “hipotáticas”.

Pode-se notar, por essa breve exposição, que todos esses trabalhos têm em comum a rejeição ao posicionamento das análises tradicionais, de perceber as relações entre orações em um esquema dicotômico. Além disso,

todos são teoricamente embasados nas investigações de Halliday (1985), cujo foco foi o estudo do “complexo clausal” (*clause complex*), ou a estrutura que apresenta uma “cláusula dominante” e uma “cláusula modificadora”, ou “dependente”<sup>2</sup>. A descrição dessa estrutura é feita a partir do cruzamento de dois eixos: o sistema tático e o sistema lógico-semântico.

O sistema tático, ou de interdependência, prevê dois diferentes tipos de interdependência entre as cláusulas: hipotaxe e parataxe.

- a) O primeiro tipo – a relação de *hipotaxe* – diz respeito à relação entre um elemento “dependente” e outro do qual ele depende, que é o “dominante”.
- b) O segundo tipo – a *parataxe* – diz respeito à relação entre dois elementos, de tal maneira que um inicia o enunciado e o outro o continua, não estando presente a relação de “dependência”, ou de modificação.

Lembra o autor que “hipotaxe” e “parataxe” são rótulos usados para especificar relações gerais, que não se restringem apenas às relações intra e interoracionais, e que o “complexo clausal” envolve relações tanto paratáticas quanto hipotáticas.

Por outro lado, o sistema lógico-semântico abrange as variadas relações lógico-semânticas que se podem estabelecer entre as partes do “complexo clausal”. Halliday agrupa essas relações em um pequeno número de tipos gerais, com base nas relações de *expansão* e *projeção*.

Na expansão, como o próprio nome indica, uma oração expande a outra, e isso pode acontecer mediante três processos:

---

2. É importante frisar que a noção de dependência, para Halliday, nada tem a ver com uma avaliação sobre a sua “importância” para o conteúdo do que está sendo enunciado. “Dependência” é um termo empregado para expressar “modificação”. Assim, a “cláusula modificadora” é a dependente no sentido de que seu papel modificador só se realiza em função de outra “cláusula”, que é, então, a modificada.

## Sintaxe em foco

- a) *por elaboração*, em que uma oração “elabora” o conteúdo expresso na outra, por meio de recursos gramaticais como a paráfrase, a especificação, o comentário ou a exemplificação;
- b) *por extensão*, em que uma oração acrescenta algum elemento novo em relação ao conteúdo expresso por outra;
- c) *por encarecimento* (ou realce), processo pelo qual uma oração qualifica outra, pelo acréscimo de algum traço circunstancial, como tempo, modo, condição etc.

Na projeção, como o nome sugere, uma oração é projetada através da outra, que a expressa, ou como uma locução ou como uma ideia.

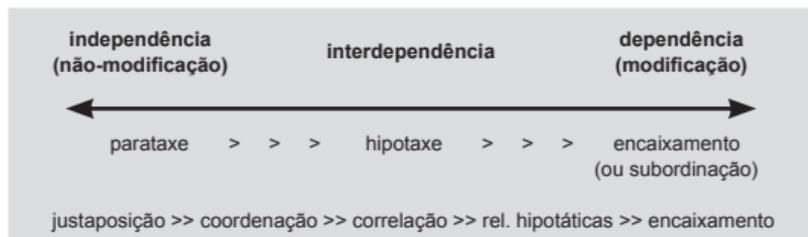
Observando-se apenas a expansão, o “cruzamento de eixos” postulado por Halliday (1985) pode ser ilustrado pela seguinte tabela:

**Tabela 2:** Cruzamento de eixos na expansão, segundo Halliday (1985)

<b>TÁTICO</b> <b>LÓGICO-SEMÂNTICO</b>	<b>PARATAXE</b>	<b>HIPOTAXE</b>
EXPANSÃO POR ELABORAÇÃO	aposição	adjetivas não-restritivas
EXPANSÃO POR EXTENSÃO	coordenação	orações dependentes (adição, substituição, alternância)
EXPANSÃO POR ENCARECIMENTO	coordenação com aspecto circunstancial incorporado	adverbiais

Para esse autor, as orações “encaixadas”, representadas gramaticalmente pelas chamadas “adjetivas restritivas” e pelas “subordinadas substantivas”, estariam fora do cruzamento de eixos, não se constituindo nem como parataxe nem como hipotaxe.

Retomando as ideias já anteriormente expostas, defendidas por Lehmann (1988) e por Hopper e Traugott (1993), de que as relações entre orações perfazem um contínuo, é possível agora refazer esse contínuo, incluindo nele as relações propostas por Halliday (1985). O contínuo teria, assim, a seguinte configuração:



Outro estudo sobre a articulação de orações que muito contribuiu para a compreensão das estratégias que subjazem à construção dos enunciados complexos é o de Mathiessen e Thompson (1988). Esses autores partem do pressuposto de que não é possível definir nem mesmo caracterizar “oração subordinada” estritamente no nível da sentença. Para eles, quaisquer conclusões a respeito desse tipo de oração, bem como da distinção “subordinada” *versus* “principal”, precisam obrigatoriamente considerar o contexto discursivo no qual a oração aparece. Sua hipótese é que as estratégias empregadas para combinar orações são similares às estratégias que organizam o texto.

Rechaçando, como fez Halliday (1985), a ideia de agrupar relações de *encaixamento* e de *hipotaxe* sob o mesmo rótulo de “subordinação”, Mathiessen e Thompson (1988) analisam enunciados que apresentam “orações adverbiais” (ou, seguindo a bipartição em eixos proposta por Halliday,

a hipotaxe/expansão por encarecimento), e postulam que a gramática da combinação de orações adverbiais espelha a organização retórica do discurso (texto). Segundo os autores, podem ser evidenciados dois tipos de relação: (1) de “listagem” e (2) de “núcleo-satélite”. O primeiro tipo se refere às relações nas quais nenhum membro do par é suporte para o outro, enquanto que o segundo tipo, que predomina nos textos analisados, reflete o fato de, no texto, algumas porções realizarem os objetivos centrais do locutor, enquanto outras realizam objetivos suplementares ou suporte para os objetivos centrais.

Durante a interação, cabe ao leitor/ouvinte decidir quanto ao que é nuclear ou suplementar, decisão que é regida, segundo Mathiessen e Thompson (op.cit.), pela tendência cognitiva geral, como parte da compreensão dos textos. Do lado do escritor/falante, o texto já é construído com a expectativa de que o interlocutor efetue acertadamente esse julgamento. Todo texto, então, segundo os autores, pode ser descrito em termos dessas relações hierárquicas entre as suas várias partes. Numa perspectiva microtextual, um fragmento composto de orações combinadas assemelha-se a um texto no sentido de que essas orações se combinam da mesma maneira que se combinam as unidades retóricas do texto como um todo, ou seja, são estruturas em que os elementos guardam relações de interdependência do tipo de uma “listagem” ou do tipo de “satélites de um núcleo”.

Concluem, então, os autores, que especificamente as orações hipotáticas são mais bem compreendidas como “uma gramaticalização das relações núcleo-satélite que caracterizam a organização retórica de certos tipos de discurso”. Em suas palavras, “a noção textual de nuclearidade pode ser vista como subjacente à noção gramatical de hipotaxe”.

Tomando como base principalmente as ideias de Halliday (1985) e as de Mathiessen e Thompson (1988), brevemente expostas acima,

trataremos, na seção seguinte, especificamente das relações de hipotaxe/expansão por encarecimento, tradicionalmente chamadas de “subordinadas adverbiais”, sem perder de vista que são estruturas “satélites” e que, por isso mesmo, desempenham funções discursivas muito importantes para a organização textual.

Vale a pena ressaltar que, como o *corpus* deste trabalho é formado de enunciados extraídos da conversação face a face, os dados prosódicos são muito relevantes, pois, assim como os conectores, as pausas e peculiaridades da entonação são elementos de conexão, contribuindo para a construção dos sentidos no texto. São vistos aqui, então, como recursos a mais de que dispõe o falante para criar relações e, afinal, conseguir ser bem-sucedido na interação.

### **A hipotaxe adverbial na conversação: relações de causalidade**

A maior parte dos estudos sobre os satélites adverbiais concentra-se na investigação da relação existente entre a ordem dos satélites e os efeitos que essa ordem tem na administração da informação. Neste estudo, porém, defendemos que padrões informacionais são desenvolvidos em concomitância com a atividade interacional (relação dos interlocutores com o desenvolvimento da conversação, direção da conversação, diferentes papéis dos interlocutores etc.).

Assim, esta seção apresenta a análise dos satélites adverbiais na conversação informal, focalizando as relações de causalidade. O que se buscou averiguar foi, principalmente, a contribuição das construções adverbiais para administrar e manter a conversação e os papéis sociais dos participantes nela envolvidos.

A análise aqui realizada procurou ser prioritariamente qualitativa. No entanto, à medida que se procedeu a um levantamento de dados quantitativos, com o propósito de subsidiar a análise pretendida, ficou evidente que alguns deles mereciam um tratamento diferenciado, devido à relevância que demonstravam para a compreensão do fenômeno em estudo. Então, como opção metodológica, esta seção apresentará, além dos resultados da análise qualitativa das ocorrências – que corresponde à investigação do papel textual e discursivo das construções hipotáticas adverbiais na dinâmica da conversação – conclusões e comentários emanados a partir dos resultados quantitativos (numéricos) das ocorrências.

Analisando a frequência das relações hipotáticas adverbiais nos dados do *corpus*, a primeira observação que se pode fazer é que esse é um tipo de relação abundante na conversação, tendo sido registradas 1.275 ocorrências em 523 porções de texto conversacional selecionadas dos 10 (dez) inquéritos analisados.

Essa alta frequência encontrada nos dados contradiz a ideia de que, devido à sua complexidade, “a subordinação é um processo que tende a ser evitado na fala” (FERNANDES & PETIOT, 1994). No que se refere ao português brasileiro, a análise a que se procedeu neste estudo indica que as relações hipotáticas adverbiais emergem por todo o texto conversacional, são codificadas por diversos meios e cumprem variadas funções.

As construções hipotáticas adverbiais aqui selecionadas codificam um conjunto não muito numeroso de relações semânticas, as quais podem ser agrupadas em apenas 06 (seis) classes. A tabela a seguir mostra as classes identificadas no *corpus* em análise, por ordem decrescente de frequência.

**Tabela 3:** Relações semânticas identificadas no *corpus*

RELAÇÃO	FREQUÊNCIA
causalidade (causa <i>lato sensu</i> )	586 (46,0%)
tempo	225 (17,7%)
finalidade (ou propósito)	212 (16,6%)
condição	143 (11,2%)
concessão	64 (5,0%)
comparação	45 (3,5%)
<b>TOTAL</b>	<b>1275</b>

Como se pode observar pela tabela, as relações de causalidade são as mais frequentes, correspondendo quase à metade das relações selecionadas. Esse resultado difere daquele encontrado por Beaman (1982), que observou serem as relações de tempo as mais frequentes em um *corpus* do inglês falado. É provável que essa diferença de resultados tenha ocorrido porque, aqui, foi incluída no grupo das relações de causalidade uma grande variedade de construções, ao passo que Beaman (1982) restringiu sua análise apenas às relações de causa introduzidas pelo conectivo *porque* (*because-clauses*).

“Causalidade” designa um tipo de relação em que duas partes se inter-relacionam de maneira que uma delas é dada como a causa, e a outra como a consequência, de algum fato ou evento. É importante observar que a relação de causa-consequência expressa pelo falante não implica necessariamente uma causa real no universo extralinguístico. Ao conectar dois eventos por uma relação de causa-consequência na conversação, o que o falante deseja é que seu interlocutor os perceba dessa maneira conectados, e não que avalie

se a parte colocada como a causa preenche a condição de causa necessária e suficiente no mundo real.

O falante dispõe, na língua, de uma grande variedade de recursos para o estabelecimento da causalidade, e os resultados aqui encontrados comprovam que a indicação de causalidade por meio da hipotaxe adverbial é um recurso bastante utilizado na conversação face a face.

Assim, se o falante optar por expressar causalidade por meio de uma construção hipotática, essa relação pode configurar-se de diversas maneiras, com ou sem elemento conectivo formal, conforme mostra a Tabela 4, abaixo.

**Tabela 4:** Expressão da causalidade

CONFIGURAÇÕES	FREQUÊNCIA
porque	493 (84,1%)
que	35 (6,0%)
como	29 (5,0%)
já que	09 (1,5%)
pois	02 (0,3%)
por [+ infinitivo]	02 (0,3%)
devido a [+ infinitivo]	01 (0,2%)
sem conectivo (causa implícita)	07 (1,2%)
gerúndio	06 (1,0%)
casos marginais	02 (0,3%)
<b>TOTAL</b>	<b>586</b>

A Tabela 4 revela que *porque* é o conectivo mais empregado para expressar relações de causalidade, sendo o elemento prototípico para essa relação. Sobre o funcionamento textual e discursivo desse conectivo, no entanto, há ainda muito a ser investigado, a fim de se conseguir explicar os seus variados empregos.

Em geral, descrevem-se as duas seguintes funções para o *porque*:

(1) a de conectivo causal, quando introduz uma relação tal que uma oração é posta como sendo a “causa real” de outra, formando um enunciado complexo, como em (01), abaixo:

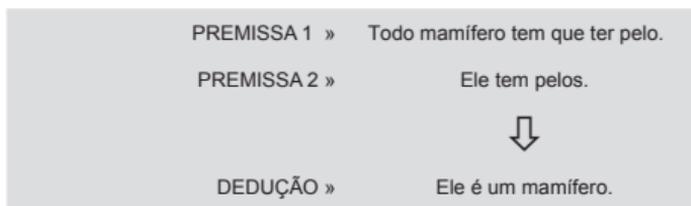
(01)

Loc - [...] animais curiosos... curioSíssimos há por exemplo na Austrália↓... a fauna australiana... é chamada uma fauna de fósseis vivos... animais fósseis vivos↓... o *Ornithorhynchus paradoxius*↓... você já ouviu falar↓... é aquele animal da Austrália... que tem sessenta setenta centímetros de comprimento↓... *ornithor*... ave↓... *rhyngo* rinu nariz↓... nariz de ave é bico↓... *paradoxius* porque ele é paradoxal↓... ele parece uma ave porque tem bico de pato... pés de pato... põe ovos... como as aves e como os répteis... mas não é ave↓... paradoxalmente ele é um mamífero↓... **porque** tem pelos↓... o pelo é importante↓... TODO mamífero tem que ter pelo↓...

(DID 216/RE)

Na ocorrência (01), o estado-de-coisas expresso em [*porque tem pelos*] é dado como causa real para o estado-de-coisas expresso em [*ele é um mamífero*]. Essa “causa real” é ratificada no enunciado posterior: “*todo mamífero tem que ter pelo*”.

Do ponto de vista lógico, a sequência de orações expressas em (01) forma um silogismo perfeito, em ordem inversa.



(2) a de operador argumentativo, quando o *porque* encadeia dois atos de fala, como em (02), a seguir.

(02)

L1 - agora a Estela vive dançando... e ela quer ser bailarina↓ ...  
agora não há que não é que haja aquele::... aquela:: aversão  
à vida artística... sabe? eu s/ é que a gente lê:: e::: sabe das  
dificuldades que o artista encontra↓

L2 - [ ( )

L1 - então eu estou procurando eh... encaminhá-la pra outra  
coisa não sei mas... éh ginástica rítmica por exemplo... ela::... faz  
ginástica rítmica↓... então ainda::... eu hesito em pôr no balé mas  
eu vou ter que pôr sabe?... éh não quis pô-la até agora mas ela é  
MUITo::... quebradi::nha ela:: faz os tre jeitos e::

L2 - [ ahn ahn

L1 - vira pirueta e faz... parece de borracha↓...

L2 - mas você sabe que é interessante pôr? **porque** na maioria/  
na grande maioria das vezes... aquilo se torna tão chato que a  
criança desiste↓...

L1 - desiste né?

L2 - não pa/ acaba não podendo nem ver↓...

(D2 360/SP)

Na ocorrência (02), o segmento introduzido pelo *porque* não é a causa de um estado-de-coisas, mas justifica o ato de fala [*you know que é interessante pôr?*] – uma pergunta.

De acordo com Sweetser (1990), o conectivo *porque* opera em três domínios:

(a) no domínio do conteúdo, quando ele funciona como um conectivo lógico, introduzindo a causa para um fato, como em (03), abaixo.

(03)

Doc. - e antes da televisão tu costumavas ouvir mais rádio?

Loc. - não↓... eu não ouvia muit/ quer dizer sempre:: em casa quand/ quando estava em casa eu ouvia muito **porque** eu gosto de música entende?

(DID 121/POA)

(b) no domínio epistêmico, quando o conector funciona como um elemento explicitador de um processo de indução, iniciando um segmento cujo papel é evidenciar uma conclusão, como em (04), a seguir.

(04)

Doc. - você vai pra Belo Horizonte como?...

L2 - vou de carro↓... vou de Kombi↓... vamos eu R. [C. e S.↓...]

L1 -

Kombi então você tem... você tem paciência **porque** viajar de Kombi não é moleza viu?...

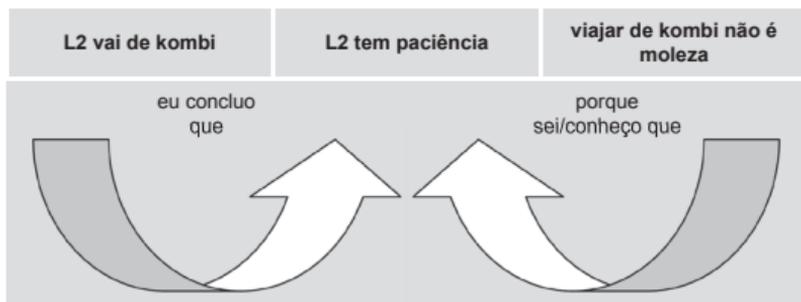
L2 -

não↓ ( )... eu já estou acost/ não↓ para mim: tá bom porque... é na minha média↓ eu não viajo mesmo em outro carro acima de oitenta ou noventa↓... minha velocidade↓ a Kombi dá pra fazer isso↓... de modo que eu vou tranquilo↓... eu pretendo chegar sair daqui sexta-feira de manhã... pretendo estar sábado em Belo Horizonte... estaria tranquilo↓...

(D2 98/SSA)

## Sintaxe em *foco*

Pode-se depreender, da ocorrência (04), a seguinte sequência de operações cognitivas:



(c) no domínio dos atos de fala, quando o *porque* liga dois atos de fala, como ocorre em (05), abaixo.

(05)

Doc - agora nessa parte de acompanhamento dos doentes eh:... qual é assim em geral a maior dificuldade? eles se integram com muita facilidade com os doentes? **porque** esses estudantes são em geral pessoas das mais variadas em termos de temperamento em termos de digamos de experiência...

Loc. - é!...

(DID 231/SSA)

Na ocorrência (05), observa-se que o *porque* introduz uma justificativa para as perguntas feitas pelo documentador (Doc.).

No *corpus* analisado, observa-se que satélites causais iniciados por *porque* operam nos três domínios, mas são muito mais abundantes no domínio dos atos de fala. Segundo Paiva (1995), mesmo uma análise como

essa, em diferentes níveis, não é suficientemente abrangente para dar conta da diversidade de ocorrências do *porque* na fala.

Além das funções acima referidas, a autora defende que o *porque*, ao ligar atos de fala, pode ainda ter a função de introduzir uma justificação “não apenas de uma enunciação explícita, mas também de enunciações implícitas, de partes de um enunciado e de outras relações semânticas”. Ademais, Paiva identifica, para esse conectivo, uma função a qual chama de “projectiva”, quando ele cumpre o papel de “tematização do discurso subsequente”.

De fato, no *corpus* analisado, há ocorrências de *porque* cuja função não é evidente, como é o caso de (06), abaixo.

(06)

L1 - é ↓ ess/ esse apartamento tem o problema todo de... de... de compra de apartamento que é um:... um:... um:...

L2 - [uma novela ↓ ...

L1 - [uma novela mas uma novela triste né?...

Doc. - trágica...

L1 - uma novela trágica...

Doc. - tragi [cômica ↓ ...

L1 - é ↓ e:: considero que:: as firmas que estão... que vendem apartamento na planta são arapucas ↓ ... não são: firmas... éh... podem ser idôneas entre aspas mas... deixam muito a desejar ↓ porque a gente vai dizem (assim) “ó... o senhor só vai pagar isto... isso aqui é a entrada... depois em cada prestação é tanto... depois de um prazo o senhor paga tanto e pra entrar vai dar mais tanto” ↓ ... então o que acontece? que nisso tudo... tá comp/ éh::... as parcelas eram iguais e... no momento que ficou pronto... eu tinha que pagar vinte e três mil cruzeiros... no fim somou... mais um percentual de:: taxa de condomínio mais não sei que do grama:do mais não sei que do mobiliário da entra:da mais não sei que da iluminação:o... e no fim... eu paguei mesmo

pra conseguir entrar no apartamento quase cem mil cruzeiros↓... se eu não tivesse cem mil cruzeiros... não entrava↓... então pra receber as chaves do apartamento/ e aí começa↓... **porque** precisa pagar mais isso **porque** tem mais aquilo tem como botar uma grade porque eles entregam o prédio mas sempre falta alguma coisa... e essa coisa vai entran:do no dinheiro da gente↓...

(D2 355/RJ)

Em (06), L1 utiliza o conectivo *porque* como introdutor de um discurso direto hipotético, sem apresentar um segmento que desempenhe a função de núcleo.

No que se refere à ordem, os satélites causais introduzidos por *porque*, *que* e *pois* se colocam preferencialmente após a oração nuclear. Nos estudos de base funcionalista em que se relaciona a ordem dos satélites com a distribuição da informação nos enunciados, defende-se que a posição posposta tende a veicular a informação nova. É o que se verifica também nos dados aqui analisados. Em (07), por exemplo, o locutor responde negativamente a uma pergunta direta do documentador, e acrescenta, como informação nova, a justificativa para sua resposta, na forma de um satélite causal.

(07)

Doc. - e tu acha que o rádio a pilha tem alguma desvantagem em relação ao outro?

Loc. - não eu acho que não inclusive eu acho que tem mais vantagem **porque** a gente pode levar em qualquer lugar↓... se a gente é muito fanática leva em qualquer lugar ((ri))

(DID 121/POA)

Mas nem todos os satélites causais têm a posposição como ordem preferencial. Nos dados analisados, 100% das ocorrências com *como* foram antepostas<sup>3</sup>.

Em 07 (sete) ocorrências, devido à ausência de elemento conectivo introdutório<sup>4</sup>, a relação causal está implícita, ou seja, é apenas inferida. Como são construções nas quais tanto o satélite quanto a oração nuclear são claramente identificados, não se encontrou justificativa para excluí-las da análise. A ocorrência (08), abaixo, exemplifica essas construções.

(08)

Loc. - agora eu tenho u/ a as minhas amigas vão vão sempre a teatro↓ quase... quase sempre elas vão quase todo domingo↓  
**eu:: sou um pouco preguiçosa não vou↓** prefiro ficar assim/ a a aqui assistindo televisão ou dormindo ou lendo o jornal↓... mas elas::/ e comentam comigo↓ a l. diz que tem assistido várias peças mas eu não tenho eu PArei um pouco de ir agora↓... sei lá **ando muito cansada não tenho ido mais a teatro↓**...

(DID 234/SP)

Na ocorrência (08), o interlocutor deve inferir que os enunciados [eu sou um pouco preguiçosa não vou] e [ando muito cansada não tenho ido mais a teatro] correspondem, respectivamente, a [não vou porque sou muito preguiçosa] e [não tenho ido mais a teatro porque ando muito cansada].

Por fim, na Tabela 4, registram-se duas ocorrências como “casos marginais”. Esses casos referem-se às ocorrências (09) e (10), abaixo.

---

3. Neves (2000b) procedeu a um estudo aprofundado do funcionamento da conjunção *como*, em comparação ao da conjunção *porque*.

4. Decat (1993) se refere a ocorrências desse tipo como casos de “justaposição adverbial”.

(09)

Loc. - eu acho que o o o antigamente os cinemas... o ambiente era era outro↓... a gente ia ao cinema tinha em São Paulo tinha uns cinemas ótimos↓ eu acho que aGOra o:: o pessoa:::l sei lá eles vão de qualquer jeito ao cinema do jeito que estão::... eles emendam↓ saem do trabalho vão ao cinema↓ saem da escola vão ao cinema quer dizer éh éh a gente encontra no cinema no ah ah ah pra assistir um filme vários éh grupos de pessoas de de de de várias camadas↓... você encontra estuDANte você encontra pessoa da iDAde... eu acho que eh o cinema perdeu muito por causa da televisão↓... agora **se você pergunta... o que eu acho quando eu entro no cinema**↓ eu entro...

Doc. - não antes de entrar no cinema a senhora... o que que acontece? o que que a senhora faz?

Loc. - bom adquiro o bilhete para entrar↓...

(DID 234/SP)

(10)

Doc. - e essas festas folclóricas como... reisa:::do?...

L1 - infelizmente eu acho que a tendência é::... de morrer↓...

L2 - não↓ mas em OLINDA Olinda... **como uma cidade uma cidade que prima pela cultura... e que tem trabalhado em termos de cultura...** Olinda...

L1 - não há quem suporte um olindense↓... ((ri))

L2 - Olinda tem desenvolvido... essas festas populares↓...

(D2 005/RE)

Em ambas as ocorrências, o que se observa é que as orações destacadas permitem uma dupla leitura: causal e condicional em (09); e causal e comparativa em (10). O fato de haver, na conversação, a possibilidade de construções hipotáticas acumularem relações semânticas

não é recente, e já foi mencionado por alguns poucos gramáticos e por pesquisadores.

Na perspectiva que se adota neste trabalho, a ocorrência de superposição de relações semânticas corrobora a ideia de que o leque de opções de que dispõe o falante para expressar-se através da língua é maior e mais complexo do que o que se descreve nos manuais. Além disso, confirma a hipótese de que não se devem considerar os valores semânticos das construções adverbiais como categorias discretas.

É importante observar, ainda, que as construções causais introduzidas pelo conectivo *que* são consideradas, pelas gramáticas, como “coordenadas explicativas”. Não se evidenciou, entretanto, para essas construções, um funcionamento que justificasse a sua exclusão da análise, já que operam, tanto quanto o *porque*, no estabelecimento de uma relação causal no domínio dos atos de fala.

Observe-se, por exemplo, a possibilidade de substituição do conectivo *que* pelo conectivo *porque* na ocorrência (11), abaixo, em que se relacionam dois atos de fala.

(11)

L1 - mas vamos começar pelas pelas viagens... **que** de bote a remo não precisa né? já vamos começar por bote por b/ por b/ por barco a vela↓...

(D2 005/RE)

### ***Funções textual-discursivas das relações de causalidade***

As construções hipotáticas adverbiais participam da composição do texto conversacional, sendo uma *opção* organizacional de que dispõe o falante, e servindo, portanto, a seus propósitos comunicativos. Esses propósitos podem ser analisados segundo três perspectivas:

- A) *na perspectiva do falante*, em que os propósitos comunicativos estão focados prioritariamente na pessoa que fala;
- B) *na perspectiva do ouvinte*, em que os propósitos comunicativos estão focados no(s) interlocutor(es); e
- C) *na perspectiva da interação*, em que os propósitos comunicativos estão focados na negociação que se realiza durante a conversação.

Obviamente, essa diferença de perspectiva só tem validade como opção metodológica de organização deste trabalho. Na realidade da conversação, todos esses propósitos estão imbricados, e operam concomitantemente.

A análise aqui empreendida revelou que as construções hipotáticas de causalidade são bastante empregadas para cumprir propósitos comunicativos que se encontram nas perspectivas A e B.

### A) Propósitos focados no falante

Um dos propósitos mais comuns de utilização de uma construção que expressa causalidade é a de preservação da face<sup>5</sup>. As estratégias de preservação de face são codificadas por várias construções, mas correspondem, principalmente, a *explicações* e *justificativas*.

Para cumprir o propósito de explicar e justificar, as relações de causalidade são bastante utilizadas. Observem-se, para esses propósitos, as ocorrências como (12) e (13), abaixo.

---

5. O termo “face” foi introduzido por Goffman (1970), para significar a autoimagem pública do falante. Segundo ele, na interação, o falante dispõe de estratégias por meio das quais pode não se expor completamente, “protegendo-se” assim de avaliações indesejadas por parte de seu(s) interlocutor(es).

(12)

Loc. - geralmente eu almoço em volta de/ por volta de meio-dia↓...  
e janto por volta das sete horas sete e meia↓... e depois [disso não  
faço mais nada...

Doc. -

jantar ( )

Loc. - não↓... não como na:da↓... tomo café↓... eu tomo muito  
cafezinho durante o dia↓... **que eu fumo também né?**

(DID 328/RJ)

(13)

L1 - o grande problema das estradas brasileiras não é problema de  
construção não↓... o grande problema das estradas brasileiras...

**já que estamos batendo aqui um papo que vai demorar um  
pouquinho de tempo...** e não adianta mesmo a gente querer...

Doc. - [ pois é... ( )

L1 - ((rindo)) [ alinhar a conversa né?...

(D2 98/SSA)

As construções de causalidade também se prestam, com bastante frequência, à atividade – a que o locutor procede incessantemente – de monitoração do próprio discurso, ou das expressões linguísticas que está selecionando. Essa monitoração pode dirigir-se ao emprego de determinados termos e/ou expressões, ou à avaliação da relevância do conteúdo expressado, como se observa em (14), abaixo.

(14)

L1 – você vê (que) coisa curiosa... um tio que eu per/ faleci/  
falecido há pouco tempo... há poucos anos... há uns três anos...  
me dizia o seguinte... a relação salário aluguel... **já que o assunto**

**foi lembrado aqui...** a relação salário... aluguel quando ele casou... foi... eu assisti à boda de ouro dele... quer dizer uma coisa rara ainda né? [...]

(D2 355/RJ)

### B) Propósitos focados no ouvinte

Já se mostrou que explicações podem ser centradas no falante, casos em que se prestam às estratégias de preservação da face. Mas *explicações* podem também ser focadas no ouvinte (e, nesses casos, são “verdadeiras explicações”), quando demonstram o cuidadoso trabalho do falante para que o ouvinte acompanhe integralmente o(s) sentido(s) do texto que está elaborando. Explicações focadas no ouvinte ocorrem principalmente quando o falante avalia que deixou de fornecer alguma informação que ele considera relevante para a compreensão dos sentidos pretendidos. É o que se percebe, por exemplo, na ocorrência (15), abaixo.

(15)

Loc.- no Amazonas por exemplo **que nós estivemos em Manaus...** ah nós passamos uma tarde num num lugar onde eles serviram uma refeição... e depois então era só frutas↓... mas frutas realmente que eu nunca havia visto↓...

(DID 328/RJ)

Nessa ocorrência, a locutora queria chamar a atenção para a diferença entre as frutas do Norte/Nordeste, quando comparadas com as do Sudeste. O referencial de lugar [*no Amazonas*] estava sendo introduzido na conversação, sendo essa a primeira vez que ele ocorria. Daí a necessidade, sentida pela locutora, de explicar por que tinha “autoridade” para comentar sobre as frutas

do Amazonas, explicação codificada na forma de uma oração hipotática adverbial de causalidade.

Observe-se que, em termos de progressão textual, a inserção de fragmentos explicativos, como o da ocorrência (15), opera ruptura do fluxo informativo, fazendo o texto retroceder. Ainda assim, o falante opta por inseri-los, exatamente por avaliar que eles são relevantes para a compreensão do seu texto, por parte do ouvinte.

## **Conclusões**

Este trabalho apresentou alguns resultados de investigação acerca das relações hipotáticas adverbiais de causalidade, tomando por base principalmente as teorias funcionalistas de Halliday (1985) e Mathiessen & Thompson (1988). O que se buscou foi averiguar o papel dessas relações na dinâmica da conversação face a face.

Adotamos, neste trabalho, a concepção de que o que de fato se deseja, com a atividade linguística, é produzir *sentidos*. E, para esse fim, faz-se necessário que todos os participantes do evento comunicativo tenham o domínio não apenas das regras do sistema linguístico, mas também das regras sociopragmáticas que estão atreladas a todas as situações de interação. Nesse contexto, as expressões linguísticas são mediadoras entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte, o que equivale a afirmar que, embora tenham o potencial de produzir os sentidos pretendidos, quando envolvidas na situação comunicativa, elas não podem ser descritas fora de um quadro geral da interação.

Com isso em mente, procuramos aqui descrever o fenômeno da hipotaxe adverbial, que foi definida, em consonância com Halliday (1985), como uma configuração em que uma oração é expandida por outra, que

a qualifica em referência a tempo, causa, condição etc., e, ao qualificá-la, lhe confere saliência. Para Mathiessen e Thompson (1988), a articulação hipotática adverbial deve ser analisada dentro do quadro das relações retóricas que organizam o texto. Segundo eles, a hipotaxe adverbial corresponde à gramaticalização das relações núcleo-satélite, presentes em todos os textos.

Sendo satélite, a oração hipotática é, portanto, opcional. A despeito desse fato, sua alta frequência nos dados analisados evidencia que ela é, para o falante, uma estratégia bastante produtiva na obtenção de determinados resultados de sentido.

Do ponto de vista gramatical, então, a hipotaxe adverbial se configura como a inter-relação entre uma oração nuclear e uma oração satélite, de natureza adverbial, inter-relação que é normalmente, mas não obrigatoriamente, introduzida por um conectivo. Do ponto de vista discursivo, a hipotaxe adverbial se apresenta como um dos mecanismos que o falante pode empregar para articular duas ou mais orações, de tal modo que dessa articulação se possa depreender um sentido, que não representa simplesmente a soma dos sentidos de cada oração em particular.

Contrariamente ao que se depreende das explicações tradicionais, em que os valores semânticos são dados como pré-existentes à interação, a análise aqui realizada evidenciou que a “bagagem semântica” resultante do inter-relacionamento entre um núcleo e um satélite não existe *a priori*, mas é gerada na situação interativa (e a partir dela), quando falante e ouvinte constroem conjuntamente o texto conversacional.

A análise comprovou, ainda, que a opção pelo emprego de uma construção hipotática adverbial visa a atender os propósitos comunicativos do falante, propósitos esses que surgem no curso da conversação. Fica,

então, evidenciado que é na interação, afinal, que se encontram as motivações para a ocorrência das relações hipotáticas adverbiais.

Fica, por fim, a lição de que, quando duas pessoas decidem participar de uma conversa, o que na verdade decidem fazer é relacionarem-se por meio da linguagem. Assim, conversar não é simplesmente “trocar informações”, no sentido literal. Conversar é expor-se. É mostrar-se como um “ser-no-mundo”, aqui e agora. A “troca” que se realiza na conversação é o intercâmbio inevitável, e de alguma forma sempre positivo, que acontece todas as vezes em que dois seres humanos se dispõem a “inter-agir”, sendo nessa “interação”, afinal, que se constituem como humanos. É nesse quadro, nesse contexto dinâmico, que se inserem e se justificam as construções hipotáticas adverbiais, dentre as quais se encontra a de causalidade.

## Referências

- BEAMAN, K. Coordination and subordination revisited: syntactic complexity in spoken and written narrative discourse. In: TANNEN, D. (ed.). *Coherence in spoken and written discourse*. Norwood, N.J.: Ablex, 1982, p. 45-80.
- DECAT, Maria Beatriz do Nascimento. *Leite com manga, morre! Da hipotaxe adverbial do português em uso*. Tese (Doutorado), PUC, São Paulo, 1993.
- DECAT, Maria Beatriz do Nascimento. Por uma abordagem da (in) dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. In: *SCRIPTA*, v. 2, n° 4, p. 23-38, Belo Horizonte, MG: Editora da PUC Minas, 1999.
- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Part 1. Dordrecht-Holland/ Cinnaminson - USA: Foris Publications, 1989.
- FERNANDES, E.C.P. & PETIOT, P. Cláusulas concessivas nas produções oral e escrita. In: III Congresso da ASSEL-Rio. Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem. *Anais*. Rio de Janeiro, 1994, p. 12-18.
- GOFFMAN, E. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporaneo, 1970.

- HAIMAN, J. & THOMPSON, S. "Subordination" in universal grammar. In: *Proceedings of the Tenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984, p. 510-523.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. Baltimore: Edward Arnold Publishers, 1985.
- HOPPER, P.J. e TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1993.
- KÖNIG, E. & VAN DER AUWERA, J. Clause integration in German and Dutch. Conditionals, concessive conditionals, and concessives. In: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988, p.101-133.
- LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988, p. 181-225.
- LINARES, M.A.M. La "oración compuesta por subordinación" en la gramática de Eduardo Benot. In: *E.L.U.A.*, nº5, p.191-199, 1988/89.
- MARTINEZ, M.A.A. Las oraciones subordinadas: esbozo de clasificación. In: *VERBA*, 14, p. 117-148, 1987.
- MATTHIESSEN, C. e THOMPSON, S. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1988, p.275-329.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A gramaticalização e a articulação de orações. In: *Estudos Linguísticos*, v. XXVII, São José do Rio Preto, p.46-57, 1998.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Construções encaixadas: considerações básicas. In: *Colóquio Nacional da ABRALIN*. Florianópolis, 1999a.
- NEVES, Maria Helena de Moura. As construções causais. In: NEVES, M.H.M. (org.) *Gramática do português falado*, v. VII, São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999b. p.461-496.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- PAIVA, Maria da Conceição. Empregos de 'porque' no discurso oral. In: *DELTA*, 11:1, p.27-39, 1995.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics.* (Cambridge Studies in Linguistics 54). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, Sandra. Subordination in formal and informal discourse. In: SCHIFFRIN, D. (ed.). *Meaning, form, and use in context: linguistic applications.* Washington: Georgetown U. Press, 1984, p.85-94.



# Definição, classificação e categorização no gênero editorial: transitividade e processos relacionais

Medianeira Souza (UFPE)

## Introdução

Neste capítulo<sup>1</sup>, investigamos que papéis cumprem os processos relacionais do sistema de transitividade conforme proposta da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) na construção da opinião no editorial. Trata-se de um recorte de nossa tese de doutoramento (SOUZA, 2006), na qual investigamos a contribuição de todo o sistema de transitividade para a construção dos sentidos na variação do gênero editorial.

A classificação e análise pautaram-se nos pressupostas da LSF (HALLIDAY 1994, HALLIDAY e MATTHIESSEN 2004), para quem a língua é um sistema semiótico no qual se combinam diversas escolhas que levam em conta o gênero, o registro e a situação. A transitividade, então, desempenha papel fundamental na organização do conteúdo, considerando-se que cada escolha no sistema de transitividade adquire seu significado em relação a um conjunto de outras escolhas que se poderia fazer (cf. EGGINS, 1995).

O editorial foi o gênero escolhido porque tem como objetivo expressar uma opinião institucional e convencer o leitor a aderir a essa opinião, de modo

---

1. Este capítulo é um recorte de nossa tese de doutoramento *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*, defendida em 2006, na Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da profa. Angela Dionísio.

que as experiências do mundo nele retratadas prestam-se a consecução desse propósito. Seu autor é, então, alguém que organiza seu texto para influenciar o leitor, convencendo-o e fazendo-o *agir* ou *pensar* em uma determinada direção. Não devemos esquecer, porém, que além do teor opinativo, os editoriais também são textos de apresentação convincente dos conteúdos de um jornal ou de uma revista, ou textos que, simultaneamente, apresentam um veículo e opinam sobre fatos.

Essas orientações nos guiaram na constituição de nosso *corpus* o qual é formado por setenta e dois editoriais recolhidos entre abril e setembro de 2003, dos jornais *Folha de São Paulo (FSP)*, *Jornal do Comércio (JC)* e *Folha de Pernambuco (FPE)*; e das revistas, *Veja (VE)*, *Época (EP)*, *Uma (UM)* e *Todateen (TT)*, os quais julgamos suficientes para compor um quadro da variação do gênero editorial.

Nossa pesquisa é descritiva e interpretativa, pois trata do comportamento de estruturas gramaticais no seu *habitat* (cf. SARDINHA, 2004), buscando oferecer uma análise qualitativa que se apoia em dados quantitativos para comprovação de seus resultados. Por essa razão, selecionamos os processos relacionais e, conseqüentemente, as orações, pela sua recorrência nos editoriais.

A seleção dos dados foi feita através do *software MicroConcord* (SCOTT & JOHNS, 1993). Este é um suporte tecnológico capaz de localizar a palavra pesquisada e seu co-texto em cada texto submetido à análise. Esse *software* nos ofereceu as orações que pretendíamos investigar nos editoriais selecionados. Para isso, os editoriais foram salvos em arquivos do tipo *DOS.text* (arquivos.txt). Obtivemos um conjunto de trezentas e sessenta e três orações nos setenta e dois editoriais constitutivos do *corpus*. Desse conjunto, recortamos as orações transcritas neste texto para compor nosso quadro analítico.

Como já mencionamos, nossa base teórica advém da LSF. Nessa teoria, estudam-se, então, as formas léxico-gramaticais, como a transitividade, em relação a suas funções sociais, sendo a transitividade entendida como um sistema, bem como a categoria gramatical referente à representação do conteúdo vivenciado na experiência humana. Esse sistema permite identificar, não só as ações e atividades humanas que estão sendo expressas no discurso, como também a realidade que está sendo retratada, pois é através da linguagem que falamos de nossas experiências nas relações com as pessoas e objetos; das abstrações, bem com das qualidades e estados.

Através da análise dos processos relacionais e seus participantes, investigaremos as relações estabelecidas no texto para podermos interpretar o modo como as opiniões são representadas no editorial, de modo a constituir a tese defendida. Para tanto, compreendemos oração como *representação*, como *escolha* para expressar significados, o que implica analisar um nível maior de escolhas gramaticais manifestos no texto através da transitividade. Tais escolhas são modeladas dentro de um *quadro experiencial*: do acontecer, do fazer, do sentir, do dizer, do ser ou ter, sendo os dois últimos o foco de nossa investigação. Os processos relacionais, conforme veremos a seguir, são um dos seis tipos de processo do sistema de transitividade estabelecidos pela LSF. Sua função é definir, classificar, caracterizar, generalizar e identificar as experiências vividas, conforme poderemos comprovar através da análise exposta neste artigo.

Esses diferentes processos fazem contribuições distintivas para a construção da experiência nos vários domínios discursivos dos quais os gêneros são sua forma de expressão linguística. É certo que em certos fragmentos, ou mesmo em todo o texto, uma mistura de tipos de processos predomina, mas orações verbais têm lugar de destaque em notícias, e orações mentais são típicas da conversação casual. Já em textos narrativos,

têm particular importância os processos existenciais e relacionais, mesmo que o plano principal seja construído predominantemente por processos materiais (cf. HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004). Essas constatações constituem uma das motivações para estudarmos os processos relacionais no texto opinativo como o editorial e, assim, contribuir para o aprofundamento das investigações em textos dessa natureza, pois, até onde se tem conhecimento, tem predominado a averiguação da transitividade em textos narrativos.

### **Orientação teórica: a Linguística Sistêmico-Funcional**

O funcionalismo de Halliday (1985, 1994, 2004), denominado LSF, espelha-se numa perspectiva de língua enquanto escolha. É um modo de compreender a gramática em termos do uso dessa gramática, o qual se opõe aos estudos formalistas, pois tem como foco usos da língua que realizam interação entre usuários; sua orientação é social. Hoje essa corrente teórica se presta, não apenas a fazer descrições funcionais da língua, mas também serve de base para trabalhos com outros sistemas semióticos como o trabalho com imagens visuais de Kress e van Leeuwen (1996); contribui para o desenvolvimento de programas de alfabetização para estudantes de escolas primárias e secundárias, e, ainda, para o desenvolvimento de programas de treinamento de empresas, entre outros fins (cf. MARTIN et al, 1997).

Para Halliday, a língua se organiza em torno de duas possibilidades alternativas: a cadeia (o sintagma), e a escolha (o paradigma); uma gramática sistêmica é, sobretudo, paradigmática, pois coloca as unidades sintagmáticas como realização e as relações paradigmáticas como nível profundo e abstrato. A consideração do nível sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma com a ideia de que cada

escolha produz significados. No entanto, as escolhas nem sempre são conscientes; segundo Butt et al. (2000, p.2): “*Estamos certos que, mesmo inconscientemente, as escolhas linguísticas são influenciadas em certos aspectos pelo contexto no qual são usadas*”.

Tendo como objetivo estudar usos linguísticos, a LSF privilegia sempre a análise de produtos autênticos da interação social, aos quais chama de texto. Conforme Butt et al (2000, p. 3) “*um texto ocorre em dois contextos, um dentro do outro: o contexto de cultura e o contexto de situação*”. O contexto de cultura é a soma de todos os significados possíveis de fazer sentido em uma cultura particular. Dentro do contexto de cultura, falantes e ouvintes usam a linguagem em contextos específicos, conhecidos no funcionalismo como contexto de situação. A combinação dos dois tipos de contexto resulta em semelhanças e diferenças entre um texto e outro. No contexto de situação estão as características extralinguísticas dos textos, as quais dão substância às palavras e aos padrões gramaticais que falantes e escritores usam para construir os diferentes gêneros; e os ouvintes e leitores, para identificar e classificar esses gêneros. Essas diferenças entre os gêneros podem ser atribuídas a três aspectos do contexto de situação que a LSF define como *campo, relação e modo*.

*Campo* diz respeito à natureza da prática social, corresponde ao que é dito ou escrito sobre algo; *relação* diz respeito à natureza da ligação entre os participantes da situação; e *modo*, à natureza do meio de transmissão e mensagem (cf. HEBERLE & MOTA-ROTH, 2005). Esses parâmetros afetam nossas escolhas linguísticas porque refletem as três funções que constituem os propósitos principais da linguagem (cf. HALLIDAY, 1985).

São as chamadas metafunções da linguagem: a *ideacional*, a *interpessoal* e a *textual*. A ideacional representa ou constrói os significados de nossa experiência do mundo exterior ou interior por meio do sistema de

transitividade. A interpessoal expressa as interações e os papéis assumidos pelos usuários, revelando as atitudes desses para com o interlocutor e para com o tema abordado, através do sistema de modo e modalidade. A metafunção textual está ligada ao fluxo de informação e organiza a textualização por meio do sistema de tema. Nas metafunções, a oração é a realização simultânea de três significados: uma *representação* (conteúdo); uma *troca* (ação); e uma *mensagem*. Todas as línguas são organizadas em torno de dois significados principais: o ideacional e o interpessoal. Esses componentes, a que se associa um terceiro, o textual, são as manifestações, no sistema linguístico, dos dois propósitos mais gerais que fundamentam os usos da linguagem: entender o ambiente e influir sobre os outros.

Na LSF cada elemento de uma língua é explicado em relação a sua função no sistema linguístico total. Uma gramática funcional é, assim, aquela que constrói todas as unidades de uma língua como configurações de funções e tem cada parte interpretada como funcional em relação ao todo.

### ***A transitividade na Linguística Sistemico-Funcional***

O sistema de transitividade, como concebido pela LSF, permite identificar as ações e atividades humanas que estão sendo expressas no discurso, bem como a realidade retratada, pois é através da linguagem que falamos de experiências, objetos, abstrações, qualidades, estados e relações existentes no mundo exterior e interior. Essa identificação se dá através dos papéis de transitividade: *processos*, *participantes*, e *circunstâncias* que permitem analisar *quem faz o quê, a quem e em que condições*.

Cada tipo de processo estabelece seu próprio esquema de construir um domínio particular da experiência como um quadro experiencial específico: um modelo de construir significado. Nessa construção dos conteúdos através

do sistema de transitividade, portanto, três tipos de processo são tidos como principais: os materiais, os mentais e os relacionais; e três tidos como secundários: os comportamentais, os verbais e os existenciais.

Segundo Halliday & Matthiessen (2004), os processos secundários se encontram nas fronteiras entre os tipos principais, são intermediações que preservam certos traços dos processos que lhes cercam. O que equivale a dizer que a delimitação entre os processos nem sempre é precisa e a ausência de limites claros entre as áreas relaciona-se ao fato de os processos serem categorias indistintas, o qual é um princípio fundamental no qual o sistema é baseado, o da *indeterminação sistêmica*. O mundo das experiências é indeterminado e essa indeterminação reflete-se no modo como a gramática constrói seu sistema de tipos de processo. Assim, podemos ter experiências construídas no domínio da emoção: “*minha cabeça dói*”; ou no domínio da classificação, como “*minha cabeça está dolorida*” (cf. HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004).

Tratamos agora dos tipos de processos e de seus participantes, com especial realce para os relacionais, objeto de nosso olhar neste artigo.

Do sistema de transitividade proposto pela LSF composto de processos, participantes e circunstâncias, apresentamos as definições dos tipos de processo: materiais, mentais, relacionais, verbais, existenciais e comportamentais, acompanhadas das definições de seus respectivos participantes, em virtude da delimitação necessária a esta investigação.

Os *processos materiais* aqueles onde uma entidade faz algo; são os processos de *fazer*, representam ações de mudanças externas, físicas e perceptíveis, presentes em verbos como *nadar, telefonar, ler, comprar* etc. De acordo com Halliday (1985), Eggins (1995) e Halliday & Matthiessen (2004), têm como participantes, entre outros: Ator, Meta, Extensão e Beneficiário. *Ator* é aquele que faz a ação. *Meta* é para quem o processo é

direcionado. *Extensão* é aquele que complementa a ação especificando-a. *Beneficiário* é o que se beneficia, de alguma forma, da ação verbal. Meta, Extensão e Beneficiário são participantes opcionais. Em virtude disso, alguns processos materiais envolvem dois ou mais participantes e outros apenas um – o Ator – fato que se manifesta na língua por meio das orações intransitivas, e transitivas.

Os *processos mentais* lidam com a apreciação humana do mundo. Pela sua análise é possível detectar crenças, valores e desejos representados em um dado texto. Segundo Halliday (1985), são os processos do *sentir*, os quais incluem processos de *percepção* (*ver, ouvir, perceber* etc); de *afeição* (*gostar, amar, odiar, assustar, agradar* etc); e de *cognição* (*pensar, saber, compreender, perceber, imaginar* etc). Seus participantes são: *Experenciador* – participante consciente que experimenta um *sentir*; e *Fenômeno* – o fato que é percebido, sentido ou compreendido.

Os *processos relacionais* são aqueles que estabelecem uma conexão entre entidades, identificando-as ou classificando-as, associando um fragmento da experiência a outro. Essa relação pode denotar: intensidade (quando uma qualidade é atribuída a uma entidade: *A inclinação brasileira nesse sentido está nítida há anos*); circunstância (quando uma circunstância de tempo ou lugar é atribuída a uma entidade: ***Nos arquivos da Câmara de Vereadores está um livro com os Termos da Vereação de 1714 a 1738***); e possessividade (quando existe uma relação de posse: *Todos os dias penso como é bom tê-lo como namorado*).

As orações com processos relacionais podem ser *atributivas* ou *identificativas*. Nas atributivas, há a atribuição de uma qualidade realizada pelo participante *Atributo*, ao primeiro participante, o *Portador*, como no exemplo com Portador, sublinhado, e Atributo em negrito: *Quando o emprego começa a declinar o migrante é visto **com maus olhos***.

Nas orações identificativas há a identificação, ou definição, de uma entidade através de uma outra. Esse tipo de oração tem um participante *Característica* – a entidade definida – e um participante *Valor* – o termo definidor ou identificador. A oração seguinte concretiza esses conceitos: **Eles são 81% dos camelôs da cidade, 60% dos taxistas.** Faremos uso, na análise, da distinção entre orações atributivas e identificativas englobando as relações que indicam intensidade, circunstância e possevidade.

Em síntese, esses processos são uma generalização para a tradicional noção de cópula (cf. MARTIN, MATTHIESSEN & PAINTER, 1997). Orações relacionais servem para definir, caracterizar e identificar, atribuindo qualidades, posse ou circunstâncias, e assim construir as experiências do mundo e as experiências de nossa consciência. Em tais orações, o que modela essas experiências é o plano do *ser*, através de dois modos: atribuição ou identificação. Os relacionais evidenciam, pois, uma relação de natureza estática entre dois participantes: Portador e Atributo nos relacionais atributivos; e Característica e Valor, nos relacionais identificativos. Tais participantes podem ser atos ou fatos, mas também seres, entidades e até circunstâncias.

Os *processos verbais* referem-se aos verbos que expressam o dizer; são os processos do comunicar, do apontar. Situam-se entre os relacionais e os mentais, externando relações simbólicas construídas na mente e expressas em forma de linguagem (cf. HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004). Os participantes são: *Dizente* – participante inerente que diz, comunica, aponta algo; *Receptor*, participante opcional para quem o processo verbal se dirige; *Verbiagem* participante que codifica o que é dito ou comunicado.

Os *processos existenciais* representam algo que existe ou acontece e constroem-se com apenas um participante, o *Existente*, o qual é introduzido, criado no texto pelo processo existencial.

Por fim, os *comportamentais*, situados entre os processos materiais e mentais, são os responsáveis pela construção de comportamentos humanos, incluindo atividades mentais como *ouvir* e *assistir*, além de atividades verbais como *conversar* e *focar*. São parte ação, parte *sentir*. Obrigatoriamente, apresentam um participante consciente, o *Comportante*; e, opcionalmente, um participante chamado *Fenômeno*.

Esse quadro, composto pelos processos e participantes, possibilita aos usuários de uma língua as escolhas gramaticais possíveis para fazer referência a algo do mundo ou para focalizar um aspecto qualquer, revelando significações que podem estar encapsuladas na própria construção sintática. A opção pelo uso de uma sentença transitiva externando uma ação que *transita* de um participante para outro codifica uma significação, a opção por uma intransitiva, ou por uma passiva, realizará significações distintas.

### **Em foco, os processos relacionais**

As relações que se estabelecem entre os participantes nas orações selecionadas são feitas pelos processos: *ser, estar, permanecer, continuar, ficar, tornar, parecer, mostrar, andar, encontrar*. *Ser* e *estar* são os processos relacionais prototípicos, como se pode comprovar pelo alto índice de ocorrência nos dados em análise exposta no quadro 1. Os dados permitem constatar que nem todos os processos relacionais típicos do português, como *continuar* e *permanecer*, foram encontrados nos editoriais, ou não foram encontrados em número suficiente para compor o *corpus*.

Quadro 1: Processos relacionais por número de ocorrências

Processos	Ocorrências	Processos	Ocorrências
Ser	216	Trazer	12
Estar	66	Tornar	11
Ficar	17	Parecer	07
Ter	13	Encontrar	06
Tratar	13	Mostrar	02
<b>Total</b>	<b>363</b>		

Há uma diversidade menor de verbos relacionais com maior número de ocorrências em relação aos demais tipos de processos, o que pode apresentar-se como uma evidência de que, nos editoriais, as relações estabelecidas entre os participantes, através desse tipo de processo, são fundamentais para a natureza argumentativa desse gênero. Classificar e definir podem ser *subsídios argumentativos* muito valorados pelos editorialistas. Esses processos relacionais se apresentam distribuídos nas fontes de análise conforme quadro 2.

Quadro 2: processos relacionais distribuídos por fontes

Processos	Fontes						
	FSP	JC	FPE	VEJA	EPOCA	UMA	TODA-TEEN
Estar	X	X	X	X	X	X	X
Encontrar	X	X					
Ficar	X	X		X	X	X	X
Mostrar		X		X			
Parecer	X	X	X			X	
Ser	X	X	X	X	X	X	X
Ter		X	X	X	X	X	X
Tornar	X	X	X	X	X	X	
Tratar	X	X	X		X		
Trazer		X		X	X	X	X

Os quadros 1 e 2 mostram uma visão panorâmica dos processos relacionais, revelando suas ocorrências nos dados e nos veículos de comunicação onde eles estão presentes, sem, porém, separá-los em atributivos e identificativos, o que passaremos a fazer, na próxima sessão, ao tratarmos da análise e resultados.

Dos dez processos relacionais selecionados, *ser*, *estar*, *ficar*, *ter* e *parecer* realizam-se como atributivos e como identificativos; enquanto *trazer*, *tratar*, *tornar*, *encontrar* e *mostrar* se realizam nos dados apenas como

processos atributivos. Os relacionais *ser* e *estar*, além de serem os de mais alta ocorrência, ainda estão presentes em todas as fontes. Na sequência, ilustramos nossa análise com a apresentação de dois a cinco exemplos de cada processo relacional selecionado nos jornais e revistas do *corpus*, numerados sequencialmente, observando a ordem: jornais, depois revistas.

### **Os relacionais atributivos**

#### SER

(01) Ao longo das últimas décadas, difundiu-se e consolidou-se a percepção de que a máquina estatal brasileira *era* extremamente ineficiente e onerosa. (FSP8)

(02) Embora tenha feito uma carreira política naquele mundo que genericamente se chama de esquerda, Lula sempre *foi* menos esquerdista do que a maioria. (EP3)

(03) Elas *são* generosas e carinhosas umas com as outras. UM2

(04) Você *é* diferente de todos os garotos que conheci. TT6

Processos relacionais estabelecem relações claras entre entidades e contribuem para classificar e categorizar as entidades envolvidas (cf. HEBERLE, 1997). Esse tipo de processo é recorrente nos editoriais porque expressa visões particulares de mundo, tornando-se recurso valioso na formação do ponto de vista exposto. Os relacionais, como o verbo *ser*, parecem exercer uma forte influência no leitor, já que são os responsáveis por *emoldurar* fatos impondo ao leitor *um modo* de ver tais fatos. A essencialidade que o predicado atribui ao sujeito ratifica essa posição, uma vez que “esse

verbo compõe predicativo estativo de inerência, ou seja, o predicado se refere ao sujeito como um dos seus traços essenciais” (BORBA, 1991, p. 1231).

A esse respeito, observemos as orações: em (01), ao qualificar o Portador “a máquina estatal brasileira” de “ineficiente e operosa”, Atributo dessa oração, o editorialista defende um ajuste fiscal criterioso na economia brasileira. Descreve também uma visão anteriormente perpetuada da máquina estatal brasileira, razão para o uso do passado, concordando com essa visão, mas tomando-a como contraponto para a defesa que fará da necessidade do ajuste fiscal no parágrafo seguinte.

O exemplo (02) segue a linha de defesa do presidente Lula sendo mais um argumento para qualificá-lo de moderado, tônica de todo o editorial. Observemos que a ressalva da oração anterior iniciada com “Embora tenha feito uma carreira política...” e o Atributo “menos esquerdista do que a maioria” já antecipa o perfil do presidente, a ser apresentado ao leitor.

Com a mesma perspectiva de enquadramento, mas com participantes *Portadores* diferentes em virtude do tema abordado, os exemplos (03) e (04) também expõem um modo de ver que se deseja compartilhar com as leitoras: a oração (03) “Elas são generosas e carinhosas umas com as outras” não visa tão somente a descrever aquelas mulheres, objeto do editorial, mas compartilhar essa crença, de modo que elas passem a ser vistas tal como descritas na oração.

A oração (04) “Você é diferente de todos os garotos que conheci” complementa uma série de elogios como: “Todos os dias penso como é bom tê-lo como namorado” e “Quando me beija, parece que o tempo pára” que são uma antecipação de uma declaração de amor que fecha o texto. O Atributo “diferente de todos os garotos que conheci” é decisivo para a argumentação da autora ou da adolescente, já que não *ser igual a* é um diferencial perseguido na sociedade contemporânea.

## ESTAR

(05) A economia segue devagar, o desemprego *está* altíssimo e o crescimento sustentado é uma esperança. (EP3)

(06) *Estamos* acostumados às propostas orçamentárias irrealistas... (FPE12)

(07) ... a moda é tão cíclica que o que *está* fora hoje, daqui a alguns meses será o hit das estações. (UM5)

(08) Por falar em gatos, a revista *está* cheia deles. (TT2)

Ao contrário de *ser*, o verbo *estar* indica classificação temporária, transitória e não definitiva (cf. BORBA, 1991). Presta-se, portanto, a indicar um estado de coisas do momento presente, que pode vir a ser alterado de acordo com a dinamicidade dos fatos. Esta alteração é muito perceptível em (05), por exemplo, quando o próprio autor apresenta um fato que pode mudar o estado anterior: com a oração “o crescimento sustentado é uma esperança”, o autor apresenta uma solução para resolver o problema temporário do Brasil descrito através do Portador “o desemprego”, do relacional “*está*” e do Atributo “altíssimo”. Essa impressão de transitoriedade é também notada em todos os outros exemplos acima, porém, com nuances significativas distintas.

Em (06), temos a primeira pessoa do plural, pela qual o escritor se inclui no que expõe e se situa entre o grupo dos “acostumados”, Atributo de “estamos”. Essa oração dá sequência à apresentação do orçamento da União para o ano de 2004, que vai ser defendido como um orçamento realista, portanto, bom para o país. Essa oração configura-se como uma crítica aos orçamentos apresentados por governos anteriores. Mas ao usar *nós*, o autor não assume sozinho a crítica levando consigo todos os leitores,

ou toda a sociedade. Observemos que o caráter temporal, impresso no verbo *estar*, sinaliza para o fato de que mudanças podem estar a caminho. Se o editorialista não acreditasse nisso, talvez tivesse afirmado “somos acostumados a...” e atribuído inerência, com o processo *ser*, ao invés de temporalidade com o processo *estar*.

Na oração (07), “... a moda é tão cíclica que o que *está* fora hoje, daqui a alguns meses será o hit das estações.”, a efemeridade indicada pelo processo *estar* é corroborada pela circunstância de tempo codificada no advérbio “hoje”. Mas o que torna esse exemplo particularmente interessante é o jogo estabelecido pelo relacional *ser* em “a moda é tão cíclica”, no presente, dando ao Portador “moda” uma característica inerente; e no futuro, “daqui a alguns meses *será* o hit da estação”, definindo o que antes foi qualificado de forma transitória, no caso o pronome relativo “que” equivalente a “moda”. Nesse fragmento textual são três processos relacionais, os dois primeiros atributivos e o terceiro identificativo, usados pela autora para dizer o que pensa da moda, fenômeno tão importante para o público feminino.

O exemplo (08), o Portador é a revista, o qual sintetiza o conteúdo a ser apresentado aos leitores na edição em apreço através do Atributo, “cheia deles”, que retoma *gatos* da oração anterior. Improvável, dessa forma, a não marcação da transitoriedade de sua condição através do processo *estar*, pois o que é conteúdo naquele mês, certamente não o será no próximo.

### FICAR

(09) Dos arquivos permanentes da Câmara de Vereadores constam escrituras de compra de imóveis que explicam como se fez o Recife e onde *fica* evidenciada a força do Poder Legislativo Municipal... (JC3)

(10) Os cabelos escuros começam a perder força, o castanho *fica* mais claro...  
E por aí vai. (UM5)

(11) E para completar o quadro, vale lembrar que a economia brasileira *ficou* praticamente estagnada no primeiro trimestre deste ano. (FPE5)

O processo *ficar* indica mudança de estado em (09) e (10), sendo sinônimo de *tornar*; este parece conter a mesma noção de transitoriedade constitutiva do verbo *estar*. Dessa maneira, o que vemos nessas orações é a ênfase em uma transformação que configura o arremate de um ponto de vista que vem sendo tecido através de *ficar*, e da relação “evidenciada” entre os Portadores “a força do Poder Legislativo Municipal”, (09); “o castanho”, (10) e “a economia brasileira”, (11), com seus Atributos (09); “mais claro” (10); e “praticamente estagnada...”, (11). Ressurge, assim, um foco discursivo já apresentado, encerrando um ciclo argumentativo: em (09), o poder do legislativo municipal do Recife, e em (10), as mudanças no visual da mulher.

Em (11), *ficar* significa *permanecer*, indicando uma continuidade de estado; é o argumento do autor para finalizar uma descrição de críticas feitas à economia brasileira, pela CNBB e pela FIESP. Em outras palavras, o editorialista vem usando um argumento de autoridade, a citação de discurso alheio, mas emite sua opinião sobre o problema, através da oração relacional que situa negativamente a economia brasileira.

## TER

(12) Um assentamento rural, mesmo tecnicamente organizado, só *terá* uma produção de subsistência, autoconsumo, sem relevância em termos de agronegócio, abastecimento das populações urbanas, que são a maioria, de exportação. (JC9)

## Sintaxe em *foco*

(13) ... o pequeno Gabriel, de 7 meses, que, com certeza, *terá* um futuro brilhante pela frente. (EP7)

(14) O assinante (...) *tem* uma relação especial com a revista. (VE8)

O relacional *ter* estabelece uma relação de posse, tem-se, então, que o participante Portador é o possuidor, e o Atributo é a coisa possuída. É uma relação de *beneficiamento pleno*, como em (13) e (14), em que os Atributos – “um futuro brilhante...” e “uma relação especial...” – são vantajosos para os Portadores “Gabriel” e “O assinante”. Já em (12), há um *beneficiamento restrito* porque as circunstâncias de Modo “só” e “... sem relevância em agronegócio...” fazem com que a vantagem de “ter uma produção de subsistência” diminuam consideravelmente.

### PARECER

(15) Afinal, menos do que as reindexações salariais, o que *parece* nítido na formação dos índices mais recentes são os efeitos das tarifas públicas e preços administrados... (FSP5)

(16) À primeira vista, *parece* estranho que juízes e desembargadores paulistas tenham patrocinado o encontro, porém é de incontestável lógica sua participação... (FPE1)

(17) Era tamanha a agitação, bóbbis de um lado, lanchinhos de outro, que *parecia* impossível convencer as quatro a engatarem uma discussão. (UM2)

Uma das possibilidades de uso do verbo *parecer* é ser “*modalizador estativo indicando a modalidade da manifestação (aparência)*” (cf. BORBA, 1990, grifos do autor). Por modalizar uma qualificação atribuída ao Portador

consideramos *parecer* como processo relacional, embora não deixemos de lado a capacidade modalizadora que ele carrega.

O que vemos, portanto, na sequência de orações que vai de (15) a (17) são classificações atenuadas pelo processo *parecer*; os autores qualificam, mas não assumem essas qualificações, como se quisessem rechaçar possíveis contra-argumentos. Isso é especialmente evidente nos exemplos (15) e (16), com destaque para (16), na qual o autor começa o argumento usando o verbo *parecer* para fazer uma ressalva e, em seguida, ratificar a razão da posição assumida por “juízes e desembargadores”. Nesse exemplo, então, *parecer*, semelhando prudência ou não comprometimento, revela-se nascente significativa da afirmação categórica que lhe é posterior.

#### Processos relacionais materializados somente como atributivos

Os processos *tratar*, *trazer*, *tornar*, *encontrar* e *mostrar* foram encontrados em nossos dados somente com a propriedade de atribuir qualificações, como podemos comprovar nos exemplos que seguem:

#### TRATAR

(18) Embora a questão tenha importância e motive acalorados debates, *trata-se* de decisão que não representará mudança expressiva na situação social. (FSP9)

(19) Para não entrarmos em contradição com o que afirmamos acima, de *se tratar* de um Orçamento realista, convém observar que as previsões feitas repousam nas expectativas favoráveis de crescimento de 3,5% do PIB... (FPE12)

(20) Não, não *se trata* de um turista acidental – Riq é um viajante compulsivo...  
(EP7)

Nos editoriais investigados, o verbo *tratar* quando impessoal e pronominal, é estativo significando *estar em questão, em causa* (cf. BORBA, 1990). Entendemos que ele introduz uma classificação a um termo, ou oração, que o antecede no período. Assim, temos em (18), através da oração “*trata-se de decisão que não representará...*”, uma retomada do sujeito da oração precedente a *questão*, que se torna Portador da oração relacional, dando-lhe a roupagem que o autor considera adequada ao ponto de vista que defende.

Em (19), a retomada através da oração relacional com *tratar* presta-se a esclarecer a posição autoral com vistas a prevenir eventuais contra-ataques. Em (20), o mesmo tom de ressalva se faz presente; desta vez, para justificar o comportamento do personagem descrito, e funcionando como argumento favorável ao Portador *Riq*.

### TRAZER

(21) O lançamento festivo do programa Primeiro Emprego, pelo Governo Federal, chega carregado de esperança, mas *traz*, a sensação de um propósito generoso muito aquém do que exige nossa realidade. (JC8)

(22) Nossa moda, Preto (pág. 60), *traz várias opções que vão deixá-la com a auto-estima lá em cima*. (UM3)

(23) A edição deste mês ainda *traz muito mais coisas pra você: gatos, testes, beleza e tudo o que tem a ver com o seu mundo*. (TT1)

O verbo *trazer* tem diferentes significados e diferentes usos. Com a configuração oracional – sujeitos inativos expressos por nomes concretos e complementos concretos não-animados – significa *ter*, sendo assim um processo relacional. Diferentemente dos demais casos, (21) não tem como Portador a revista ou jornal onde circula o editorial em apreço, de modo que *trazer* estabelece, nesse exemplo, uma relação de posse entre o Portador, “programa Primeiro Emprego”, e o Atributo “uma sensação de um propósito generoso muito aquém do que exige nossa realidade”; esta relação parece tornar palpável a fragilidade atribuída pelo editorialista a esse programa do Governo. A contraposição imediata de um traço negativo, “muito aquém...”, a um positivo “carregado de esperança”, também parece contribuir para desfazer qualquer ilusão que o leitor alimente a esse respeito.

Em (22) e (23), temos a mesma configuração oracional. As revistas *Veja*, *Época*, *Uma* e *Todateen* são realizadas como Portadores, portanto as possuidoras dos elementos descritos em seus respectivos Atributos. Esses, sublinhados nos exemplos, anunciam entrevistas, estréias, matérias, seu conteúdo. Notória é a forma como isso está posto nos editoriais nos fazendo crer que os beneficiados com essa “posse” são os leitores e não as revistas. Esse sentido materializa-se especialmente no processo *trazer*.

## TORNAR

(24) ...o funcionalismo *foi-se tornando* sinônimo de uma casta inoperante de privilegiados. (FSP8)

(25) Resta torcer para que, com a chegada de Nestor Kirchner à Casa Rosada, a Argentina esteja inaugurando um novo ciclo em que as instituições *se tornem* mais fortes que a vaidade, o despreparo e o interesse menor dos políticos. (VE4)

## Sintaxe em *foco*

(26) Os séculos foram se sucedendo, mais e mais homens e mulheres foram nascendo e nem por isso o encontro entre os dois *tornou-se* mais fácil. (UM1)

O processo *tornar* significa passar a ser, transformar-se (cf. HOUAISS, 2001), indicando, portanto, mudança de estado. A essa significação recorrem os autores para qualificar as entidades em uso nos exemplos de (24) a (26): enfatizando pontos fracos do Portador “o funcionalismo” em (24); externando esperança em (25), através do Atributo “mais fortes”, relacionado ao Portador “as instituições”; e acentuando dificuldades em (26), ao afirmar “nem por isso o encontro entre os dois se tornou mais fácil”. Um panorama diversificado de usos para o sistema de transitividade de *tornar* materializando sutilezas de conteúdo necessárias ao objetivo a ser atingido.

### ENCONTRAR

(27) É cedo para afirmar que as autoridades econômicas brasileiras já se *encontram* numa posição confortável, pois, excluídos os empréstimos do FMI, as reservas de divisas do Banco Central ainda se situam nas proximidades de US\$ 15 bilhões, um valor muito baixo. (FSP2)

(28) Sabe-se – como já divulgou este jornal – que os documentos produzidos pelos nossos vereadores, há quase três séculos se *encontram* em condições lastimáveis... (JC3)

(29) O presidente Lula disse clara e objetivamente em todos os pronunciamentos de campanha que o Brasil só sairia da situação difícil em que se *encontrava* se fossem criados muitos empregos e até chegou a um número fascinante: 10 milhões. (JC8)

*Encontrar*, quando pronominal e com sujeito inativo, significa estar num determinado estado ou condição (cf. BORBA, 1991); é processo relacional nesse caso, diferente de outras significações em que esse mesmo verbo pode realizar-se como processo material. Nos casos acima expostos, os participantes *Portadores* são enquadrados em uma dada situação a eles relacionados por esse processo. Em (27), pertence a um fragmento de texto que problematiza a posição das autoridades da economia brasileira frente à política econômica, ressaltando que a condição atribuída, através da significação de *encontrar-se* e do *Atributo* "... numa posição confortável", ainda não foi atingida. É algo que pode vir a acontecer conforme o autor apresenta as soluções no decorrer do editorial, mas que ainda não se concretizou. Em (28), dá-se o oposto, pois o autor tem certeza da situação do Portador – certeza esta já de domínio público conforme consta na oração intercalada – e categoricamente o situa. O exemplo (29) consta em um editorial que discute a problemática do primeiro emprego: a oração com o processo *encontrar*, no passado enquadra negativamente o Portador "o Brasil" através do Atributo "situação difícil".

## MOSTRAR

(30) Mas a igreja católica é de longe a instituição que *se mostra* a mais despreparada para fazer face a desafios dessa natureza. (VE1)

(31) Eles se iniciam sexualmente muito cedo e *se mostram*, a cada geração, mais refratários a obedecer a normas de comportamento ditadas por celibatários que nada entendem da prática do sexo... (VE1)

O processo *mostrar* em (30) e (31) relaciona características que o autor do editorial julga pertinentes para descrever "a igreja católica" e

“eles” participantes, *Portadores* dos dois exemplos, e para a condução de sua argumentação. Em (30), o editorialista torna patente a incompetência da igreja para resolver problemas ligados à sexualidade humana, dando continuidade ao seu intento de apresentar essa instituição como incapaz de lidar satisfatoriamente com tal questão. A oração (31) apresenta o comportamento dos jovens em relação à prática do sexo e através de *mostrar*, é ressaltada a nova postura desses jovens frente a antigos preceitos ditados pela igreja.

### ***Os processos identificativos***

As orações relacionais identificativas envolvem, gramaticalmente, dois participantes: aquele, ao qual uma identificação, função ou significado é relacionado, é conhecido como Característica. A identificação, função ou significado é chamada de Valor. Ambos, Característica e Valor, são, geralmente, um SN definido. O significado de uma oração identificativa é o de que “*X serve para definir Y*”. Levando em conta que a definição tem a função de guiar o destinatário na sua busca pelo sentido (cf. CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004), vejamos então como esse tipo de oração está presente nos editoriais.

### SER

(32) Em junho de 1995, FHC tinha para exibir a relativa novidade da estabilização da moeda e um crescimento econômico que garantiu aos mais pobres acesso a inéditos itens de conforto. O Brasil de Lula é o da fila desesperada por uma vaga de gari. (FSP7)

(33) Hoje, neste 1º de maio, um trabalhador é o presidente da República. (FPE3)

(34) Rodrigues é um técnico de reconhecida competência... (JC9)

(35) VEJA é a maior e a mais influente revista do Brasil. (VE8)

Quando define o Brasil em (32), o autor dá sequência à opinião sobre a aprovação do governo Lula pelo público. Sempre tomando como referência governos passados – como podemos ver na oração que inicia o fragmento (32) – são mostrados dados que favorecem o presidente atual. Tal contexto permite ver a positividade da oração “O Brasil de Lula é o da fila desesperada por uma vaga de gari”, e comprova o postulado da LSF de que as escolhas adquirem significados em contraste com outras escolhas. Uma análise isolada dessa oração nos faria acreditar que o atual Governo estava recebendo uma definição negativa.

Após encerrar um ciclo de comentários sobre o 1º de maio, nos quais destaca perdas e ganhos, o autor em (33), ao apresentar o “*trabalhador presidente da república*” no participante Valor, passa a tratar da esperança que é depositada no Presidente Lula, pela maioria da população. A função atribuída ao participante Característica “um trabalhador” sintetiza toda a crença de melhoria na vida do país, em especial na vida dos mais pobres.

Em (34), temos uma definição feita no Valor – “um técnico de reconhecida competência...” – dada ao Ministro da Agricultura do governo Lula. Esta serve para dar continuidade aos elogios que vêm sendo feitos ao setor agropecuário brasileiro; elogios que compõem metade do texto e que, correspondendo à primeira parte do título do editorial: “Avanço e ameaça”, prepara o terreno para outra metade, composta de críticas ao governo pela complacência com que trata as ações do MST.

O exemplo (35) traz uma definição interessante porque feita pela própria revista em um editorial de apresentação: Veja é o participante Característica,

que diz de si mesma ser “a maior e mais influente revista do Brasil”. O que temos nesse caso é uma autodefinição iniciando o editorial, à qual se seguem descrições que a ratificam. No nosso entender, essa definição é instauradora de uma verdade que a revista passa a compartilhar com o leitor. Se as definições guiam os sentidos, nessa oração isto se torna bastante evidente.

### ESTAR

(36) Até o cardápio (...) poderá ser modificado por *lhe* ter trazido algum problema orgânico, desacostumado que *estava* ao sabor de alimentos como cuscus (sic), batata-doce e carne-de-sol, entre outros, tão estimados pelos habitantes dessa parte do Brasil. (JC2)

(37) A questão central, portanto, é saber onde *está* a verdade e até quando pode ser manipulada em favor de interesses ocultos, pondo em risco a vida de inocentes, inclusive de brasileiros, que poderão vir a ser vítimas de futuros atos de terrorismo, como aliás, admite o presidente dos EUA. (FPE9)

Uma das primeiras observações a se fazer, em relação às diferenças contidas nas definições atribuídas pelo relacional *estar*, reside no caráter temporal e transitório peculiar a esse verbo. Assim, as definições estabelecidas pelo relacional *estar* são marcadas por esse traço e se referem a situações passageiras. Comprovamos o que foi afirmado recorrendo, por exemplo, a (36) que apresenta Fernandinho Beira-Mar, retomado na oração pelo pronome oblíquo *lhe*, como *desacostumado* aos sabores nordestinos. Na verdade, essa oração faz parte de um contexto irônico, que vai resvalar na crítica à incompetência das autoridades brasileiras em lidar com a prisão desse bandido. A transitoriedade também se faz presente em (37) que, junto com as orações seguintes, dão forma ao parágrafo final do texto. A

definição da “questão central”, nesse exemplo, sintetiza o modo como o autor compreende o fenômeno da invasão norte-americana ao Iraque, tema abordado nesse editorial. As orações identificativas com o processo *estar* de (36) juntamente com as demais analisadas, dão uma ideia do papel *de enquadramento da* realidade que esse tipo de oração desempenha e de sua relevância para a formação da opinião nos editoriais investigados.

## FICAR

(37) Quanto à infra-estrutura e o tão necessário material didático, eles *ficarão* por conta das prefeituras. (JC1)

(38) O assassino de La Costa foi encontrado quarta-feira e é um dos assaltantes do posto de gasolina que *fica* em frente ao terreno invadido. (EP9)

(39) No primeiro mês de 2003, as incertezas baixaram, mas continuaram altas: o índice *ficou* em torno de 1.400 pontos ante a possibilidade de o governo não abraçar as reformas necessárias para o Brasil. (EP8)

A sequência de exemplos de (37) a (39), organizada com o processo relacional identificativo *ficar*, no nosso entender, não carrega a ideia de transitoriedade que apresentou como relacional atributivo. O significado nesses exemplos parece perpassado por traços de finitude e exatidão, o que geraria uma semelhança entre *ficar* e *ser*. A definição atribuída ao participante Característica de cada uma dessas orações parece situar as entidades, de modo estático, em um espaço físico, como em (37) e (38); e em um espaço abstrato, na falta de um termo melhor, como em (39).

Em relação ao fragmento onde estão situadas essas orações em seus respectivos editoriais, temos a observar que todas cumprem funções

descrivas: (37) complementa uma descrição de recursos para o programa Bolsa-Escola. O exemplo (38) presta-se a situar o leitor em relação à identidade de quem matou o fotógrafo La Costa; enquanto que (39) se refere ao índice Brasil e completa uma discussão feita sobre esse índice, que desencadeia o pensamento do editor sobre o tema.

### TER

(40) ... apesar de o Brasil não *ter* nenhum problema diplomático ou de interesses comerciais com o novo governo iraquiano.... (FPE9)

(41) Quem *tem* entre 35 e 45 anos, por exemplo, ainda conseguiu viver uma infância com brincadeiras na rua e sem medo de estranhos. (EP5)

(42) ... peço licença a esta edição de setembro para falar sobre as surpresas que você *terá* em outubro, o mês de aniversário de UMA. (UM6)

*Ter* como relacional identificativo tem a propriedade de definir, ao mesmo tempo, porém, apresentando ideia de posse: “o Brasil”, participante Característica bem resolvido diplomaticamente, conforme informa (40), é dessa forma porque não possui problemas de diplomacia ou de comércio com o Iraque. A faixa etária de 35 e 45 gozou o privilégio de poder brincar nas ruas, é o que nos diz (41). Já (42) trata de presentes futuros para as leitoras da revista Uma em outubro, embora a aniversariante seja a revista. A noção de posse do processo relacional *ter*, associada à definição do participante Valor são, sobremaneira, instanciadores dos enquadramentos dos participantes Característica em todas as orações.

## Considerações finais

Os exemplos discutidos representam o total de processos relacionais encontrados nos editoriais constitutivos do *corpus*, sendo 185 atributivos e 178 identificativos, totalizando 363 casos. Entendemos que as orações atributivas e identificativas comentadas são suficientes para demonstrar como esse tipo de processo constitui o editorial. Percebemos que há um equilíbrio entre orações atributivas e identificativas, pois a superioridade numérica do primeiro tipo – 185 orações atributivas – em relação ao segundo – 178 orações identificativas – é muito pequena, de modo que podemos afirmar que não há predominância de um tipo sobre o outro, e que ambos se combinam para expressar pontos de vista.

Definir, caracterizar e identificar, atribuindo qualidades, posse ou circunstâncias, e construir as experiências do mundo e as experiências de nossa consciência, propriedade das orações relacionais, marcam, sobremaneira, a expressão da opinião nos editoriais analisados. Em números, embora não os tenhamos apresentados aqui, é notória a supremacia dos relacionais em relação aos processos materiais, embora com uma diversidade bem menor de verbos; e em se tratando da função desempenhada, vimos que o enquadre das experiências nessa relação estática entre os participantes, seja classificando, seja definindo, complementa aquele mundo das experiências dinâmicas materializadas pelos processos materiais. Dessa forma, enquanto os processos materiais apresentam os eventos e ações, os relacionais classificam e definem entidades materialmente construídas, configurando-se, portanto, como uma força argumentativa poderosa para realizar o ponto de vista institucional que os editoriais expõem. Podemos até ousar dizer que, sem classificar e sem definir, não há como assumir uma opinião; são as categorizações

e as definições, atitudes privilegiadas para construir um modo próprio de ver o mundo e assim persuadir leitores. Essas relações expressam poder por estabelecer classificações como ‘estados de ser’ (cf. HEBERLE, 1997).

Por conseguinte, de certa forma ficamos convencidos de que classificar e definir são *subsídios argumentativos* de valor extremado para os editorialistas; e, ainda, de que esse tipo de processo é extremamente recorrente nos editoriais porque constituem meios valiosos para revelar essas visões particulares de mundo e para exercer influência definitiva no leitor, impondo a esse leitor “um modo correto” de ver os fatos.

### Referências

- BORBA, F. da S. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- BUTT, D. et. al. *Using Functional Grammar: An Explorer's Guide*. Sydney: Macquarie University, 2001.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- EGGINS, S. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London: Pinter Publishers, 1995.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Introducion to Functional Grammar*. London: Arnold, third edition, 2004.
- HEBERLE, V. M. *An investigation of textual and parameters in editorials of women's magazines*. Tese de Doutorado. Florianópolis/SC: UFSC, publicada no CD-ROM TELA, 1997.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MOTTA-ROTH, D.; HERBELE, V. M. O conceito de “estrutura potencial do gênero” de Ruqayia Hasan. In: *Gêneros: teorias, métodos debates*. José L. MEURER et. al. (Orgs). São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 12-28.

KRESS, G.; van LEEUWEN, T. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London and New York: Routledge, 1996.

MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. & PAINTER, C. *Working with functional grammar*. London: Arnold, 1997.

SARDINHA, T. B. *Linguística de Corpus*. Barueri-SP: Manole, 2004.

SCOTT, M.; JONHS, T. *MicroConcord Manual: An Introduction to the Practices and Principles of Concordancing in Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

SOUZA, M. M. de. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Letras. Recife: UFPE, 2006. (Inédita).



# Aplicabilidade da Linguística Sistêmico-Funcional a in-doors

Ângela Maria Torres Santos (UFPE)

## Introdução

A utilização de toda extensão das portas externas de elevadores tem-se mostrado comum em áreas internas de hospitais, faculdades e outros prédios públicos, como um novo suporte para divulgação de mensagens, selecionando-se para amostra três (03) *in-doors*, encontrados em hospital da rede particular. Essa denominação foi determinada pela autora deste artigo por analogia com *out-doors*, já que aqueles constituem uma estampa única sobreposta às portas externas dos elevadores, localizados em saguões internos de um hospital particular de grande porte, à semelhança dos *out-doors*, os quais apresentam características de exposição similar, mas atrelados a ambientes externos.

Buscando observar as escolhas linguísticas como reveladoras da intencionalidade do falante/autor e tentando comprovar que o texto se constrói a partir do contexto e das escolhas no sistema linguístico, viu-se que o *corpus* selecionado marca os papéis sociais do autor e do interlocutor, despertando a curiosidade em determinar-se como se deu essa marcação e se o efeito sobre o leitor foi condizente com o objetivo e intencionalidade do autor.

Embasaram este preito os aportes teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional, seguindo a linha teórica de Halliday, cuja concepção de linguagem

consiste não só em considerá-la uma estrutura linguística, mas também composta de dados extralinguísticos, extraídos do contexto social, da ambiência de uso da linguagem.

### **Linguística Sistêmico-Funcional**

Reconhecendo as inúmeras aplicabilidades do termo funcionalismo e as divergentes peculiaridades entre os seus modelos, neste trabalho importou a teoria funcionalista da linguagem, capaz de ser reconhecida nas similitudes que se fazem presentes nos diversos aportes não estruturalistas, apontando para uma visão da linguagem que centra seu interesse no entendimento de como se dá uma comunicação eficiente entre os usuários de determinada língua natural, ou seja, como ela funciona quando em uso.

Vê-se que a Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) preocupa-se com uma linguagem que constrói e interpreta significados em situações sociais, o que implica reconhecer a importância do contexto, o que dá ao seu enfoque linguístico uma perspectiva sócio-semiótica, como se depreende da afirmação de Halliday (1970, p.141): “The nature of language is closely related to the demands that we make on it, the functions it has to serve. In the most concrete terms, these functions are specific to a culture [...] we all use language as a means of organizing other people, and directing their behaviour”.<sup>1</sup>

---

1. (Os textos em inglês foram traduzidos pela autora.) A natureza da linguagem está relacionada intimamente com as demandas que impomos a ela, às funções que a língua tem de servir. Em termos mais concretos, essas funções são específicas de uma cultura; [...] todos nós usamos linguagem como uma forma de organizarmos outras pessoas e direcionarmos seus comportamentos.

Essa concepção semiótica da linguagem é comentada por Ghio e Fernández (2008, p.13), trazendo as palavras de Halliday e Hassan, para mais esclarecê-la:

No podemos operar com el concepto de signo como una entidad. Tenemos que pensar más bien en sistemas de significado, sistemas que operan con ciertos productos formales a los que llamamos 'signos', entendidos no como conjuntos de cosas aisladas sino como 'redes de relaciones'. Es en este sentido que empleo el término 'semiótica' para definir la perspectiva desde la que quiero considerar al lenguaje: el lenguaje como uno entre otros sistemas de significado, que, en su conjunto, constituyen la cultura humana.

Isso implica reconhecer ser a organização da língua um sistema no qual se criam e se intercambiam significações, sendo, por isso, um sistema complexo, posto que a construção do significado se dá socialmente.

Podemos dizer que, estabelecendo relação entre linguagem e sistema linguístico e considerando as relações entre texto e contexto, a LSF busca descrever as redes de escolhas do que Halliday denomina léxico-gramática, com o fito de alcançar o potencial semântico do sistema. Observando esse potencial de significado que é a língua, Halliday defende que “acima dos sistemas linguísticos e dos falantes, uma realidade há, a linguagem, que cumpre certas funções, uma realidade que existe para potenciar possibilidades de uso e assim complementar outras capacidades humanas” (apud GOUVEIA, 2009, p.15).

É Halliday (1978, p.52) quem questiona “Como podemos tentar compreender a língua em uso?”. E acresce imediatamente a resposta:

Olhando para o que o falante diz na relação com o que poderia ter dito, mas não disse, como uma atualização na envolvimento de um potencial. Daí a envolvimento ser definida paradigmaticamente: usar a língua significa fazer escolhas na envolvimento de outras escolhas. (In: GOUVEIA, 2009, p.22)

Dessa forma, a LSF extrapola a mera enumeração dos usos da linguagem, preocupando-se em analisar a relação dialética que se estabelece entre os usos sociais da linguagem e o sistema linguístico. Abrangendo, então, funções mais abstratas de todas as línguas, Halliday propôs o termo metafunção da linguagem, aí se incluindo “interactuar con otros, representar e interpretar la experiencia del mundo (externo e interno) y organizar y construir textos significativos em los contextos en que se emplean” (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p.23-24).

Por seu caráter geral e abstrato e por ser a funcionalidade considerada um componente intrínseco à linguagem, Halliday (2004, p.31) utiliza esse termo “metafunção”, esclarecendo que “[...] the entire architecture of language is arranged along functional lines. Language is as it is because of the functions in which it has evolved in the human species. The term ‘metafunction’ was adopted to suggest that function was an integral component with the overall theory.”<sup>2</sup>

Assim, como metafunções básicas da linguagem, Halliday distingue a metafunção ideativa ou ideacional (organizada em duas sub-funções, a experiencial e a lógica), a metafunção interpessoal e a metafunção textual. A metafunção ideativa ou ideacional encarrega-se da representação das

---

2. [...] a arquitetura total da linguagem é arranjada ao longo de linhas funcionais. Linguagem é como é por causa das funções nas quais ela se desenvolveu na espécie humana. O termo ‘metafunção’ foi adotado para sugerir que a função foi um componente integrante da teoria como um todo.

experiências (sub-função experiencial), sendo esse conteúdo comunicativo organizado por meio de relações de conjunção, disjunção, causalidade etc. (sub-função lógica).

Já a metafunção interpessoal diz respeito aos papéis sociais que assumimos e impomos aos outros no momento da ação comunicativa, reveladoras de nossas atitudes, desejos, sentimentos, crenças e juízos (cf. GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 24).

A partir do conhecimento das estratégias permitidas pelo sistema linguístico, selecionam-se os recursos que permitem organizar um texto coeso, e coerente à situação comunicativa, constituindo-se, assim, a metafunção textual a forma de organizarmos os nossos significados ideacionais e interpessoais, da forma mais adequada ao momento interativo e expondo o que é de relevância para o contexto.

Para Halliday, o texto, visto como concretude da potencialidade sistêmica da língua, engloba dois contextos extralinguísticos configurados no nível linguístico, correspondentes ao contexto de situação inserido no contexto de cultura, ficando a léxico-gramática encarregada de realizar o nível semântico da língua (estrato de conteúdo), concretizada no nível de expressão. Assim, o contexto, o significado e a expressão verbal são perspectivas inseparáveis no momento de se descrever a linguagem.

Para entender essa rede do sistema de dados desse contexto social, importa reconhecer as variáveis apresentadas por ele, as quais correspondem ao campo, ao modo e às relações. Ao falar-se em campo, envolve-se a atividade social que está sendo efetivada, a ação social, a natureza da ação; o modo diz respeito à modalidade de comunicação usada, se escrita/gráfica ou oral/fônica, com uso de frases declarativas, interrogativas ou imperativas, constituindo a retórica da linguagem; e as

relações compreendem os papéis sociais do falante/ouvinte e de como eles se relacionam na situação comunicativa.

Essas variáveis ligam-se à função exercida pela linguagem, razão pela qual a língua é merecedora, assim, de um tratamento funcional, quando se defende a tese de serem analisadas “as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração” (NEVES, 1997, p.2). Ressalta-se, assim, que a análise linguística funcional de Halliday se preocupa em usar a compreensão da língua como sistema, ou seja, uma representação teórica da rede de paradigmas disponíveis da língua, extrapolando, no entanto, a noção de estrutura sintagmática, entendendo o sistema da língua como opções concretas de realizações linguísticas.

A concretude dessa marca social da linguagem se dá por meio dos textos, como materialidade discursiva, no momento interativo. Dessa forma, a gramática da língua, na perspectiva teórica de Halliday, é moldável às circunstâncias do uso, voltada para escolhas na rede de sistemas da linguagem, sendo, assim, essa gramática é, prioritariamente, paradigmática, além de valorizar a questão sistêmica e visar ao funcional.

A gramática hallidayana, portanto, analisa como a forma linguística escolhida importa na obtenção de efeitos distintos na mensagem, voltando sua atenção para a oração e para o texto. A oração interessa como realização dos significados (metafunções), construída a partir de escolhas (eixo paradigmático do sistema linguístico), constitutivas do nível profundo e abstrato da língua, e da cadeia sintagmática, a qual concretiza as realizações linguísticas.

A dimensão dada ao texto pode ser analisada e interpretada sob dois pontos de vista distintos: texto como espécime, ou seja, objeto em si mesmo, como instrumento de análise do sistema linguístico; e texto como artefato,

isto é, como produto autêntico da interação social, que deve ser analisado em seu contexto de cultura e em seu contexto de situação. É o texto como artefato que permite entender seu funcionamento, vê-lo como instanciação do sistema. Assim, busca Halliday analisar o texto, numa abordagem *top-down*, vendo o texto como

uma progressão contínua de significados, em combinação simultânea como em sucessão. Os significados são as seleções feitas pelo falante das opções que constituem o potencial de significado; o texto é a actualização desse potencial de significado, o processo de escolha semântica. (*in*: GOUVEIA, 2009, p.18).

Além de instanciação do sistema linguístico, o texto deve ser observado em contexto de cultura, isto é, reconhecendo que os significados construídos atrelam-se a motivações sociais e culturais, sendo a cultura de importância crucial para a significação, já que a atividade linguística é, prioritariamente, cooperativa e, nesse contrato de cooperação entre falante e ouvinte, impõem-se regras sociais, normas e convenções. Essa característica pragmática da construção do significado impede que se busque descrever a linguagem como fim em si mesmo, mas revela a necessidade de descrevê-la subordinada ao uso que dela se faz e, conseqüentemente, com observância do contexto social específico de sua realização, o contexto de situação, resultando daí a concepção de Halliday sobre a função da linguagem como motivação discursiva.

Considerando, pois, os textos como instâncias reais da língua, Halliday se preocupa em entender como o sistema da língua se relaciona com eles, com enfoque nessa questão contextual. Isso implica focar o uso da língua como forma de interação entre os falantes, compreendendo e descrevendo sua estrutura em funcionamento, de forma que a língua seja vista como

uma grande rede de opções inter-relacionadas entre si e ao contexto social, como rede de sentidos, como semiótica social, isto é, língua como sistema semântico-discursivo que representa o “potencial de sentido” de uma cultura.

Dessa forma, a gramática sistêmico-funcional de Halliday leva em consideração questões relativas ao significado (semântica) e ao uso (aspecto funcional), sem desmerecer a existência de uma rede de sistemas que constitui a língua, entendida como um sistema de construção de significados. De outra forma, podemos dizer que, para Halliday, estudar a linguagem implica analisar a rede do sistema de dados do contexto social e a do sistema linguístico, elegendo o texto como unidade de comunicação discursiva, como forma linguística de interação social.

Atrelado ao aspecto social, o sistema linguístico, por sua vez, é formado de subsistemas: semântico, léxico-gramatical e fonológico. É no subsistema semântico, constituinte de todos os significados das orações (*clauses*), que Halliday inclui as metafunções já apontadas como componentes da língua, constituindo elas um todo composicional, de caráter multifuncional.

Voltando os aspectos teóricos da LSF para a análise do *corpus* selecionado, foi dado enfoque ao subsistema de transitividade, componente do sistema léxico-gramatical, sendo a transitividade observada como propriedade da oração, o que implica interferências de fatores que ultrapassam o âmbito do sintagma verbal (SV). Considerando, pois, que linguagem, texto e contexto, juntos, são responsáveis pela organização e desenvolvimento da experiência humana, o estudo das formas léxico-gramaticais se desenvolve em relação às suas funções sociais. A transitividade relaciona-se com a metafunção ideacional, ou seja, com a representação das ideias, da experiência humana do mundo real, exterior ou interior de nossa consciência.

Essa materialização se dá por meio dos tipos de processos (representados pelos verbos), permitindo que a gramática da oração denote um conjunto de tipos oracionais com diferentes transitividades, as quais permitem reconhecer e identificar as ações e as atividades humanas expressas no discurso. A análise dos papéis da transitividade implica observar os processos (o que faz – representado pelo verbo), quais os participantes (quem faz e a quem faz – representados pelos substantivos) e em que circunstâncias (representadas pelos advérbios). Os processos (SV) correspondem a elementos responsáveis por codificar ações, eventos, estabelecer relações, exprimir ideias e sentimentos, construir o dizer e o existir, incluindo-se no mundo físico, no mundo da consciência e no das relações abstratas. Quanto aos participantes (SN), eles identificam os elementos envolvidos no processo, de forma obrigatória ou não, recebendo denominações específicas para cada processo. As circunstâncias (advérbios ou SAdv.) correspondem a informações adicionais atribuídas aos diferentes processos, classificadas pelas condições e coerções a eles condicionadas.

A análise dos tipos de processos de transitividade os distribui em processos principais, subdivididos em materiais, mentais e relacionais, e processos secundários, nos quais se distinguem os comportamentais, verbais e existenciais, estando os processos secundários em posição limítrofe aos processos principais.

Os participantes são denominados a partir de sua postura no processo. Sendo assim, nos processos materiais, denomina-se ator aquele que faz a ação e meta o elemento afetado pela ação. Como componentes opcionais, podem aparecer extensão (especificação da ação, complementando-a), beneficiário (beneficia-se da ação), escopo, recipiente e cliente. Nos processos mentais ou processos de sentir, temos o experienciador, sujeito consciente que experimenta um sentir, e o fenômeno, que é o fato percebido.

Nos processos relacionais, temos o portador, como participante qualificado, e atributo, que é a qualificação dada, além da característica, atribuída a uma entidade definida, e do valor, como termo definidor. Nos processos verbais, temos, como participantes, o dizente, que corresponde àquele que diz, o receptor, participante opcional, que representa a quem se diz, e a verbiagem que consiste no que é dito. No processo existencial, temos apenas um participante, que é o existente, e, no processo comportamental, temos o comportante, participante consciente, e o behaviour, participante opcional que estende o processo.

Dessa forma, analisar a transitividade, para a LSF, consiste em observar a seleção dos processos e dos participantes, além das circunstâncias a que se atrelam aos processos. Essa análise do texto, numa perspectiva globalizante, é capaz de esclarecer como se deu a construção dos sentidos.

O subsistema do modo oracional, incluído no subsistema léxico-gramatical do sistema linguístico, consiste na observação da troca entre falante e interlocutor, num evento interativo, que faz com que papéis discursivos sejam adotados por um e atribuído a outro. Essa assunção de papéis se concretiza em escolhas de modalidade, entoação, determinados itens lexicais etc., que visam deixar claro qual papel social se está assumindo e exigindo que o interlocutor assumira.

A análise dos textos nos *in-doors* levou em consideração o fato de que todo ato discursivo é dialógico, no qual se pressupõe uma negociação entre falante e ouvinte, uma relação biunívoca entre dar e pedir informações ou bens e serviços. Dessa troca resultam as quatro funções primárias das gramáticas das línguas naturais: oferta (dá) e ordem (pede), em que se trocam bens e serviços; e afirmação (dá) e pergunta (pede), quando se trocam informações. A função semântica de uma oração, na troca de informação (afirmação e pergunta), é uma proposição, que pode ser contestada. Já a

troca de bens e serviços (oferta e ordem) corresponde, semanticamente, a uma proposta, e esta não pode ser negada nem afirmada.

Nesse movimento interativo, a oração é reestruturada em função do contexto discursivo, permanecendo elíptica a parte pressuposta pelo contexto, denominada resíduo. Já a parte que congrega o argumento da oração e que, portanto, se apresenta afetada, é chamada de modo verbal e é nele que se manifesta a troca discursiva.

### **Aplicando a Teoria da LSF**

Em recentes idas ao Hospital Memorial São José, observou-se a utilização dos espaços externos dos elevadores do quarto andar, em número de três, em cada um dos quais se via um adesivo que recobria toda a porta. Foi despertado o interesse em analisar a parte verbal, desconsiderando-se a imagem de médicos e médicas, jovens, bonitos e sorridentes que, indubitavelmente, conduzem o leitor à determinada construção do significado, principalmente em face de serem comuns, em áreas hospitalares, apenas cartazes com solicitação de silêncio, avisos quanto a horários de visitas ou mesmo a proibição delas.

Na busca pelo entendimento analítico da linguagem, é importante retomar-se o sistema de dados do contexto social, procurando traçar um perfil do contexto de cultura que se percebe nos textos observados. Assim sendo, torna-se imprescindível lançar um olhar sobre a assistência à saúde, em nosso país, dever constitucional do Estado. No entanto, vemos os sistemas de saúde pública assumirem um papel de passividade, com raras exceções, o que só contribui para a sedimentação de uma imagem de descaso com o doente, proveniente tanto das posturas políticas das autoridades como das dos médicos, que, por sua vez, se veem obrigados

a cumprir plantões subsequentes para conseguirem um rendimento que supra suas necessidades.

Essas questões sócio-político-econômicas se refletem na qualidade da prestação da assistência médica, contribuindo para a instalação do ramo hospitalar como mercado econômico, possibilitando àqueles que têm melhor poder aquisitivo o acesso ao atendimento de qualidade, seja por meio de planos de saúde, seja por custeio próprio.

Institui-se, então, a busca pela preferência na escolha dos “clientes”, acarretando uma mudança na identidade sócio-cultural dos pacientes, que se veem, muitas das vezes, como mera fonte de ganhos para os hospitais, importando não sua história de vida, mas a etiologia das queixas médicas apresentadas, que permitirá a solicitação de exames, por vezes desnecessários à formulação do diagnóstico, mas positivos como forma de amealhar recursos.

Os familiares de pacientes se preocupam com o cuidado dispensado à saúde e o bem estar de seu ente querido. Dessa forma, buscam certificar-se de que o hospital oferece condições de bom atendimento profissional e humano. No entanto, comumente se veem que aspectos éticos e humanísticos são “esquecidos”, contando com a participação ativa e consciente de muitos dos médicos, que relegam a segundo plano o exercício da medicina como ato humano ativo e responsável, capaz de tornar social a clínica individual, pela sua postura. Esse pensamento encontra respaldo nas palavras de Susser, que diz:

A função da medicina, no nível social, é racionalizar e legitimar aquele que assume o papel social de doente. Doença, neste sentido, é um desvio em relação às normas vigentes no exercício cotidiano de papéis sociais [...] Os profissionais de saúde não são, como alguns gostam de ver a si próprios, neutros ou

cientificamente imparciais no que tange a valores: eles são parte do sistema de controle social (SUSSER, 1987, p.188).

Como o texto sofre impactuação desse contexto de cultura e também do contexto de situação, a análise efetivada demonstra o que é importante para os membros culturais inseridos nessa atividade dialógica (médicos, pacientes, familiares do paciente), percebendo-se estruturas linguísticas comuns ao contexto situacional (local e momento de consulta médica ou tratamento de saúde).

Da leitura dos textos, percebe-se que o que aparenta ser uma preocupação com o serviço humanitário, na verdade, consiste numa promoção que a instituição, escamoteadamente, faz de si própria. Essa afirmação se alicerça no fato de que, nos textos, percebe-se o papel social atribuído à instituição e ao leitor, não coincidente com a figura do paciente. Representa-se o paciente como a não pessoa, ou seja, usando a referência à 3ª pessoa do singular. Torna-se claro, pelas opções lexicais, a identificação do autor do texto como sendo representante da instituição hospitalar, já que o autor se refere a si mesmo como *a gente, nossos médicos, nossas instalações e máquinas*, como se comprova nos excertos abaixo:

Texto 1:

Nem sempre *a gente* trata os pacientes pelo nome. às vezes é pelo apelido. Por isso *nossos médicos* tratam pessoas como pessoas, não como números. E é isso que faz *a gente* ser assim, humano como você.

Texto 2:

*Nossos médicos* também escutam os pacientes, sem o estetoscópio. Porque, pra *gente*, tão importante quanto ouvir os batimentos cardíacos deles é saber como eles estão se sentindo. E é isso que faz *a gente* ser assim, humano como você.

Texto 3: Por mais que sejam modernas *as nossas instalações e máquinas*, existem diagnósticos que não podem ser observados apenas numa tela de computador.

E é isso que faz *a gente* ser assim, humano como você.

Por outro lado, vê-se que o autor só faz uma referência direta ao leitor, em todos os textos observados, na cláusula complexa final repetida “E é isso que faz a gente ser assim, humano como *você*”. O paciente, por sua vez, que deveria ser o tema da mensagem, se houvesse, realmente, uma intenção de priorizar a informação sobre ele, aparece como “os pacientes”, “eles”, “um paciente”, “deles” e “pessoas”. Essa opção concretizada pelo autor do texto é reveladora do fato de que o endereçamento dessa mensagem não se faz ao leitor/paciente, mas, muito provavelmente, a um leitor/familiar de paciente, já que a escolha lexical não deixa clara a posição do leitor como sendo alguém que assume a postura de doente e precisa da assistência oferecida pelo hospital, podendo ser, no entanto, os familiares ou amigos visitantes, sadios o bastante para lerem os textos e, a partir deles, pressuporem um serviço médico de qualidade e humanitário.

Por essa retórica da linguagem se percebe o papel social que o autor se atribui e o papel social que ele atribui ao leitor, procurando estabelecer um relacionamento, naquela situação comunicativa, de aparente respeito e consideração da parte do falante/autor em relação ao paciente, correspondendo à metafunção interpessoal, pela qual o autor revela uma atitude de pretensão enaltecimento de sua humanidade e, portanto, da equiparação com a condição humana dos leitores.

Dessas mesmas condições emerge o gênero, por meio do qual se nota o uso da língua com estruturas adequadas ao propósito social e comunicativo do texto, determinado pelo falante/autor, que é propagandear os bons serviços do hospital. O campo, no contexto de situação apresentado,

isto é, a atividade social efetivada, é dimensionado pela oferta de melhores serviços médicos. Para isso, a modalidade da comunicação escolhida foi escrita/gráfica, com uso exclusivo de frases declarativas, ora afirmativas ora negativas, constitutivas de uma oferta de informações, portanto, semanticamente, o autor apresenta proposições, cabendo, assim, ao leitor negá-la ou confirmá-la.

Estruturados em cláusulas simples e complexas, pode-se perceber, de forma imbricada, nos textos analisados, a representação das experiências do mundo físico e do mundo mental do autor (metafunção ideacional). Essas experiências específicas do ambiente hospitalar e médico se revelam nas escolhas das lexias presentes nas orações:

- a) Nem sempre a gente *trata os pacientes* pelo nome. Às vezes é pelo apelido. (texto 1).
- b) Existe uma grande diferença entre *auscultar* e *escutar um paciente* (texto 2).
- c) Nenhuma *ressonância magnética* consegue mostrar tudo que se passa *na cabeça de um paciente*. (texto 3)

Utilizando-se de relações lógicas, o autor compôs seus textos usando conjunção, disjunção e causalidade para organizar o conteúdo comunicativo. Isso demonstra o conhecimento que tem o autor das opções que o sistema linguístico oferece, possibilitando que ele compusesse textos coesos e coerentes com sua intencionalidade comunicativa (metafunção textual), que é sua valoração como entidade hospitalar. Nos trechos a seguir, percebem-se, em destaque, tais relações.

- a) Paciente não gosta de ser chamado de paciente. Ele tem nome, família, *hobbies*, um trabalho. Pode ser que goste de futebol, de artes, de Bossa Nova, de novela. (*conjunção*)

## Sintaxe em *foco*

- b) Essas coisas não dá pra saber, só preenchendo uma ficha (*disjunção*).
- c) *Por isso* (*causalidade*) nossos médicos tratam pessoas *como* (*conjunção*) pessoas, *não como* (*disjunção*) números.

Outras informações, obtidas a partir dos dados do sistema linguístico, no *corpus* em análise, ligadas ao subsistema léxico-gramático, foram trazidas pelo aspecto da transitividade das orações, diretamente relacionada com a função ideacional da linguagem. Analisando os processos, os participantes e as circunstâncias, foi possível perceber uma distribuição majoritária pelo uso de processos mentais, cujo experienciador ora é o paciente ora é a instituição. O resto da informação corresponde ao fenômeno experienciado.

- a) *Paciente* (experienciador) não gosta de ser chamado de paciente.
- b) *Ele* (experienciador) tem nome, família, *hobbies*, um trabalho.
- c) Pode ser que (*ele* - experienciador) goste de futebol, de artes, de Bossa Nova, de novela.
- d) Por isso *nossos médicos* (experienciadores) tratam pessoas como pessoas, não como números.

Ainda no texto, percebem-se processos relacionais, como no item *d* acima, no qual se nota, no resíduo (como pessoas [são tratadas]), o participante “pessoas” funcionando como portador e atributo.

É importante que se destaque o fato de que, na cláusula complexa que encerra o texto, temos o processo relacional expresso pelo verbo “ser”, cujos participantes são o portador (a gente) e o atributo “humano como você (é humano → resíduo)”. Esse uso do processo relacional colabora para a identificação do leitor com o autor, beneficiando-se o autor do texto da provável imagem positiva que cada um faz de si mesmo. Veja-se, também, que a presença da circunstância de modo “assim”, a qual atualiza o processo

relacional, retoma as afirmações anteriores, enquanto a circunstância de comparação (como você) reforça o caráter interativo.

De forma abreviada, pode-se dizer que, observando a transitividade presente nas cláusulas do texto 1, encontramos: *processo mental* de afeição: gostar (gosta, goste); de cognição: tratar, saber (trata, não dá pra saber), atrelado ao mundo da consciência; *processo relacional*: chamar, ter, ser (ser chamado, tem, é, ser), atrelado ao mundo das relações abstratas; e *processo material*, com verbo criativo: preencher, fazer (preenchendo, faz), atrelado ao mundo físico.

No texto 2, percebemos: *processo existencial*: existir (existe uma grande diferença), atrelado ao mundo das relações abstratas; *processo verbal*: conversar (pra conversar), atrelado ao mundo da consciência; e predomínio de *processo mental*: auscultar, ouvir (de percepção) – entre auscultar, ouvir os batimentos - escutar, saber (de cognição) – escutar um paciente, saber se sentem – precisar (de afeição) – precisam de alguém.

No texto 3, na análise da transitividade, percebe-se a presença de *processo material*, com verbo criativo: mostrar, fazer e aparecer (consegue mostrar, faz, aparecem), atrelados ao mundo físico; *processo mental*: passar (de cognição), observar (de percepção) e prestar (de afeição) – passa na cabeça, podem ser observados, prestar atenção - atrelados ao mundo do sentir, da consciência; e o *processo existencial*: existir (existem diagnósticos), atrelado ao mundo das relações abstratas.

A análise global da transitividade do texto é esclarecedora da construção dos sentidos, quando se percebe, nos três textos, o predomínio de processos mentais, possibilitando detectar valores e desejos do autor dos textos analisados, já que esses processos ativam sentimentos e avaliações humanas. A diversidade dos processos mentais (de cognição, de percepção, de afeição) possibilitou retratar diferentes experiências, ajudando a construir

o sentido do texto. Os experienciadores são representados por sintagmas nominais (SN) que representam uma classe profissional (médicos) ou que a ela se relaciona (a gente, como sendo a instituição hospitalar), ou o paciente. É interessante observar que a colocação do paciente como experienciador desfoca a leitura feita, possibilitando que o leitor acredite ter sido o texto redigido para ser recebido por quem é paciente. A leitura mais atenta, no entanto, mostrou que o receptor pretendido é mais a coletividade que por ali passa e não apenas o paciente e que o reforço na afirmação da humanidade do hospital (a gente) busca conquistar o cliente mais pelo sentimento que pela razão.

### **À guisa de comentários finais**

Aplicar os princípios teóricos da LSF aos textos selecionados foi um desafio dada a complexidade dos aspectos imbricados nesse fazer analítico. No entanto, não se pode considerar um trabalho investigativo completo por haver ainda muito mais a ser dito sobre a LSF. Esta análise permitiu ampliar novos olhares sobre a linguagem, considerando-a como o recurso para que o ser humano construa e interprete significados no seu meio social.

Ficou claro que entender os fundamentos da LSF e deles partilhar é quebrar paradigmas pedagógicos, deixando de lado a visão do sistema da língua como imutável e homogêneo. Sem negar, logicamente, a importância do sistema linguístico, é vital para a interpretação perceber que o texto, como materialidade discursiva, é resultado de escolhas feitas pelo falante/autor, não podendo ser desmerecidas as razões de tais opções. É necessário vê-lo como representação de ideias que se entrelaçam com outros aspectos linguísticos e extralinguísticos, resultando, paradoxalmente falando, num emaranhado lógico. Ao sintaticista brasileiro, guiado pelos princípios teóricos

de Halliday, cabe a difícil tarefa de entender esses meandros e buscar a descrição sistêmico-funcional da língua portuguesa.

Tal façanha, indubitavelmente, permitirá entender que o uso da língua sempre está atrelado ao contexto, para construir significados, ou seja, é entender que é nas situações extralinguísticas que as realizações linguísticas se produzem, não podendo os significados ser construídos à revelia de tal assertiva. Essa postura acarretará uma leitura não apenas mais proficiente, mas também dificultará um entendimento enganoso, talvez intencionalmente pleiteado pelo autor/falante do texto. Isso contribuirá sobremaneira para o desenvolvimento do leitor/ouvinte crítico e tornará o estudo da gramática sistêmico-funcional da língua significativo, algo que o simples conhecimento da gramática normativa nem sempre consegue ser.

## Referências

- CUNHA, Maria Angélica Furtado da. SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- GHIO, Elsa. FERNANDEZ, Maria Délia. *Linguística Sistêmico Funcional: aplicaciones a la lengua española*. Santa Fé: Universidad Nacional Del Litoral, Waldhuter Editores, 2008.
- HALLIDAY, Michael.A.K. *An introduction to functional grammar*. Londres: Hodder Arnold, 2004.
- \_\_\_\_\_. Language Structure and language function. In: LYONS, J. *New horizons in linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1970, p. 140-164.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SOUZA, Maria Medianeira de. *A autoria em editoriais jornalísticos: uma abordagem sistêmico-funcional*. Disponível na internet. Acesso em 10 jul 2011.
- SUSSER, Mervyn. *Ethical components in the definition of health*. In: *Epidemiology, health & society – selected paper*. New York: Oxford University Press, 1987. Apud SOBRINHO, Délcio da Fonseca; PINTO, Itamar Tatuhy Sardinha. *O impacto cultural da assistência médica e a queda da fecundidade no Brasil: um convite à ampliação dessa discussão*. Disponível na internet em [www.abep.nepo.unicamp.br](http://www.abep.nepo.unicamp.br). Acesso em 19 jul 2011.

## Anexos

### Texto 01

NEM SEMPRE A GENTE TRATA OS PACIENTES PELO NOME. ÀS VEZES É PELO APELIDO.

Paciente não gosta de ser chamado de paciente. Ele tem nome, família, *hobbies*, um trabalho. Pode ser que goste de futebol, de artes, de Bossa Nova, de novela. Essas coisas não dá pra saber, só preenchendo uma ficha. Por isso nossos médicos tratam pessoas como pessoas, não como números.

E é isso que faz a gente ser assim, humano como você.

### Texto 02

EXISTE UMA GRANDE DIFERENÇA ENTRE AUSCULTAR E ESCUTAR UM PACIENTE.

Nossos médicos também escutam os pacientes, sem o estetoscópio. Porque, pra gente, tão importante quanto ouvir os batimentos cardíacos deles é saber como eles estão se sentindo. Se sentem saudade de casa, da família. Se estão se sentindo bem, se precisam de alguém pra conversar.

E é isso que faz a gente ser assim, humano como você.

### **Texto 03**

NENHUMA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA CONSEGUE MOSTRAR TUDO QUE SE PASSA NA CABEÇA DE UM PACIENTE.

Por mais que sejam modernas as nossas instalações e máquinas, existem diagnósticos que não podem ser observados apenas numa tela de computador. Às vezes eles aparecem durante uma conversa despretensiosa, uma volta pelo hospital, um gesto espontâneo. Prestar atenção nas pessoas faz toda a diferença.

E é isso que faz a gente ser assim, humano como você.



# Previsões em horóscopos: o sistema de transitividade nas representações de futuro

Emanuel Cordeiro da Silva (UFRPE)

## Apresentação

Ao presente trabalho interessa realizar uma análise da mobilização dos mecanismos do sistema de transitividade da língua portuguesa na construção de imagens em previsões apresentadas no gênero textual horóscopo. Para a consecução de tal empreitada, foram reunidos num *corpus* 96 textos de horóscopo publicados nas revistas Ana Maria, Tititi, Guia Astral e Guia de Horóscopo Popular. O material reunido compreendeu publicações entre os anos de 1999 a 2012. A organização do material prezou por um número de textos e um período de publicações que pudessem ser correspondentes a uma amostra representativa da investigação de padrões de regularidade nas relações entre aspectos formais e funcionais do gênero. Nesse sentido, tanto a quantidade de textos estabelecida quanto o recorte temporal adotado se deram com vistas à possibilidade da realização de análises com certo poder de generalização.

Durante as análises, foi observado que o gênero horóscopo é basicamente composto pelas seguintes partes: a apresentação de momento, as previsões e as recomendações. Embora o tratamento dado aos textos os tenha considerado na totalidade, as análises do sistema de transitividade se detiveram à arquitetura das orações encontradas na parte das previsões.

Das três, tal parte se apresentou um *locus* bastante profícuo ao estudo da transitividade na construção de imagens, isto é, da oração enquanto representação. Ao se dizer isso, não se está aqui negando a possibilidade da investigação da transitividade nas outras partes do gênero, mas, sim, salientando-se que, nos textos analisados, as previsões corresponderam a um campo mais fértil ao estudo do fenômeno. As apresentações de momento, quando ocorriam, eram muito breves, conseqüentemente, com pouca materialidade linguística. Já as recomendações, apesar de frequentes, mostram-se um campo mais propício ao estudo do sistema de modo, haja vista a riqueza de marcas linguísticas direcionadas às relações interpessoais entre autor e leitor.

Para a fundamentação das análises, foi adotado o paradigma teórico da Linguística sistêmico-funcional (doravante LSF). Sob essa perspectiva, a língua é aqui concebida enquanto potencial de significação. É também assumido o pressuposto de que ela se realiza por meio de escolhas orientadas para o atendimento de necessidades comunicativas determinadas pelos contextos dentro dos quais se dá o evento de comunicação. As escolhas são realizadas na léxico-gramática da língua, que é composta pelos sistemas de *transitividade*, de *modo e modalidade* e *temático*. Cada um dos referidos sistemas é responsável por uma das metafunções da linguagem. Ao de transitividade cabe a representação das ideias – *metafunção ideacional*; ao de modo e modalidade, as marcas das relações interacionais – *metafunção interpessoal*; ao temático, a organização do fluxo de informação – *metafunção textual*. Desse modo, ao fazer opção pelo estudo da oração enquanto representação, a pesquisa aqui realizada centra-se na metafunção ideacional. A modelagem da arquitetura oracional é tomada como motivada por necessidades de representações de imagens de futuro determinadas pela natureza do evento comunicativo no qual o gênero horóscopo situa-se.

## Língua e transitividade sob a perspectiva da LSF

O rótulo *sistêmico-funcional* já traz em si a orientação do paradigma teórico. Pensar numa Linguística que seja sistêmica e funcional é pensar numa Linguística que ao mesmo tempo que se ocupa do sistema linguístico, ocupa-se também dos usos que dele se fazem. Nesse sentido, não é possível o estudo da língua à margem do seu funcionamento. Em contraposição à visão formal, a LSF nega a autonomia do sistema linguístico. A perspectiva funcional está alicerçada na ideia de que os usos a que a língua serve a modelam. Daí, então, que estudos imanentistas são vistos com escopo ao atendimento de propósitos teóricos bastante específicos, que, todavia, não dão conta da língua em sua totalidade.

Para a LSF, a linguagem é um instrumento de interação social. Constitui-se, assim, enquanto potencial de significação. Halliday e Matthiessen (2004, p.24) dizem que “usamos a linguagem para fazer significar a nossa experiência e realizarmos nossas interações com outras pessoas.” Falar nos mundos físico e biológico como constructos naturais, por exemplo, talvez seja por demais evidente. Agora, a que relacionaríamos a existência do social, mundo no qual estamos inseridos e do qual nossas concepções sobre as coisas são reféns. Ora, certamente, a essência natural dos primeiros não poderia ser estendida ao último, posto que, se ele é social, é indissociavelmente humano e, dessa forma, surge como uma criação a partir de associações de sentido feitas pelo homem. Ou seja, no domínio social, os aspectos da realidade ganham existência e valores nos sentidos que lhes são atribuídos. E, como toda construção de sentido pressupõe práticas de linguagem, é, sem dúvida, nessa perspectiva, que a linguagem deve ser olhada do ponto de vista de uma abordagem funcional.

Vale ressaltar que “existem muitos outros modos de sentido, em qualquer cultura, que estão fora do universo da língua” (HALLIDAY e HASAN, 1989, p.4). Para os autores, a linguagem verbal é uma entre as várias semioses – tais como os gestos, os olhares, as pinturas, as vestimentas... – constitutivas do processo de comunicação.

Ainda que diversificada e fonte de criação e de modificação do imaginário coletivo, isto é, do universo cultural dos povos, a linguagem é um estrato a outros subordinada, na medida em que seu uso acontece por meio de escolhas determinadas pelos contextos da cultura e da situação comunicativa. Durante uma interação, é pouco provável que fizéssemos uso, por exemplo, de um gesto obsceno sem que fossem levados em consideração *quem são os participantes, em que local se encontram, que implicações tal atitude teria para nossa imagem*. Além desses aspectos relacionados ao contexto de situação, devemos observar que o simples fato de um determinado gesto ser considerado obsceno ou não depende do contexto da cultura.

A linguagem verbal, da qual aqui nos ocuparemos, embora diferentemente dos outros meios semióticos por apresentar uma léxico-gramática subjacente, também não é autônoma, estando assim do mesmo modo subordinada aos referidos estratos. Nos contextos comunicativos, para fazer significar, os usuários da língua realizam escolhas tanto no repertório de signos disponíveis da língua quanto no âmbito das possibilidades combinatórias de tais elementos. É, no inventário da léxico-gramática, que o falante/escritor realiza, consciente ou inconscientemente, suas escolhas a fim de conseguir melhor atingir os propósitos comunicativos desejados. Como bem dizem Ikeda e Vian Júnior (in: LEFFA, 2006, p.40), “Quando se faz uma escolha real no sistema linguístico, o que se escreve ou o que se diz adquire significado contra um fundo em que se encontram as escolhas que poderiam ter sido feitas”.

As escolhas realizadas para o fazer significar estão diretamente ligadas ao funcionamento da língua nas interações sociais. No paradigma da LSF, cabe à língua assumir três metafunções: a *ideacional*, a *interpessoal* e a *textual*. Por meio da língua, respectivamente, representamos conteúdos frutos de nossas experiências, interagimos na vida social e organizamos textualmente informações. Se a língua é chamada a servir a essas metafunções e realiza-se por meio de escolhas na léxico-gramática; as metafunções estão, pois, ancoradas na léxico-gramática. O componente léxico-gramatical da língua subdivide-se em três sistemas: o de *transitividade*, o de *modo* e *modalidade* e o *temático*. Cada um dos sistemas está relacionado a uma das metafunções da língua. O de transitividade responde pela codificação de conteúdos ideacionais, enquanto que os outros dois, respectivamente, relacionam-se a estratégias interacionais e de organização textual.

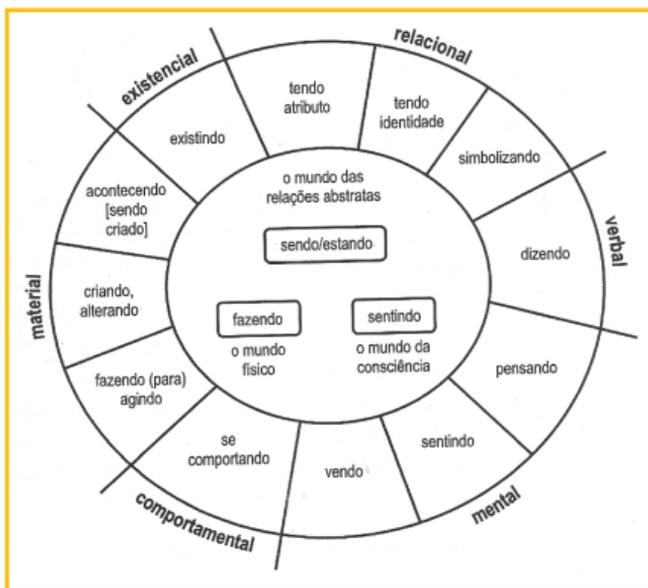
O sistema de transitividade, aqui único de interesse, está ligado à estruturação da oração. A arquitetura oracional é configurada por meio do processamento de um núcleo verbal e sintagmas nominais a ele relacionados. Em observância às exigências da situação comunicativa, o falante/escrivente, a partir do inventário de possibilidades da léxico-gramática, constrói relações entre verbos e nomes a fim de codificar significados. Através de tais relações, é dito *o que é feito* e *a quem é feito* e *em quais circunstâncias*. A forma como o sistema de transitividade é visto na LSF difere da orientação da Gramática Tradicional e de outras perspectivas funcionais, como é o caso do Funcionalismo norte-americano. Diferentemente do que ocorre na Gramática Tradicional, a transitividade na LSF não é concebida como uma propriedade do verbo, mas, sim, de toda a oração. Nos manuais de gramática normativa, a transitividade é tomada como uma propriedade do verbo, propriedade esta capaz de regular a admissão ou não de um sintagma objeto, bem como se tal admissão será ou não intermediada por um elemento

preposicional. Cunha e Cintra (2001, p.135), por exemplo, dizem que “verbos significativos são aqueles que trazem uma idéia nova ao sujeito. Podem ser intransitivos ou transitivos”. Já na Linguística funcional norte-americana, a transitividade é compreendida como um fenômeno gradual, manifestando-se sob diferentes graus de integração sintático-semântica entre o verbo e os outros constituintes oracionais (GIVÓN, 1984). Apesar das diferenças, tanto a LSF como o Funcionalismo norte-americano comungam da ideia de que a transitividade é uma propriedade da oração, e não do verbo. Como bem chamam atenção Furtado da Cunha e Souza (2007, p.9), “ambas as vertentes funcionalistas ressaltam que a transitividade não se manifesta apenas no verbo, mas na totalidade da oração, emergindo das relações estabelecidas entre os diversos elementos que a compõem.”

Conforme dito anteriormente, o sistema de transitividade responde pela realização da metafunção ideacional. Daí decorre que, em situações comunicativas, o processamento da cadeia oracional não está subordinado apenas às leis combinatórias do sistema linguístico. A arquitetura da oração é definida não somente nos limites dos possíveis arranjos sintáticos, mas também no tocante aos tipos de verbos e nomes escolhidos em vista ao atendimento dos propósitos sócio-comunicativos. Souza (2006, p.54) diz que “o sistema de transitividade proposto pela escola hallidayana é composto de processos, participantes e circunstâncias.” Nesse parâmetro de transitividade, os sintagmas verbais são tratados como processos, uma vez que a eles cabe a representação de eventos da experiência humana, sejam tais eventos de natureza concreta ou abstrata. Tudo o que constitui o evento representado (seres envolvidos, noções de tempo e espaço etc.) é codificado por meio de sintagmas nominais e adverbiais, respectivamente, chamados de participantes e circunstâncias. Os processos situam-se em seis domínios da experiência humana: *o relacional, o verbal, o mental, o*

*comportamental, o material e o existencial.* A seguinte figura de Halliday e Matthiessen (2004, p.172), com adaptação de Furtado da Cunha e Souza (2007, p.55), sintetiza as relações entre processos e domínios de significação:

**Figura 1:** Processos verbais e domínios de significação  
Halliday e Matthiessen (2004, p.172).  
Adaptação de Furtado da Cunha e Souza (2007, p.55)



As relações estabelecidas entre os processos e seus domínios de significação são extremamente importantes para a construção de imagens no texto verbal. Quando recorre ao sistema de transitividade, o falante/escritor configura a oração de modo que, pelo uso da língua, sejam

instanciadas imagens logicamente articuladas. Mesmo associadas a um campo mais concreto da experiência humana, as imagens são mentais, isto é, são abstrações. Precisam, portanto, ganhar existência para o leitor numa materialidade linguística. Acerca das subfunções (experiencial<sup>1</sup> e lógica) componentes da metafunção ideacional, Gouveia (2009, p.16) diz que

Se a primeira subfunção, a experiencial, nos dá a possibilidade de linguisticamente criarmos instantâneos fotográficos, como “O João comeu o bolo”, “A Maria está triste”, ou “O Manuel foi-se embora”, a segunda permite-nos, com tais instantâneos, criar uma espécie de história, um filme, como se passássemos os instantâneos fotográficos a vinte e quatro imagens por segundo como se faz no cinema: “A Maria está triste, porque o João comeu o bolo” ou “Quando o Manuel se foi embora, a Maria estava triste”, ou ainda “O Manuel foi-se embora, porque a Maria estava triste por o João ter comido o bolo”.

O quadro abaixo extraído de Furtado da Cunha e Souza (op.cit., p.60), resumidamente, apresenta as relações entre processos, significados e participantes:

---

1. É adotada a correlação entre a metafunção ideacional e sua componente a subfunção experiencial.

<b>Processo</b>	<b>Significado</b>	<b>Participantes Obrigatórios</b>	<b>Participantes Opcionais</b>
Material	Fazer, acontecer	Ator	Meta, Extensão e Beneficiário
Mental	Sentir	Experienciador e Fenômeno	-
Relacional Atributivo	Ser Classificar	Portador e Atributo Característica e Valor	-
Identificador Verbal	Definir Dizer	Dizente e Verbiagem	Receptor
Existencial	Existir	Existente	-
Comportamental	Comportar-se	Comportante	<i>Behaviour</i>

Observemos o texto humorístico abaixo:



A construção do texto é determinada tanto pelo contexto de cultura quanto pelo contexto de situação. Nenhum dos elementos das linguagens constitutivas do texto foi selecionado ao acaso. Todas as semioses resultam de escolhas bem realizadas em observância às demandas dos contextos dentro dos quais se dá o evento comunicativo. Para a composição da parte não-verbal do texto, como podemos ver, foram desenhados três cães aprisionados numa carrocinha. Os desenhos estão completamente situados em um contexto de cultura. As figuras de cães só puderam ser utilizadas porque o humor do texto está aludindo à astrologia chinesa, que associa seus signos a 12 animais, sendo o cão um deles. Quanto ao sistema de transitividade, tomemos em análise a sentença **não acredito**

**em horóscopo.** A forma **acreditó** e o participante **horóscopo** codificam, respectivamente, um processo mental e um fenômeno que se inserem no contexto de situação. Através de nossas experiências, sabemos que o horóscopo está diretamente relacionado às noções de crença e expectativa. Astrologia não se fundamenta em uma verdade comprovada, o que implica um valor de verdade condicionado à crença dos indivíduos. E, a consulta a horóscopo normalmente está associada a expectativas de mudanças de vida, sobretudo, para melhor. Daí, então, que a negação, por cair sobre a codificação da imagem de uma crença no valor de verdade do horóscopo, coloca a sentença em consonância com a frustração da expectativa de uma vida melhor para os cães no ano a eles relacionado. Essas convergências assentam-se no contexto de situação do texto, que é a produção de humor por meio de uma sátira ao horóscopo chinês.

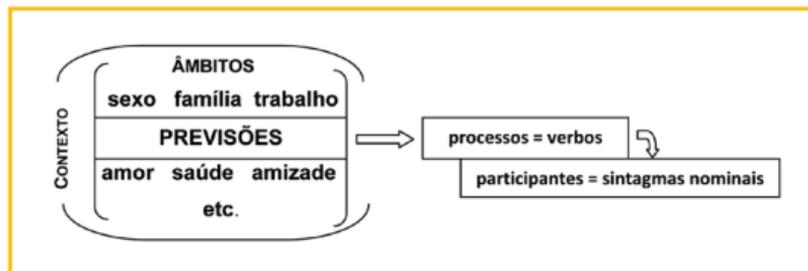
### **Transitividade no horóscopo: gênero, processos e participantes**

Na composição do gênero horóscopo, são identificáveis três partes: *apresentação de momento, previsões e recomendações*. Nem sempre o texto traz todas as partes. A depender do tipo de suporte, o texto, por limitação de espaço, por exemplo, precisa ser mais curto, o que leva o gênero a não apresentar todas as três partes de sua composição. Não há também uma ordem fixa para o aparecimento de cada parte. Na apresentação de momento, é estabelecida uma relação entre tempo e signo. Ocorre uma descrição de como se encontra o momento para um determinado signo. Essa relação é extremamente importante, uma vez que dela resulta a ideia de um caráter não estanque dos signos. Mesmo havendo um conjunto estável de características delimitadoras de cada signo, o leitor de horóscopos precisa estar sempre recorrendo à leitura do gênero, pois a passagem do tempo

está associada à necessidade de atualizações no campo das previsões e, sobretudo, no das recomendações. Quanto às previsões, elas dizem respeito às possíveis mudanças em diversos âmbitos da vida pessoal do leitor – tais como o amoroso, o sexual, o profissional, o familiar, entre outros. Elas são justificadas com base no momento astral apresentado. Já as recomendações constituem-se como um conjunto de dicas de como o leitor deverá agir dentro do momento astral apresentado para ver realizadas as previsões ou impedir resultados negativos decorrentes do momento apresentado.

Para as previsões, parte aqui de interesse, as escolhas na léxico-gramática são determinadas por um contexto dentro do qual o dito orienta-se para esferas da vida pessoal. O leitor busca saber quais serão os acontecimentos em sua vida. O interesse reside não no que acontecerá numa dimensão social, como, por exemplo, na política ou na economia, mas, sim, no que acontecerá em domínios da vida particular. Desse modo, a oração é arquitetada a fim de codificar imagens de acontecimentos futuros envolvendo âmbitos da vida pessoal do leitor. Tanto os processos quanto os participantes selecionados decorrem das relações estabelecidas entre a previsão e o âmbito no qual se situa. Nesse sentido, as relações entre processos e participantes subordinam-se primariamente a relações contextuais, não se restringindo apenas a propriedades formais da língua. A figura seguinte sintetiza as relações traçadas:

**Figura 2:** Relações entre previsões, âmbitos da vida pessoal, processos e participantes



### ***Processos materiais***

Nas previsões dos horóscopos, é comum a presença de processos materiais. São eles os responsáveis por codificar os acontecimentos previstos. Embora materiais, a significação tende para relações mais abstratas, uma vez que a coisa prevista constitui-se enquanto uma potencialidade. No exemplo (1),

- (1) Júpiter **trará** novidades boas tanto nas finanças quanto nos afetos.  
(Tititi, nº 718, 2012, p.38)

o processo codificado pela forma **trará**, embora material, não se vincula a um evento concreto. As escolhas realizadas a partir do sistema de transitividade da língua buscam construir no plano da abstração a imagem de um acontecimento possível. Na base desse tipo de relação abstrata, encontram-se experiências do plano concreto. O processo codificado por **trazer** normalmente liga-se a uma ação física em que o seu participante obrigatório, o ator, é volitivo. Em (1), por extensão metafórica, fenômeno

bastante comum a processos materiais das previsões, o ator **júpiter** assume uma suposta volição que, dentro da imagem construída na previsão, torna-se capaz de interferir em determinados âmbitos da vida particular dos leitores. Semelhante relação abstrata assentada em um processo material pode ser observada no exemplo (2):

- (2) Seu charme e carinhos naturais vão estimular as paqueras, principalmente em festas, viagens e outras situações descontraídas.

(Guia Astral, nº 315, 2012, p.54)

na condição de participante ator, a estrutura **seu charme e carinhos naturais**, assim como **júpiter** em (1), é potencializada a provocar interferências em uma esfera da vida pessoal; nesse caso, a amorosa.

As análises feitas mostraram que, nas previsões, é bastante tênue a fronteira entre processos materiais do fazer e do acontecer no tocante às representações construídas. Ao colocarmos o exemplo (3) em paralelo com (1) e (2),

- (3) Uma certa disputa de egos pode ocorrer neste momento.

(Ana Maria, nº 198, 2000, p.61)

podemos perceber isso. A disputa a que o texto se refere relaciona-se com o campo amoroso da vida do leitor. É fato que, nesse caso, não há uma representação de atores realizadores de ações, como acontece em (1) e (2). Todavia, o ator **uma certa disputa de egos** está relacionado a um processo que o coloca como um possível acontecimento a interferir num âmbito da vida. Nas previsões, mesmo sendo do fazer, o processo material representa um acontecimento, e tal fato o aproxima dos processos materiais do acontecer. Nesse sentido, a construção das orações de (1), (2)

e (3), apesar das diferentes arquiteturas, é motivada pela representação da imagem de possíveis acontecimentos.

É comum que, quando do fazer, os processos materiais tenham a eles relacionados participantes atores cujos valores de significação vinculam-se ao domínio da astrologia ou do próprio leitor, e não a domínios de sua vida particular. Ou seja, são normalmente os astros, o próprio leitor, suas características ou suas realizações que agirão sobre as esferas de sua vida particular. Analisemos os exemplos (4), (5), (6) e (7):

- (4) Os astros prometem uma fase tudo de bom no sexo.  
(Guia de Horóscopo Popular, nº 156, 2012, p.19)
- (5) (...) na hora do sexo, você conseguirá se soltar e aproveitar os momentos a dois.  
(Guia de Horóscopo Popular, nº 156, 2012, p.20)
- (6) A intuição fará você mudar as coisas importantes nas atitudes habituais.  
(Ana Maria, nº 139, 1999, p.63)
- (7) Um projeto seu vai começar a trazer resultados e atrair muito mais dindim.  
(Tititi, nº 688, 2011, p.37)

em (4), assim como em (1), o participante ator corresponde a seres do domínio da astrologia. Se, em (1), **júpiter** é o responsável pelos acontecimentos na vida financeira e afetiva do leitor, em (4), o sintagma **os astros**, ocupando a posição de participante ator do processo, acaba também, de modo genérico, codificando uma imagem dentro da qual o participante ator do processo pertence ao domínio da astrologia. No caso do exemplo

## Sintaxe em *foco*

(5), a posição de participante ator é ocupada pelo pronome **você**, o que, nesse caso, leva o leitor a ser considerado o próprio agente dos possíveis acontecimentos em sua vida particular. Da mesma forma como ocorre em (2), para a construção da oração do exemplo (6), é selecionado um participante ator cujo valor de significação vincula-se a características do próprio leitor. E, no exemplo (7), os acontecimentos estão atrelados a uma determinada realização do próprio leitor; no caso, o participante ator **um projeto seu**. As representações construídas por tais relações na operação do sistema de transitividade da língua atendem diretamente às necessidades discursivas do gênero. É natural que as motivações dos acontecimentos que afetam âmbitos da vida particular do leitor estejam associados a domínios de significação representativos do próprio leitor ou da astrologia. No discurso do horóscopo, as duas entidades potenciais a interferirem na vida particular do leitor são primeiramente os astros e, em seguida, ele mesmo.

É importante salientar que, em muitos casos, a oração é modelada por escolhas direcionadas para a codificação de uma representação em que aspectos de domínios da vida particular interferem no EU do leitor. No exemplo (8),

(8) Responsabilidades, cobranças e mudanças repentinas em família  
**poderão afetar o seu humor.**

(Guia Astral, nº 315, 2012, p.55)

ocorre uma relação inversa à analisada nos exemplos (4), (5), (6) e (7). O participante meta, **o seu humor**, não se vincula a domínios da vida do leitor, mas, sim, a uma característica do próprio leitor. Como podemos observar, na imagem representada, são aspectos da vida particular, do âmbito familiar, que atuam sobre o próprio leitor. A inversão no plano dos domínios de significação dos elementos ocupantes das posições de participantes

ator e meta provoca um deslocamento no papel do leitor dentro da imagem construída na previsão. Ele passa de agente a paciente dos acontecimentos previstos para a sua vida.

É comum também que sintagmas com valores de significação direcionados para domínios da vida particular ocupem a posição de participante ator, como podemos observar no exemplo (9):

- (9) Nos negócios, um convite **surgirá**.

(Tititi, nº 718, 2012, p.38)

Nesses casos, o processo material é normalmente do acontecer. Na medida em que codifica um acontecimento, a oração não traz na sua composição o participante meta. Não ocorre afetação de um aspecto de um domínio de significação por outro, isto é, nada relacionado ao leitor age sobre nada relacionado a esferas de sua vida particular.

Nas previsões, mesmo vinculados a dois domínios de significação, o pessoal (o EU) e os campos da vida pessoal, os sintagmas nominais são de natureza significativa bastante genérica. Como podemos observar nos exemplos apresentados, são formas linguísticas do tipo ***uma certa disputa de egos, a intuição, um projeto seu, resultados, as coisas importantes...*** Não se especifica de que disputa de egos, projeto, resultados ou coisas importantes se está falando. Tal fato se dá porque o texto deve servir para qualquer um que o leia. Apesar de se dirigir diretamente ao leitor, o texto precisa carregar imagens futurísticas dentro das quais qualquer leitor possa se ver refletido.

### **Processos relacionais**

Dos quatro tipos de processos encontrados nas previsões dos textos analisados, os relacionais são o segundo mais recorrente. Eles desempenham importante papel na construção das imagens de futuro codificadas nos horóscopos. O elevado poder descritivo de tais processos possibilita o desenho de uma “realidade” vindoura. No exemplo (10),

(10) (...) esta fase será de entendimento, romantismo e algumas surpresas gostosas.

(Guia de Horóscopo Popular, nº 156, 2012, p.15)

ao anunciar, no domínio da vida amorosa, a chegada de uma nova fase, o texto apresenta um cenário a ser vivenciado pelo leitor. Os participantes da oração estão organizados por meio de uma relação entre portador e atributo. O sintagma **esta fase** codifica o momento previsto sobre o qual cairão os atributos codificados na estrutura **de entendimento, romantismo e algumas surpresas gostosas**. À forma verbal **será** cabe realizar a conexão entre o sintagma representativo do momento e as características a ele atribuídas.

É bastante comum que, nas previsões, os processos relacionais sejam denotativos de intensidade. Conforme podemos observar nos exemplos (11), (12) e (13):

(11) O convívio com parentes ficará mais afetuoso.

(Guia Astral, nº 315, 2012, p.48)

(12) Suas ambições estarão altas.

Guia Astral, nº 315, 2012, p.53)

(13) As energias estarão tensas.

(Guia de Horóscopo Popular, nº 156, 2012, p.16)

os três atributos **mais afetuoso**, **altas** e **tensas** carregam semanticamente um valor de intensidade. Todos os portadores – **o convívio com parentes, suas ambições e as energias** – correspondem a cenários com características mais evidentes. Segundo as previsões, respectivamente aos exemplos, nas relações familiares, haverá maior afetividade, as ambições serão mais fortes e, nas amizades, ocorrerão relações mais tensas.

É importante observarmos que, apesar do valor intensificador das orações cuja arquitetura se dá por conexões de portadores e atributos, há nelas também o valor de significar a representação de imagens. A capacidade representativa das orações permanece. O que ocorre é a descrição de imagens futurísticas contendo determinados aspectos intensificados.

Conforme já dito e retomando a figura (2), no gênero horóscopo, o sistema de transitividade é processado a partir de escolhas determinadas por um contexto no qual as previsões vinculam-se a âmbitos da vida particular do leitor. Isso é também válido para os processos relacionais. Todos os sintagmas ocupantes da posição de participantes portadores em (10), (11), (12) e (13) encontra-se situados em campos de significação para os quais as representações estão direcionadas: respectivamente, o amor, a família, o trabalho e as amizades.

### ***Processos mentais***

Nas previsões dos textos analisados, os processos mentais não se mostraram tão recorrentes quanto os processos materiais e relacionais. Em (14) e (15), encontramos exemplos do funcionamento dos processos mentais:

## Sintaxe em *foco*

- (14) (...) **vai preferir** os programinhas caseiros para investir na intimidade e na troca de carinho.

(Guia Astral, nº 315, 2012, p.51)

- (15) Você vai sentir mais desejo pelo gato (...)

(Guia de Horóscopo Popular, nº 156, 2012, p.15)

Eles são mais comuns nas previsões vinculadas aos âmbitos da vida amorosa e da vida sexual, o que não quer dizer que não possam ser encontrados com direcionamentos para outros domínios da vida particular do leitor. Tal vinculação não é aleatória. São domínios diretamente relacionados à emotividade. Nas imagens construídas pelas previsões, é comum que os processos mentais codifiquem mudanças nos gostos e sensações do leitor. No exemplo (14), a previsão aponta para uma mudança nos gostos do leitor, enquanto que em (15) ocorre uma mudança no campo das sensações. Normalmente, a posição de participante experienciador é reservada ao próprio leitor, codificado explícita ou implicitamente pelo pronome **você**, como ocorre nos exemplos em análise.

Os processos mentais também podem estar ligados à percepção de mudanças em esferas da vida pessoal. No exemplo (16),

- (16) (...) **perceberá** que sua vida sexual ficará mais agitada e intensa neste período (...)

(Guia de Horóscopo Popular, nº 156, 2012, p.21)

a oração codifica a imagem de um leitor que se dará conta de mudanças ocorridas no âmbito de sua vida sexual. Em orações desse tipo, o processo mental não codifica a imagem da mudança anunciada, mas, sim, a imagem de alguém que irá perceber a mudança. O que muda é representado noutro processo verbal; no caso do período analisado, um processo relacional.

### **Processos existenciais**

Assim como os processos mentais, os existenciais também não são tão recorrentes nas previsões. Quando ocorrem, servem à codificação de imagens de futuro dentro das quais alguma novidade ganha existência. É muito comum que a coisa prevista a existir seja, na oração, representada por um sintagma nominal com valor de significação bastante genérico. Em (17) e (18), por exemplo,

(17) Há melhorias à vista.

(Ana Maria, nº 818, 2012, p.46)

(18) (...) **devem pintar** algumas oportunidades de paquera bem legais.

(Guia de Horóscopo Popular, nº 156, 2012, p.25)

os participantes existentes **melhorias** e **algumas oportunidades de paquera** apresentam tal caráter genérico de significação. Ambas as orações de (17) e (18), embora representem imagens de futuro com o surgimento de algo, não apresentam uma clara definição da novidade a surgir. Em (17), o leitor não sabe de que melhorias se está falando. Ele apenas sabe que supostamente algo bom há de acontecer em alguma das áreas de sua vida particular. No caso do exemplo (18), em que aparece o adjunto **de paquera** – especificador de oportunidade, ainda assim ocorre a codificação de uma significação bastante genérica. A estrutura **de paquera** direciona a representação da previsão para o campo amoroso, contudo não é dito efetivamente como se dará tal acontecimento. Através da imagem construída pela rerepresentação, não possível ao leitor saber coisas do tipo: onde, quando, como e com quem acontecerá o evento previsto.

Assim sendo, nas previsões, os processos existenciais, assim como os demais, são determinados pelas relações demandadas pelo contexto, conforme apresentadas na figura (2). Tanto a seleção dos processos verbais, como também a dos outros constituintes do sistema de transitividade decorrem das necessidades impostas pelo tipo de imagens a serem construídas nas previsões contidas no gênero textual horóscopo.

### **Conclusão**

No gênero horóscopo, a criação de imagens é fundamental à construção do discurso. Uma vez que, entre as funções do texto, cabe-lhe o papel de anunciar acontecimentos na vida do leitor, torna-se imprescindível a codificação de representações de futuro. Ao atendimento de tal papel, direcionam-se as escolhas realizadas no sistema de transitividade da língua. Os mecanismos léxico-gramaticais da transitividade são mobilizados no sentido de promover uma modelagem da arquitetura oracional que dê conta de significações com valores preditivos. Desse modo, as previsões em horóscopos constituem-se como um contexto de situação determinante das relações entre os processos e os participantes. Na medida em que o conteúdo das previsões precisa estar atrelado a âmbitos da vida particular do leitor sem, no entanto, carregar especificações, as escolhas dos sintagmas verbais e nominais, bem como as relações entre eles estabelecidas sofrem também restrições semântico-pragmáticas, e não somente sintáticas. Portanto, os padrões de regularidade observados nas análises decorrem das necessidades discursivas dentro das quais se dá a construção das imagens representadas na arquitetura das orações encontradas nas previsões dos horóscopos.

## Referências

- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da; SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax I: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984.
- GOUVEIA, Carlos A. M. *Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional*. In: Matraga, Rio de Janeiro, RJ, v.16, n.24, p.13-47, 2009.
- HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. *An introduction to functional grammar*. London: Oxford University Press, 2004.
- HALLIDAY, Michael A. K.; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: OUP, 1989.
- IKEDA, Sumiko Nishitani; VIAN JÚNIOR, Orlando. *A análise do discurso pela perspectiva sistêmico-funcional*. In: LEFFA, Vilson J. (org.). *Pesquisas em lingüística aplicada: temas e métodos*. Pelotas: EDUCAT, 2006.
- SOUZA, Medianeira. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*. Recife: UFPE, Programa de Pós-graduação em Letras, 2006. (Tese de doutoramento).



# Sobre pecados, confissões e prescrições: uma análise sistêmico-funcional da transitividade em um documento quinhentista

*Para Rosa Virgínia, uma eterna mestra.*

Hervickton Israel de Oliveira Nascimento (UFPE/PROHPOR)

## Introdução<sup>1</sup>

O século XVI português apresenta uma sucessão de acontecimentos que enchem os olhos das diversas áreas do conhecimento científico: filosofia, filologia, direito, história, linguística diacrônica, história da linguagem etc. A riqueza de fatos dos mais diversificados campos advém também de mudanças no pensamento do homem ao longo do tempo. O humanismo foi um dos grandes responsáveis por essas mudanças, inclusive em Portugal, fundindo “o sentido do profano, em termos de valores e de saberes [...]; o anseio evangélico e culturalmente avançado do humanismo cristão; e a consciência das realidades históricas nacionais” (RODRIGUES, 1981, p.39-40).

A busca pelo conhecimento que vai além da religião mais o sentimento de necessidade de novos arranjos de ordens ritualística e dogmática no seio da igreja hegemônica, somando-se a isso a emergência de uma consciência nacional, intensificada ainda mais pela expansão além mar, formatarão o *modus vivendi* do homem português do século XVI.

---

1. Uma primeira versão deste texto se encontra nos anais do Seminário Sintaxe em Foco, em Souza et al. (2011).

Falar sobre o século XVI europeu e, aqui, o português, faz lembrar inevitavelmente a crise religiosa e o papel que o humanismo teve como veículo de contestação da suprema autoridade clerical. Segundo Rodrigues (1981, p.14), essa crise vem desde o século XIV “com o cisma do papado, a feudalização do alto clero, a decadência dos institutos religiosos, principalmente dos monásticos, e a formalização da prática religiosa dos fiéis”. Mais tarde, mesmo com o início dos movimentos de contestação dos abusos por parte das autoridades clericais, a igreja não mudará substancialmente a sua postura autoritária, cuja confirmação e divulgação dar-se-ão através da produção documental religiosa, sobretudo no século XVI. Meirinhos (2006, p.29)<sup>2</sup> afirma que, de um universo de 457 obras publicadas, 163 são relativas à religião, nas quais se encontram livros de hagiografia, liturgia, espiritualidade, teologia moral e confissões. Importante lembrar que as taxas de alfabetização no Portugal quinhentista apresentam números ínfimos. Segundo Souza apud Mattos e Silva (2002, p.30) a “elite intelectual” letrada medieval não ultrapassaria o número de 2%. Ainda assim, boa parte dessa porcentagem corresponde aos membros do clero, ou seja, aos segmentos nobres da sociedade. A produção, leitura e interpretação do conhecimento eram, então, via de regra, controladas pelos setores eclesiásticos em consonância com a monarquia.

O *Breue memorial dos pecados e cousas que pertencê ha cõfissã*, documento aqui estudado, de Garcia de Resende, publicado em 1521 pela Casa de Germão Galharde, surge dentro desse contexto sócio-histórico de grande efervescência em Portugal. Seu caráter prescritivo-normativo, no qual dita a postura do pecador no momento de confessar suas faltas ao

---

2. O autor levantou dados referentes ao catálogo da livraria da Biblioteca Municipal do Porto.

sacerdote clerical, marca bem de qual lado estava o poder da palavra, o poder da linguagem, conferido ao representante do divino na terra, o sacerdote.

O presente trabalho, inserido no âmbito dos estudos históricos e sociais da linguagem, objetiva apresentar o sistema de transitividade presente no *Breue memorial* e os efeitos de sentido produzidos no leitor, cuja relação com o autor se dá de maneira totalmente assimétrica. Para tanto, utilizou-se como base o aporte teórico da Linguística Sistêmico-Funcional proposto por Halliday (1985; 2004), que vê a língua como um “sistema semiótico” efetivado pelo uso (cf. GOUVEIA, 2009; FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007; entre outros).

### **Aporte teórico-metodológico de análise**

Localizada no pólo funcionalista dos estudos da língua, a LSF constitui-se em um aparelho teórico-metodológico, e descritivo, que vê a língua em seu contexto de uso. Assim, diferentemente de uma teoria inserida no pólo formalista, em que a análise linguística se dá exclusivamente pelos fatores internos a ela própria, a LSF procura analisar e descrever o fato linguístico a partir do uso, levando em consideração os fatores extra-linguísticos, pois acredita que, para a obtenção de resultados descritivos válidos de análise, deve-se também considerar “as necessidades que os falantes impõem às línguas” (GOUVEIA, 2009, p. 14). Vê-se, portanto, que, para a teoria aqui em questão, existe uma relação entre sistema e função. Esta relação já estava prevista no Círculo Linguístico de Praga em oposição à ideia saussuriana da língua como estrutura, termo que, mais tarde, foi substituído por sistema (cf. MARTELOTTA & AREAS, 2003, p.17). A noção de função, como bem salientam Martelotta e Areas (2003), será um tanto problemática, inclusive entre os pensadores praguenses. Além do conceito de função que serve à

comunicação, tem-se aquele relativo a um elemento inserido no sistema. Segundo Fontaine (1978, p.47), “nessa acepção, a função é inerente à própria ideia de sistema”, revelando uma relação tautológica. Um outro conceito de função, no Círculo, ainda segundo Fontaine, diz respeito a “alguma forma exterior ao sistema” que leva em consideração a sua totalidade. A despeito da polissemia da palavra função dentro das ideias linguísticas de Praga, o que deve ser observado, afinal, é o uso do sistema visando a uma finalidade, como afirmaram Martelotta e Areas (2003) baseados em Fontaine (1978).

Embora não seja objetivo deste trabalho traçar um percurso do conceito de função dentro da linguística moderna, o que se percebe é que a ideia de um sistema que obedece a uma dinâmica funcional, remetendo ao Círculo de Praga, é ponto pacífico entre as vertentes funcionalistas contemporâneas dos estudos linguísticos. Neves (2004, p.14) sintetiza a questão da seguinte forma, afirmando que:

Estruturas lingüísticas são, pois, configurações de funções, e as diferentes funções são os diferentes modos de significação no enunciado, que conduzem à eficiência da comunicação entre os usuários de uma língua. Nessa concepção, funcional é a comunicação, como funcional é a própria organização interna da linguagem.

No esteio dos estudos funcionalistas, Halliday concebe a língua como sistema de escolhas que obedecem ao cumprimento de funções, amalgamando sistema e função. As funções da linguagem para a LSF irão além da ideia que se tem de comunicação, como nos estudos de Praga.

Assim, a linguagem serve para codificar ou significar as experiências a que os seus usuários são submetidos no dia-a-dia, sendo elas relativas ao mundo exterior (social) ou interior (psicológico) (FURTADO DA CUNHA

& SOUZA, p.21), estamos falando da metafunção<sup>3</sup> ideacional. A linguagem também serve para estabelecer relações entre seus utentes, codificando “significados de atitudes, interação e relações sociais, isto é, significados interpessoais”, possuindo, portanto, uma metafunção interpessoal. A linguagem também serve para organizar de forma coerente e linear as informações geradas pelas metafunções representacional e interpessoal, servindo a uma metafunção textual.

As metafunções “dão lugar a componentes de sistemas de escolhas de caracterização semântica” (GOUVEIA, 2009, p.17). Daí vem a relação entre sistema e função, que, materializados no texto, geram significados no uso. O texto é a materialização, ou instanciação, do sistema de escolhas, que, por conseguinte, geram os significados. A língua é para a LSF um potencial de significado, sendo este modelo de base semântica (op. cit.).

### **A transitividade dentro da linguística sistêmico-funcional**

Entre as metafunções elencadas acima, a transitividade se localiza na função ideacional da linguagem. É na transitividade que o usuário da língua irá encontrar a sua forma de expressar experiências e vivências através dos recursos lexicogramaticais disponibilizados. Assim, é na transitividade que se dará a representação de ações e experiências, por meio dos *processos*, *participantes* e *circunstâncias*, “que permitem analisar *quem faz o quê, a quem e em que circunstâncias*” (FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007, p.54).

Os processos (verbos), divididos entre principais e secundários, dizem respeito aos elementos codificadores de ações, estados, sentimentos,

---

3. A partir de agora, utilizar-se-á o termo metafunção, por conta de seu caráter abstrato e por se constituir como núcleo de extrema importância para a LSF (cf. Halliday apud Gouveia, 2009).

realizando-se através do sintagma verbal, com ou sem o envolvimento de participantes. Estes representados por meio do sintagma nominal. As circunstâncias se configurarão como elementos que trarão “informações adicionais” (op. cit) aos processos e serão materializadas por meio de advérbios e sintagmas adverbiais.

Há no sistema de transitividade dois tipos de processos: os principais e secundários. Os principais são os Materiais, Mentais e Relacionais; os secundários, os Verbais, Existenciais e Comportamentais.

Os processos Materiais são os que designam ações. Tem como participantes, basicamente: Ator, responsável pela ação; Meta, “para quem o processo é direcionado”, afetado pela ação (op. cit); Extensão, o que não sofre afetamento, e pode ser entendida como um complemento da ação, especificando-a (op.cit.); Beneficiário, participante que se beneficia da ação.

Os processos Mentais dizem respeito à apreensão do mundo. Não compreendem ações como prototipicamente concebemos, mas atividades que englobam percepção (perceber e notar, p.ex.), afetividade (amar e gostar, p.ex.) e cognição (saber e compreender, p.ex.). Os participantes envolvidos nos processos mentais são o Experienciador, aquele que vivencia o processo, e o Fenômeno, aquilo que é vivenciado, ou experienciado. Importante dizer que o fenômeno pode não ser necessariamente realizado no processo, como, por exemplo, no caso da frase “Maria sabe” (GHIO & FERNÁNDEZ, 2008, p.104).

Os processos Relacionais estabelecem relações entre partes da oração, indicando: intensidade, qualificando uma entidade; circunstância, localizando espacialmente ou temporalmente a entidade; e possevidade, indicando que a entidade pertence ou é possuída. Os processos Relacionais podem ser classificados como Atributivos ou Identificadores. Nestes, existe uma relação entre o participante, denominado de portador, e um outro participante,

denominado de atributo, entidade que qualifica o Portador. Já no caso dos identificadores, “há a definição ou identificação de uma entidade através de outra” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p.59). Os participantes dos processos relacionais, nesse caso, são a Característica, “entidade definida”, e o Valor, que é “o termo definidor ou identificador” (op.cit.).

Os processos Verbais são aqueles responsáveis pelo dizer, sendo um “desprendimento dos processos mentais” (GHIO & FERNÁNDEZ, 2008, p.108). São exemplos de processos Verbais: dizer, contar, falar, perguntar etc. Os participantes envolvidos são: Dizente, participante obrigatório, responsável pela ação de falar; o Receptor, participante não necessariamente obrigatório, que se constitui como uma espécie de alvo, ou, melhor dizendo, destinatário, a qual a mensagem é dirigida; e Verbiagem, que pode ser entendida como a informação obtida por meio e a partir do processo Verbal.

Os processos Existenciais são relativos ao que “existe e acontece” (FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007, p.59), possuindo apenas um participante, denominado de Existente. Esses processos se realizam através dos verbos haver e existir. Como este trabalho busca descrever uma sincronia passada, faz-se necessário esclarecer que, na história da língua portuguesa, relativamente ao seu período arcaico, o verbo existir, com valor existencial, conforme Mattos e Silva (2008, p.14), não ocorria. O verbo então responsável por codificar o processo existencial no período arcaico da língua era o verbo haver<sup>4</sup>. Hoje, conforme observa a autora, “*existir* e mais recentemente *ter*

---

4. Embora a LSF não tenha surgido a partir do interesse dos estudos históricos da língua, Halliday apud Ghio e Fernández (2008), reconhece a variação linguística como propriedade da língua. Como se sabe, a variação linguística pode ou não resultar na mudança. No âmbito dos estudos diacrônicos, tem-se a aplicação de teorias como o gerativismo, estruturalismo e o funcionalismo norte-americano (gramaticalização). Propõe-se, então, aqui, um estudo funcionalista sistêmico-funcional na agenda das pesquisas sobre história da língua.

vêm afastando *haber* das estruturas existenciais (cf. *há* muita gente pobre / *existe* muita gente pobre / *tem* muita gente pobre)".

Por fim, os processos Comportamentais são aqueles responsáveis por codificar comportamentos, sejam eles psicológicos, fisiológicos ou mentais. Há uma linha tênue que separa esses processos dos processos materiais e mentais, pois são, "em parte *ação*, em parte *sentir*" (FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007; GHIO & FERNÁNDEZ, 2008). Possuem, obrigatoriamente, um participante, que é Comportante, e o Behaviour, não obrigatório, responsável por estender o processo.

A fim de que se possa ter uma ideia do *corpus* em que os processos acima são realizados, a próxima seção tratará de descrevê-lo.

### **Uma noção de documento e algumas considerações acerca da confluência da linguística com a filologia para os estudos históricos da língua**

Para se ter um mínimo vislumbre de cenários sociais, culturais e linguísticos do passado de um povo, a recolha e análise de documentos representativos se faz de grande importância. O documento pode ser entendido como o elo que liga diferentes realidades, mostrando, por exemplo, sistemas de crenças e valores de uma determinada sociedade, em um determinado tempo, sendo assim visto como fonte primaz de conhecimentos sociais, históricos, linguísticos e culturais de um povo em uma época.

O documento não deve ser entendido como um "material bruto, objetivo e inocente" e sim como fonte que "exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro" (LE GOFF, 2003, p. 10). Le Goff vê o documento como um aparato em que se perceberão as relações de poder de um determinado grupo, perdurando através do tempo. O documento é, então, "monumento". O autor traça um panorama histórico que culmina na

convergência entre o que, no passado, era a representação do poder, o *monumento*, e aquilo que poderia ser fruto de uma “não intencionalidade”, o *documento*. Daí nasce também a necessidade de ressignificação da palavra documento, não mais representado apenas pelo escrito, mas também pela imagem, pelo som etc. Quando ele é utilizado por grupos dominantes com fins, por exemplo, de manutenção de poder, vindo à superfície uma “verticalização” de forças, tem-se um monumento. A filologia, via de regra, trabalhará com documentos remanescentes para tecer interpretações sobre o passado linguístico, histórico, cultural de uma sociedade.

Sabe-se que a filologia nasce na Grécia com a necessidade de os alexandrinos terem acesso aos grandes clássicos literários, como a *Ilíada* e a *Odisséia*, por exemplo. Os alexandrinos desejavam ler os textos livres de deturpações, partindo assim para a comparação ou, num termo mais apropriado, cotejo dos testemunhos. Os latinos herdaram dos gregos as técnicas de restituição dos textos antigos (cf. OLIVEIRA, 2005). Mais adiante, na Idade Média, haverá um desinteresse pelos clássicos, retornando no período da renascença. No século XIX, a filologia encontrará abrigo nas pesquisas empreendidas pelos linguistas histórico-comparatistas nos estudos das línguas indo-européias (idem, *ibidem*).

No Brasil, a Filologia será difundida pelo conhecido nome de Serafim da Silva Neto, na primeira metade do século XX. Vale lembrar que a Filologia aqui foi herdada da Filologia Portuguesa, que tem como principais nomes Carolina Michaelis de Vasconcelos e Leite de Vasconcellos. A primeira enfocando os estudos do texto mais voltados para a literatura e o segundo, para os fatos linguísticos do passado (idem, *ibidem*). Os estudos filológicos passam a abrigar, então, a Linguística Histórica, que trata da mudança linguística.

No início do século XX, porém, inicia-se, a partir dos postulados dicotomizantes de Ferdinand de Saussure, um recuo das pesquisas relativas

à mudança linguística, cujo apogeu se deu no século XIX. Esse recuo afetou também as relações existentes entre linguística e filologia.

Na década de 1960, ocorre o que a autora chama de “desencontro radical entre a Filologia estabelecida e a Linguística emergente”. A linguística torna-se disciplina obrigatória nos currículos dos cursos de Letras. A Universidade sofria, naqueles idos, de uma carência de professores de linguística, e os que existiam, “ao saírem do nada ou quase nada, armaram-se muitas vezes de desnecessária arrogância”. Vê-se, assim, um clima hostil entre filólogos e linguistas na instituição da linguística como componente obrigatório na grade curricular dos cursos de Letras. Afora isso, não se pode esquecer que os estudos sincrônicos propostos por Saussure, pai da linguística moderna, alijam por completo o fator histórico-diacrônico na pesquisa linguística. Há, então, um novo olhar sobre os estudos da linguagem, olhar embasado nas famosas *dicotomias saussurianas*, muito caras ao mestre genebrino, dentre as quais se encontram a dicotomia *sincronia x diacronia*.

Fazendo um balanço sobre a “celeuma” entre filólogos e linguistas em meados do século XX, Mattos e Silva (*idem*) afirma que

do caos desencadeado intempestivamente com a academicização da Linguística no Brasil o resultado final foi positivo, enriquecedor, multiplicador. Parece-me que hoje se pode aceitar tanto Linguística como “ciência geral” e também como “ciência especial”, a primeira centrada sobretudo na utilização interpretativa dos dados fornecidos por diversas manifestações da linguagem. Por seu lado, a Filologia parece integrar-se hoje melhor como uma das formas de abordar a documentação escrita, tanto literária como documental em sentido amplo, enriquecida pelas vias da crítica textual, tanto de textos antigos como de textos modernos.

Sobre o “reencontro necessário entre filologia e linguística nos estudos histórico-diacrônicos”, mais especificamente no Brasil, a autora relata a Reunião Anual da Associação Brasileira de Linguística, em 1984, cujo título foi *Problemas de Linguística Histórica*, em que foram apresentados os textos *A fênix finalmente renascida*, de Fernando Tarallo, *Sociolinguística e Linguística Histórica*, de Marco Antônio de Oliveira, e *História na descrição linguística*, de Carlos Alberto Faraco. Os textos desses linguistas marcam o “reencontro” das duas ciências aqui discutidas. As fronteiras, bastante delimitadas por ocasião de um dos axiomas saussurianos que considerava a primazia da sincronia sobre a diacronia, são transpostas.

Pensar a importância da pesquisa com documentos raros é pensar também na materialização dos textos nesses documentos, refletindo sempre no para quê e para quem serviram, onde e quando serviram, entre outras questões. De uma perspectiva intrínseca, relativa mais à “materialidade do objeto” (cf. CHARTIER, 2009, p. 41-2), como as formas de se grafar as palavras ou aos sinais de pontuação, à uma perspectiva que escapa ao intrínseco, como os efeitos de sentido criados por esses fatores, a pesquisa com textos antigos pode trazer à luz questões no mínimo curiosas relacionadas aos seus contextos de produção – objetivo maior deste trabalho que trata do sistema de transitividade numa perspectiva sistêmico-funcional e seus efeitos dentro de um documento de autoria de Garcia de Resende.

### **Entre o autor, a confissão e o poder**

O *Breue memorial dos pecados e cousas que pertence ha cõfissã*, publicado em 1521 trata basicamente de uma lista de pecados a que o fiel deveria evitar e, caso incorrendo em algum, da necessidade de se redimir por meio da confissão, proferida a uma autoridade religiosa pertencente à igreja hegemônica de então.

Escrevendo um texto cujo gênero se enquadra num memorial de confissões, Garcia de Resende considera a confissão como condição primordial para o pecador alcançar a graça pelo perdão de suas faltas. Uma pergunta, contudo, deve ser feita: com que autoridade o autor faz isso? É preciso primeiro problematizar o conceito de autor, como o faz Chartier (1998, p.32), quando, recorrendo ao francês antigo, apela para a distinção entre *écrivain*, “aquele que escreveu um texto que permanece manuscrito, sem circulação”, e *auteur*, “qualificado como aquele que publicou obras impressas”. A palavra circulação pode ser assim entendida como o sema ou traço diferencial entre o *écrivain* (escritor) e o *auteur* (autor).

Para o escritor tornar-se um autor, ele teria de passar por todos os perigos que poderiam decorrer de sua obra. Como bem assinala Chartier (1998, p.34), “Antes de ser o detentor de sua obra, o autor encontra-se exposto ao perigo pela sua obra”. E isso poderia resultar ou em um condenamento na fogueira, ou em recompensas e privilégios outorgados pela nobreza.

Por ser um autor que tinha livre acesso à corte, pois foi uma espécie de funcionário do rei Dom João II de Portugal, tendo, mais tarde, igual acesso à corte manuelina, escrevendo durante a sua vida, entre outras obras, poesias voltadas ao dinamismo palaciano<sup>5</sup>, não é difícil entender o motivo pelo qual Garcia de Resende não trilhou o caminho à fogueira. Deduz-se, pelo exposto, que o autor não fala, no *Breve memorial*, por ele mesmo. Pelo contrário, o seu discurso vem carregado de autoridade que ultrapassa os limites de sua subjetividade. A autoridade de Garcia de Resende é revestida de poder institucional, sua legitimidade é alcançada não por “seu próprio nome” ou por sua “própria autoridade”, mas por se constituir em “agente que age na qualidade de depositário provido de um mandato” (BOURDIEU, 2008, p. 93).

---

5. informações extraídas de Andréé Crabbé Rocha em Tavani & Lanciani (1993).

É com essa autoridade que Garcia de Resende, em seu memorial, confirma o poder da igreja quando instrui repetidas vezes a confissão de pecados diversos, inclusive os pecados da ordem do sexo ou, usando suas próprias palavras, “pecados contra a natura”.

Sobre a confissão, diz Michel Foucault em sua *História da sexualidade: a vontade de saber* que o homem ocidental tornou-se um animal confidente:

Confessa-se – ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo. A partir da Idade Média, a tortura a acompanha como uma sombra, e a sustenta quando ela se esquiva: gêmeos sinistros. Tanto a ternura mais desarmada quanto os mais sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente (FOUCAULT, 1988, p. 59).

Pode-se ver que o valor dado ao sistema de confissão não é uma coisa nova. Vem desde a Idade Média, passando pelo Renascimento Cultural e se acelerando a partir do século XVIII. Os domínios contemporâneos da confissão, conforme Foucault (1988, p.35), não ficou somente na religião, estendeu-se à biologia, medicina, psiquiatria, psicologia, moral e à crítica política.

Como um bom documento religioso do século XVI, o *Breue memorial*, depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa, apresenta uma série de recursos visuais, como letrinas e letras ornadas, responsáveis por invocar em seu leitor reverência e solenidade, como mostra a figura 1 adiante. O tipo caligráfico usado, as cores das rubricas, em vermelho, os sinais de fim de texto, apresentando cores variadas e ao mesmo tempo fazendo lembrar os velhos códices medievais são aparatos que entram em cena para produzir, também, efeitos de poder.

**Figura 1:** Primeira página da *Breue memorial* contendo recursos visuais próprios do momento de sua produção



### Metodologia empregada para recolha e análise de dados

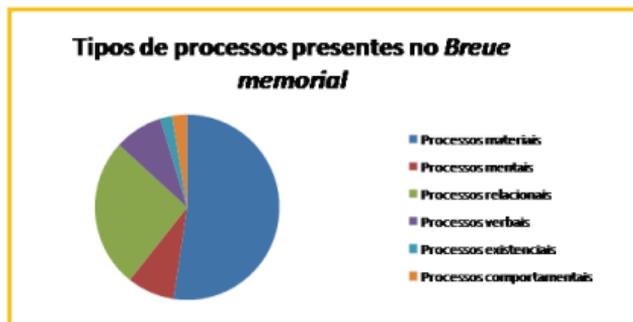
Para coletar os processos contidos no documento, procedeu-se a uma edição, o que torna este trabalho também de natureza filológica, em que foram preservadas, na medida do possível, as características gráficas e grafemáticas do texto. Aquelas características em que foram inviáveis a transcrição, foram devidamente descritas em notas-de-rodapé.

Feita a edição, para obtenção dos dados, foi utilizado o *software*, empregado em estudos lexicológicos e lexicográficos, *Wordsmith*. Este programa é capaz de gerar toda a lista de palavras desde que os textos rodados sejam previamente “limpos”, ou seja, livres de qualquer caracter

complexo (“e”, p. ex. em que o til em cima do “e” pode causar uma má leitura no momento de gerar as listas). O *Wordsmith* é capaz também de quantificar também as ocorrências e suas porcentagens. Sabendo-se das limitações dessa ferramenta para estudos que não abrangem a área da lexicologia, pois ela é incapaz de gerar os contextos dos itens de palavras obtidos, procurou-se “filtrar” e usar aquilo que serviria para o estudo. Assim, verificou-se os processos existentes na lista gerada, isoladamente, e, a partir daí, foi-se para o texto para, só assim, classificá-los. A próxima seção trata dos processos obtidos e seus contextos dentro do *Breue memorial*.

### **Os processos no *breue memorial***

De um total de 531 processos quantificados no *Breue memorial*, obteve-se os seguintes dados: 278 processos materiais (comer, matar, pecar, quebrar etc); 44 processos mentais (amar, gostar, saber, ver etc), 139 processos relacionais (ser, estar, ter etc), 45 processos verbais (confessar, dizer, falar etc) , 11 processos existenciais (haver) e 14 processos comportamentais (conversar, dormir, ouvir etc). No gráfico abaixo, uma representação dos dados quantificados:



Os processos materiais foram os que mais ocorreram no *corpus* analisado. Responsáveis por “planos de ação e acontecimento” (SOUZA, 2006, p. 11), esses processos se fazem presentes também nos pecados que devem ser evitados pelo fiel. Importante dizer quão poder a igreja hierárquica do século XVI possuía para ditar o que era ou não pecado e o que deveria ser obrigatoriamente confessado. Não se deve esquecer que no ano de publicação do *Breue memorial*, a igreja estava sendo duramente criticada pelos humanistas em relação aos seus dogmas e sistema litúrgico, como falado anteriormente. Mesmo assim, com o quase despontar da Reforma, a igreja ainda detinha tamanho poder que continuava a ditar as ações de seus fieis e mesmo daqueles que vinham de encontro aos seus preceitos. Se há uma definição para o processo *pecar* no documento em questão, pode-se dizer que *pecar* é tudo aquilo que afasta o homem da igreja e de Deus, como o pecado *comer* (demais) do exemplo (1). Abaixo alguns tipos de processos materiais encontrados.

(1) Se por **comer** e beber me esque //  
ço de deos ou do que deuo fa  
zer. [...] p. 24

(2) Se **forniguey** com virgẽ e de  
que sorte ou estado. Se cõ frei  
e quãto tempo e o lugar se era  
sagrado [...]. p. 13

(3) Se me **toquey** desonesta  
mête ou pequey cõtra natura. Se  
tiue para isso vontade nõ podendo  
por obra. [...] p. 14

(4) [...] Se **comprey**  
em menos preço e vendi em muy  
to mays nõ auendo melhora [...]. p. 15 e 16

As confissões provenientes dos pecados do sexo deverão ser acompanhadas de toda a minúcia possível, como nos exemplos (2) e (3). Quanto mais detalhes, melhor. Dessa forma, “as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhes, no jogo da confissão e da direção espiritual” (FOUCAULT, 1988, p.23).

Já no exemplo (4), fica claro que quem podia enriquecer se utilizando de meios como a usura, era apenas a igreja. Dona de infinitos lotes de terras doadas por reis e rainhas católicos, a igreja, desde a Idade Média, foi uma exímia instituição cobradora dos altos tributos. Seu fiel, contudo, não podia comprar algo e vender muito mais além do preço, pois isso se constituía pecado merecedor de confissão.

Os processos mentais contidos no *Breue memorial* evidenciam o que o fiel deve saber, acreditar, apreciar. Em (5) está um dos maiores mandamentos do mundo cristão, que é “amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como ti mesmo”. Nota-se aí presente também no documento de Garcia de Resende um mandamento de humildade que leva o fiel a um grande crescimento espiritual, chegando, portanto, perto de Deus. Amar a Deus em qualquer situação, resignadamente, e ao próximo como assim é dito nas escrituras.

Os homens e as mulheres do século XVI também não poderiam esquecer de um pecado sequer que os rondassem. Não se pode esquecer que a igreja cristã hegemônica levou para os séculos pós Idade Média muitos de seus dogmas e rituais. Encucar o medo e a eterna vigilância sobre si mesmo é o que se pretende quando o sacerdote clerical prescreve que não se deve *esquecer* dos pecados, como no exemplo (6).

Saber as “coisas que pertencem à salvação” está na lista também dos processos mentais utilizados no *corpus*, no exemplo (7). Essas “coisas”

necessárias dizem respeito aos sacramentos, que, segundo Le Goff (2010), eram, junto com a teologia, instrumentos de dominação. Os sacramentos dizem respeito aos sete pecados capitais, os sete dons do Espírito e os sete sacramentos, devidamente firmados a partir do século XII e todos registrados no *Breue memorial* do século XVI.

(5) Se tenho vontade para **amar**  
deos sobre todallas cousas e  
ao prouximo como a mÿ mesmo [...] p. 35

(6) [...] E assi se cuidey  
bẽ en meus pecados para me lem  
brarẽ todos e me nã **esquecer** nen  
hũ [...] p. 6

(7) Os sete doões do *spiritu sancto* sam  
estes. Saber. Cõselho. Temor Pie  
dade / çieçia / fortaleza / êtendimêto [...]  
Se **sey** as cousas *que* pertencẽ a  
minha saluaçã. Se tenho cõ //  
selho no *que* faço e ey de fazer [...] p. 38

Os processos relacionais, responsáveis por “definir, caracterizar e identificar, atribuindo qualidades, posse ou circunstâncias, e assim construir as experiências do mundo e as experiências de nossa consciência” (SOUZA, 2006, p. 136), ocupam o segundo lugar em ordem numérica de importância no documento, com 139 ocorrências. Os verbos *ter* e *ser* no item (8) dizem respeito a um dos ensinamentos cristãos, as bem-aventuranças, em que prescrevem ao fiel possuir um coração limpo e ser, ainda, pacífico para com o próximo. O item (9) segue no mesmo raciocínio do anterior, só que desta vez mostrando o que o pecador não deve ter em mente, que é a

auto-confiança de achar que suas faltas serão perdoadas algum dia ou se acostumar com o pecado.

(8) Se **tenho** limpo coraçam e lim //  
pas obras.  
Se **sam** pacifico e tenho paz cõ os  
prouximos. p. 40

(9) [...] Se **têho**  
grãde confiãça na misericordia de  
deos que me perdoara sem fazer pê  
dêça. Se **estou** tã acostumado a pe //  
car que **tenho** os pecados em pou  
co. Se **tenho** esperãça de lõgua vi //  
da para em velho me emêdar [...]. p. 8

O dizer, obviamente, terá espaço em um documento destinado a sondar e extorquir as palavras, as ações, os sentimentos de homens e mulheres no século XVI. O processo utilizado então para isso é o verbal. Os exemplos nos itens (10) e (11) mostram os dois verbos mais recorrentes desse processo: *dizer*, com 22 ocorrências; e *confessar*, com 11. O forçar a *dizer*, a *confessar* não são, como se sabe, instrumentos de coerção a que as instituições lançam mão para se firmarem. Isso vem desde a Idade Média, passando pelo Renascimento Cultural e vai se acelerando a partir do século XVIII.

(10) Depois da oraçã acabada e  
posto em juelhos aos pees do cõfes //

sor cõ muyto acatamêto. E o rosto  
baixo. E as molheres cuberto por  
euitar escandallo. farey ho sinal  
da cruz e **direi** a confissam jeeral

## Sintaxe em *foco*

e após ella estas palauras.

[...] Digo minha culpa a Deos e a  
santa maria e a vos padre de  
nam vjir a este sancto sacramêto  
da cõfissam / com aquella contriçã  
e door de meus pecados [...]. p. 3

(11) [...] e desta manei  
ra **confessarey** todos aqueles em  
que pequey e suas çircunstanças [...]. p. 3

Os processos existenciais, que, no português contemporâneo, são representados pelos verbos *haver* e *existir*, só ocorrem no *corpus* analisado por meio do primeiro. O verbo *existir*, pelo menos no português arcaico, segundo Mattos e Silva (2008), pelo menos no extenso *corpus* que investigou, não ocorre até o século XV. O *Breue memorial*, de 1521, não tem como verbo que denote existência outro senão o verbo *haver*, com 11 ocorrências.

(12) Se quero que em praticas ou per //  
fias valha senpre o que diguo. Se  
quero que me tenham por virtuo  
so sem no ser. Se folguo de me lou  
uarẽ do *que* mim nom **ha** [...]. p. 21

(13) [...] se estou ou encor //  
ri em alguã escomunhão e  
por que causa e quanto tempo **ha**. p. 5

Finalmente, os processos Comportamentais, relativos às ações de comportamento – que podem ser psicológicos, fisiológicos ou verbais –, ocorrem 13 vezes no documento.

(14) SE tenho pobreza voluntaria  
para nom prezar as riquezas.  
Se sã mãsso em as enjurias e per  
secuções que me fizeram.  
Se **choro** meus pecados e os com  
fessey como deuia. p. 40

(15) [...] Se como sobre po //  
se / ou mais por apetito que por ne  
cessidade. Se **durmo** muyto por  
esta causa. p. 25

No item (14), tem-se o verbo *chorar* como decorrente da ação de pecar e comportamento necessário também à confissão. Já no item (15), tem-se o processo *dormir*, enquadrado no pecado da preguiça, dos sete pecados capitais, associado a outro pecado da mesma natureza, que é *comer*. Interessante notar o uso do sistema de transitividade presente em quase toda a lista de pecados no *Breue memorial*, o que nos faz acreditar que materializar o pecado textualmente utilizando a sua forma em SN não produz tanto efeito de sentido como marcá-lo como ação, no verbo, por meio dos processos.

## Considerações finais

Pretendeu-se neste capítulo mostrar, com o aporte teórico da Linguística Sistêmico-Funcional, os processos Materiais, Mentais, Relacionais, Verbais, Existenciais e Comportamentais no *Breue memorial dos pecados e cousas que pertencẽ ha cõfissã*, do ano de 1521, de autoria de Garcia de Resende.

Constatou-se, então, que de 531 processos quantificados: 278 são materiais, 44 mentais, 139 relacionais, 45 verbais, 11 existenciais e 14

comportamentais. Por se tratar de um documento prescritivo-normativo, em que são ditadas as formas (ações) de conduta de uma sociedade, os processos materiais tiveram um número de ocorrências mais expressivo. Em seguida, e em aparente contradição, tem-se os processos relacionais, provavelmente por significarem aquilo que o fiel devia “ter em mente”, “ter no coração” ou “ser para alcançar a salvação”.

Foi também objetivo deste trabalho apresentar uma “nova forma” de se fazer estudos diacrônicos na língua. De fato, não é fácil aliar, em pesquisas desta natureza, aspectos sociais e linguísticos. Porém, a Linguística Sistemico-Funcional, embora não preocupada *a priori* com a mudança linguística, serviu para suprir esse lado, levando em consideração não apenas os fatores estruturais da língua, como também o social e funcional.

### Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. 2 ed. Trad. Sérgio Miceli et al. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo C. C. Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FONTAINE, Jacqueline. *O círculo linguístico de Praga*. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16 ed. São Paulo: Graal, 1988.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- GHIO, Elsa; FERNÁNDEZ, María Delia. *Linguística Sistemico Funcional. Aplicaciones a la lengua española*. 1 ed. Santa Fe: Universidade Nacional de Litoral; Waldhuter Editores, 2008.
- HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to functional grammar*. 2 ed. London: Arnold, 1985.
- HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to functional grammar*. 3 ed. London: Oxford University Press, 2004.

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 5 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, Maria A.; OLIVEIRA, Mariângela R.; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: uma aproximação*. 2 v. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.
- \_\_\_\_\_. Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (orgs.). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Sobre desencontros e encontros: filologia e linguística no século XX*. Salvador: III Seminário de Estudos Filológicos, 2008.
- MEIRINHOS, J. F. Editores, livros e leitores em Portugal no século XVI: a coleção de impressos portugueses da BPMP. In: *Tipografia portuguesa do século XVI nas coleções da BPMP*. Catálogo. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2006.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. In: CRHIRISTIANO, Maria Elizabeth; SILVA, Camilo Rosa, HORA, Dermeval da (orgs.). *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*.
- OLIVEIRA, Marilza. Interface Linguística Histórica e Filologia. Domínios da linguagem. 2005.
- RESENDE, Garcia de. *Breve memorial dos pecados e cousas que pertence a cõfissã*. Disponível em <http://bnd.bn.pt/>. Acesso 04/10/2011.
- RODRIGUES, Manuel Augusto. *Do humanismo à contra-reforma em Portugal*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1981.
- SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2006. Tese de doutorado.
- SOUZA, Maria Medianeira de et al. (org.). *Sintaxe em Foco*. Anais eletrônicos. Programa de Pós-Graduação em Letras UFPE. Recife, 2011.
- ROCHA, André Crabbé. Verbete Garcia de Resende. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (orgs.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.



# Um estudo sistêmico-funcional dos recursos interpessoais da linguagem no gênero editorial

Lucélio Dantas de Aquino (UFRN/PPgEL)

## Considerações iniciais

O presente capítulo se constitui de um recorte de nossa dissertação de mestrado que versou sobre dois campos teóricos: a Linguística Sistêmico-Funcional e a Multimodalidade Discursiva. A referida dissertação teve como título *Mecanismos de construção de sentidos no gênero editorial: aspectos verbais e visuais* (AQUINO, 2010).

Para esse momento, o excerto apresentado diz respeito ao estudo sistêmico-funcional empreendido com editoriais. Desse modo, nossa análise será efetivada em apenas um editorial, com vistas a uma exploração do fenômeno da interpessoalidade e, para tanto, faremos, após estas breves considerações, uma incursão teórica pela Linguística Sistêmico-Funcional e nos deteremos na metafunção interpessoal da linguagem e nos mecanismos de manifestação desta metafunção no editorial *Quem mesmo vai pagar a conta?*, publicado pela revista *Época* no dia 6 de abril de 2009.

Para tanto, o trabalho que ora apresentamos, divide-se em quatro partes: i) as considerações iniciais que apresenta o objetivo do trabalho, bem como a divisão das partes que o compõe; ii) o referencial teórico que faz uma abordagem dos principais conceitos que norteiam a Linguística

Sistêmico-Funcional e, especificamente, a metafunção interpessoal da linguagem; iii) a análise do texto supracitado, considerando a discussão teórica; e as considerações finais, nas quais apresentamos e comentamos, de forma sucinta, os resultados obtidos.

### **Linguística Sistêmico-Funcional**

A Linguística Sistêmico-Funcional, doravante LSF, é uma corrente teórica de base funcionalista que tem em M. A. K. Halliday o seu maior expoente. Para este estudioso, o texto e o contexto devem ser levados em consideração em uma abordagem semântico-funcional da linguagem. Sobre isso, Eggins (2004, p. 20-21) afirma que a LSF pode ser descrita como uma aproximação semântico-funcional da linguagem que explora como as pessoas usam a linguagem em diferentes contextos, e como a linguagem é estruturada para uso como sistema semiótico. Desse modo, falar em texto é falar da linguagem em uso, em interação, em escolhas que fazemos diante de um repertório de possibilidades que a língua oferece.

Considerando essas afirmações, Halliday (2004) assume a corrente sistêmico-funcional como uma teoria que observa a língua enquanto escolha, ou seja, sempre que se usa determinada construção linguística empregamos escolhas que constroem a significação do discurso na interação entre os usuários.

Sob esta ótica, devemos encarar a LSF não como um conjunto de regras, mas, sim, como um aparato teórico-metodológico de descrição, interpretação e análise de textos, sendo, portanto, o texto o objeto de estudo dessa corrente teórica. Por este viés, não podemos esquecer de mencionar que parte fundamental na construção social de textos está no contexto.

De acordo com Butt *et al.* (2001), existem dois contextos no âmbito da LSF, os quais são complementares. São eles: o contexto de cultura e o

contexto de situação. Dessa maneira, um texto para existir tem de fazer parte de uma cultura e realizar funções específicas. Pensando assim, citamos Butt *et al.* (2001, p. 3) quando afirmam que “a combinação do contexto de cultura e contexto de situação resulta em diferenças e semelhanças entre uma parte de linguagem e outra”<sup>1</sup>, ou seja, dependendo do contexto de cultura e do contexto de situação nos quais usuários da linguagem se comunicam, diversas formas textuais se fazem disponíveis na cultura e, para isto, escolhas entre essas formas devem ser feitas para que a linguagem cumpra seu propósito comunicativo.

As escolhas textuais em uma cultura, de acordo com a situação de interação podem ser iguais ou diferentes, isto é, podemos escrever um bilhete para informar aos nossos pais que fomos ao mercado, bem como podemos receber um bilhete de nosso chefe dizendo que temos uma reunião às dezessete horas da quinta-feira. Podemos, também, receber desse mesmo chefe, um ofício ou um e-mail informando sobre a referida reunião. Como vemos, os gêneros estão disponíveis para as escolhas dos usuários da linguagem que farão uso em contextos de situação específicos. Sendo assim, relacionados ao contexto de cultura e ao contexto de situação estão o gênero e o registro, respectivamente. Gênero é o produto de um contexto de cultura e o registro é o produto do contexto de situação.

A esse pensamento subjaz o conceito de função de linguagem que Halliday proporá tomando por base as relações entre os contextos e o produto da interação, texto. Vejamos, assim, as metafunções da linguagem e suas implicaturas para a linguagem.

---

1. Original: “The combination of context of culture and context of situation results in the differences and similarities between one piece of language and another” (BUTT *et al.*, 2001, p. 3).

### Metafunções da linguagem

Nas palavras de Halliday (2004) as funções básicas da linguagem são duas: uma que produz os sentidos da experiência humana, representando os processos juntamente com os participantes e circunstâncias e a outra sendo aquela que representa as relações sociais. Para ele, a primeira metafunção, aquela que constrói as experiências humanas, é chamada de *ideacional*. Ela é responsável por nomear coisas, interpretando-as em categoriais, por conseguinte, essas categoriais são, mais adiante, interpretadas pelo autor em taxonomias. Nesse sentido, a linguagem provê uma teoria da experiência humana e certos recursos da lexicogramática são dedicados, por meio das escolhas que são feitas, a essa função.

A segunda metafunção a que se refere o autor é a *interpessoal*. Segundo ele, essa função desempenha as variadas relações pessoais e sociais com as pessoas que nos rodeiam. A oração é vista, nessa metafunção, além da representação de algum processo com seus participantes e circunstâncias, é vista como proposição ou proposta a partir das quais informamos, questionamos, damos ordens ou fazemos ofertas, além de expressarmos nossa avaliação e atitude em relação a quem estamos nos dirigindo ou sobre o qual estamos falando. Desse modo, Halliday (2004, p. 29-30) afirma que: “se a função ideacional da gramática é ‘linguagem como reflexão’ esta é ‘linguagem como ação’”<sup>2</sup>.

Como afirma o autor, essas são as duas funções básicas da linguagem e cada uma desempenha significados diferentes em uma oração, configurando duas redes de sistemas distintos. Nesse sentido, toda mensagem diz de um

---

2. Original: “the ideational function of the grammar is ‘language as reflection’, this is ‘language as action’”. (HALLIDAY, 2004, p. 29-30).

conteúdo endereçado a alguém. E, pela necessidade de organização dessas funções no texto, outra função é emanada na/pela linguagem – a *metafunção textual*. O papel dessa metafunção na linguagem está em organizar o fluxo discursivo em seus movimentos sucessivos de interação e manter a coesão no texto (HALLIDAY, 2004).

Nessa perspectiva, na oração é que se conjugam essas metafunções, projetando-se verbalmente para produzir os sentidos desejados. Dessa forma, semântica e lexicogramática se organizam em conjunto para realizar as metafunções, fornecendo o repertório linguístico do qual o produtor de um texto escolherá o que é pertinente a sua produção.

A seguir, por uma questão teórico-metodológica, apresentamos apenas a metafunção interpessoal da linguagem, haja vista termos enunciado anteriormente, de forma sintética, o papel das demais metafunções na e para a linguagem.

### ***Metafunção interpessoal***

Segundo Halliday & Mathiessen (1997, *online*)

A metafunção **interpessoal** está preocupada com a interação entre falante e destinatário(s), os recursos gramaticais para **desempenhar** papéis sociais em geral, e papéis da fala em particular, em interações dialógicas; i.e. por estabelecer, trocar e manter relações interpessoais. (grifos dos autores) <sup>3</sup>.

---

3. Original: “The interpersonal metafunction is concerned with the interaction between speaker and addressee(s) the grammatical resources for enacting social roles in general, and speech roles in particular, in dialogic interaction; i.e. for establishing, changing, and maintaining interpersonal relations.” (HALLIDAY & MATHIESSEN, 1997, online, grifos dos autores)

Nesse sentido, além de graus de formalidade, isto é, uma linguagem formal e/ou informal, a metafunção interpessoal realiza outros papéis sociais como estabelecer, trocar e manter relações entre os falantes de uma língua. Em uma interação os falantes/escritores realizam um papel em particular e atribuem a seus ouvintes/leitores um outro papel complementar que é desejado pelo autor, pois é característica dessa metafunção estabelecer trocas, havendo, portanto, uma alternância dos papéis de oferecer e pedir bens e serviços (propostas) ou informações (proposições).

Ao utilizar a linguagem como bens e serviços, o locutor visa a influenciar o comportamento de alguém ou a atingir um determinado objetivo por meio das escolhas que realiza. A esse interesse do locutor pode ser conferida a aceitação ou rejeição, obedecer ou desobedecer ao que lhe foi discursivamente apresentado. Por outro lado, quando o papel é de informação, o uso da linguagem é de responsabilidade dos dois agentes da situação. Desse modo, ao utilizar a linguagem como informação, o locutor dará e pedirá informação. Isso se dá através de afirmações e/ou interrogações, fornecendo a informação para que o outro envolvido na situação tome conhecimento, podendo esse outro optar por não responder ou contestar a informação. Assim, a interação fica marcada no discurso proferido por meio de elementos lexicogramaticais escolhidos em meio ao sistema de modo que a língua oferece aos seus falantes, isto é, a serem usados como troca de significados entre os interlocutores.

Esses elementos lexicogramaticais são realizados na linguagem por meio de dois sistemas: o sistema de modo e o sistema de modalidade. Para Martin *et al.* (1997) o sistema de modo pertence à metafunção interpessoal da linguagem e é o recurso gramatical responsável para se perceber um movimento interativo no diálogo. Segundo esses autores, a distinção básica dentro do sistema gramatical de modo está entre os tipos de modo *imperativo*

e *indicativo*. Com o tipo indicativo tem-se uma distinção adicional entre os tipos *declarativos* e *interrogativos*. Sendo assim, esse conjunto compõe o que por eles é chamado de tipos básicos de modo.

Ao falar em modalidade, Halliday (2004) afirma que este sistema atua como um avaliador em uma região de incerteza sobre o que está sendo expresso pelo orador, ou sobre o que é pedido para o ouvinte expressar; a modalidade realiza uma avaliação da validade do que é dito. A modalidade, quando empregada na linguagem, opera em graus intermediários, uma vez que representa/demonstra apreciação sobre o que se está dizendo. Portanto, pode-se dizer que são graus intermediários por estarem entre os polos do 'sim' e do 'não', revelando indeterminação como 'às vezes' ou 'talvez'. Há dois tipos de modalidade: a *modalização* e a *modulação*. A *modalização* se realiza por meio da probabilidade e usualidade, e a *modulação* por meio da obrigação e disposição (inclinação e habilidade).

Nesse ínterim, vejamos os mecanismos que manifestam os sistemas de modo e de modalidade na linguagem para, enfim, realizarmos a análise.

### ***Mecanismos verbais de interação***

Os sistemas de modo e de modalidade que materializam a metafunção interpessoal da linguagem são realizados por recursos específicos, tais como: sujeito, pronomes, advérbios, adjetivos, auxiliares modais, interrogações, entre outros. Aqui, daremos destaque a três desses elementos, a saber: os pronomes, especificamente os possessivos, os auxiliares modais e as interrogações. Vejamos de maneira conceitual alguns desses recursos.

### Pronomes possessivos e de tratamento

Os pronomes possessivos, especificamente os de primeira pessoa do plural (P1p), segundo Souza (2007), manifestam a autoria em um texto. Desse modo, são responsáveis também por coadunar os participantes do discurso na cena enunciativa, isto é, construções oracionais que contem com a presença dos pronomes *-nosso(s)* e *-nossa(s)*, reúnem nesses recursos linguísticos os agentes *autor* e *leitor*.

Na gramática da língua portuguesa, os pronomes possessivos são aqueles que indicam posse, mas como esta não é a única função de um pronome possessivo e, como na LSF toda significação parte de um contexto, entendemos que os pronomes possessivos são elementos interativos que unem os participantes em um texto, fazendo-os agir na mesma direção e, no caso do editorial, serve também como recurso de persuasão, já que aquilo que é informado no gênero pode ser colocado, pelo pronome possessivo, como sendo o pensamento de toda a sociedade, ou como pensamento comum entre aquele que produz e aqueles que leem o texto.

### Auxiliares modais

Os *auxiliares modais* também desempenham na Língua Portuguesa relações interpessoais com base no uso que deles são feitos. Esses elementos, segundo Ghio & Fernández (2008, p. 133), “sempre são verbos finitos e, portanto, sempre formam parte de um bloco *modal (...)*”<sup>4</sup>, ou seja, em uma construção linguística os verbos principais podem vir acompanhados

---

4. Original: “siempre son verbos finitos e por lo tanto siempre forman parte del bloque *modal (...)*” (GHIO & FERNÁNDEZ, 2008, p. 133, grifos das autoras).

de um verbo modal, formando, assim, um bloco na unidade de análise da LSF: a oração.

Como apontam Souza e Heberle (2008), em confirmação ao que já dissemos, os auxiliares modais são mais uma forma de a metafunção interpessoal se manifestar na linguagem, tendo por função modalizar a ação realizada pelo verbo principal em uma determinada oração.

Na língua portuguesa, são exemplos de auxiliares modais, conforme Souza e Heberle (2008, p. 103), “*parecer, querer, poder, ser, dever, ter que* e outros”. Estes são recursos que segundo as autoras expressam a modalização e modulação que anteriormente foram apresentadas e que realizam relações interpessoais na linguagem.

Cada um desses verbos modais pode expressar sentidos diversos, sendo esses determinados pelo contexto em que aparecem, podendo significar necessidade, obrigação, dever (*dever*), possibilidade ou capacidade (*poder*), e aparência ou dúvida (*parecer*). Desse modo, como são recursos da modalidade, os auxiliares modais podem funcionar ora como modulação ora como modalização. Em um gênero como o editorial, conforme Souza (2007), eles podem revelar o ponto de vista do autor, enfatizando, em alguns momentos, este ponto de vista e, em outros, atenuando a opinião autoral. Desse modo, a utilização de auxiliares modais sempre corrobora a construção de sentidos interacionais de um texto.

### Interrogações

Outro elemento capaz de expressar interação é a *interrogação*. Segundo Souza (2007, p. 1531, *online*):

Dialogar com o leitor, estabelecendo uma parceria através de perguntas, consiste em uma expressiva manifestação da função

interpessoal da linguagem porque, ao se fazer uma pergunta, se espera uma reação do interlocutor, ainda que o leitor não tenha condição de responder explícita e imediatamente.

Com base nisso, percebemos a interrogação como meio de estabelecimento de diálogo entre os participantes de uma ação social. Por este motivo, quando utilizamos uma oração interrogativa, podemos destinar a ela duas funções discursivas: a primeira refere-se a um diálogo direto com o interlocutor (leitor, no caso de um texto escrito), exigindo, de alguma maneira, uma resposta por parte dele; e a segunda diz respeito a um diálogo que se trava entre autor e texto, ou seja, a interrogação é feita pelo autor sem vistas a uma resposta do público leitor, o que se pretende é contribuir com as idéias anteriormente expressas no texto, ou instigar o leitor para o que será enunciado posteriormente.

Além disso, vale salientar que, na gramática da língua portuguesa, as formas de reconhecimento de um discurso interrogado se dão pela presença inicial dos pronomes interrogativos (quem, quanto, qual e (o) que) e pela presença de pontuação específica, no caso, o ponto de interrogação. Todavia, se entendemos a linguagem como um ato funcional, temos que perceber as outras formas de materialização do elemento interrogação, isto porque, algumas vezes, as orações interrogativas podem aparecer com a ausência ou do pronome interrogativo, ou da pontuação.

Nessa perspectiva, é com base na *entonação* (HALLIDAY, 2004) que podemos detectar a forma interrogativa da oração e, a partir daí, depreender os sentidos interpessoais que ela comporta. Isto porque a prosódia distingue na língua os conteúdos frásicos, fazendo com que possamos compreender os sentidos de uma construção, se interrogativa ou se afirmativa, por exemplo.

## **Análise de um editorial à luz da metafunção interpessoal da linguagem**

O editorial a seguir é da revista *Época*, de abril de 2009, e recebeu o seguinte título: *Quem mesmo vai pagar a conta?*. Nele, observaremos os seguintes recursos verbais: pronomes possessivos, auxiliares modais e interrogações, com o objetivo de compreendermos a interação verbal no gênero editorial.

### **QUEM MESMO VAI PAGAR A CONTA?**

Nos desenhos animados, os super-heróis costumavam se reunir numa espécie de sala de guerra – ou era sala de justiça? – para discutir como combater os bandidos, erradicar o mal e salvar a humanidade da destruição. Foi mais ou menos o que aconteceu na semana passada em Londres. Desta vez, o comitê para salvar o mundo reuniu os 20 líderes mais importantes do planeta, um grupo conhecido como G20. E lá estavam eles: Barack Obama, Gordon Brown, Angela Merkel, Nicolas Sarkozy, Silvio Berlusconi, Wen Jiabao e, entre tantos outros, evidentemente nosso Luiz Inácio Lula da Silva. Todos sorrindo, trocando abraços, afagos e tapinhas nas costas, como velhos colegas de faculdade que se encontram anos depois da formatura. Do lado de fora, é claro, o inevitável quebra-quebra, os indefectíveis protestos “contra tudo isso que está aí” e também uma morte fatídica.

Obama vira então para Lula e diz: “Esse é o cara (...). Amo este homem. É o político mais popular da Terra”. Lula quase enrubesce, orgulhoso do papel que o Brasil finalmente parece ocupar naquilo que os estudiosos convencionaram chamar de “concerto das nações” – e soam os violinos. Na foto, Lula sorri ao lado da rainha Elizabeth II, da Inglaterra. Todos assinam um pedaço de papel onde está escrito um texto meio cifrado. Mas lá vêm os especialistas em economia, sempre solícitos, prontos para traduzir, explicar, justificar: o Fundo

Monetário Internacional vai receber mais US\$ 1,1 trilhão – mais 1 trilhão! –, parece que os paraísos fiscais serão extintos, o protecionismo será combatido, vai acabar a farra dos bancos com instrumentos financeiros exóticos e os governos vão finalmente investir pesado para enfrentar o desemprego. Sim, agora vai. Nossos super-heróis salvaram o mundo de novo – e as Bolsas sobem eufóricas. É a glória, a consagração, o nirvana.

Pausa para reflexão.

Está bem, minha gente. Pode até ser que tudo não tenha passado de um bacanal contábil promovido por “esses banqueiros brancos, de olhos azuis”. Pode até ser que, agora, tudo esteja resolvido. É tão fácil, não? Pode até ser que esses caras tenham esses trilhões e trilhões – eles não são super-heróis, não são “os caras”? Mas vem cá... Quem é mesmo que tem conta nos paraísos fiscais? Quem foi mesmo que deixou de pagar Imposto de Renda? Quem, quem foi mesmo que alimentou a farra bancária, regada a juros irrisórios, com liberdade para enrolar, cheirar e injetar papéis tóxicos e derivativos sem camisinha na economia? Ah, sim, e quem mesmo vai pagar a conta?

Fonte: Revista Época, abril de 2009.

---

O editorial em evidência manifesta uma opinião bastante crítica com relação à reunião do comitê, para salvar o mundo, que reuniu os vinte líderes mais importantes do planeta. A crítica residiu na informação sobre o Fundo Monetário Internacional que iria receber mais um trilhão de dólares para combater a crise mundial e no fato de que isso não impediu que as Bolsas subissem euforicamente.

Nesse editorial, os recursos verbais são utilizados para promover interação entre os usuários da linguagem. Um dos recursos usados é o pronome possessivo que inclui o leitor na situação comunicativa. Vejamos:

[01]

Nos desenhos animados, os super-heróis costumavam se reunir numa espécie de sala de guerra – ou era sala de justiça? – para discutir como combater os bandidos, erradicar o mal e salvar a humanidade da destruição. [...] E lá estavam eles: Barack Obama, Gordon Brown, Angela Merkel, Nicolas Sarkozy, Silvio Berlusconi, Wen Jiabao e, entre tantos outros, evidentemente nosso Luiz Inácio Lula da Silva.

[02]

Mas lá vêm os especialistas em economia, sempre solícitos, prontos para traduzir, explicar, justificar: o Fundo Monetário Internacional vai receber mais US\$ 1,1 trilhão – mais 1 trilhão! –, parece que os paraísos fiscais serão extintos, o protecionismo será combatido, vai acabar a farra dos bancos com instrumentos financeiros exóticos e os governos vão finalmente investir pesado para enfrentar o desemprego. Sim, agora vai. Nossos super-heróis salvaram o mundo de novo – e as Bolsas sobem eufóricas. É a glória, a consagração, o nirvana.

Os dois pronomes em destaque nos exemplos [01] e [02] incluem o leitor na opinião emitida pelo editorialista, isto revela que a informação divulgada interessa ao leitor e que ele também compartilha do que é dito. Nesse sentido, ocorre uma aproximação entre os interlocutores da situação comunicativa. É visível nos dois casos o tom de ironia explicitado pelo uso dos pronomes. No caso [01], essa ironia se dá pela analogia tecida entre Lula e super-herói como salvadores da humanidade. No segundo caso, oração [02], também por meio dessa comparação entre os líderes do planeta terra e os super-heróis, notamos que o uso do pronome *nossos* transmite ironia, o que implica em uma concepção geral, ou seja, todos os interlocutores compactuam com o ato de ironizar no texto sobre o salvamento mundial diante da crise vivenciada pelo fundo monetário internacional. Além disso,

a construção seguinte dessa oração evidencia melhor a ironia a que nos referimos – “É a glória, a consagração, o nirvana”.

O texto também apresenta o auxiliar modal *parecer* e o auxiliar modal *poder*, conforme podemos ver nos exemplos a seguir:

[03]

Obama vira então para Lula e diz: “Esse é o cara (...). Amo este homem. É o político mais popular da Terra”. Lula quase enrubescer orgulhoso do papel que o Brasil finalmente parece ocupar naquilo que os estudiosos convencionaram chamar de “concerto das nações” – e soam os violinos. [...]

[04]

Está bem, minha gente. Pode até ser que tudo não tenha passado de um bacanal contábil promovido por “esses banqueiros brancos, de olhos azuis”. Pode até ser que, agora, tudo esteja resolvido. É tão fácil, não? Pode até ser que esses caras tenham esses trilhões e trilhões – eles não são super-heróis, não são “os caras”? Mas vem cá... Quem é mesmo que tem conta nos paraísos fiscais? [...]

No exemplo [03], a opinião do autor acerca da situação de Lula, após o comentário feito por Barack Obama, revela um efeito de dúvida pela utilização do auxiliar *parecer*. Conforme diz o texto, o Brasil está no grupo dos que buscam concertar as nações, entretanto, como o uso do *parece* persiste uma dúvida se ele continuará nessa posição. Com esse emprego, a autor atenua o seu posicionamento no texto, marcando a autoria do que é dito.

No recorte [04], temos a presença do processo *poder* em três momentos. Nos três casos, o auxiliar modal em destaque desvela a presença do autor que dialoga com as informações apresentadas sobre a economia, despertando incerteza na proposição. Esse modo de utilização, bem como do verbo modal *parecer*, são utilizados pelo autor para amenizar o compromisso

e a responsabilidade dele com aquilo que é veiculado, apresentando graus diferentes de modalização. No primeiro caso em que o modal *parecer* ocorre, temos um grau baixo de modalização, uma vez que se gera uma dúvida por parte do autor acerca da informação transmitida. O segundo caso, no qual o processo poder é utilizado, temos um grau médio de modalização, haja vista refletir a incerteza do autor por meio de orações interrogativas.

Até o momento, vemos que os pronomes possessivos e os auxiliares modais estão intercambiando informações entre os interlocutores no texto, porém, outro recurso pode ser percebido no editorial: as interrogações. Esse recurso será observado a seguir:

[05]

QUEM MESMO VAI PAGAR A CONTA?

[06]

Nos desenhos animados, os super-heróis costumavam se reunir numa espécie de sala de guerra – ou era sala de justiça? – para discutir como combater os bandidos, erradicar o mal e salvar a humanidade da destruição. Foi mais ou menos o que aconteceu na semana passada em Londres.

[07]

Está bem, minha gente. Pode até ser que tudo não tenha passado de um bacanal contábil promovido por “esses banqueiros brancos, de olhos azuis”. Pode até ser que, agora, tudo esteja resolvido. É tão fácil, não? Pode até ser que esses caras tenham esses trilhões e trilhões – eles não são super-heróis, não são “os caras”? Mas vem cá... Quem é mesmo que tem conta nos paraísos fiscais? Quem foi mesmo que deixou de pagar Imposto de Renda? Quem, quem foi mesmo que alimentou a farra bancária, regada a juros irrisórios, com liberdade para enrolar, cheirar e injetar papéis tóxicos e derivativos sem camisinha na economia? Ah, sim, e quem mesmo vai pagar a conta?

Sabemos que a interrogação realiza interação entre autor e texto e, também, entre autor, texto e leitor. A primeira pergunta que temos nesse editorial, exemplo [05], se encontra no título e ela tem por função introduzir a temática do texto e inquietar o leitor para o que será dito no texto. Desse modo, ela articula os três elementos que compõem o discurso: autor, texto e leitor.

No exemplo [06], a pergunta é totalmente direcionada ao leitor, uma vez que visa a ativar a memória deste sobre informações que são de conhecimento geral, pois, subentende-se que todos saibam que a sala em que os super-heróis se reúnem para traçar estratégias de combate ao mal é a sala de justiça, porém, o propósito do autor não era falar de desenho animado, mas do grupo que se reuniu em Londres para discutir a crise econômica e, analogicamente, utiliza-se da pergunta para introduzir o leitor no assunto e estabelecer um paralelo entre as duas situações: super-heróis que salvam o mundo do mal e super-heróis que salvam o mundo da crise econômica. Além disso, a forma irônica como é feita a pergunta remete a um tom menos formal da situação e, conseqüentemente, o leitor se aproxima da informação veiculada no texto, respondendo-a.

O último exemplo retirado do editorial *Quem mesmo vai pagar a conta?* se dá ao fim do texto. Nele, encontra-se um arsenal de perguntas que são elaboradas com base nas informações tecidas ao longo do texto, ou seja, sobre a reunião e os benefícios que foram adquiridos com o G20. Então, as interrogações, no exemplo [07], são direcionadas ao leitor com o intuito de fazer com que ele avalie se as decisões sobre a economia foram para beneficiá-lo, ou se elas beneficiam mais aqueles que estão no poder. Assim, as perguntas têm o papel de inquietar o leitor e o fazer participar da discussão sobre economia, uma vez que esta é de interesse não somente dos líderes nacionais que participaram do G20, mas de todo o planeta.

A linguagem verbal, como vimos nos exemplos retirados do editorial *Quem mesmo vai pagar a conta?*, é constantemente usada para manter relações entre o autor, o texto e o leitor em um movimento circundante. Tal envolvimento revela a informalidade, pessoalidade e obstrução da ideia de neutralidade e impessoalidade, características do gênero editorial, revelando a dinamicidade inerente à linguagem verbal.

### **Considerações finais**

Com base na metafunção interpessoal, percebemos que, no gênero editorial, os recursos linguísticos são usados para diminuir o grau de formalidade na linguagem, atenuando a distância social e estabelecendo contato entre os participantes da interação. Assim, a pessoa do discurso é marcada no texto, compartilhando informações ou discutindo-as, tornando o editorial um espaço da interpessoalidade. Isto comprova os postulados de Halliday (2004) e seus seguidores que afirmam que a interpessoalidade se dá pela troca de papéis sociais desempenhados pelos falantes de uma língua, trocando (informações e bens e serviços) e mantendo relações entre eles.

A expressão da opinião marcada na voz do autor e as escolhas que ele usa do seu repertório lexicogramatical para construir a opinião revelam a pessoalidade e diminuem o caráter neutro e impessoal que são marcas registradas desse gênero.

Em suma, é através do uso de recursos como os que analisamos no editorial *Quem mesmo vai pagar a conta?* que estabelecemos as escolhas adequadas a cada situação e fazemos os textos realizar sentidos, trocando informações e estabelecendo diálogos entre os participantes dessa ação social, que é o editorial, em seu espaço de circulação.

Portanto, esperamos com esse trabalho, embora de forma sintética, ter apresentado e discutido alguns recursos da linguagem que funcionam na perspectiva de estabelecer relações entre os participantes da ação de linguagem e o produto dessa ação, o texto. Todavia, assim como em nossa dissertação, acreditamos que esse trabalho é apenas uma contribuição para os estudos que observam a língua em uso. Por fim, nosso interesse é que esse artigo possa contribuir com a formação e pesquisas de profissionais da área de Letras: alunos, professores e pesquisadores.

### Referências

- AQUINO, L. D. de. *Mecanismos de construção de sentidos no gênero editorial: aspectos verbais e visuais*. Pau dos Ferros: UERN, 2010. (Dissertação de Mestrado), inédita.
- BUTT, D. et. al. *Using Functional Grammar: An Explorer's Guide*. Second Edition. Sydney: Macquarie University, 2001.
- EGGINS, S. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London: British Library, 2004.
- GHIO, E.; FERNÁNDEZ, M. D. *Linguística sistêmico funcional: aplicaciones a la lengua española*. Santa Fe: Universidade Nacional Del Litoral, Waldhuter Editores, 2008.
- HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. First edition. Londres: Edward Arnold, 1985 [1994].
- \_\_\_\_\_. *An Introduction to Functional Grammar*. 3 edition. Rev. por MATHIESSEN, M.I.M. London: Arnold, 2004
- \_\_\_\_\_. & MATHIESSEN, C. M. I. M. *Systemic Functional Grammar: a first step into the theory*. 1997. Disponível em: <<http://whgsoft.com/siystemic/index.html>>. Acesso em: 13 de jun. de 2005.
- MARTIN, J. R. et al. *Working With Functional Grammar*. London: Arnold, 1997.
- SOUZA, M. M. de. *A autoria em editoriais jornalísticos: uma abordagem sistêmico-funcional*. 2007, online. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/95.pdf>>. Acesso em: 9 de agosto de 2008.
- \_\_\_\_\_. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*. Recife: UFPE, 2006. (Tese de doutoramento), inédita.

\_\_\_\_\_; HEBERLE, V. M. Parece, deve, pode ser: investigando os auxiliares modais no editorial. In: FREITAS, A. C. de; RODRIGUES, L. de O.; SAMPAIO, M. L. P. *Linguagem, discurso e cultura: múltiplos objetos e abordagens*. Pau dos Ferros: Queima Bucha, 2008, p. 99-111.

*Quem mesmo vai pagar a conta?*. Época. São Paulo: Editora Globo, n. 568, 6 de abril de 2009.



# As circunstâncias do modelo sistêmico-funcional

Wellington Vieira Mendes (PRADILE; GPEF/UERN)

## Para fins de apresentação...

A gramática normativa considera os advérbios/adjuntos adverbiais como sendo termos acessórios, num sistema dicotômico de transitividade: verbos transitivos *versus* verbos intransitivos. Na sintaxe prescritiva desse paradigma, os adjuntos adverbiais são comumente exigidos pelos verbos intransitivos, cuja moldura semântica seria completa, sem exigência, portanto, de um termo complementar; e, no caso dos transitivos, a aposição adverbial seria acessória tendo em conta que os termos exigidos pelo verbo se realizam por classes de função nominal, os objetos.

Dessa tradição, os manuais de gramática (e as atividades de ensino que giram em torno deles) apresentam os adverbiais como função sintática não obrigatória, sendo materializados por um conjunto de palavras que recebem o rótulo genérico de advérbios ou locuções adverbiais.

A base de sustentação desse entendimento, é a via de mão única em que a gramática tradicional transita, quer seja: indicar um padrão ideal de fala/escrita, tendo a língua como um código completo e fechado, e ignorando os usos que podem resultar de situações efetivas de comunicação/interação.

Partindo do entendimento de que nada na gramática de uma língua pode ser considerado acessório ou expletivo, este capítulo apresenta o funcionamento das circunstâncias do sistema de transitividade proposto pelo paradigma sistêmico-funcional, que tem como fundador o linguística Michael Halliday. Assim, a empreitada aqui referida encontra apoio nas obras de Halliday e Matthiessen (2004), Eggins (2004), Ghio e Fernández (2008), Mendes (2010; 2011) Furtado da Cunha e Souza (2007; 2011).

Longe de simplesmente apontar o modelo tradicional como inválido e inoperante, há neste capítulo o interesse de ampliar as discussões acerca da função adverbial/circunstancial que certos termos configuram nos textos, nas mais diversas situações de comunicação e de uso real da língua. Daí porque foram selecionadas postagens de *blogs* da Revista *Época on-line* para ilustrar/exemplificar os conceitos de que são tratados na sequência.

Por último, convém indicar que esta exposição reside no fato de poder haver um melhor desenvolvimento da perspectiva sistêmico-funcional no ensino, principalmente, porque os escolares passariam a lidar com textos de seu cotidiano, observando que as escolhas operadas na interação estão relacionadas às funções a que se prestam ou podem realizar no discurso.

### **O Sistema de Transitividade**

Em conformidade com Mendes (2011)<sup>1</sup>, a gramática tradicional compreende a transitividade como sendo uma propriedade exclusiva do verbo, estando associada a esse processo a noção de regência, e de valência. Em outras palavras, os verbos que regem sintagmas nominais são

---

1. A exposição aqui construída é a fundamentação usada por Mendes (2010, 2011), quando da apresentação das concepções principais sobre a Linguística Sistêmico-Funcional, com foco no sistema de transitividade e nas circunstâncias desse mesmo sistema.

classificados como transitivos e, nos casos em contrário, são considerados intransitivos (quando a enunciação não vai além do verbo).

Na concepção hallidayana, a linguagem é proposta como um sistema social ou cultural, o que implica, necessariamente, interpretá-la dentro de um contexto sócio-cultural em que tal processo se realiza. Dito de outro modo, a linguagem pode ser entendida como uma manifestação semiótica, já que no dizer de Halliday e Martin (1993) ela se constitui como uma forma de representação da experiência humana quer seja na “realidade” presente/percebida no meio físico ou concreto, quer seja a “realidade” idealizada/fabricada em nosso interior, num plano mais abstrato.

Os estudos funcionalistas, portanto, compreendem a transitividade como sendo um processo que engloba toda a oração, não se limitando apenas à ação perpetrada pelo sintagma verbal. Compreende ainda que tal processo possa ser escalar, de forma que uma oração venha a ser considerada mais ou menos transitiva, como se pode depreender da proposta da Linguística funcional norte-americana.

Na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), a transitividade é concebida como uma base de organização semântica, em que a classificação não se limita à oposição já apresentada e conhecida da gramática tradicional entre verbos transitivos e intransitivos.

Nessa concepção, as orações são classificadas em tipos que denotam diferentes transitividades, a partir da identificação de três papéis de transitividade, a saber: i) *processos*; ii) *participantes*; iii) *circunstâncias* (BUTT et al., 2001). Se se desejasse fazer uma analogia mais próxima da Gramática Tradicional, poder-se-ia dizer que esses papéis correspondem aos verbos, substantivos e advérbios, respectivamente. A partir de então, segue-se uma breve explanação acerca de cada um deles.

Os *processos* são classificados, nessa noção de transitividade, em seis tipos (materiais, mentais, relacionais, verbais, comportamentais e existenciais) e, de modo geral, configuram ações, estabelecem relações, expressam sentimentos, denotam o dizer e o ser, tendo em vista sua materialização através dos verbos. No entender de Furtado da Cunha & Souza (2007, p. 56):

O mundo das experiências é altamente indeterminado e essa indeterminação reflete-se no modo como a gramática constrói seu sistema de tipos de processos. Assim, em um mesmo texto podemos ver experiências construídas no domínio da emoção com um processo mental (...); ou no domínio da classificação [...]. (FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007, p. 56).

A análise do entendimento das autoras citadas permite vislumbrar a concepção defendida por Halliday e Matthiessen (2004) de que há um *continuum* entre os processos, que por sua vez, fundamenta-se no princípio da indeterminação semântica, no qual os processos são tidos como indistintos. Essa observação se faz importante porque, deste ponto em diante, será apresentada a classificação dos processos, a partir das concepções dos autores mencionados há pouco:

- *materiais* – processos responsáveis pela expressão de ações de mudanças perceptíveis (processos do *fazer*).
- *mentais* – processos ligados às crenças, aos valores humanos, ao modo de perceber o mundo (processos do *sentir*).
- *relacionais* – processos que estabelecem relações entre entidades, seja identificando, seja classificando.

- *verbais* – processos que expressam o dizer e situam-se entre os relacionais e mentais.
- *existenciais* – processos que representam a existência de algo e se exprimem frequentemente através dos verbos haver e existir.
- *comportamentais* – processos responsáveis pela expressão dos comportamentos humanos (caracteres físicos e psíquicos).

É importante ainda registrar que os três primeiros processos são tidos como principais, e os últimos como secundários, no entender de Halliday e Matthiessen (2004). E, embora tais processos tenham sido apresentados sem os *participantes*, não se pretende de modo algum oferecer ao leitor uma visão cartesiana da transitividade na perspectiva funcionalista. Assim, por uma questão de apresentação, os participantes passam a ser conceituados a partir de agora.

Em breves linhas, pode se dizer que *participantes* são os elementos que se realizam através dos sintagmas nominais, podendo associar-se aos processos de forma obrigatória ou não. Os processos materiais são o que comportam um maior número de participantes: ator (obrigatório); meta, extensão e beneficiário (opcionais).

Para sintetizar, o quadro a seguir apresenta os participantes associados a cada tipo de processo, como também o faz Furtado da Cunha e Souza (2007):

**Quadro 1:** Processos e participantes

Fonte: adaptado de Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 60)

Processos	Participantes	
	Obrigatórios	Opcionais
Material	Ator	Meta, Extensão e Beneficiário
Mental	Experienciador e Fenômeno	-
Relacional	Portador e Atributo/ Característica e Valor	-
Verbal	Dizente e Verbiagem	Receptor
Existencial	Existente	-
Comportamental	Comportante	<i>Behaviour</i>

O último componente do sistema de transitividade são as *circunstâncias*. Esse componente remete às condições de realização dos processos, podendo ocorrer livremente em todos eles. Geralmente expressam extensão temporal, localização espacial ou temporal, modo, entre outros. Na Gramática Tradicional, correspondem aos advérbios ou locuções adverbiais, conforme discutido na abertura deste capítulo.

Esse componente do sistema de transitividade é o que está mais bem tratado na sequência, tendo em vista que se constitui objeto principal desta exposição.

### **As circunstâncias do sistema de transitividade (LSF)**

As circunstâncias, de acordo com Ghio e Fernández (2008, p. 101), configuram o papel menos obrigatório nas construções de processos materiais. Na verdade, quando tratam desse elemento, as autoras o fazem como se este fosse apenas um participante restrito a esse tipo de processo. A classificação apresentada é feita através de exemplos que se realizam apenas nos processos materiais e, quando explicam os demais processos, as circunstâncias, embora presentes vez ou outra, não são mencionadas como elemento possível em todos os processos.

Butt *et al.* (2001, p. 64), por outro lado, compreende as circunstâncias como sendo responsáveis por “iluminar” os processos de alguma forma, podendo, entre outras coisas, localizar o processo no tempo ou no espaço, sugerir o modo como o processo se realiza, ou oferecer informações sobre a causa do processo. De acordo com os autores, esse papel do sistema de transitividade se realiza através de grupos adverbiais, grupos nominais e frases preposicionais.

O primeiro grupo, a exemplo dos demais, pode se realizar por uma ou mais palavras. O grupo adverbial é mais facilmente identificado pelo fato de configurar, de circunstanciar de modo mais explícito a realização da ação:

[01] Ele entende as coisas *rapidamente*.

[02] Chegaram *tarde*.

As frases preposicionais, por sua vez, estruturam-se da seguinte forma: preposição + grupo nominal, como em [03], ou podem ainda modificar não apenas a circunstância da ação, mas toda a sentença, como em [04]:

[03] Ele reside *na cidade de Nova York*.

[04] *Em breves palavras*, o presidente resumiu seu sentimento.

No grupo nominal podem ocorrer advérbios, mas também com outras expressões que compõem a estrutura da circunstância. A exemplo dos dois tipos anteriores, também modifica a circunstância da ação, geralmente exprimindo tempo, ou aqui, frequência/recorrência:

[05] Viaja *toda semana*.

Essas ocorrências representam de modo mais prototípico as circunstância que estão, na sequência, apresentadas a partir das classificações propostas por Eggins (2004) e por Ghio e Fernández (2008). O leitor vai encontrar a partir deste ponto uma exposição que compreende o conceito comumente presente nos autores citados, acompanhados de exemplos que ilustram ou ampliam tal concepção. As amostras pertencem ao corpus da dissertação “As circunstâncias e a construção de sentidos no blog” (MENDES, 2010).

### ***As circunstâncias de Extensão***

As circunstâncias de extensão delimitam a duração temporal e a distância espacial. Esse tipo de acompanhamento dos processos é frequentemente materializado por preposição + grupo nominal. Neste capítulo, a título de ilustração, são apresentadas as circunstâncias de

extensão formadas por verbo haver + numeral, preposição desde + advérbio/ numeral, preposição + numeral.

Nos exemplos que se apresentam a seguir, é possível analisar melhor o comportamento das circunstâncias nos processos verbais. Para favorecer a identificação dos papéis do sistema de transitividade, as circunstâncias de extensão e os processos se destacam itálico:

[06] Mergulhei no caso, e senti uma imediata antipatia pelo policial português Gonçalo Amaral, que *chefiou* as investigações *durante cinco meses* e depois foi afastado. (B1L224-225)

[07] Jornalista formada pela Universidade de Brasília, Juliana Poletti sempre dividiu sua atenção entre reportagens sérias, de temas políticos e questões internacionais, e a música de qualidade. *Estudou piano por três anos*. (B2L670-672)

[08] Como vocês se lembram, *espalhou-se na semana passada pelo mundo* um sentimento de perplexidade raivosa depois que foi publicado um documento de 2.600 páginas que *descrevia* violências “endêmicas” em crianças submetidas à guarda da Igreja Católica na Irlanda *entre 1930 e 1990*. (B1L331-335)

Todas as ocorrências de circunstâncias de [06] a [08], estabelecem temporalmente o desenrolar das ações expressas, respectivamente, pelos *processos materiais* “chefiar”, “estudar” e “espalhar”, corroborando igualmente para a construção do sentido nas sentenças. Nos dois primeiros casos, os processos indicam mudanças físicas perceptíveis, ações no mundo concreto. Em [08], porém, o processo estabelece um fenômeno abstrato: espalhar sentimento de perplexidade raivosa, por exemplo, é algo que somente pode ser compreendido num plano de representação menos concreto.

A esses processos se associam as circunstâncias de extensão temporal. Na amostra [06], o participante ator “Gonçalo Amaral”, retomado pelo relativo “que”, conduz investigações num determinado extensão temporal que é claramente expressa “durante cinco meses”. O autor do blog, ao demonstrar explicitamente seu descontentamento com o policial (que tratou no início das investigações, do desaparecimento da criança Madeleine, na noite de 3 de maio de 2007), tenta, ao logo do texto, desqualificar o trabalho empreendido pelo investigador e se vale da circunstância de extensão temporal possivelmente para sugerir morosidade, lentidão nas investigações. O emprego desse tipo de circunstância em [06], mais do que explicitar uma relação de duração temporal, sugere a necessidade de endossar a opinião (*Amaral é um tipo truculento, tem ares de dono da verdade, fala muito, um fanfarrão – mas não resolveu nada no caso de Madeleine.* – B1L226-228) num dado que tem relevo: a atuação nas investigações durante cinco meses.

Fenômeno semelhante ocorre na amostra [07]. Para indicar ao enunciado o fato de que a jornalista Juliana Poletti também se dedica à música, o escrevente indica o período de tempo a que a profissional se dedicou ao estudo do piano (três anos). Note-se, assim, que o uso da circunstância reforça a ideia por ele defendida no enunciado anterior, contribuindo para o entendimento de que esse papel do Sistema de Transitividade tem função importante na construção da opinião.

Já as circunstâncias presentes em [08] estão associadas a um processo material que denota não uma experiência perceptível no mundo, mas que pode ser entendida em um plano mais abstrato. O blogueiro faz uso de uma circunstância de localização temporal, seguida de duas de extensão: uma espacial e outra temporal. “Pelo mundo” engrandece, num movimento hiperbólico, o “sentimento de perplexidade raivosa” que o autor demonstra pelo comportamento da Igreja Católica na Irlanda.

Ainda sobre a mesma temática, a amostra [09] apresenta uma circunstância de duração temporal que expressa bem o papel da escolhas no plano da Linguística Sistêmico:

[09] ... Especula-se que o montante de indenizações vá chegar a 3 bilhões de reais.

Veja aqui um vídeo em que uma mulher relata a (má) experiência que *viveu, durante a infância e a adolescência*, num abrigo da Igreja.

Soube-se também que o Papa será inteirado dos fatos. (B1 L372-376)

O processo *viver* está sequenciado por dois tipos de circunstâncias: a primeira, em itálico, de extensão tempo; a segunda, sem grifos, de localização espacial. Nesse caso, o uso da circunstância “durante a infância e a adolescência” apoia o argumento da maldade que envolve a exploração sexual em fases específicas da vida do agente experienciador de tal abuso. Em vez de dizer “durante quinze ou dezesseis anos”, o blogueiro sugere que a exploração sexual não teve como agravante apenas o fator tempo e sua duração, mas, principalmente, as etapas de vida da pessoa envolvida, para sugerir que o crime é ainda mais cruel por ter sido praticado em crianças ou adolescente.

Note-se que a escolha da circunstância, nesse exemplo específico, não foi aleatória nem acessória, posto que no desenvolvimento argumentativo ela melhor se ajustaria à proposta de enunciar a violência legal, com características de crime de pedofilia, onde figura como a autora a Igreja Católica na Irlanda.

### ***As circunstâncias de Localização***

As circunstâncias de localização expressam ou situam, no tempo e no espaço, a realização dos processos. Do ponto de vista da forma, é comum

que se apresentem em grupos nominais preposicionados e/ou determinados, como em “na Inglaterra” (em + determinante + nome), mas também com expressões adverbiais de tempo como “semana passada”, “hoje”, ou de lugar como “aqui”.

Assim, é possível afirmar dizer que as circunstâncias de localização espacial e temporal estão mais frequentemente associadas aos processos de fazer, do dizer e do ser, ou seja, processos materiais, verbais e relacionais.

Tendo em vista que as circunstâncias de localização tem comportamento mais diverso, apresentam-se organizadas nesta seção pela função a que se prestam na composição textual. Assim, compreendendo que este tipo de circunstância tem valores variados, a seguir são dispostas aquelas que localizam elementos dentro do próprio texto:

### a) Localização: situando a configuração do texto

As circunstâncias de localização que seguem representam o comportamento fórico (no sentido grego *phéro*, “levar”, “trazer”) que podem exercer dentro do texto, funcionando como recurso de referenciação necessário ao escrevente durante a composição textual:

[10] Depois do espetáculo, ainda *no teatro*, ela teria dito: “Odeio o programa”. Susan, apelidada de Subo pelos admiradores, teria atirado um copo de água numa pessoa que tentava acalmá-la. *Na foto acima*, Susan *está* deixando o teatro depois da derrota e carrega, claramente abalada, o que alguém definiu como um “buquê de sonhos perdidos”. (B1L11-15)

[11] Ficou em segundo lugar. Quem levou foi um bom grupo de dança chamado Diversity. O vídeo *está abaixo*.  
O que me agradou extremamente foi a atitude de Susan ao perder. Ela reagiu com elegância, como se *pode ver na foto acima*. (B1L126-129)

[12] Laura, no filme clássico de Otto Preminger que *citei no início*, tinha sido dada como morta, mas estava viva. (B1L263-264)

[13] *Veja aqui* um vídeo em que uma mulher relata a (má) experiência que viveu, durante a infância e a adolescência, num abrigo da Igreja. (B1L374-375)

[14] Agora há também um rapaz: Gino Flaminio, 22 anos, ex-namorado de Noemi. Os dois *aparecem juntos na foto acima*. (B1L401-402)

Em [10], “na foto acima” se associa ao processo relacional “estar”, como também ocorre no primeiro caso em [11] e [14]. Nesses dois exemplos, as circunstâncias não têm a função precípua de relacionar (valor ou característica) ao participante, mas sim de localizar em que parte do texto se encontra determinado elemento, determinada parte que ilustra o que está sendo dito. “Acima”, “abaixo” fazem referência as imagens de que se vale o blogueiro para atribuir ao que está sendo apresentado o caráter de exatidão, tendo como prova plena as fotos que incita o leitor para ver.

O processo do dizer “citar”, na amostra [12], complementa-se pela circunstância que faz remissão ao início do texto, num caso típico de retomada do referente para manutenção da coesão textual. Nesse caso, a localização é feita como nos exemplos anteriores, diferenciando-se pelo fato de, nas ocorrências anteriores, haver referência a um elemento visual do texto.

As circunstâncias de localização espacial “aqui”, em [13], tem uma configuração muito peculiar: na verdade, este sintagma adverbial propõe a linkagem para o vídeo que em que figura o relato da mulher que teve experiência (má), em abrigo da Igreja.

A circunstância “aqui”, também pode ocorrer fazendo referência ao próprio texto, ou indetermina o lugar de ocorrência do processo, conforme se pode ver na sequência:

[15] *Aqui* é um espaço onde eu teoricamente devo ter uma opinião. Mas mesmo já tendo lido e conversado com tantas pessoas, não conseguir formar a minha. A cada argumento, tendo para um lado. (B3L1169-1171)

[16] A doença da ministra Dilma e a sua dificuldade de subir nas pesquisas está fazendo aparecer um diabinho na cabeça dos petistas que fica o tempo todo dizendo “terceiro mandato para Lula, terceiro mandato para Lula”. *Aqui e ali* já *surgem* propostas variadas para ceder à tentação. (B3L1194-1197)

A circunstância associada ao processo relacional ser, nesse caso, faz remissão para o próprio espaço em que se escreve o texto. Ou seja, o autor do texto reconhece o espaço (o gênero, portanto) como sendo apropriado para expressar sua opinião acerca de determinado tema. O que ocorre em [15] é também um típico caso de dêixis, na qual a categoria de posição espacial aponta para uma localização em relação ao ponto de onde o autor escreve. O mesmo não se pode dizer da ocorrência de “aqui e ali” em [16]. O autor da postagem usa a circunstância de localização em um viés contrário ao que se propõem as circunstâncias de localização. Os sintagmas, nesse caso, prestam-se a indeterminar onde (ou talvez, quando) as “propostas variadas para ceder à tentação” têm surgido.

Por estas ocorrências é possível perceber o caráter variável que circunstâncias (até mesmo quando materializadas pela mesma forma) podem desempenhar, sendo possível inferir que a localização espacial ou temporal é também bastante variável e, portanto, ainda carente de estudos pormenorizados.

b) Localização: situando no tempo

As circunstâncias de localização temporal são frequentemente realizadas por sintagmas adverbiais que denotam a localização no tempo, ou por preposição + sintagma adverbial/nominal. Esse tipo de circunstância fixa o momento em que os processos se realizam.

As ocorrências a seguir expressam bem esse comportamento das circunstâncias:

[17] Susan Boyle parece não ter agüentado a enorme pressão a que foi submetida nos últimos dias. Segundo o site do jornal Sun, ela *foi internada na noite de sábado* na prestigiosa clínica privada Priory, no norte de Londres, especializada em problemas mentais. (B1L4-7)

[18] Susan Boyle - que se especula que possa ganhar 8 milhões de libras graças à celebridade mundial que conquistou depois de *ter cantado* no programa "I Dreamed a Dream", em *11 de abril* - tem uma história médica de dificuldade de aprendizado em decorrência de falta de oxigênio no momento em que nasceu. A deficiência, divulgada logo que Susan apareceu no BGT, foi vital na construção da imagem de heroína improvável. (B1L17-22)

[19] Não tinha lido praticamente nada sobre o desaparecimento de Madeleine na noite de 3 de maio de 2007. Ela estava prestes a fazer quatro anos, e seus pais Kate e Gerry, britânicos, tinham alugado um apartamento na Praia da Luz, no litoral português, para passar férias. O casal, Madeleine e seus dois irmãos gêmeos. *Naquela noite*, Gerry e Kate *deixaram* os filhos no apartamento e foram jantar com uns amigos num restaurante bem perto. *Por volta das dez da noite*, Kate *foi ver* se as crianças estavam bem. Madeleine não estava lá. (B1L212-219)

Tanto em [17] quanto em [18] as ocorrências se prestam ao papel prototípico de situar, no tempo, a ocorrência dos processos “internar” e “cantar”. O mesmo pode ser verificado na primeira ocorrência de [19], em que “Naquela noite”, ao mesmo tempo em que situa o processo material “deixar”, retoma a data apresentada na primeira ocasião. E, na última ocorrência em [19], “por volta das dez da noite” sequencia a última parte da narrativa que dá conta do desaparecimento da menina Madeleine. O exemplo das ocorrências de [19] representam em boa parte a função/o valor das circunstâncias de localização temporal: não apenas situar o leitor acerca do tempo em que ocorreu determinado fato, mas sequenciar fatos que possam conduzir a uma conclusão presumida pelo escrevente narrador/comentador. Talvez por esta razão, os processos materiais são, em grande maioria, associados às circunstâncias de localização.

### c) Localização: situando no espaço

A exemplo das circunstâncias de localização temporal, as de localização espacial são também realizadas por sintagmas adverbiais que expressam a determinação do espaço, ou por preposição + sintagma adverbial/nominal. Em determinados casos, essa estrutura conta também com outros determinantes, ou qualificadores, como, por exemplo, “[...] *ela foi internada na noite de sábado na prestigiosa clínica privada Priory, no norte de Londres, especializada em problemas mentais.*” (B1L4-7). Nesse caso, pode-se dizer que “prestigiosa”, que implica apreciação/opinião do escrevente também se associa à circunstância que determina o lugar em que Susan (retomado pelo pronome “ela”) teria ficado internada.

Assim, as amostras que seguem ilustram a forma como o espaço é determinado pelos escreventes e sugerem, por consequência, as motivações de suas escolhas:

[20] *Passear* pelas ruas de Londres *no segundo andar* dos ônibus vermelhos é tão gostoso quanto encontrar inesperadamente um amigo querido. (B1L42-44)

[21] Um punhado de pessoas se *instala na grama perto do grupo*. Por segundos tenho a tentação de me juntar à banda. (B1L69-70)

[22] *No ônibus, leio* a *New Statesman* ao mesmo tempo em que admiro a beleza arquitetônica de Londres. George Orwell *na capa*. (B1L75-76)

[23] Pela manhã, antes de sair, eu *tinha* já *escrito* algumas coisas sobre Orwell *no meu twitter*. (B1L79-80)

[24] Depois do espetáculo, ainda *no teatro*, ela *teria dito*: “Odeio o programa”. Susan, apelidada de Subo pelos admiradores, teria atirado um copo de água numa pessoa que tentava acalmá-la. Na foto acima, Susan está deixando o teatro depois da derrota e carrega, claramente abalada, o que alguém definiu como um “buquê de sonhos perdidos”. (B1L11-15)

Nas amostras de [20] a [24] é possível verificar a materialização das circunstâncias de localização espacial da forma mais típica: preposição + determinante + nome. Com exceção de [24], as demais circunstâncias ocorrem em processos materiais e podem confirmar a ideia anterior, de que tais tipos circunstanciais são mais presentes nas ações que podem ser percebidas no plano concreto, apoiando a premissa da necessidade de situar o processo ou de determinar a posição física onde se efetiva. O leitor deve já deve ter notado, tanto pela referência quanto pelo conteúdo temático, que as ocorrências apresentadas anteriormente são de um mesmo texto, sugerindo, dessa forma, a frequência com que ocorrem as localizações espaciais, sobretudo naqueles que se propõem a sequenciar fatos, exprimir apreciação.

Na segunda postagem do texto, antes de apresentar propriamente os “conselhos de Orwell”, o autor narra seu “passeio” pelas ruas de Londres,

onde reside, descrevendo os lugares que admira e contempla, a bordo de um ônibus de dois andares, tipicamente inglês. Para cumprir seu propósito de “encantar” o leitor com aquilo que visualiza, o escrevente situa os lugares por onde passa e deixa expressa a avaliação pessoal que faz de Londres (para exemplificar, leia-se [22]). As circunstâncias, desse modo, contribuem para descrever/situar o espaço e, ao mesmo tempo, para conquistar a adesão do leitor para a ilustração feita pelo autor do texto.

Na ocorrência de [24], “no teatro” situa o lugar de fala do participante *dizente* “Susan Boyle” (retomado por “ela”). A circunstância associada ao processo verbal, todavia, está caracterizada pelo caráter de incerteza que o bloqueio atribui à declaração (*verbiagem*) do participante: “teria dito”. É importante registrar que a circunstância de localização espacial não apenas situa o lugar de fala de “Susan”, mas também demonstra que “o dizer” pode ter ocorrido, na visão do autor, em local pouco usual para quem se pretendia estrela do programa britânico: “[...] *ainda no teatro, ela teria dito: ‘odeio o programa’.*”

### **As circunstâncias de Modo**

As circunstâncias de modo sugerem o “como” as ações se realizam, ou seja, de que forma (recursos/qualidade) se projeta a realização do processos. Esse tipo de circunstância se apresenta mais regularmente através do acréscimo do sufixo “*mente*” em determinados nomes. Os sintagmas adverbiais com essa configuração têm a possibilidade de não circunstanciar apenas o conteúdo do *processo*, como também expressar valor ou avaliação por parte do agente envolvido na enunciação, modificando toda a oração. Ou seja, os sintagmas adverbiais que apresentam essa condição seriam mais modalizadores (Sistema de Modo) e menos circunstância (Sistema de Transitividade).

Nos casos que seguem, os adjuntos modais estão mais para modificadores de um constituinte específico (o processo), sendo, portanto, circunstâncias de modo:

[25] Passear pelas ruas de Londres no segundo andar dos ônibus vermelhos é tão gostoso quanto *encontrar inesperadamente* um amigo querido. Levo comigo sempre um livro ou uma revista, ou ambos. (B1L42-45)

[26] *Recentemente*, Gino, ex-namorado de Noemi, *disse* ao jornal La Repubblica que Berlusconi passou a telefonar para Noemi depois que lhe chegaram às mãos fotos com que a garota tentava construir uma carreira de modelo. A versão de Gino foi confirmada por uma tia de Noemi, Francesca. (B1L188-192)

Essas duas ocorrências, associadas a processo material e verbal, respectivamente, expressam o significado de tipicidade [25] e temporalidade [26]. Quando estabelece comparação entre “passear de ônibus pelas ruas de Londres” e “encontrar um amigo querido”, o autor da postagem circunstancia o processo encontrar, atribuindo-lhe uma condição característica do encontro: a possibilidade de ser inesperado, não programado. Embora, aparentemente, não haja uma conexão muito clara entre as variáveis que compara, ao atribuir a condição de “inesperada” ao encontro, o autor talvez tenha pretendido não apenas apresentar o modo como a ação aconteceu, mas também dispô-la em patamar semelhante àquele “do passear no segundo andar do ônibus”.

O significado de temporalidade expresso pela circunstância “recentemente”, em [26], complementa o processo “dizer”. É preciso que se acrescente que a ideia, quando da seleção dessa circunstância de modo, pelo escrevente, possivelmente não era a de situar ou de estabelecer temporalmente a duração do processo. O fato de demarcar como “recente”

a declaração do participante “Gino” configura o tempo da ocorrência desse fato em relação a outras publicações menos recentes que enuncia o autor na postagem. Logo, a temporalidade prevista por esta circunstância pode até situar no tempo o processo do dizer. Porém, essa ocorrência circunstancial de modo pretende que atribuir à *verbiagem* do participante *dizente* a condição de ter sido publicada “recentemente” em relação a um ponto temporal já demarcado na postagem.

Em [27] e [28], as circunstâncias de modo apresentam outro significado em relação aos processos:

[27] As cotas são um caminho artificial, perigoso, e é sintomático que o embargo judicial delas atenda a uma ação da ala reacionária. A modernidade *está decididamente andando para trás*. (B4-1786-1788)

[28] Soube-se que Susan, depois de estourar, declarou amor por um homem maduro, seu companheiro na igreja católica que ela freqüenta na Escócia. Ele não quis namorá-la. “Eu *gentilmente declinei*”, disse ele. “Rimos, no final.” (B1L314-317)

Os dois casos representem o característico significado de “disposição” (GHIO; FERNANDEZ, 2008). O processo material “andar”, acompanhado da circunstância “decididamente” sugere que o participante, por vontade própria, pratica a ação expressa. Nesse exemplo, fica clara a forma como a circunstância modifica a ação de andar. Porém, assim como em [28] há um valor de apreciação por parte de quem enuncia a ação (discurso direto no primeiro caso, indireto no segundo). Atribuir à condição de “gentil” a ação de “declinar” é uma tentativa do enunciador de minimizar os possíveis efeitos da renúncia, bem como sugerir que a “humanidade está andando para trás”, circunstanciando tal propósito como resolutivo, é um modo de externar também

apreciação e não apenas condicionar/ampliar a forma como os processos materiais se realizam.

O que está sendo sugerido, portanto, é que frequentemente uma circunstância de modo, com a configuração que está sendo analisada neste estudo (nome + sufixo *-mente*), atribuirá condição apenas ao processo (função adjunto) ou apenas a oração inteira (função comentário). É mais provável que, numa perspectiva gradiente, haja maior predileção para uma função do que para outra.

As duas últimas amostras exemplificam probabilidade de ocorrência do processo:

[29] Morreu meu ídolo. Múcio Bezerra era jornalista e morreu de câncer. *Provavelmente* jamais *ganhou* um prêmio Esso, não era repórter investigativo e suas matérias também não tinham a pretensão de mudar o mundo. (B3L1295-1298)

[30] Gabeira *provavelmente decidiu* se antecipar ao noticiário porque sabia que, mais cedo ou mais tarde, seu nome apareceria entre os doadores de passagens. (B3-1405-1407)

Ghio e Fernández (2008) sugerem que, entre outros significados, os modificadores com função adjunto, ou circunstâncias de modo, possam significar também probabilidade. Em [29], o emprego de “provavelmente” é, de início, contraditório em relação ao que se afirma, já que o autor apresenta a circunstância associada a uma outra de habitualidade “jamais”. A negação de que o jornalista Múcio Bezerra tenha recebido algum “prêmio Esso” é sugerida por esta circunstância. O emprego da probabilidade teria a finalidade de representar desapontamento por parte do enunciador, constituindo-se dessa forma em função comentário e não propriamente circunstância. Em

[30], porém, o uso de “provavelmente” circunstancia a decisão de “antecipar” realizada pelo participante *ator* Gabeira e, neste caso, a circunstância pode estar expressando a função adjunto exercida também pelo emprego do sufixo *-mente*.

### ***Circunstâncias de Causa***

As circunstâncias de causa são aquelas em que o processo tem como modificador um grupo (ou sintagma) adverbial que lhe atribui uma razão ou finalidade de ocorrência. Elas são concebidas conforme Eggins (2004), para quem as circunstâncias de causa combinam finalidade e causa em mesmo tipo de circunstância. Essa observação é importante para distinguir da classificação diferenciada que é proposta pela gramática tradicional. A concepção de Eggins (2004) contribui para um melhor entendimento desse tipo de circunstância, tendo em vista que finalidade pode ser entendida como “causa final” ou “razão final”, em determinados contextos.

É necessário também retomar que a subdivisão pormenorizada não concorre para uma melhor distinção, mas, abre precedente para subclassificação dos demais tipos de circunstâncias.

Esse tipo de circunstância é expresso por uma diversidade de grupos adverbiais (por quê, para quê, para quem, etc.), e mais frequentemente, apresentam-se formadas pelo conector “porque”.

Nos exemplos que seguem, a circunstância de causa se apresenta sucedida de negação:

[31] Em função disso, uma parcela imensa dos alunos que foram capazes de apresentar mais conhecimento e talento para freqüentar as universidades públicas serão forçados a mudar-se para o ensino privado. Ou podem mudar de país. Ou até *abandonar* os estudos *porque* não terão condições de fazer uma coisa nem outra. Pergunto quem irá ganhar com isso. (B2L824-829)

[32] Em seus últimos dias, Adolf Hitler achava que o povo alemão merecia *ser destruído porque* não se mostrara à altura dos desafios da História. (B2L978-979)

Os processos materiais “abandonar” e “destruir” têm como causa a não “condição para estudar” e a não apresentação contundente do “povo alemão à altura da história”. O fato de enunciar as causas a partir da negativa sugere, de fato, a ideia de enunciar o motivo, a razão deste ou daquele acontecimento, já que opção pela representação de ausência (falta) poderia implicar o entendimento de consequências e não de causas. Em [31], o autor se apresenta contrariamente ao sistema de cotas nas universidades e, para justificar um possível abandono de estudantes não contemplados pelas cotas, propõe a não condição para cursar o ensino superior na rede pública. Para dar ainda mais afetação à causa que apresenta, o que está posto anteriormente é ainda a possibilidade de o estudante ter que sair do país. A apresentação da causa para abandonar os estudos (“porque não terão condições de fazer uma coisa nem outra”) figura como condição fundamental para a persuasão pretendida pelo autor.

Em [32], por outro lado, a apresentação da circunstância de causa visa à justificação de uma opinião/fato de outrem. Nesse caso, a circunstância amplia a motivação que haveria para a destruição do povo alemão, na concepção de Hitler (e não do escrevente). Logo, a função de conduzir o leitor através de premissas para convencimento/persuasão não parece ser a motivação do uso desta circunstância no exemplo tomado.

Nas ocorrências a seguir, as circunstâncias de causa apresentadas para os processos se constituem ironias:

[33] O humor só brinca com estereótipos já reconhecidos na sociedade. Ninguém *faz piada* de careca com Lula *porque* ele, bom, ele não é careca. (B3L1283-1284)

[34] O Brasil acolheu Biggs? Sim. Acolheu Cesare Battisti? Sim. Então por que vamos ficar ofendidos? Se procurados *vêm* para o Rio é *porque* a cidade é boa de viver, um “paraíso tropical”, na visão da gringalhada. (B3L1283-1289)

[35] Cariocas, não se ofendam. Não vamos ser mais sisudos do que os ingleses. Que paguemos na mesma moeda. Ninguém *foge* para Londres *porque* o metrô de lá não é seguro para estrangeiros... (B3L1293-1294)

No trecho de [33], a causa de não se fazer piada de careca com Lula é ironicamente justificada pelo fato de o presidente não ser careca. Nas três ocorrências, de [33] a [35], o autor compara o carioca com o britânico, a partir da deixa de uma propaganda veiculada nos trens pela Burger King de Londres, em que figura uma relação entre o assalto ao trem pagador realizado por Ronald Biggs e sua fuga para o Rio de Janeiro. Na circunstância de causa (porque Lula não é careca) pode estar implícita a intenção do blogueiro de sugerir que os estereótipos que permitem fazer piada com o presidente estariam relacionados a outras características. Esse entendimento emerge principalmente da introdução de informação aparentemente nova em um texto que se propõe predominantemente a comparar certas características das pessoas do Rio e de Londres.

As ocorrências de circunstâncias causais em [34] e [35] dão seguimento a retórica revestida de ironia pelo autor. Para criticar ou divergir da propaganda britânica, a circunstância de causa em [34] foi empregada para justificar que o Rio de Janeiro é bom lugar para se viver, “um paraíso tropical”, retomando a visão dos estrangeiros. O fecho da defesa a favor do Rio é feito pela circunstância proposta em [35]: o escrevente sugere que fazer o caminho inverso (fugir para o metrô de Londres, por exemplo) seria perigoso para um estrangeiro, retomando indiretamente o caso em que um brasileiro foi morto por policiais ingleses no metrô daquela cidade.

### **Circunstâncias de Acompanhamento**

Como as circunstâncias de acompanhamento, como o próprio termo sugere, referem-se aos complementos dos processos que respondem à pergunta “com quem”, representadas no plano sintático-morfológico pela preposição “com” + grupo nominal determinado ou não. Esse tipo de circunstância tem maior ocorrência nos processos materiais, já que o seu significado é completado quando associado a esse tipo de processo.

As quatro ocorrências a seguir exemplificam a realização léxico-gramatical desse tipo de circunstância:

[36] Gino, pobre, simples, abandonado, complicou a vida do homem superpoderoso que, segundo ele, lhe tirou a linda ragazza napolitana que *dormia com seu ursinho de pelúcia*. (B1L445-447)

[37] Múcio nunca teve um grande salário, não foi chefe, não deu capa, nem manchete. Mas foi mestre. *Vai com Deus*. E São Pedro, prepara a chave. (B3L1305-1307)

[38] Pouco mais de um ano após se *envolver* numa confusão *com travestis*, o fenômeno dá uma resposta aos que apostavam que, dessa vez, sua carreira tinha acabado. (B3L1328-1330)

A circunstância de companhia em [36] faz referência ao caso Berlusconi, sobre quem repousam queixas de fazer investidas a jovens moças. O emprego da circunstância de acompanhamento sugere que o autor vê Noemi (a ragazza napolitana) como ainda jovem, defendendo igualmente o ponto de vista da imprensa de que o primeiro-ministro italiano teria envolvimento com garotas.

No exemplo seguinte, por sua vez, no processo material “ir” [37], a circunstância de acompanhamento que representa o seu desejo de sossego eterno já convencionado àqueles que morrem: “Vai com Deus”. A circunstância aqui representa a apreciação do autor pela figura do jornalista Múcio, a quem deseja a companhia de Deus durante o “percurso” expresso pelo processo material.

O exemplo [38] dá conta de retomar o caso em que um jogador de futebol famoso foi acusado de estar envolvido em confusão “com travestis”. Note-se que o processo “envolver” é mais bem complementado pela circunstância de companhia porque esta contribui para o entendimento do significado expresso pela ação de “se envolver”. E, embora o autor não esteja tratando predominante desse tema, o uso da circunstância é essencial à retomada do caso pelo leitor.

### ***As circunstâncias de Assunto***

As circunstâncias de assunto se apresentam formadas por preposição + grupo nominal. Como as circunstâncias de assunto se prestam a identificar “sobre o quê” se diz, há no *corpus* ocorrências associadas a processos verbais, selecionadas quando realizadas pela preposição sobre + grupo nominal:

[39] Biscaia não foi ouvido no documentário mas tem muito a *dizer sobre o caso*. “As provas eram tão claras que todos foram condenados a cinco anos de prisão,” recorda-se. (B2L933-935)

[40] O documentário “Simonal – ninguém sabe o duro que dei” mostra um poder até então pouco falado: o de enterrar pessoas em vida. Não *estou falando sobre gente que faz sucesso*, vai minguando e some - isso é do jogo das celebridades descartáveis. (B3L1248-1252)

Nessas amostras, os processos verbais não contribuem para expressar narração, mas para definir a respeito do que se fala. “Dizer” e “falar”, que nas ocorrências [39] e [40] configuram significados distintos, são complementados pelas circunstâncias de assunto que ajudam a esclarecer o conteúdo semântico que realizam. No primeiro exemplo, o “dizer sobre o caso” retoma a situação do cantor Wilson Simonal, nos episódios da ditadura militar. Ou seja, a circunstância aqui, além de complementar a significação do processo verbal, retoma indiretamente o tema da postagem descrita pelo autor.

No exemplo que segue, o processo verbal “perguntar” tem como circunstância de assunto “sobre o câncer”:

[41] Na sua entrevista coletiva sobre o pré-sal — o segundo fetiche preferido do governo Lula, depois do PAC —, Dilma *foi perguntada sobre o câncer*. (B4L1982-1983)

A ocorrência desta circunstância é importante porque configura uma escolha cuidadosa por parte do autor. Como “sobre o câncer” (doença que acometeu Dilma Rousseff, na época Ministra da Casa Civil) pode ser um assunto até certo ponto tido como delicado para o tratamento no texto, o autor da postagem optou por não explicitar o participante *dizente*, configurando o processo na voz passiva, talvez como forma de tentar manter maior distanciamento daquilo que está sendo tratado.

### ***As circunstâncias de Papel***

As circunstâncias de papel, conforme propõe Eggins (2004), reportam-se a alguma característica, qualidade do “ator” – quando o processo for material, ao “experenciador” – quando mental, ou ao “portador” – quando relacional.

Ilustramos aqui com ocorrências indicadas pelo sintagma adverbial “como” + sintagmas nominais:

[42] Orwell, o pseudônimo que Eric Blair *adotou como escritor*, morreu de tanto amor que tinha a seu trabalho. (B1L81-82)

Quando o participante *ator* “Eric Blair” é citado, a circunstância de papel associada ao processo material amplia sua significação, na medida em que confere ao participante a característica que é necessária ao entendimento que o autor espera do leitor. Para falar de Orwell, e dar a conhecer quem ele era, o autor se apropria da circunstância de papel que, além de complementar a significação do processo, caracteriza o participante *ator* pela sua perspectiva, que deseja ser, a partir de então, conhecida, próxima do leitor.

### ***Outras circunstâncias***

Ghio e Fernández (2008, p. 101-2) sugerem, além das circunstâncias que foram trazidas, outros tipos de circunstâncias que podem ocorrer associadas aos processos. Seriam as de *propósito*, que são geralmente conhecidas como de finalidade e se realizam em períodos nos quais ocorrem orações encaixadas; *patrocinado* (behalf), que corresponde ao circunstante que realiza algo em lugar do participante (nos processos materiais); *concessão*, que, a exemplo das circunstâncias de propósito se realizam em orações encaixadas, mas estabelecendo relação de ocorrência concomitante de ações aparentemente opostas/contraditórias; *ângulo*, que marca o posicionamento do enunciador em relação ao processo e também se realizam em orações encaixadas; e, *aspecto*, que se assemelha as circunstâncias de papel, com a diferença de que este tipo de circunstância se relaciona à aparência do participante do processo material.

a) Circunstâncias de propósito:

As amostras de circunstâncias de propósito correspondem às que se realizam pela preposição/conjunção para + processo, conforme se verifica:

[43] Uma ambulância *foi chamada para levá-la à clínica*, de acordo com o jornal, e Susan não ofereceu resistência. (B1L25-27)

[44] Eu *estava pesquisando* material sobre ela *para escrever uma reportagem* que sai na próxima edição da Época. (B1L209-211)

Nesses exemplos, os processos materiais são complementados pelas circunstâncias de finalidade realizadas por outras orações, ditas encaixadas. Tendo em vista que as circunstâncias ampliam a significação proposta na oração que enuncia a ação causadora da ação subsequente, o emprego de tal recurso se dá nos casos em que se faz necessária a narração/seqüenciação de determinado acontecimento. Ou seja, as circunstâncias de finalidade se prestam a dar ordem aos fatos numa gradação.

b) circunstâncias de concessão

As circunstâncias de concessão representam a ocorrência configurada por sintagma preposicional apesar + de:

[45] A inteligência da ação é tanta que, *apesar de* José já ter sido revistado pelo menos 15 vezes pelos mesmos PMs, os policiais ainda não *descobriram* que ele mora naquela rua. (B3L1239-1241)

Como foi afirmado, as circunstâncias de concessão podem exprimir relação de ocorrência eventual ou provável de determinado fato, tendo outro

como referência. No exemplo, para demonstrar sua insatisfação com a ação dos PMs que atuam num acesso a um morro da Zona Norte do Rio de Janeiro, o autor sugere com a circunstância de concessão que “José” já teria sido revistado “pelo menos 15 vezes”. O escrevente pretende demonstrar que ação dos PMs pode não ser muito “inteligente”, tendo como base o fato de que ainda não “descobriam que José mora naquela rua”. Logo, o emprego da concessão contribui para que o leitor possa aderir a essa premissa anunciada.

### c) Circunstâncias de ângulo

Esse tipo de circunstância marca expressamente o posicionamento do enunciador em relação ao processo, porque, como sugerem Ghio e Fernández (2008), responde a questão “de que ponto de vista?”. Logo, as circunstâncias de ângulo selecionadas correspondem às realizações marcadas pela preposição para + pronome “mim”:

[46] *Tenho para mim* que, a despeito do que aconteça posteriormente a história política de Berlusconi se dividirá entre NA e DN, antes de Noemi e depois de Noemi. (B1L205-207)

[47] Também não a admiro como cantora, embora reconheça nela uma voz bonita. Não linda. *Tenho para mim* que o contraste entre a voz boa e o mau rosto é que faz a diferença. Susan, como garganta, não é melhor que a maioria das cantoras de rodízio do Brasil. (B1L270-273)

Os exemplos apresentam um autor diretamente envolvido com a temática que opina. Por outro lado, o recurso da circunstância de ângulo pode funcionar como um tipo de restrição: “para mim é isso” - “para você (leitor) pode não ser”. Assim, longe de tentar persuadir diretamente o leitor,

o autor se vale de seu caráter de autoridade para afirmar, posicionar-se, conquistando a adesão do leitor indiretamente, através do prestígio e influência que pode exercer, dada sua condição de jornalista de importante revista de circulação nacional.

### **Para (não) fechar a discussão...**

O propósito maior desta exposição foi apresentar, em caráter mais específico, o funcionamento das circunstâncias do sistema de transitividade proposto pela LSF.

Sem pretensão de encerrar a discussão, é possível concluir que, do ponto de vista da função, dos usos e das escolhas, as circunstâncias configuram temática importante, sobre a qual há ainda muito que se entender.

É possível aduzir também que os significados realizados nos textos encontram nas circunstâncias importante recurso expressivo, considerando principalmente o fato de se apresentarem associadas, no mesmo plano de saliência, aos demais papéis do Sistema de Transitividade (participantes e processos), para constituir os significados ideacionais.

A apresentação das circunstâncias do sistema de transitividade sugere que a importância de compreensão das escolhas operadas na léxico-gramática, nos níveis semântico e pragmático, externando, desse modo, diferentes empregos dos tipos de circunstância, que são pouco explorados na literatura disponível até o momento.

Ademais, espera-se que o modelo da LSF, quando mais bem operacionalizados pelas pesquisas da área que começam a efervescer em universidades brasileiras, possa contribuir para melhor desenvolvimento das atividades de ensino que focalizam a língua em uso, favorecendo igualmente os escolares em seu processo de formação e reflexão.

### Referências

- BUTT, D. et. al. *Using functional grammar: an explore's guide*. Sydney: Macquarie
- EGGINS, S. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. 2 ed. London: Continuum, 2004.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GHIO, E.; FERNÁNDEZ, M. D. *Linguística sistêmico funcional: aplicaciones a la lengua española*. Santa Fe: Universidade Nacional Del Litoral, Waldhuter Editores, 2008.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2 ed. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as Social Semiotic. The Social Interpretation of Language and Meaning*. London: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Introduction to Functional Grammar*. London: Arnold, third edition, 2004.
- MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; PAINTER, C. *Working with functional grammar*. London: Arnold, 1997.
- MENDES, W. V. *As circunstâncias e a construção de sentidos no blog*. Pau dos Ferros: UERN, 2010. (Dissertação de mestrado).
- MENDES, W. V. *Corpus da Pesquisa os processos do dizer na produção científica dos graduandos em letras do CAMEAM*. Pau dos Ferros: Faculdade de Letras e Artes/UERN, 2011-2012. (Arquivo eletrônico).
- NEVES, M. H. M. Os advérbios circunstanciais de lugar e de tempo. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado*. Vol. II, 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- SOUZA, M. M. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*. Recife: UFPE, 2006. (Tese de doutoramento).

PARTE 3:  
**Sintaxe Visual**



# Refazendo os percursos da gramática visual

Danielle Barbosa Lins de Almeida (UFPB)

## Sobre a Gramática do *Design Visual* (GV)

A Gramática Visual (GV), sistematizada através da ferramenta de análise proposta por Kress e van Leeuwen (1996;2006), ajuda a desmistificar uma percepção generalizada das imagens enquanto meios de entretenimento desprovidos de significados ideológicos. Adaptada da teoria sistêmico-funcionalista de Halliday (1994), Kress e van Leeuwen apresentam três funções básicas que operam simultaneamente via padrões de experiência, interação social e posições ideológicas codificadas em representações não-linguísticas, denominadas metafunções. Segundo esses autores, as chamadas metafunções visuais podem ser do tipo representacional (ou “ideacional”) interativa (ou “interpessoal”) e composicional (ou “textual”).

A GV surge em 1996, elaborada por Gunther Kress, da Universidade de Londres, e Theo van Leeuwen, da Universidade de Tecnologia, em Sydney, na Austrália, com o objetivo de propor uma ferramenta crítico-analítica para a investigação sistemática de estruturas visuais, dada a necessidade de se empregar instrumentos objetivos para se ‘ler’ e interpretar as imagens no campo da semiótica visual.

Em outras palavras, o trabalho de Kress e van Leeuwen (1996) em Semiótica Visual parte do pressuposto de que, assim como a linguagem

verbal, a linguagem visual é dotada de uma sintaxe própria, na qual elementos se organizam em estruturas visuais para comunicar um todo coerente. Essas estruturas podem incluir pessoas, lugares ou objetos inanimados na forma de participantes representados, e podem estar organizadas em diferentes níveis de complexidade.

Assim como a Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday (1994) – da qual parte a perspectiva teórica de Kress e van Leeuwen – entende que a compreensão e análise das escolhas léxico-gramaticais de um determinado texto está diretamente relacionada ao contexto cultural e ao contexto situacional em que esse texto está inserido, a GV busca apoiar-se em dimensões contextuais de referência para dar conta da discussão dos dados em nível macroanalítico.

### **Sobre os *Significados Representacionais* das Imagens**

Olhar para os significados representacionais de uma imagem significa buscar as estruturas que constroem visualmente os participantes (atores), as (in) ações (processos), bem como as circunstâncias nas quais estes elementos estão inseridos. Talvez em nenhuma outra metafunção visual haja tão clara paridade entre aquilo que é expresso verbalmente e analisado sob a ótica da Gramática Sistêmico Funcional e aquilo que é expresso visualmente e analisado sob as lentes da Gramática Visual.

No processo de análise dos *significados representacionais* de uma imagem, estamos mais interessados em observar *a relação que se estabelece entre os participantes internos de uma composição pictórica*, e para isso, é preciso ausentar-se do papel de *participante interativo*, externo à imagem, para focalizar no papel desempenhado pelos seus participantes internos, aqueles *representados*.

Durante a análise, buscamos inicialmente perceber se os participantes representados nas imagens estão ou não desempenhando *ações*. Em caso afirmativo, dizemos se tratar de uma imagem cujo *processo* é *narrativo*, ou seja, suas *ações* são codificadas visualmente sob a forma de vetores. Em caso negativo, ou seja, quando as *ações* realizadas pelos participantes de uma imagem caracterizam-se como *inações*, não envolvendo, portanto, a presença de vetores, dizemos se tratar de um *processo conceitual*, que serve para representar, definir e/ou classificar de forma taxonômica os elementos constituintes de uma imagem.

Dentro dos *processos narrativos*, encontramos, ainda, algumas sub-classificações. Em se tratando dos Participantes internos de uma imagem, podemos falar em termos de (1) *Ator/Reator* e *Meta/Fenômeno*; (2) *Dizente* e *Anunciado*; ou de (3) *Experenciador* e *Fenômeno*.

Tanto o *Ator* quanto a *Meta* - conectados por meio de um vetor - estariam relacionados às imagens de *ação*, que por sua vez, podem ser classificadas como *estruturas transacionais*, as quais retratam *ações* ocorrendo entre duas partes. Os vetores que conectam esses participantes podem ou não ser bidirecionais. Quando a *ação* envolve apenas o *Ator* e não a *Meta*, essa estrutura imagética é denominada *não-transacional*.

Quando uma *ação* executada por um participante envolve o seu olhar, esse processo é chamado de *reação* e não *ação*, e o participante que olha, de *Reator*, enquanto o objeto de seu olhar torna-se o *Fenômeno*. Quando aquilo para o que se olha pode ser visualizado na composição imagética, dizemos tratar-se de uma *reação transacional*. Caso contrário, denominamos essa estrutura de *reação não-transacional*.

Temos ainda os *processos verbais* e *mentais*, visualmente representados por balões de fala e de pensamento. Nesses processos, os participantes são descritos como *Dizentes* que expressam sua fala, o

*Enunciado*, e *Experienciador*, aquele que sente e expressa visualmente o seu pensamento, o *Fenômeno*.

Nos processos *conceituais*, os participantes são representados de maneira mais estática e isso ocorre por meio de estruturas analíticas, simbólicas e classificacionais.

As estruturas conceituais *analíticas* se caracterizam por relacionarem o todo com as partes, ou seja, o *portador*, com os seus *atributos possessivos*. Elas podem ser classificadas como (1) *estruturadas*, quando apresentam descrições sobre as partes e (2) *desestruturadas* quando a relação entre a parte e o todo não está explícita.

As estruturas conceituais *classificacionais* organizam simetricamente pessoas, lugares ou objetos dentro do espaço visual através de uma estrutura taxonômica hierárquica, na qual o participante (s) super-ordinado (s) é relacionado a outro (s), subordinado (s). Quando essa relação é suprimida, a taxonomia da estrutura é denominada *coberta* (*covert*). Quanto está explícita, a estrutura taxonômica é chamada de *evidente* (*overt*).

Já nas *estruturas conceituais simbólicas*, os participantes são representados em termos do que significam. Sua identidade é estabelecida através do tamanho, das cores, do posicionamento, da iluminação, etc. Os *processos conceituais simbólicos* podem ser de dois tipos: (1) *Atributivo*, no qual o atributo do participante é salientado por meio de seu posicionamento dentro da imagem, tamanho exagerado, iluminação, nível de detalhamento, foco, tonalidade e/ou intensidade de cor; (2) *Sugestivo*, no qual o significado simbólico advém do próprio portador (UNSWORTH, 2001, p. 92).

Resumidamente, teríamos assim representados os principais sistemas de significado da *metafunção* visual *representacional*:

Figura 1: Significados Representacionais(extraído de Cardoso, 2008)



### Sobre os *Significados Interacionais* das Imagens

Falar em *significados interacionais* significa observar nas imagens aspectos como *contato*, *distância social*, *perspectiva* e *modalidade*, a fim de perceber como estes elementos estabelecem uma relação com o leitor/observador da imagem.

Os participantes internos interagem diretamente com o leitor através do *olhar* ou apenas se 'oferecem' como objetos de contemplação? O participante é representado em *plano aberto*, *médio* ou *fechado*? São retratados em *ângulo frontal*, *obliquo* ou *vertical*? O que tais escolhas sugerem? E a *distância*, ela favorece uma relação de proximidade ou de afastamento entre os participantes representados e os interativos?

Ao olhar diretamente nos olhos do leitor/observador, o participante representado o 'convida' para participar da interação. Trata-se de um *contato de 'demanda'*. Se, ao contrário, ele 'se oferece' como objeto de contemplação e/ou análise, ele estabelece com o leitor um *contato de oferta* (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006).

A *distância social* estabelecida entre os participantes de uma imagem e o leitor aponta para uma relação de proximidade ou de distanciamento entre eles. Segundo Kress & van Leeuwen (2006), quando o participante é retratado em *plano fechado* e sua expressão facial é capturada, nos tornamos mais familiarizados com ele. Isso não acontece quando o participante é retratado em *plano aberto*, o que inclui sua imagem distanciada, de corpo inteiro, como se este fosse um tipo e não um indivíduo (JEWITT e OYAMA, 2001). Já no *plano médio* - nível intermediário entre o plano fechado e o plano aberto - inclui o participante representado até a cintura ou o joelho, indicando que a sua relação com o leitor é do tipo social.

A *perspectiva* nas imagens visuais denotam as atitudes subjetivas do público leitor em relação ao participante representado, o que se realiza através dos *ângulos frontais, oblíquos e verticais*. Um *ângulo frontal* estabelece uma atitude de envolvimento entre o leitor e o participante representado na imagem, na qual o primeiro é convidado a fazer parte do mundo retratado na imagem. Um *ângulo oblíquo*, por sua vez, ao apresentar o participante em perfil, evoca um sentido de desligamento entre o leitor da imagem e o participante representado, como se aquilo que víssemos não pertencesse ao nosso mundo.

Já o *ângulo vertical* e suas variantes (*alto, baixo* ou de *nível ocular*) apontam para as várias relações de poder que podem ser estabelecidas entre participante representado e leitor/observador da imagem. Quando um participante é retratado em *ângulo alto*, que o capta de cima para baixo, o vemos pela perspectiva do poder do observador da imagem. Quando, todavia, a imagem do participante representado é capturada de baixo para cima, em *ângulo baixo*, o participante na imagem é quem detém o poder em relação ao seu observador. E se a imagem se posiciona em *nível ocular* em relação ao seu leitor/observador, dizemos tratar-se de uma relação de

poder igualitária, na qual cada parte envolvida possui um nível de poder equivalente (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006).

Ao falarmos em *modalidade*, nos referimos aos diferentes critérios de valor que baseiam uma representação visual. Ela pode ser, por exemplo, *naturalista* ou *sensorial*.

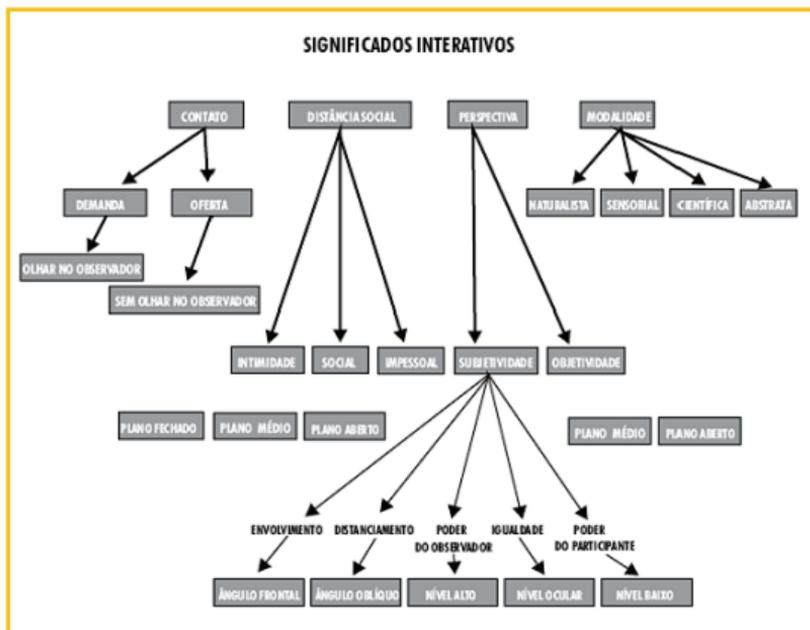
Define-se a *modalidade naturalista* pelo grau de congruência que existe entre o objeto de uma imagem e aquilo que se vê a olho nu. Assim, quanto maior a correspondência entre o imagético e o real, maior será a *modalidade* da imagem. Corroboram para isso, segundo Kress & van Leeuwen (2006), uma alta saturação de cores, ao invés de preto e branco; o uso de cores diversificadas, no lugar de monocromáticas; e cores moduladas. A contextualização da imagem, ou seja, seu plano de fundo também aumenta o valor de modalidade de uma imagem, ao passo que sua ausência a diminui.

O que também diminui a modalidade de uma imagem é a chamada *modalidade sensorial*, ou seja, quando uma imagem é retratada de forma a produzir algum tipo de impacto sensorial, ou um efeito mais-que-real, evocando sentimentos subjetivos no leitor/observador.

Existem, ainda, outros tipos de modalidade, como a *científica* e a *abstrata*. São elas que apontam para o fato de outros códigos semióticos como gráficos e diagramas também estabelecerem inter-relações de equivalência com o objeto a que se referem. Por isso dizemos que mesmo uma linha técnica sem cor, perspectiva ou contextualização pode possuir um nível de modalidade bem maior do que uma fotografia, do ponto de vista científico ou tecnológico. Concluímos, portanto, que esses dois tipos de modalidade, a *científica* e a *abstrata*, são normalmente desprovidos de plano de fundo, contextualização, cor e/ou iluminação.

Para uma maior visualização dos sistemas de significado promovidos pela *metafunção interacional*, observemos o seguinte gráfico:

Figura 2: Significados Interacionais (extraído de Cardoso, 2008)



### Sobre os Significados Composicionais das Imagens

Os elementos visuais internos que compõem uma imagem são responsáveis pelos seus *significados composicionais*. São eles responsáveis por associar os participantes internos de uma dada composição visual (metafunção representacional) às relações estabelecidas entre as imagens e seus leitores/observadores (metafunção interativa), e assim, formar o chamado 'todo coerente'. Isso acontece graças aos três recursos básicos das estruturas composicionais: *valor de informação*, *saliência* e *estruturação*.

O *valor de informação* se refere à posição dos elementos dentro da composição visual os quais variam entre as três dicotomias de uma zona pictórica – *esquerda/direita*; *topo/base*; *centro/margem* (KRESS & VAN LEEUWEN, 2006).

Os autores acreditam que cada uma dessas zonas carrega em si valores de informação distintos: no lado *direito* da imagem se situa o *elemento novo*, aquilo que ainda não é conhecido pelo observador. Já no lado esquerdo, encontramos o *elemento dado*, com o qual o leitor já está familiarizado.

Enquanto que no topo da imagem localiza-se a *informação ideal*, a 'promessa do produto', aquela que apela para os nossos sentidos emotivos, na base da imagem encontram-se as informações práticas sobre o mesmo (KRESS & VAN LEEUWEN, 2006).

Como se pode imaginar, o *centro* e as *margens* apontam para a preponderância ou subordinação de determinados elementos de uma imagem, respectivamente. Um subtipo da disposição central-marginal de uma imagem é o *tríptico*, através do qual três elementos distintos são apresentados ao leitor em sequência. Eles podem ou não expressar o sentido de polarização típico de uma estrutura de informação dada e nova, na medida em que o *centro* pode incluir o núcleo da informação ao passo que as *margens* podem prover o leitor com informação contextual (UNSWORTH, 2001, p. 108).

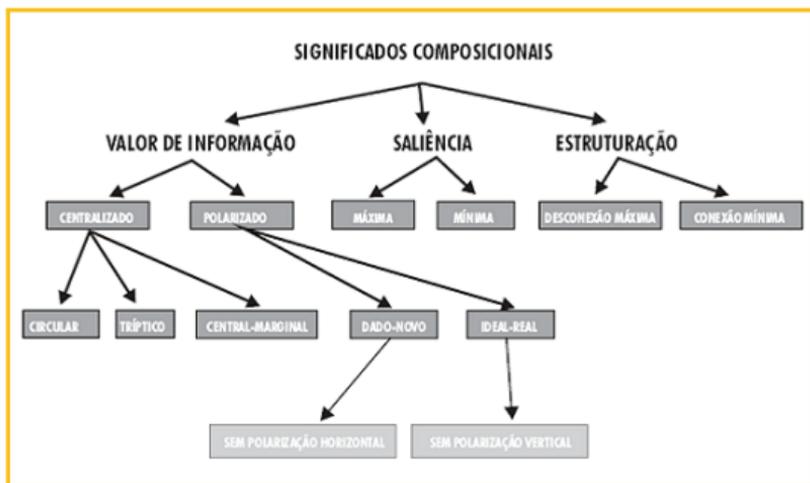
A *saliência* de uma imagem pode ser marcada pelo tamanho, a posição em primeiro plano ou em plano de fundo na imagem e/ou as cor(es) de um determinado elemento, ressaltando a ênfase que o produtor da imagem quis atribuir aquilo que merece maior destaque dentro da composição pictórica.

Quanto à *estruturação*, esse recurso visual se refere às linhas divisórias que servem para conectar ou desconectar os seus elementos internos de uma imagem. Quando dizemos que uma imagem possui uma *estruturação fraca*,

percebemos que seus elementos estão interligados em um fluxo contínuo através de cores e formas semelhantes, vetores conectivos, o que evoca um sentido de identidade de grupo. Todavia, se a *estruturação* de uma dada imagem for *forte*, haverá diferenciação entre os seus elementos, marcada por contrastes de cores e de formas, o que imprime um certo sentido de individualidade à imagem.

Poderíamos, então, resumir os *significados composicionais* de uma imagem da seguinte forma:

**Figura 3:** Significados Composicionais (extraído de Cardoso, 2008)



### Sobre a contribuição da Gramática do *Design Visual*

Como visto, a analogia estabelecida entre a Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday (1994) e a Gramática Visual de Kress & van

Leeuwen (1996) pode ser traduzida em termos de três metafunções básicas denominadas 'representacionais', interativas e composicionais.

Podemos, portanto, dizer que a Gramática Visual através de seus padrões de experiência, a relações sócio-interacionais, bem como as posições ideológicas identificadas nos textos visuais analisados contribui para o campo da Linguística à medida em que oferece um sistema de normas formais para se investigar a chamada 'gramática da imagem'.

Sendo assim, o foco da GV adotado por Kress & van Leeuwen (1996) se volta para a descrição formal da estética das imagens sob um olhar mais pragmático, de modo a apreender os significados implicados na produção das estruturas composicionais dessas imagens por seu (s) produtor (res).

Por esse motivo, a grande contribuição da GV de Kress & van Leeuwen (1996) para o campo da Linguística tem sido oferecer um meio sistemático de análise de estruturas visuais por um conjunto de regras e normas formais que, apesar de limitarem "a relativa liberdade usufruída até então por outras análises visuais" (KRESS e VAN LEEUWEN, 1996, p. 3), consegue ir além da mera descrição do que os linguistas denominam de "léxico" das imagens e ultrapassa a camada "denotativa" e "conotativa" do vocabulário de uma dada representação visual, para contemplar a inter-relação estabelecida entre a gramática da linguagem e a da imagem.

## Referências

- CARDOSO, J. R. A Imagem como Recurso Persuasivo da Propaganda. In: Almeida, D. B. L. *Perspectivas em Análise Visual: Do fotojornalismo ao blog*. 2008.
- HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. London, Edward Arnold. 1994.
- JEWITT, C. & OYAMA, R. Visual Meaning: a Social Semiotic Approach. In: *Handbook of Visual Analysis*. London: Sage. 2001.
- KRESS, G. & VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London: Routledge. 2006.



# O que está em cartaz? Os elementos visuais no gênero pôster de filme

Andréa Silva Moraes (UFPE/CNPq/NIG)

## Introdução<sup>1</sup>

Uma visita ao cinema é, sem dúvida, um evento de letramento visual. Isto porque estamos diante da leitura de diversos estímulos visuais, distribuídos pelos gêneros presentes desde a bilheteria até a sala de cinema. Muitas vezes, antes de nos depararmos com as sinopses dos filmes que queremos assistir, lançamos primeiramente nosso olhar para os pôsteres, presentes nas entradas dos cinemas, divulgados *online*, distribuídos em miniaturas ou expostos nos *outdoors*. Frequentemente, a configuração textual desses pôsteres funciona como nosso primeiro ponto de interesse para assistir a um filme.

Cores, fotografias, pinturas, pontos de foco, são apenas alguns dos recursos que transformam o gênero pôster de filme tão interessante para os expectadores e, ao mesmo tempo, constituem o material linguístico a partir do qual os nossos sentidos se voltam.

Aliado a esse fator, os pôsteres de filmes agregaram novas formas de interagir com o público através dos recursos visuais que utilizam, estes

---

1. Texto escrito sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Medianeira Souza, fruto das discussões e dos trabalhos produzidos na disciplina de Sintaxe do Programa de Pós-Graduação em Letras – UFPE.

influenciados pelo aparato tecnológico que permeia nossa sociedade atualmente. Um olhar, um conjunto de cores, a firmeza dos traçados, e toda a infinita possibilidade de combinação de material linguístico transformam os pôsteres de filmes em elementos de grande importância para a indústria cinematográfica.

Esses diferentes modos de representar sentidos que compõem os pôsteres de filmes são o foco a partir do qual iremos discutir. Num primeiro momento, o pôster de filme será caracterizado a partir de sua estrutura física e dos seus contextos. Em seguida, será realizado um pequeno percurso pelas metafunções de Halliday (2004) até chegarmos às categorias da Gramática de Design Visual (GDV), de Kress e van Leeuwen (1996). Os pôsteres que compõem o material analisado qualitativamente neste capítulo encontram-se disponíveis *online* no site [www.adorocinema.com](http://www.adorocinema.com) e foram elaborados para filmes lançados entre 2001 e 2012.

### **Pôsteres de filmes: caracterização e contextos de uso**

Não há registros, ao certo, de como surgiram os pôsteres de filmes, porém a hipótese é de que eles constituem um gênero surgido a partir da ramificação de gêneros publicitários. Independente disso, é fato que a globalização e a acessibilidade a novas maneiras de compor textos nos trouxeram mudanças profundas. A facilidade com a qual dispomos de elementos imagéticos para compor textos nos coloca diante de variadas formas de significar. Certamente, os pôsteres de filmes acompanharam essas mudanças.

A forma como os elementos que compõem o gênero pôster de filme estão dispostos influenciam nossa maneira de ler, na medida em que essa própria disposição na superfície textual dos elementos verbais e não

verbais funcionam como elementos retóricos aos quais nós atribuímos significados no uso.

Nesse contexto, em que estamos inseridos numa sociedade cada vez mais atrelada ao visual, a indústria cinematográfica nos mostra inúmeras possibilidades significativas de combinação de elementos verbais e não verbais para compor textos através dos pôsteres de filmes lançados ao público.

Outdoors, salas de cinema, locadoras, revistas, jornais... são inúmeros os domínios discursivos através dos quais os pôsteres de filmes circulam. Entretanto, seus aspectos estruturais parecem se manter em todos esses domínios, ou seja, são relativamente estáveis. A composição textual dos pôsteres de filme pode ser, da seguinte maneira, ilustrada:

**Figura 01:** Filme "O Turista", ano de lançamento: 2010.



Os elementos linguísticos que compõem o texto verbal dos pôsteres de filmes são os títulos, o nome dos atores e/ou diretores, *casting* (nome dos diretores, produtores, atores, ano de lançamento...) e *taglines*. Quanto ao texto imagético, os pôsteres utilizam imagens em geral, como, por exemplo, fotografias e pinturas. Os elementos imagéticos geralmente representam uma cena em particular, ou uma seleção de cenas do filme em questão. Podem ser representadas, ainda, interpretações artísticas de uma determinada cena ou do tema do filme. Texto verbal e texto imagético compõem o universo de elementos relativamente estáveis que compõem os pôsteres de filmes, e sua relação é bastante entrelaçada na composição dos sentidos nesse gênero.

Podemos ver essa relação íntima entre os elementos que compõem o gênero pôster através das *taglines* e as imagens. As *taglines* são frases de efeito que sintetizam a história do filme ou dizem respeito a uma ideologia presente no mesmo, situando o público com as ideias do filme. No pôster da Figura 01, a *tagline* “A viagem perfeita. A armadilha perfeita” no topo da imagem se relaciona intimamente com a imagem abaixo: a uma lancha na cidade de Veneza, na Itália está relacionada à “viagem perfeita”, enquanto a sentença “armadilha perfeita” pode ser relacionada ao semblante dos atores na fotografia no topo do pôster.

Observe que a orquestração dos elementos verbais e imagéticos no gênero pôster é harmoniosa, de maneira que uma forma de significação não está submissa à outra. Justamente porque não existe uma hierarquia entre essas duas formas de representação, já que ambas são igualmente importantes. Podemos observar novamente isto no pôster da Figura 02:

Figura 02: Filme “Quem quer ser um milionário?”, ano de lançamento: 2009.



O entrelaçamento entre os recursos verbais e visuais no pôster do filme da Figura 02 é bastante profundo. As letras preenchidas na textura de barras de ouro funcionam como elementos bastante coesivos com o título “Quem quer ser um milionário?”. A maneira como a *tagline* do pôster do filme da Figura 02 também está configurada nos informa e antecipa um pouco da sinopse do filme, por conta do formato de um jogo ou reality show de perguntas e respostas que aparece na tela da TV. Além disso, o próprio texto da *tagline* convoca o leitor a participar do dilema que conduz a trama do filme.

A imagem dos atores na fotografia ao centro do pôster também sinaliza para o leitor quem são os protagonistas e que seus caminhos são opostos. A imagem da mulher correndo em sentido contrário à imagem do rapaz

também nos antecipa informações sobre o filme, em especial sobre o casal protagonista e o desenrolar da história.

As cores nesse pôster também constituem um elemento importante. A iluminação em amarelo sob a imagem do rapaz e as letras preenchidas com a textura de barras de ouro, também em amarelo, coloca-os formando um conjunto. Observe que a imagem da mulher correndo possui, ao fundo, uma iluminação em lilás, formando uma textura que dialoga com as caixas na cor roxa que compõem o jogo de perguntas e respostas da *tagline*.

Perceba que este entrelaçamento entre as palavras e as imagens dos pôsteres não é arbitrário. As imagens e os elementos verbais estão organizados textualmente, de maneira que o leitor possa estabelecer sentidos e antecipar a narrativa do filme. É, justamente, partindo das possibilidades de organização linguística do texto visual que este trabalho se propõe analisar o gênero pôster de filme, investigando especificamente a organização gramatical das palavras e das imagens num conjunto harmonioso.

### **Um pouco sobre a Multimodalidade**

Segundo Dionísio (2006, p. 133), “quando nós usamos linguagem, estamos realizando ações individuais e sociais que são manifestações sócio-culturais, materializadas em gêneros textuais”. Esses gêneros podem se materializar a partir da junção de mais de um modo de representação de sentido, como palavras e imagens, palavras e entonação etc. O modo como o texto verbal e o texto imagético estão orquestrados no gênero caracteriza-o como sendo Multimodal.

É necessário salientar, entretanto, que nem todos os gêneros que utilizam palavras e imagens em conjunto são multimodais. Como afirma Dionísio (2005, p. 185), “todos os gêneros textuais escritos são multimodais,

mas nem todos os gêneros visuais são multimodais”. Isso porque os gêneros escritos podem ser reconhecidos através dos elementos tipográficos, através do “retrato” que fazemos desse gênero. No caso dos textos visuais, como uma fotografia, por exemplo, por possuir apenas uma modalidade de representação de sentido, não podemos considerá-lo multimodal. Todavia, isso não os impede de serem caracterizados como visualmente informativos.

Outro ponto importante quando se fala em gêneros multimodais é a informatividade. Utilizar imagens e palavras indiscriminadamente para construir textos não quer dizer que estamos construindo textos multimodais. Dessa maneira, a Gramática de Design Visual nos mostra como a orquestração dos elementos da superfície textual contribuem para compor sentidos.

## **A Gramática de Design Visual**

Como bem afirma Almeida (2008, p. 11), “a composição de um cartaz pode influenciar a direção do olhar, a leitura e a apreensão da mensagem”. A autora dedica um capítulo no livro “Perspectivas em Análise Visual” à análise composicional de cartazes de guerra. Assim como esses cartazes, os pôsteres de filmes possuem um forte teor persuasivo, cujas texturas, cores, formas, tipografia, enfim, cujos elementos composicionais, de uma forma geral, trabalham em conjunto para seduzir o leitor.

Embasados nas metafunções da Gramática Sistêmico-Funcional (cf. HALLIDAY, 2004), Kress & van Leeuwen (2006) elaboraram a Gramática de Design Visual (GDV), que constitui uma grande contribuição para os estudos linguísticos sobre imagem. Esta gramática consiste, basicamente, na análise das funções das imagens através da disposição dos elementos na superfície textual, bem como suas relações com o leitor e a construção desses textos baseada nos usos.

Antes, porém, de adentrarmos nos conceitos presentes na Gramática de Design Visual de Kress & Van Leeuwen, serão exploradas as metafunções da Gramática Sistêmico-Funcional, de Halliday (2004), a partir das quais a GDV propõe sua teoria e constrói os seus conceitos.

Michael Halliday propôs uma teoria denominada Sistêmico-Funcional, na qual “o termo sistêmica refere-se às redes de sistemas da linguagem” e o “termo funcional refere-se às funções da linguagem, que usamos para produzir significados”. (CUNHA & SOUZA, 2007, p. 20). De maneira geral, segundo essa teoria, são operadas escolhas linguísticas a partir do sistema da língua.

O termo “funcional” também enfatiza a natureza crítico-social do modelo de análise proposto, já que

a grande preocupação da LSF é compreender e descrever a linguagem em funcionamento como um sistema de comunicação humana e não como um conjunto de regras gerais, desvinculadas do seu contexto de uso (CUNHA & SOUZA, 2007, p. 19-20).

Segundo a LSF, a depender do contexto de situação, ou seja, os contextos específicos em que a língua ocorre, os gêneros se moldam a fim de atender às necessidades dos interlocutores, diferenciando-se uns dos outros. “Essas diferenças entre os gêneros podem ser atribuídas a três aspectos constitutivos do contexto de situação, que a LSF denomina de *campo, relação e modo*”. (CUNHA & SOUZA, 2007, p. 21).

O campo diz respeito à atividade que está sendo realizada; a relação diz respeito à interação entre os participantes da comunicação; e o modo diz respeito ao meio utilizado para estabelecer essa relação. Esses três parâmetros refletem as três funções que constituem os propósitos principais da linguagem: as metafunções *ideacional, interpessoal e textual*. (cf. CUNHA & Souza, 2007, p. 21; GOUVEIA, 2009, p. 16).

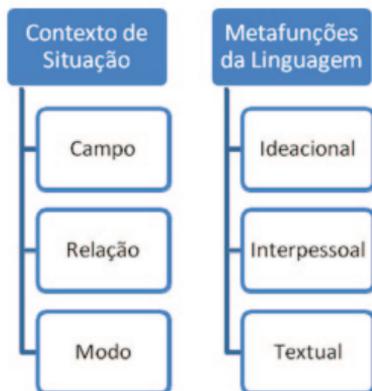
A metafunção ideacional realiza-se através do sistema de transitividade, e materializa nossa experiência com o mundo (interior ou exterior). A metafunção interpessoal representa as relações entre os participantes e os papéis assumidos por eles. Por fim, a metafunção textual está relacionada à organização e fluxo do texto. (CUNHA & SOUZA, 2007, p. 22).

A gramática funcional, de acordo com Cunha & Souza (2007, p. 23), destina-se a

revelar, pelo estudo das sequências linguísticas, os significados que estão codificados por essas sequências, já que, para essa abordagem de estudos da linguagem, cada sentença expressa três significados simultaneamente: o ideacional, o interpessoal e o textual.

A Figura 03 a seguir compara as categorias propostas por Halliday (2004) e suas metafunções:

**Figura 03:** Quadro Comparativo



Como foi dito, as metafunções idealizadas por Kress & van Leeuwen derivam das metafunções da LSF. De acordo com Almeida (2008, p. 11), os autores “trabalham uma análise gramatical das imagens”. Assim como no modelo de Halliday (2004), a Gramática do Design Visual (Kress & van Leeuwen) se propõe à análise a partir das seguintes metafunções: Representacional, Interativa e Composicional. Essas metafunções foram construídas com base nos significados das metafunções da linguagem, de Halliday, expostas na Figura 03.

A *Metafunção Representacional* está intimamente relacionada à metafunção ideacional da linguagem. Nesta metafunção, sumariamente, vemos o que está sendo representado visualmente, ou seja, “o quê e/ou quem, quando e onde” a interação ocorre. Nas palavras de Almeida (2008), a Metafunção Representacional pode ser definida como a “responsável pelas estruturas que constroem visualmente a natureza dos eventos, objetos e participantes envolvidos, e as circunstâncias em que ocorrem” (ALMEIDA, 2008, p.12).

Relacionada à metafunção interpessoal da linguagem, a *Metafunção Interativa* é “responsável pela relação entre os participantes, (...) onde os recursos visuais constroem ‘a natureza das relações de quem vê e o que é visto’”. (ALMEIDA, 2008, p. 12). Nesta metafunção, o texto e o leitor se aproximam ou se afastam a partir das estratégias utilizadas.

Já a *Metafunção Composicional*, ligada à metafunção textual de Halliday, é “responsável pela estrutura e formato do texto (...) e se refere aos significados obtidos através da ‘distribuição do valor da informação ou ênfase relativa entre os elementos da língua’” (ALMEIDA, 2008, p. 12). Esta metafunção diz respeito à reunião não arbitrária dos elementos visuais para produção de sentidos.

Naturalmente, essas metafunções da Gramática de Design Visual possuem subdivisões, como nos mostra a Figura 04, a seguir (cf. ALMEIDA, 2008).

Figura 04

Metafunções da GDV	Recursos e Subdivisões das Metafunções da GDV			
Representacional	Representações Narrativas		Representações Conceituais	
Interativa	Contato	Distância Social	Perspectiva	Modalidade
Composicional	Valor da Informação	Saliência	Estruturação ( <i>Framing</i> )	

Para fins de investigação, nas seções seguintes serão analisados pôsteres de filmes com base na metafunção composicional da Gramática de Design Visual. Salientamos, mais uma vez, que a análise realizada neste capítulo tem por finalidade discutir as subcategorias que compõem essa metafunção na configuração dos pôsteres de filmes, seu teor, portanto, é qualitativo.

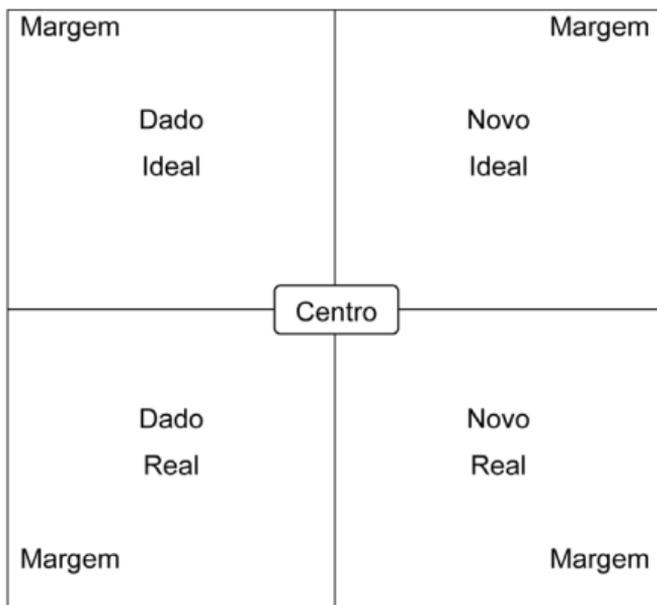
### ***Metafunção Composicional***

A Metafunção Composicional está organizada a partir das seguintes subcategorias: Valor da Informação, Saliência e *Framing* ou Estruturação, como pode ser visualizado da Figura 04.

Kress e Van Leeuwen (2006), a partir da Gramática Visual, citam alguns dos fatores que ajudam a compor o sentido nos textos a partir do uso de elementos visuais, através das relações entre o Valor da Informação, a Saliência e o *Framing*.

De acordo com Kress e Van Leeuwen (2006), o Valor da Informação corresponde ao significado que os elementos visuais possuem a partir da posição (esquerda e direita, parte superior e parte inferior, centro e margem) em que eles estão dispostos na superfície textual. A figura 05, a seguir, nos antecipa alguns dos conceitos relacionados a essas posições.

**Figura 05:** O Valor da Informação da Imagem



A Saliência diz respeito ao modo como os elementos visuais são organizados para evidenciá-los ou não, atraindo a atenção do expectador para diferentes pontos da superfície textual. Para isso, são utilizados recursos como planos de fundo, contraste entre cores, foco, texturas etc.

Já o *Framing* corresponde à ausência ou à presença de pontos de delimitação que possuem por objetivo agrupar ou separar grupos de imagens a partir dos seus significados. É interessante salientar que essa demarcação não se caracteriza pelo uso de linhas ou de traços. Muitas vezes, a conexão entre os elementos da imagem está marcada através de cores, como no exemplo do filme “Quem quer ser um milionário?”, da Figura 02. Da mesma maneira, a separação de um grupo de imagens pode ocorrer através do contraste entre as mesmas cores. Dessa forma, o *Framing* pode estar esteticamente simbolizado através de outros recursos, muito além de linhas divisórias.

O conhecimento da gramática visual desenvolvida por Kress e Van Leeuwen dá-nos um panorama sobre como a informatividade está condensada em elementos imagéticos, muitas vezes concebidos como meramente ilustrativos. Ao folhear uma revista de divulgação científica, ao ver uma propaganda televisiva, ou ao ler um gráfico informativo, é preciso atentar que a construção dos *layouts* corrobora para o entendimento do leitor, na medida em que são construções carregadas de significado.

- O Valor Informativo da Direita e da Esquerda: o “Dado” e o “Novo”

De acordo com Kress & van Leeuwen (2006, p. 186), as informações disponibilizadas ao lado esquerdo de uma página são, basicamente, dadas, ou seja, já conhecidas pelo leitor, ou são informações-chave sobre as quais o leitor deve prestar atenção ou uma informação referente ao senso comum

## Sintaxe em *foco*

dos leitores. Já as informações localizadas ao lado direito da página são as informações novas, ou seja, a informação a ser acrescentada, uma informação ainda não conhecida pelo leitor ou sobre a qual se deseja despertar qualquer tipo de debate (cf. KRESS & VAN LEEUWEN, 2006, p. 187). Observe o pôster da Figura 06 a seguir:

**Figura 06:** Pôster do filme “O discurso do rei”, ano de lançamento: 2010



Na figura 06, são apresentadas as imagens de dois homens: um posicionado ao lado esquerdo da imagem e o outro posicionado ao lado direito da imagem. O título do filme, “O Discurso do Rei”, nos impulsiona a olhar a imagem de forma a inferir qual dos dois homens apresentados é o

“rei”. De acordo com o princípio de composição de Kress & van Leeuwen, o personagem do “rei” estaria situado do lado esquerdo da imagem, ou seja, é a informação dada e já conhecida pelo leitor através do título. Além disso, a *tagline* “Dois mundos que se uniram para dar à nação uma só voz” nos impulsiona a imaginar que os dois homens na imagem representam dois mundos diferentes, o que é ratificado pelas roupas que ambos aparecem vestindo. O homem representado ao lado direito da imagem seria, portanto, a informação nova, sobre a qual o filme deseja despertar um debate ou tornar conhecida do público.

- O Valor Informativo da Parte Superior e da Parte Inferior: o “Ideal” e o “Real”

Muitas vezes, os elementos visuais aparecem distribuídos de maneira em que haja uma divisória entre a parte superior do texto e a parte inferior do texto. A parte superior do texto, de acordo com Kress & van Leeuwen (2006, p. 193-194), corresponde ao “ideal”, ou seja, uma informação de essência idealizada ou generalizada. Já a parte inferior do texto seria o “real”, ou seja, apresenta informações menos idealizadas e/ou mais específicas sobre um determinado assunto. Observe o pôster de filme apresentado na figura 07, a seguir:

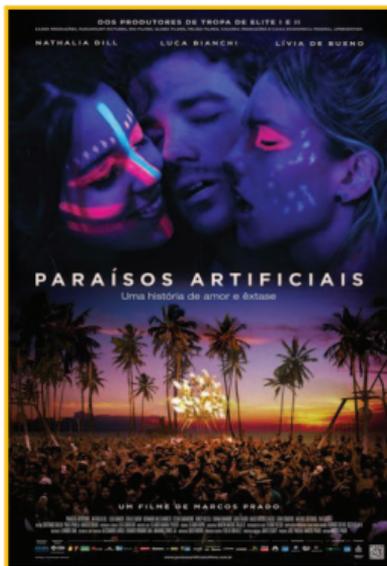
**Figura 07:** Pôster do filme "Atração Perigosa", ano de lançamento: 2010.



O pôster da figura 07 está dividido, a partir da linha divisória marcada pelo título do filme, em duas partes: superior e inferior. A parte superior apresenta de forma generalizada o filme através da imagem dos personagens e suas expressões faciais indicando o seu teor de ação. Por outro lado, a parte inferior nos dá informações mais específicas sobre o filme através da cena representada.

Essa mesma funcionalidade do elemento ideal-real pode ser visualizada no pôster a seguir, na figura 08:

**Figura 08:** Pôster do filme "Paraísos Artificiais", ano de lançamento: 2012.



Observe que na parte superior, temos um recorte de uma cena que estaria acontecendo no cenário da parte inferior. Teríamos, portanto, novamente uma generalização, desta vez em relação às pessoas representadas na parte inferior que, por sua vez, apresenta de maneira mais específica o local ao qual o título do filme refere-se, o “paraíso”, através da imagem remetendo ao pôr do sol em uma praia.

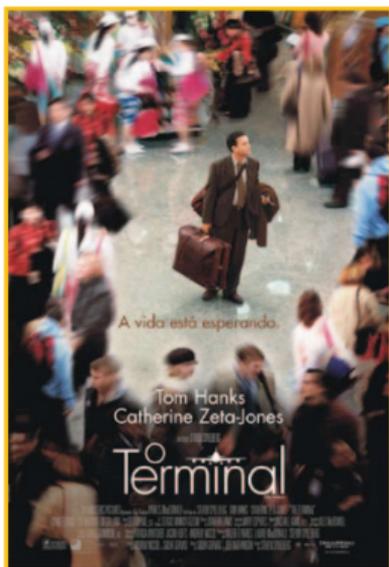
- O Valor Informativo do Centro e da Margem

Segundo a Gramática de Design Visual, os elementos posicionados no centro da página representam o núcleo da informação a qual os elementos

posicionados na margem da página estarão subordinados ou irão se referir (KRESS & VAN LEEUWEN, 2006, p. 206).

No que diz respeito ao *corpus* coletado, a composição centro-margem pode ser visualizada no pôster da figura 09, a seguir:

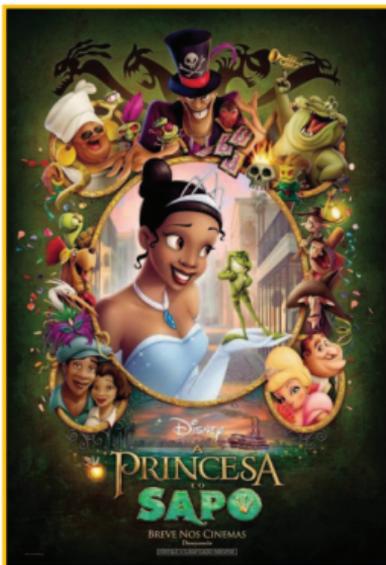
**Figura 09:** Pôster do filme “O Terminal”, ano de lançamento: 2004.



Observe que há um destaque para o homem apresentado no centro do pôster da figura 09. O homem ao centro da página representa o núcleo da informação do filme, ou seja, o personagem sobre o qual as pessoas representadas na margem se relacionam e estarão subordinadas no decorrer da história.

Em outro pôster, que pode ser visualizado na figura 10 a seguir, também podemos perceber os elementos a partir da disposição centro-margem funcionando da mesma maneira como na figura do pôster do filme “O terminal”. Observe:

**Figura 10:** Pôster do filme “A princesa e o sapo”, ano de lançamento: 2009.



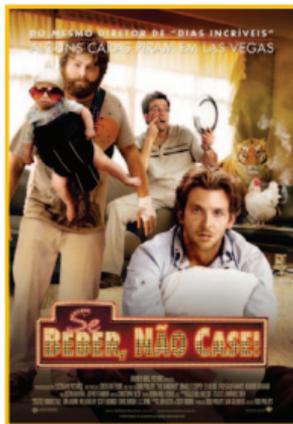
Na figura 10, vemos que a princesa e o sapo, como antecipa o título, estão representados no centro da imagem, emoldurados. Ao redor da moldura, ou seja, nas margens, podemos visualizar outros personagens, os quais estão subordinados aos personagens principais da história, ou seja, a princesa e o sapo localizados ao centro.

- Saliência

A Saliência diz respeito ao peso que certos elementos da composição possuem em relação a outros, estabelecendo entre eles relações hierárquicas. Um elemento imagético pode se mostrar mais saliente em relação a outros elementos imagéticos, através de recursos como foco, nitidez, contraste, bordas, zoom, entre tantos outros (cf. KRESS & VAN LEEUWEN, 2006, p. 212).

O pôster apresentado na figura 11 nos dá uma ideia melhor sobre como atua esse recurso na composição imagética. Observe a maneira como os personagens representados no pôster estão dispostos. O grau de aproximação deles, ou seja, o *zoom*, traz o leitor para mais perto de alguns personagens do que outros. Ou seja, alguns personagens estão mais salientes do que outros e essa idéia é composta através do recurso de aproximação/distanciamento.

**Figura 11:** Pôster do filme “Se beber, não case”, ano de lançamento: 2009



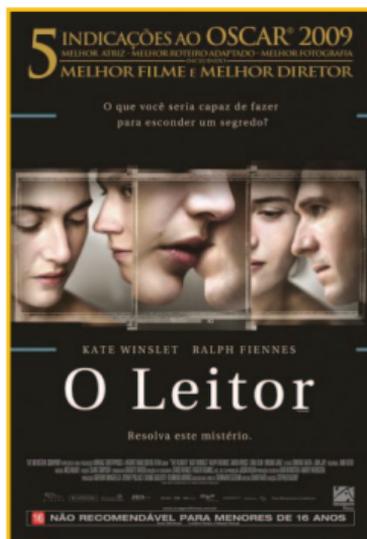


- *Framing*

De acordo com Kress & van Leeuwen (2006, p. 214), o *framing* atua de forma a conectar ou desconectar os elementos imagéticos de uma composição. Trata-se de agrupar imagens por relevância ou por similaridade, através de recursos que busca integrá-los e identificá-los em um determinado “conjunto”. Da mesma forma, o *framing* possibilita a desintegração de determinados elementos na página, ou seja, também propositalmente pode desenquadrar certos elementos de um determinado “conjunto”.

O pôster de filme da figura 13 nos dá uma noção sobre como o *framing* atua na composição imagética de um texto.

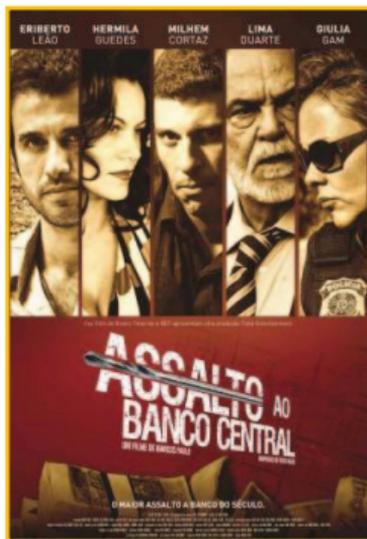
**Figura 13:** Pôster do filme “O Leitor”, ano de lançamento: 2008.



Observe que são apresentadas três cenas, e que entre as cenas, separando-as, existem linhas discretas, emoldurando-as. Além de mostrar uma sequência, essas imagens estão parcialmente agrupadas por representarem momentos semelhantes. É importante salientar que nem sempre essas linhas são visíveis, e que o agrupamento muitas vezes pode ocorrer através de outros recursos.

Outro exemplo bastante interessante sobre a conexão entre os elementos nos pôsteres é o da figura 14 a seguir:

**Figura 14:** Pôster do filme "Assalto ao banco central", ano de lançamento: 2011.



Observe que, no pôster, as fotografias dos personagens são separadas por linhas. Ao vermos essas fotografias dispostas uma ao lado da outra,

inferimos que todos estão agrupados no conjunto de personagens que atuam no filme. Ao mesmo tempo, as linhas dividindo as fotografias imprimem a cada personagem uma particularidade. Perceba, então, que neste caso, o elemento *framing* funcionou tanto como recurso desagregador quanto como recurso agregador das fotografias.

### Considerações finais

Como afirma Halliday (1994, *apud* GOUVEIA, 2009, p. 17), “a linguagem se desenvolveu para satisfazer necessidades humanas” e “o modo como está organizada é funcional relativamente a essas necessidades”. Percebe-se que dentro de um sistema, as escolhas realizadas pelos produtores influenciam diretamente a relação do leitor com o texto, a partir das funções que adquirem os elementos que o compõem. Nos pôsteres de filmes, o texto visual, em suas mais variadas possibilidades de configuração, atua diretamente na relação leitor-texto, estabelecendo relações de proximidade ou de distância, trazendo informações novas e dialogando com o texto verbal.

Dessa forma, é evidente que os elementos visuais nos pôsteres atuam como elementos retóricos importantes para divulgação de filmes, já que sua organização textual possibilita ao público identificar através de recursos como cores, linhas, traços, composição, demarcações, entre tantos outros, a temática do filme, seu gênero ou até mesmo informações relativas à sinopse do filme.

### Referências

ALMEIDA, D. B. L. Revisitando a gramática visual nos cartazes de guerra. In: *Perspectivas em Análise Visual: do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

- ARAÚJO, A. *A tradução de propagandas no Brasil: uma questão de sedução*. Disponível em: <http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/rtcom/article/viewPDFInterstitial/129/128>  
Acesso em: 22 out. 2009. p. 7-16.
- CUNHA, M. A. F. da.; SOUZA, M. M. de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2007.
- DIONÍSIO, A. Gêneros Multimodais e Multiletramento. In: *Gêneros Textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- GOUVEIA, C. *Texto e Gramática: uma introdução à lingüística sistêmico-funcional*. Disponível em <http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/ja/6.pdf> acesso em 20 jul 2011.
- HALLIDAY, M. A. K. Clauses as representation. In: *An introduction to functional grammar*. 3a ed. Revisada por C. M. I. M. Matthiessen. London: Edward Arnold, 2004.
- KRESS, G; VAN LEEUWEN, T. *Multimodal Discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. The meaning of the composition. In: *Reading Images*. London/New York, Routledge, 1996.
- MOTTA-ROTH, D. Transitivity in visual grammar: concepts and applications. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.12, n.2, p. 319-349, jul/dez, 2009.
- PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em Linguística. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Linguística 3: fundamentos epistemológicos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009. P. 165-215.
- WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. 6 ed. São Paulo: Parábola, 2008.



# O poder discursivo da imagem: uma análise sócio-semiótica de editoriais de revista

Francisco Roberto da Silva Santos (UERN/GPSM/GPET)

## Introdução

Ultimamente, as pesquisas que investigam as práticas comunicativas contemporâneas têm voltado sua atenção para além do signo linguístico. Esses estudiosos buscam analisar também outros modos de produzir sentidos e materializar discursos à disposição dos interlocutores, como por exemplo, a imagem, a tipografia, o layout da página etc., isto é, os chamados recursos multimodais.

A análise do discurso não pode prescindir de uma investigação do fenômeno da multimodalidade, posto que todo material textual é composto por recursos multimodais e que tais recursos transmitem sentidos que são atravessados por discursos historicamente marcados e que são perpetuados pelos indivíduos e pelas instituições envolvidas na produção e circulação dos textos. Adotando pressupostos da Multimodalidade Discursiva e da Semiótica Social, especialmente os conceitos teórico-metodológicos da gramática do *design* visual, de Kress & van Leeuwen (2006), os estudiosos do texto e do discurso podem munir-se de instrumentos para uma análise mais completa e densa dos artefatos textuais.

Neste capítulo, discutimos o papel da imagem para a materialização de discursos e para o alcance de propósitos comunicativos no editorial de revista, gênero pertencente ao jornalismo opinativo e que é um dos mais

importantes na expressão de pontos de vista na sociedade atual. Analisando um editorial da *Veja*, um editorial da *Istoé* e um editorial da *Época*, buscamos observar de que forma as escolhas comunicativas no modo visual operam no sentido de fazer com que o leitor acolha a tese defendida pelo editorialista e, conseqüentemente, pela própria revista, atendendo, assim, aos seus interesses ideológicos.

### **O poder discursivo da imagem: escolha e ideologia**

É indiscutível a relevância cada vez mais crescente das imagens e dos compostos visuais na chamada “paisagem semiótica” atual, para usar um termo de Kress & van Leeuwen (2006). Esses autores, ao reconhecerem o poder discursivo da imagem, criticam as teorias semióticas tradicionais que imputavam ao modo visual um papel meramente ilustrativo, ou até mesmo alegórico em relação ao texto verbal. Este é o caso de Barthes (1977 apud KRESS; van LEEUWEN, 2006, p. 18), que afirmava que:

o sentido das imagens (e de outros códigos semióticos, como roupas, comida, etc.) estão sempre relacionadas ao texto verbal e são, de certo modo, dependentes dele. Por si só, as imagens são, ele pensava, muito “polissêmicas”, muito abertas a uma variedade de sentidos possíveis. Para chegar a um sentido definido, a linguagem deve vir ao resgate.<sup>1</sup>

Para Kress & van Leeuwen (2006, p. 18), as considerações de Barthes não condizem com a verdadeira realidade da comunicação multimodal, uma

---

1. Neste trabalho, apresentamos traduções livres da obra de Kress & van Leeuwen (2006).

vez que “o componente visual de um texto é uma mensagem independentemente organizada e estruturada, conectada com o texto verbal, mas de modo nenhum dependente dele”. Além disso, diferentemente do que pensavam os semióticos tradicionais, os autores destacam o caráter *ideológico* que tais elementos encerram, defendendo que:

As estruturas visuais não simplesmente reproduzem as estruturas da realidade. Pelo contrário, elas produzem imagens da realidade que está vinculada aos interesses das instituições sociais no interior das quais as imagens são produzidas, circuladas e lidas. Elas são ideológicas. As estruturas visuais nunca são meramente formais: elas têm uma dimensão semântica profundamente importante. (KRESS; van LEEUWEN, 2006, p. 47).

Isso significa que o processamento das imagens deve ocorrer com o mesmo rigor racional e crítico que a leitura da palavra encerra, de forma a considerar sua dimensão sócio-ideológica. Para Kress & van Leeuwen (2006, p. 20), “numa cultura alfabetizada os meios visuais da comunicação são expressões racionais de significados culturais propícios a julgamentos e análises racionais”. É por isso que esses autores propõem uma teoria de análise de elementos visuais. A *gramática do design visual* (GDV), como ficou conhecida essa teoria, compreende as imagens como estruturas sintáticas que podem ser examinadas assim como a linguagem.

Essa obra tem como base o arcabouço teórico da *Semiótica Social*, a qual considera os vários sistemas semióticos, inclusive a linguagem, como conjuntos de recursos que estão à *escolha* dos falantes de determinada cultura para realizarem sentidos em contextos sociais. Portanto, os sentidos são tidos não como inerentes aos signos, como determinava a semiótica tradicional estruturalista, mas como pertencentes a uma dada cultura e

influenciados pelas relações conflituosas que determinam a estrutura social de um grupo.

As fronteiras teóricas da semiótica social foram delineadas por Hodge & Kress (1988), em seu livro *Social Semiotics*. Para realizar um estudo que estabelecesse a relação entre os signos e a sociedade, Hodge & Kress (1988, p. viii) partiram, primeiramente, de uma concepção de comunicação advinda do Círculo de Bakhtin e de uma concepção de sociedade amparada no marxismo:

Vemos a *comunicação* essencialmente como um processo, não como um conjunto desencorpado de significados ou textos. O sentido é produzido e reproduzido sob condições sociais específicas através de agências e formas materiais específicas. Ele existe em relação a sujeitos e objetos concretos, e é inexplicável exceto em termos desse conjunto de relações. A *sociedade* é tipicamente constituída por estruturas e relações de poder, exercidas ou resistidas; é caracterizada pelo conflito tanto quanto pela coesão, assim sendo as estruturas de significado em todos os níveis, desde as formas ideológicas dominantes às ações semióticas locais apresentarão traços de contradição, ambiguidade, polissemia em várias proporções, por vários meios. (grifo nosso)<sup>2</sup>

Essas noções permitem a Hodge & Kress (1988, p. vii) estudar o fenômeno semiótico partindo da ideia de que os processos de produção e recepção de sentidos só podem ser compreendidos tendo como ponto de partida a dimensão social e as lutas de poder que a caracterizam e que são refletidas nos eventos comunicativos. Essa é, justamente, uma das duas premissas que orientam o trabalho dos autores.

A outra premissa é a de que “nenhum único código pode ser estudado com sucesso ou compreendido inteiramente em isolamento”, levando à

---

2. Neste trabalho, apresentamos traduções livres da obra de Hodge & Kress (1988).

consideração de que “uma teoria da linguagem verbal tem que ser vista em contexto de uma teoria de todos os sistemas sgnicos como socialmente constituídos, e tratados como práticas sociais” (HODGE; KRESS, 1988, p. vii-viii). Essa postura possibilitou os teóricos da semiótica social basearem muitos de seus conceitos em categorias de análise linguística, mais exatamente nas categorias da Linguística Sistemico-Funcional de Halliday, como, por exemplo, os conceitos de modalidade, metafunção, participantes, processos, dentre outros. Além disso, possibilitou também estudar com coerência analítica mensagens que empreendem ao mesmo tempo mais de um modo semiótico, ou seja, os chamados textos multimodais.

Um aspecto fundamental para a semiótica social é o uso do termo *recurso*, que substitui a noção de “*código*” da semiótica tradicional. Essa corrente semiótica “considerava os sistemas semióticos como códigos, conjuntos de regras para conectar sinais e significados”<sup>3</sup> (JEWITT; OYAMA, 2001, p. 134). Haveria, pois, regras incontornáveis que determinariam exatamente que sentido deveria ser atribuído a um som ou a um padrão gráfico, de forma que, para se poderem comunicar em determinado código, produtor e receptor teriam condicionalmente que conhecer e dominar essas regras. Investigar como se deu o surgimento de um código e de suas regras e se e como tais regras podem sofrer transformações não fazia parte da agenda da semiótica. Van Leeuwen (2005, p. 47) critica essa postura dos semióticos estruturalistas, afirmando que “nesse tipo de formulação, as regras regem as pessoas, não as regras das pessoas” e representar o código como inalterável “é representar as regras criadas pelo homem como se elas fossem leis da natureza”<sup>4</sup>.

---

3. Neste trabalho, apresentamos traduções livres da obra de Jewitt & Oyama (2001).

4. Neste trabalho, apresentamos traduções livres da obra de van Leeuwen (2005).

Por sua vez, a semiótica social trata os modos semióticos como recursos, termo emprestado de Halliday, que é definido por van Leeuwen (2005, p. 3) como “as ações e os artefatos que nós usamos para nos comunicarmos, sejam eles produzidos fisiologicamente ou por meios tecnológicos”. Esse autor também argumenta que “na semiótica social, o termo ‘recurso’ é preferido, porque ele impede a impressão de que ‘o que um signo representa’ é algo pré-determinado e não é afetado pelo seu uso” (van LEEUWEN, 2005, p. 3).

Os recursos semióticos são, segundo Jewitt & Oyama (2001, p. 136), “produtos de histórias culturais” e “foram inventados em contextos de interesses e propósitos específicos”. Outro fator importante é que eles não possuem um sentido único e inalienável, mas um *potencial semiótico*, ou seja, uma série limitada de significados que podem ser ativados pelos interlocutores em contextos sociais específicos (cf. JEWITT; OYAMA, 2001, p. 135). Além disso, as normas que indicam os potenciais semióticos dos recursos não são imutáveis nem inatas, e uma preocupação precípua da semiótica social é estudar os fatores sociais e históricos que determinaram o aparecimento de um recurso e os que podem causar mudanças em suas regras de uso.

Jewitt & Oyama (2001, p. 140), ao referirem-se ao modo visual, enfatizam que “a semiótica social visual é funcionalista no sentido de que ela vê os recursos visuais como tendo sido desenvolvidos para fazer tipos específicos de trabalhos semióticos”. Assim sendo, o modo visual, como qualquer outro sistema de produção de significados, é considerado como uma rede de recursos que possuem um potencial para cumprir determinados propósitos na comunicação social.

Halliday (1978), que tratava a linguagem como um modo semiótico, reconheceu a existência de três tipos de trabalho semiótico ligados ao uso da linguagem e denominou-os metafunções: a ideacional, a interpessoal e a textual. Kress e van Leeuwen (2006), na GDV, estendem essa ideia ao

modo visual, argumentando que as imagens, em seu uso comunicativo, também preenchem as mesmas funções, as quais eles renomearam como representacional, interativa e composicional. O quadro a seguir, adaptado de Fernandes & Almeida (2008, p. 12), apresenta as definições das metafunções de Kress & van Leeuwen relacionando-as com as metafunções de Halliday.

**Quadro 1:** As metafunções de Halliday e de Kress & van Leeuwen.  
(cf.: Fernandes; Almeida, 2008, p.12)

Halliday	Kress & v. Leeuwen	
Ideacional	Representacional	Responsável pelas estruturas que constroem visualmente a natureza dos eventos, objetos e participantes envolvidos, e as circunstâncias em que ocorrem. Indica em outras palavras, o que nos está sendo mostrado, o que se supõe esteja "ali", o que está acontecendo, ou quais relações estão sendo construídas entre os elementos apresentados.
Interpessoal	Interativa	Responsável pela relação entre os participantes, é analisada dentro da função denominada de função interativa (Kress; van Leeuwen, 2006), onde recursos visuais constroem "a natureza das relações de quem vê e o que é visto".
Textual	Composicional	Responsável pela estrutura e formato do texto, é realizada na função composicional na proposição para análise de imagens de Kress & van Leeuwen, e se refere aos significados obtidos através da "distribuição do valor da informação ou ênfase relativa entre os elementos da imagem".

Apesar da capacidade que o modo visual apresenta de concretizar as mesmas funções do modo linguístico, é necessário esclarecer que, como apontam Kress & van Leeuwen (2006, p. 46), há situações em que os elementos visuais não conseguem transmitir o que é expresso pela linguagem e vice-versa. Imagem e linguagem compõem significados próprios para propósitos comuns, lançando mão de instrumentos específicos com o objetivo de desempenharem as três chamadas metafunções. Enquanto a linguagem realiza a metafunção ideacional através do sistema de transitividade, a imagem realiza a metafunção representacional através do sistema vetorial e do sistema de taxionomias. Enquanto a linguagem realiza a metafunção interpessoal através do sistema do modo, a imagem realiza a metafunção interativa através dos recursos do contato, da distância social, da perspectiva e da modalidade. Enquanto a linguagem realiza a metafunção textual através do sistema temático, a imagem realiza a metafunção composicional através dos sistemas do valor informativo, da estruturação e da saliência.

Vimos, pois, que uma análise sócio-semiótica de uma mensagem multimodal deve considerar duas dimensões que fazem parte do processo comunicativo: a *escolha* e a *ideologia*. Assim, ao lançarmos luz sobre o papel de uma imagem em um artefato textual qualquer – uma fotografia em um editorial, por exemplo –, devemos ter em mente que a presença e a constituição sintática daquela imagem partiram da *escolha* (consciente ou não) do produtor do texto, e que essa escolha foi motivada pelos interesses *ideológicos* do grupo social que aquele produtor representa.

## Contextualizando a análise

Investiguemos, agora, três editoriais pertencentes cada qual a um suporte diferente, quais sejam as revistas *Veja*, *Istoé* e *Época*<sup>5</sup>. Tais textos foram publicados no mesmo período, ou seja, na última semana de janeiro de 2010, de modo que pudéssemos observar os textos e os significados construídos por eles tendo como referência o mesmo contexto discursivo de produção, o qual gerou, inclusive, uma coincidência nos temas abordados pelos editoriais coletados: a cobertura e a repercussão do terremoto que arrasou o Haiti nas primeiras semanas de 2010.

O editorial, gênero do domínio discursivo do jornalismo, tem como propósito comunicativo “persuadir seus leitores a verem os fatos do modo como a instituição jornalística considera adequado, organizando sua estrutura argumentativa de acordo com essa intenção” (SOUZA, 2006, p. 65). Trata-se, pois, de um gênero com um teor altamente argumentativo e que exige do sujeito-produtor muita perspicácia em suas escolhas enunciativas, já que são essas escolhas que vão determinar a aceitação ou a rejeição da sua tese por parte do sujeito leitor. Também incluem-se nessas escolhas os recursos multimodais utilizados para compor os editoriais, dentre os quais destacamos a imagem.

Decidimos analisar o gênero editorial de revista por ser muito acessível, especialmente os de revistas tão populares e de circulação tão abrangente como a *Veja*, a *Istoé* e a *Época*; e, principalmente, por apresentar um caráter bastante informativo visualmente, como demonstram pesquisas como Souza (2006); Souza et al (2008); Santos (2009; 2011); Aquino (2010); e Aquino (2011).

---

5. As análises apresentadas aqui também aparecem em minha dissertação de Mestrado, intitulada “Multimodalidade e produção de sentidos no editorial de revista”, defendida em junho de 2011.

O exame dos sentidos produzidos pelas imagens que compõem os editoriais segue uma abordagem interpretativista, tendo como norte as categorias de análise da gramática do *design* visual, de Kress & van Leeuwen (2006), que são resumidas no Quadro 2, a seguir:

**Quadro 2:** Resumo de alguns conceitos-chave da GDV

ALGUNS CONCEITOS-CHAVE DA GRAMÁTICA DO <i>DESIGN</i> VISUAL (cf.: Kress; van Leeuwen, 2006)		
<i>Participantes Representados (PR)</i>		Cada elemento que aparece representado na imagem
<i>Participantes Interativos (PI)</i>		Participantes da interação mediada pela imagem: produtor e leitor
<i>Vetor</i>		Linha oblíqua que une os participantes representados, indicando que um age sobre o outro
<i>Metafunção Representacional</i>		
Processos Narrativos (Participantes ligados por vetores)	TIPO DE PROCESSO	TIPOS DE PARTICIPANTES
	Processo de ação	<i>Ator</i> : participante do qual emana o vetor, que pratica a ação
		<i>Meta</i> : participante para o qual se direciona o vetor, que sofre a ação
	P. de reação (ação de olhar)	<i>Reator</i> : participante que pratica a ação de olhar
<i>Fenômeno</i> : participante (ou processo) para o qual se direciona o olhar do Reator		

Processos Conceituais (Não há vetores entre partici- pantes)	P. analítico (relação parte-todo)	<i>Portador</i> : o todo, participante que contém os Atributos Possessivos
		<i>Atributos Possessivos</i> : as partes que constituem o Portador
	P. classificacional (rel. de ordem estática)	<i>Superordinado</i> : categoria mais geral (o tronco)
		<i>Subordinados</i> : subcategorias (os ramos)
	P. simbólico	<i>Portador</i> : participante ao qual se atribui valores simbólicos
		<i>Atributos Simbólicos</i> : atribuem valores ao Portador
Circunstân- cias (elementos secundários)	Locativa: servem de <i>Cenário</i> onde se localizam os participantes e suas ações	
	de Acompanhamento: acompanham os participantes principais	
	de Meio: servem de ferramenta ou instrumento para a realização da ação dos participantes principais	
<b>Metafunção Interativa</b>		
Modalidade	Codifica o valor de verdade atribuído à imagem através do uso de certos marcadores de modalidade: a contextualização, o grau de detalhe e o tipo de reprodução das cores etc.	
Contato	<i>Demanda</i> : quando os participantes representados olham para o observador	
	<i>Oferta</i> : quando os participantes representados não olham para o observador	

## Sintaxe em foco

Distância Social	<i>Próxima</i> : uso do plano fechado; relação de intimidade entre PR e PI	
	<i>Média</i> : uso de plano intermediário; PR e PI se conhecem, mas não são íntimos	
	<i>Longa</i> : uso de plano aberto; participantes representados são totalmente estranhos	
Perspectiva	Ângulo Horizontal	<i>Frontal</i> : relação de envolvimento entre PR e PI
		<i>Oblíquo</i> : relação de estranhamento entre PR e PI
	Ângulo Vertical	<i>Alto</i> : Participantes interativos têm poder sobre a imagem
		<i>Baixo</i> : A imagem tem poder sobre participantes interativos
		<i>Ao nível do olhar do observador</i> : igualdade de poder
	<b>Metafunção Composicional</b>	
Valor informativo	Refere-se ao valor específico assumido pelos elementos visuais de acordo com sua localização na página: direita/esquerda (Dado/Novo); zona superior/zona inferior (Ideal/Real); zona central/bordas (Centro/Margens)	
Saliência	Relaciona-se ao modo como os participantes representados estão dispostos para criar uma hierarquia de importância entre eles	
Estruturação	Presença de elementos que conectam ou separam os participantes representados	

Para os objetivos pretendidos neste capítulo, focamos, nas análises apresentadas a seguir, na metafunção representacional. Assim, buscamos determinar, em cada imagem, que processos estão sendo representados, em que circunstâncias eles ocorrem, que participantes estão envolvidos, que papéis esses participantes assumem na ação.. Além disso, levando em conta que todos esses aspectos envolvem uma escolha enunciativa, questionamos sobre quais seriam os interesses ideológicos por trás dessas escolhas e quais discursos estariam sendo corporificados nesse processo.

## Os sentidos da imagem no editorial de *Veja*: o discurso da solidariedade ao Haiti

Figura 1: Editorial de *Veja*  
Fonte: *Veja*, 27 de janeiro de 2010

**Carta ao Leitor**

### O pior e o melhor do homem



**Carta ao leitor** - O pior e o melhor do homem. Mas o terremoto no Haiti fez pensar também o que a espécie humana tem de melhor, a solidariedade. Há um aspecto do desenvolvimento da espécie de espécie, partindo de uma de suas raças, do ponto de vista, República Dominicana à distância Targem, da parte brasileira e produção econômica como os Estados Unidos e a Alemanha. Logo se retomou aos 1949. Depois do Haiti, partiu-se do ONU no Haiti, encabeçada pelo Exército brasileiro, milhares de brasileiros e milhares de cidadãos brasileiros, de quem uma dezena de nacionalistas. As direções em direção, algumas e reuniões separadas em volume e regular, algumas feitas em outros, desde os minutos de longa escala. A Cruz Vermelha recebeu em sua semana e sobre as fronteiras recebidas durante todo o ano de 2010.

Seria extremamente e a nível de procedimentos de solidariedade promovida pelo governo brasileiro desde o início de um esforço internacional de igual importância com o objetivo de criar os meios de uma ação solidária e socialmente de sentido e propósito. Se não fosse por estes valores por valores, não se poderia trabalhar e lutar a normalidade, se não o desejo, o pelo primeiro vez em sua história, saber o que é desistir a sua vida normal.

**O** a relação entre a religião de VEJA por Diego Escamez, como sempre no Haiti, não conta de uma população vivendo quase em "estado natural", condição que seria prejudicial à humanidade, antes de estabelecermos das formas mais racionais de organização social. Grupos armados, saqueiros, ladrões, assassinos e matam. Grupos de latirões desorganizados pelo terremoto se entregaram aos saqueiros, formando enormes saques lucrativos, de modo a gerar a sorte com um mínimo de segurança. E um pequeno comércio moveu para um país que, antes de ser atingido pelo terremoto, há duas semanas, já era um dos mais afetados pelo terremoto e pela miséria. O inglês Thomas Hetherington, 60 anos, estava agora em Porto Príncipe a chance de ver a realidade apenas noticiada por ele de um mundo onde há em que a vida humana é "volatilidade, instabilidade, vida, bondade e cura". A natureza natural

**Figura 1a:** Processo narrativo de ação no editorial da *Veja*



O editorial de *Veja* (Figura 1), de 27 de janeiro de 2010, como já adiantamos, repercute o terremoto ocorrido no Haiti, que deixou milhares de vítimas fatais e tantas outras vivendo em condições precárias, sem moradia, alimentos, água, saúde e segurança. Publicado em página dupla, o texto destaca que o episódio do desastre, apesar de trazer tantos prejuízos e provocar o que há de pior na humanidade (solidão, miséria, brutalidade etc.), também revelou o que há de mais nobre na nossa espécie: a solidariedade, representada pela ajuda imediata advinda de vários países ao redor do globo, em forma de bombeiros, equipes médicas, doações em dinheiro, alimentos, remédios etc.. Analisemos agora se os sentidos representacionais produzidos pela imagem reforçam ou contradizem o que o texto verbal afirma.

A imagem que compõe o editorial de *Veja* (ver Figura 1a) representa um grupo de soldados cuja nacionalidade não é especificada, em um helicóptero de resgate (informação que só pode ser ativada em diálogo com a legenda), socorrendo um menino haitiano, provavelmente retirado debaixo dos escom-

bro causados pelo terremoto. O principal processo observado nessa imagem é protagonizado pelo soldado em primeiro plano, parcialmente de costas para a câmera, cujo braço direito, coxa direita, prolongamento do corpo e da cabeça além do depósito de soro que ele segura e do cateter que emana desse depósito em direção ao pequeno haitiano formam vetores oblíquos que ligam o soldado ao menino. Têm-se, portanto, um processo narrativo de ação em que o soldado é Ator e a criança é a Meta da ação do soldado, ação essa que pode ser interpretada – a partir de nosso conhecimento prévio sobre a catástrofe, pela situação retratada na imagem e pelo depósito de soro que o soldado segura (circunstância de meio) – como “prestar socorro”, “salvar”, “cuidar”, “ajudar” etc.. Assim, podemos traduzir linguisticamente esse processo como “O soldado presta socorro ao menino haitiano”. O discurso materializado pela imagem é, portanto, o de que os soldados estrangeiros são heróis que prestam um serviço de ajuda humanitária ao sofrido povo haitiano, representado na figura da criança.

Os atributos possessivos de ambos os participantes ajudam a compor o sentido do processo narrativo protagonizado por eles e a reforçar o discurso do herói estrangeiro que ajuda o flagelado haitiano. O soldado está totalmente vestido com seu uniforme, portando equipamentos de segurança, como o capacete, a mochila, diversos aparatos presos à cintura, além de um revólver preso à perna direita por um coldre. Esses atributos nos permitem identificar esse participante como uma pessoa que possui poder e que está preparada tanto para combater, se necessário, como para prestar ajuda às vítimas do terremoto. A criança, no entanto, não parece estar usando qualquer roupa, é magra e muito jovem, características que a identificam como alguém frágil e vulnerável. Desse modo, tais atributos reforçam os papéis de ambos os participantes como Ator (ativo) e Meta (passivo), e buscam sensibilizar o leitor para sentir pena do menino haitiano e admiração pelo forte soldado que o socorre.

No segundo plano da imagem são representados outros soldados, envolvidos em processos secundários que parecem ter menos importância na constituição dos sentidos representacionais da fotografia. Três desses participantes são encobertos parcialmente, portanto, não podemos determinar ao certo o que eles estão fazendo. O outro soldado, na parte superior esquerda, parece apenas observar o resgate do menino haitiano e assume, portanto, o papel de Reator num processo narrativo de reação cujo Fenômeno é todo aquele processo de ação protagonizado pelo soldado e a criança vítima do desastre natural. Esse processo de reação, no entanto, é apenas secundário, assim como os processos que não podemos determinar com clareza nos quais estão envolvidos os outros três soldados representados. Podemos afirmar, assim, que eles aparecem apenas como a circunstância em que ocorre o processo principal, conferindo-lhe um contexto dramático.

Ao lançamos nosso olhar ao texto verbal do editorial, não encontramos nenhum comentário referindo-se diretamente à cena representada pela imagem. O texto trata do modo como muitos países do mundo se mobilizaram solidariamente para promover ajuda à população haitiana castigada pelo terremoto, como se vê, por exemplo, no segundo parágrafo, quando afirma que “horas depois do dimensionamento da magnitude da tragédia, partiram ofertas de ajuda de todas as partes do planeta”. A imagem dialoga com essa ideia transmitida pelo texto na medida em que ela parece constituir uma metonímia de tal informação, no sentido de que, nela, substitui-se o todo (o mundo presta socorro às vítimas haitianas) por uma parte (um soldado estrangeiro presta socorro a uma criança haitiana). Repete-se a relação estabelecida pelo texto verbal, o qual coloca o Haiti como “a doença ou vítima”, que, portanto, possui um papel mais passivo nessa relação; e as nações estrangeiras como “a cura ou o auxílio” e que têm papel ativo e mais saliente. A legenda, por sua vez, institui uma ponte semântica entre

a informação mais específica transmitida pela imagem (Criança ferida em helicóptero no Haiti:) e a informação mais geral transmitida pelo texto (o mundo correu em socorro às vítimas do terremoto).

## Os sentidos da imagem no editorial de *Istoé*: o discurso do oportunismo imperialista dos EUA.

Figura 2: Editorial de *Istoé*  
Fonte: *Istoé*, 27 de janeiro de 2010

**Editorial**

### A OCUPAÇÃO DO HAITI



A cena do desembarque ostensivo das forças americanas na sede destruída do governo do Haiti diz muito sobre o tipo de prioridade que rege a mobilização dos EUA naquele País. O esforço para controlar e garantir a segurança política haitiana se sobrepõe ao suprimento das necessidades básicas de vida, de resgate, de atendimento médico, de assistência a um povo castigado pelo sofrimento incessante. A marcha de soldados armados para sinalizar ordem reforça a mensagem imperialista e detida em segundo plano a missão humanitária. Politizou-se a ajuda. Em mobilizações midiáticas, os EUA tomaram conta! Assumiram o aeroporto, passaram a administrar o tráfego aéreo, estabeleceram quem chega e quem sai. Lá, a bandeira americana já está hasteada no lugar da haitiana, numa clara afronta à soberania local. Por anos, os EUA temeram a democracia no Haiti e talvez daí o imenso aparato militar que agora mandam para lá. Com seus helicópteros Black Hawk descendo sobre o palácio presidencial, quiseram, simbolicamente, mostrar quem manda. Apresentam-se desta vez como redentores, mas são os mesmos que tentaram derrubar o governo eleito daquele país. Os mesmos que estabeleceram um embargo comercial capaz de estrangular a economia local. Os mesmos que por décadas patrocinaram ditaduras haitianas acusadas de cometer toda sorte de desmandos, massacres, crimes que, tanto como o terremoto, ajudaram a destruir o Haiti.

Para um povo privado do sentimento de cidadania, da sensação de nação, da percepção de existência de um Estado operando serviços públicos essenciais, qualquer ajuda é bem-vinda. Mas o esforço multilateral deveria se concentrar no pronto restabelecimento de sua dignidade. Pelo desespero da fome, da falta de casa e de condições mínimas de sobrevivência em meio aos escombros, os haitianos ficaram à mercê do caos, vivem em estado primitivo, vagando em horas pelas ruas na busca de abrigo e alimento, enquanto ansiam pela reconstrução rápida, antes que todo o país se perca nas ruínas. É nesta direção que as forças de paz devem atuar e a primeira noção que os candidatos a salvadores dessa pátria precisam ter é a de que o Haiti não é um país a ser ocupado, mas ajudado.

Carlos José Marques, diretor editorial

O editorial de *Istoé* (Figura 2), de 27 de janeiro de 2010, aborda o tema do desastre haitiano de uma ótica diferente em relação ao editorial de *Veja* analisado anteriormente. Enquanto o editorial de *Veja* explorou o modo como o mundo, incluindo os Estados Unidos, lançaram-se em solidariedade para

com o país arrasado pelo terremoto; o editorial de *Istoé*, assinado Carlos José Marques, vai na contramão ao criticar o modo agressivo como os EUA agiram, dando mais importância ao “esforço para controlar e garantir a segurança política haitiana” em vez “das necessidades básicas de vida, resgate e atendimento médico” do povo sofrido daquele país (trechos transcritos do primeiro parágrafo). Essa postura já é deixada evidente logo em seu título, “A ocupação do Haiti”, no qual a palavra “ocupação” é utilizada pejorativamente com o fim de demonstrar indignação pela forma grosseira como se portaram os americanos nesse episódio. No fim do texto, aliás, quando escreve “o Haiti não é um país a ser ocupado, mas ajudado”, Carlos José Marques opõe a palavra “ocupado”, também presente no título, à palavra “ajudado”, reforçando assim a opinião de *Istoé* sobre a postura errônea assumida pelos EUA. Através da análise da imagem, levando em conta a metafunção representacional descrita por Kress & van Leeuwen (2006) na GDV, podemos observar de que modo a opinião expressa pelo texto verbal do editorial de *Istoé* é reforçada, ou talvez atenuada, pelas escolhas visuais do editorialista.

A imagem representa uma operação militar envolvendo soldados em primeiro plano, um grande helicóptero pousado sobre a grama logo atrás, e um segundo helicóptero voando em último plano. No último plano da imagem, também se observa um prédio em ruínas. À primeira vista, o leitor que não conhece esse local é incapaz de identificar que prédio é este e tão pouco a que país pertencem aqueles soldados e aqueles helicópteros. Não há também nenhuma legenda que possa oferecer ao leitor essas informações.

No entanto, percebemos que a imagem invade o espaço textual, como que indicando uma imbricação entre esses dois modos semióticos que se complementam. O leitor, assim, é levado a ler o texto, ou pelo menos o início do primeiro parágrafo, que está na porção invadida pela fotografia,

com vistas a preencher as lacunas que aquela imagem sozinha não pode preencher. Só então, ele identificará aquele prédio como a sede do governo do Haiti, e os soldados e helicópteros como pertencentes às forças armadas americanas, uma vez que naquela porção do texto lê-se: “A cena do desembarque ostensivo das forças americanas na sede destruída do governo do Haiti diz muito sobre o tipo de prioridade que rege a mobilização dos EUA naquele país”.

Identificados os participantes, podemos agora fazer uma leitura mais satisfatória da sintaxe visual subjacente à fotografia. Como a Figura 2a ilustra, podemos notar vetores formados pelos helicópteros e pelos corpos inclinados dos soldados que vão em direção ao palácio presidencial haitiano. Isso nos faz reconhecer, na imagem, a presença de um intenso processo narrativo de ação, que envolve, de um lado, as forças armadas americanas e, do outro, a sede do governo haitiano. Exercendo o papel de Ator, temos todo um grupo formado pelos soldados e os helicópteros. Ao prédio, portanto, cabe o papel de Meta neste processo, cuja tradução linguística poderia ser “As forças armadas americanas dirigem-se para o palácio presidencial haitiano” ou “As forças armadas americanas desembarcam no palácio presidencial haitiano”, ou ainda, como o título do editorial sugere, “As forças armadas ocupam o palácio presidencial haitiano”.

**Figura 2a:** Processo narrativo de ação na imagem do editorial da *Istoé*



Se observarmos também os participantes focalizando não o que eles fazem, mas o que eles são, ou seja, se ao invés do processo narrativo de ação nos quais eles estão envolvidos, que é o processo mais saliente, enfocarmos os processos conceituais analíticos que lhes são encaixados, será possível captar outros sentidos que reforçam a ideia de hostilidade transmitida por aquele processo principal.

Do lado das forças armadas, analisando os soldados individualmente, vemos que cada um deles encontra-se bem equipado com capacete, mochila e armas de alto calibre. Em comparação com o soldado do editorial de *Veja*, discutido anteriormente, não se vê muita diferença em relação a esses Atributos Possessivos, com exceção da arma que, naquele era menor e estava guardada no coldre. No entanto, enquanto no contexto daquele editorial (ver Figura 1a) tais atributos traziam a ideia de segurança, ou seja, a ideia de que quem estava ajudando o menino ferido era alguém bem preparado e equipado; no contexto do editorial de *Istoé* eles recebem uma conotação

negativa, ou seja, de ofensividade e agressão. Considerando, agora, o grupo de soldados como um todo (Portador) e seus indivíduos como suas partes (Atributos Possessivos), chama-nos à atenção o número relativamente expressivo de componentes desse grupo, o que salienta o sentido de força de ataque. Por fim, os helicópteros, por seu grande porte, também transmitem imponência e contribuem para qualificarmos as forças armadas, o nosso Ator daquele processo principal, como altamente hostil e intimidante.

Voltando-nos agora para a Meta, ou seja, o palácio presidencial, percebemos que seus atributos são totalmente contrários aos do Ator. O prédio encontra-se parcialmente destruído e fragilizado devido, podemos deduzir, aos efeitos do terremoto. Tais características, colocadas em contraste com o poderio apresentado pelas forças armadas americanas, apenas agigantam a vantagem que aquele participante possui sobre o frágil edifício, que representa simbolicamente o Haiti.

Aqui vemos um fator de semelhança entre essa imagem e a fotografia de *Veja* (ver Figura 1a), analisada na última sessão: em ambas, o Haiti (no editorial de *Veja* representado pelo menino ferido; no da *Istoé* representado pelo palácio presidencial) é retratado como vulnerável e afligido. Além disso, também em ambos, o Haiti assume o papel de Meta da ação de um participante estrangeiro, com a diferença de que na imagem do editorial de *Veja* tal ação era a de “prestar socorro” e aqui é a de “ocupar”, “tomar conta”.

Essa leitura nos faz concluir que a mensagem transmitida pela imagem do editorial da *Istoé* vai ao encontro da mensagem do texto verbal, ou seja, a de representar os americanos de forma agressiva, passando a ideia de que eles estão mais preocupados em manter a ordem política do Haiti, utilizando-se de força militar ostensiva, ao invés de priorizarem a missão humanitária. Aliás, a imagem não apenas reforça o que o texto verbal argumenta, mas ela é, digamos, o principal trunfo utilizado pelo editorialista, Carlos José

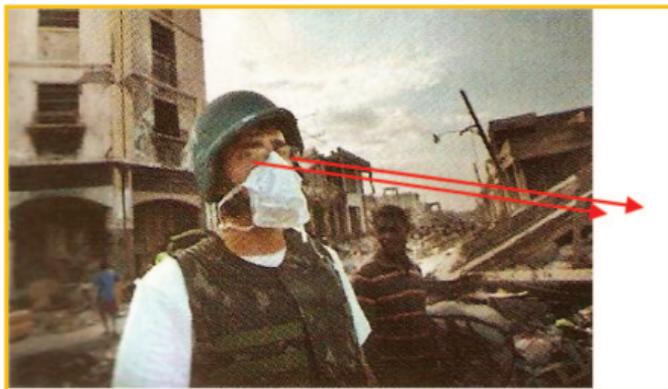
Marques, para defender seu ponto de vista. Isso pode ser dito baseado na forma enfática com que o texto faz referência à fotografia e à cena nela representada, como mostram os seguintes trechos, retirados do primeiro parágrafo: “A cena do desembarque ostensivo das forças americanas na sede destruída do governo do Haiti[...]”; “A marcha dos soldados armados para sinalizar ordem [...]”; “Com seus helicópteros Black Hawk descendo sobre o palácio presidencial, quiseram, simbolicamente, mostrar quem manda”. Desse modo, o editorialista aproveita-se do grande e imediato impacto que uma imagem pode gerar sobre os leitores de modo a sensibilizar decisivamente o público a aceitar sua opinião.

### Os sentidos da imagem no editorial de *Época*: o discurso da missão do jornalismo frente à tragédia

Figura 3: Editorial de *Época*.  
Fonte: *Época*, 25 de janeiro de 2010



**Figura 3a:** Processo narrativo de reação no editorial de *Época*.



O editorial de *Época* (Figura 3), publicado no dia 25 de janeiro de 2010 e intitulado “A missão mais simples e mais nobre do jornalismo”, também nos reporta à tragédia ocorrida no Haiti, notícia que naquele período repercutiu em toda a mídia e sensibilizou todo o planeta. O texto assinado por Hélio Gurovitz, no entanto, não tem como foco maior a tragédia em si, mas sim o papel do jornalismo, de modo geral, na atualidade, e, de modo específico, em um caso como aquele desastre. O editorial defende que os jornalistas cumprem uma missão tão importante para o mundo e para o povo haitiano quanto oferecer bens e serviços básicos como saúde, água e comida aos flagelados daquele país: a missão de “prestar um testemunho dos fatos” (ver segundo parágrafo do texto).

Se considerarmos o espaço utilizado pelo texto verbal para descrever a tragédia haitiana, o aspecto da paisagem arrasada e o sofrimento da população, veremos que, dos quatro parágrafos que compõem o texto, apenas o terceiro trata desses fatos, como revelam os seguintes trechos

retirados dele: “‘Não há construção que tenha escapado incólume’, escreveu Juliano”; “um homem escavava com as mãos o resto de uma casa, talvez na esperança de encontrar alguém soterrado ou mesmo recuperar um objeto de valor”; “À noite, quando vamos dormir, cada um tenta esquecer um pouco o cenário de miséria que o circunda”, diz Juliano”. No entanto, tais informações aparecem apenas como relatos dos jornalistas enviados por *Época* ao Haiti, de modo a evidenciar que tais profissionais realmente vivenciaram e testemunharam aquele desastre. Portanto, quando o Haiti é mencionado, não é como informação mais importante, mas apenas como apoio para a defesa da tese de que o jornalismo possui uma missão fundamental como observador e relator dos acontecimentos.

A imagem (em destaque na Figura 3a) representa o jornalista Juliano Machado (informação captada da legenda), em primeiro plano, envolvido num processo de reação em que ele assume o papel de Reator, cujo Fenômeno não aparece dentro dos limites da imagem – este é, portanto, um processo narrativo de reação não-transacional. Kress & van Leeuwen (2006) explicam que num processo não-transacional aparece apenas o participante que exerce a ação (no caso, a ação de olhar), enquanto o participante que sofre a ação é apagado. Assim, a escolha por esse processo evidencia a intenção (consciente ou inconsciente) do produtor de representar não o que o repórter de *Época* está “testemunhando”, mas somente dar destaque à “testemunha” em si e à própria ação de “testemunhar”.

Apesar de o Fenômeno não se apresentar na fotografia, podemos deduzir que esse seja o cenário de devastação após o terremoto do Haiti, baseados na hipótese de que a mesma paisagem mostrada no segundo plano da imagem se prolongue por todo o local em que o jornalista está presente, incluindo seu campo de visão. Assim sendo, podemos traduzir linguisticamente esse processo do seguinte modo: “O repórter Juliano

Machado observa (olha, testemunha) a paisagem devastada do Haiti". Esse sentido corrobora a ideia transmitida pelo texto de que o jornalismo cumpre a função de testemunhar e reportar a tragédia haitiana, como é defendido no seguinte trecho, presente no segundo parágrafo: "É uma atividade [a do jornalismo] que não exige mais que ver, ouvir e reportar de modo honesto, por meio de textos e imagens".

O jornalista de *Época* também protagoniza outro processo presente nessa imagem, desta vez, um processo conceitual analítico em que ele é o Portador dos seguintes Atributos Possessivos: capacete, máscara, óculos e colete à prova de balas. Esse processo analítico reforça, através desses Atributos Possessivos, o fato de que Juliano Machado encontra-se num local perigoso e que, portanto, precisa desses equipamentos de segurança. Tal informação é tão essencial que também é referida na própria legenda, com destaque. Isso leva a pensar o jornalismo como um ofício de risco, que requer muita coragem de seus profissionais para cumprir sua missão.

No segundo plano da fotografia, compondo a circunstância de local da imagem, aparecem dois homens negros que parecem ser haitianos e a paisagem urbana em escombros: postes tortos, prédios semidestruídos, entulho etc.. Assim, vê-se que, também na imagem, o Haiti, sua população e o desastre que o acometeu ficam em segundo plano, apenas como pano de fundo para a informação principal: o trabalho dos jornalistas.

### **A representação do Haiti: uma comparação entre os editoriais analisados**

As coincidências em relação ao período de publicação e ao tema dos editoriais nos possibilitou observar que os editorialistas e, por extensão, as revistas por eles representadas assumem, em relação ao mesmo fato da

realidade, ou seja, o terremoto do Haiti, posições discursivas totalmente divergentes. O editorial de *Istoé* focalizou a truculência americana e seu modo agressivo e imponente de “dar apoio” ao governo haitiano. Em contrapartida, no editorial de *Veja*, os estrangeiros, nos quais se incluem os americanos, são representados como heróis solidários que vieram trazer ordem e esperança à população afligida pelo desastre natural. Por sua vez, o editorial de *Época* deixa a catástrofe em segundo plano para focalizar e defender a ideia de que o jornalismo, especialmente a *Época* (visto que o jornalista retratado na imagem pertence a essa revista), assume uma missão fulcral de testemunhar e documentar tragédias naturais como aquela, ainda que tal tarefa traga riscos para os jornalistas.

Apesar de terem optado por representar aspectos diferentes da realidade da catástrofe haitiana, os três editoriais apresentam uma tendência comum: a de representar o Haiti, seu povo e a tragédia por ele sofrida em segundo plano, como meros objetos (metas) ou meras circunstâncias. Isso pode ser visualizado na Figura 4, onde estão apresentadas novamente as imagens presentes na composição dos editoriais investigados.

**Figura 4:** O Haiti representado nas imagens dos editoriais de *Veja*, *Istoé* e *Época*, respectivamente





Na imagem do editorial de *Veja*, o Haiti é representado na figura da criança que, no processo de ação retratado, assume o papel de Meta da ação de “prestar socorro” realizada pelo soldado estrangeiro. Na imagem do editorial de *Istoé*, o Haiti, na figura do palácio presidencial em ruínas, aparece mais uma vez como Meta da ação de “ocupar” impetrada pela força militar norte-americana. No caso da imagem do editorial de *Época*, o Haiti está sendo representado por dois homens e pela paisagem desoladora que juntos formam as circunstâncias de local onde ocorre a ação principal de “testemunhar” (processo de reação) protagonizada pelo jornalista brasileiro.

Como vimos, esses sentidos transmitidos pela imagem são repetidos verbalmente nos textos e legendas de cada um dos editoriais. Assim sendo, percebemos que os editorialistas, e por consequência as revistas que eles representam, tanto por meio de suas seleções verbais como pelas suas escolhas visuais, focalizaram a ação de participantes estrangeiros frente ao desastre natural, ao invés de chamarem a atenção para o desastre em si e seus efeitos para a população local.

Desse modo, é possível afirmar que nos artefatos textuais aqui analisados vemos atualizada uma ideia tantas vezes difundida na história, que é a de exaltação ao grupo dominante e negligência em relação ao grupo dominado, isto é, os povos economicamente desfavorecidos e que tem pouco ou nenhuma influência na geopolítica mundial. A sociedade brasileira, na ideologia reforçada pela mídia, não parece estar interessada no que acontece com o Haiti, com sua população, com sua economia, já que nada do que acontece a eles nos afeta decisivamente. Por isso talvez o enfoque maior da mensagem foi dado às ações de participantes estrangeiros, os quais possuem poder para assumir o papel de protagonistas na atual paisagem política, econômica, cultural e, por consequência, também na atual paisagem semiótica.

### **Considerações finais**

Os sentidos transmitidos pelos elementos visuais dos editoriais *Veja*, *Istoé* e *Época* investigados estabelecem uma relação dialógica com os sentidos transmitidos pelo texto verbal. Elementos linguísticos e não-linguísticos trabalham em conjunto para formar uma significação social global. Isso torna o processamento desses artefatos textuais uma atividade mais complexa e desafiadora, pois exige do leitor a perspicácia de integrar imagem e palavra no processamento do texto multimodal.

Nossas observações reafirmam a força semiótica e discursiva da imagem e sua coparticipação, junto com o texto verbal e os outros elementos multimodais, para a construção de sentidos negociados entre a revista e o leitor. Através dos significados representacionais atrelados às imagens, que são frutos das escolhas comunicativas (consciente e inconscientes) dos editorialistas na confecção de seus textos, os discursos da “solidariedade ao Haiti”, do “oportunismo imperialista dos EUA”, da “missão do jornalismo frente à tragédia”, são reforçados a fim de tornar mais efetivo o trabalho de convencimento do leitor.

Além de buscar perceber os recursos utilizados para a materialização desses discursos deixados evidentes pelos editorialistas de *Veja*, *Istoé* e *Época*, a análise sócio-semiótica impetrada aqui também foi capaz de apreender um discurso não tão manifesto, mas igualmente importante para os interesses dessas instituições midiáticas: o do apagamento do Haiti e de seus problemas para a exaltação dos agentes estrangeiros envolvidos no evento da tragédia. Vimos que, como parte do grupo dominante, a mídia brasileira preocupa-se em defender a ideologia desse grupo, segundo a qual tudo o que diz respeito aos povos dominados não merece ser comunicado, ou pelo menos não merece destaque na comunicação. Obviamente, esse discurso polêmico e até mesmo revoltante não foi evidenciado pelas revistas e talvez não tenha sido seu propósito expressá-lo, mas cabe à semiótica social buscar nas fendas deixadas pelo sentido o contraditório e o ambíguo. Afinal, como afirmam Hodge & Kress (1988, p. 12):

A semiótica social não pode assumir que os textos produzem exatamente os sentidos e efeitos que seus autores esperam: são precisamente os conflitos e seus resultados incertos que devem ser estudados no nível da ação social, e seus efeitos na produção da mensagem.

Evidenciamos, portanto, que a análise do discurso pode e deve lançar mão dos instrumentos teórico-metodológicos estabelecidos pela semiótica social. Ao analisar os efeitos de sentido produzidos pelas estruturas visuais na composição dos textos produzidos socialmente, essa corrente da semiótica alcança o plano discursivo, ao sondar as redes sociais de poder e solidariedade que ora admitem, ora proíbem a materialização de determinado significado, restringindo assim as escolhas visuais e verbais dos falantes envolvidos no processo comunicativo.

### Referências

- AQUINO, L. D. *Mecanismos de construção de sentidos no gênero editorial: aspectos verbais e visuais*. Dissertação, Universidade do Estado do Rio G. do Norte-UERN, Pau dos Ferros, 2010.
- AQUINO, J. L. *Visualidade da escrita e significação no gênero editorial*. Dissertação, Universidade do Estado do Rio G. do Norte-UERN, Pau dos Ferros, 2011.
- FERNANDES, J. D. C. & ALMEIDA, D. B. L. Revisitando a gramática visual nos cartazes de guerra. In: ALMEIDA, D. B. L. (Org.), *Perspectiva em análise visual: do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.
- HALLIDAY, M. A. K. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, M. (Org.), *Fundamentos metodológicos da linguística*. São Paulo: Global, v. 1 (Global universitária: Série linguagem, comunicação e sociedade), 1978.
- HODGE, R. & KRESS, G. *Social semiotics* – 1.ed., Ithaca – NY: Cornell University Press, 1988.
- JEWITT, C. & OYAMA, R. Visual meaning: a social semiotic approach, In: van LEEUWEN, T & JEWITT, C.. (Orgs.). *Handbook of visual analysis*. London: SAGE Publications Ltd., 2001.
- KRESS, G. R. & van LEEUWEN, T. *Reading Images: the Grammar of Visual Design*. 2.ed. London and New York: Routledge, 2006.
- van LEEUWEN, T. *Introducing social semiotics*. London and New York: Routledge, 2005.
- SANTOS, F. R. S. *Multimodalidade e opinião: uma análise dos elementos visuais de editoriais das revistas Época e Veja*. Monografia. UERN, Pau dos Ferros, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Multimodalidade e produção de sentidos em editoriais de revistas*. Dissertação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Pau dos Ferros, 2011.

SOUZA, M. M. de; AQUINO, L. D.; SANTOS, F. R. S & TEIXEIRA, F. C. Q. R.. *A multimodalidade no gênero editorial*. Relatório técnico. UERN: Pau dos Ferros, 2008.

SOUZA, M. M. de. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*. Tese. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife, 2006.

**Época**. A missão mais simples e mais nobre do jornalismo. São Paulo: Globo, n. 610, 25 de janeiro de 2010.

**Istoé**. A ocupação do Haiti. São Paulo: Editora Três. ano 34, n. 2098, 27 de janeiro de 2010.

**Veja**. O pior e o melhor do homem. São Paulo: Editora Abril. ed. 2149, ano 43, n. 4, 27 de janeiro de 2010.



# A função composicional em enquetes do CQC

Nadiana Lima da Silva (UFPE/ NIG)

## Introdução

Em decorrência do desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, também do design, os textos têm apresentado, cada vez mais, um forte teor informativo visual, o que exige das abordagens teóricas a consideração desse aspecto. Kress e van Leeuwen (2006), atentando para esse fato, apontam para a necessidade de se observar os textos de forma integrada, quebrando (ou, no mínimo, atenuando) a dicotomia entre os estudos da linguagem e de outros modos, uma vez que a multimodalidade é um traço constitutivo de qualquer texto, como se pode apreender da afirmação de Dionísio (2008), segundo a qual, sempre, quando escrevemos ou falamos, estamos utilizando, pelo menos, dois modos de representação. Ainda segundo a autora, “representação e imagens não são meramente formas de expressão para divulgação de informações, ou representações naturais, mas são, acima de tudo, textos especialmente construídos que revelam as nossas relações com a sociedade e com o que a sociedade representa” (DIONÍSIO, 2008, p.119).

Assim, com a variedade de modos combinados em um texto, há uma orquestração de propósitos comunicativos entrelaçados, o que reforça a exigência de mudar a maneira como lemos esses textos, já que “os gêneros se materializam em formas de representação multimodal (linguagem alfa-

bética, disposição gráfica na página ou na tela, cores, figuras geométricas etc.) que se integram na construção do sentido” (DIONISIO, 2006, p.14). Por isso, a autora afirma que, conseqüentemente, também precisamos rever o conceito de letramento: “Precisamos falar em multiletramento!”, o que é fundamental para observarmos como se manifestam os discursos que permeiam nossas práticas sociais.

Diante disso, neste estudo, demonstraremos de que maneira as três estruturas da função composicional da Gramática de Design Visual, de Kress e Van Leeuwen (2006) se articulam nos recursos semióticos convenionados que compõem os diversos modos das enquetes do “Controle de Qualidade” (quadro do programa televisivo *Custe o Que Custar*), daqui em diante referido como CQ.

### **A gramática de design visual (GDV)**

Atentemos, primeiramente, para a posição assumida por Kress e van Leeuwen (2006), segundo a qual os recursos de representação sinalizam, assim como na língua, algumas regularidades que podem ser descritas de maneira *relativamente formal*. Kress e van Leeuwen chamam isso de ‘gramática’ da comunicação visual, através da qual seria fornecida uma descrição das escolhas semióticas possíveis, bem como os padrões que governam essas escolhas, em um todo significativo. Essa abordagem difere da maioria das descrições das semióticas visuais, uma vez que, como frisa Machin (2007), estas se orientam pelo léxico, em que são levados em conta os signos individuais, com sentidos previamente fixados.

Para a sua abordagem pautada pela ‘gramática’, Kress e van Leeuwen adotam o modelo funcionalista dos estudos linguísticos, que foi desenvolvido pelo inglês Michael A. K. Halliday e chamado de Linguística Sistêmico-

Funcional (doravante LSF). Conforme explicam Furtado da Cunha e Souza (2007, p.19), essa abordagem concebe “a teoria da língua enquanto escolha” e a língua é olhada conforme é usada. O que é central, afirmam as autoras, é o fato de a LSF encarar o funcionamento da linguagem como um processo associado ao contexto de uso e não isoladamente, regido por um conjunto de regras. Kress e van Leeuwen (2006: 20) justificam a escolha pela abordagem semiótica social de Halliday, não apenas por ser um trabalho bem-sucedido no que diz respeito à língua, mas por constatarem que esse modelo promove uma reflexão acerca dos diversos processos semióticos e sociais, e de *todos os modos de representação* (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006, p.20, grifo nosso).

O ponto de partida da abordagem de Kress e van Leeuwen baseia-se no pressuposto de Halliday de que os artefatos comunicativos podem ser caracterizados ao longo das dimensões definidas pelas três *metafunções* da LSF: *ideacional*, *interpessoal* e *textual*. A metafunção ideacional “representa/constrói os significados de nossa experiência” (FURTADO DA CUNHA e SOUZA, 2007, p.21); os enunciados remetem a eventos e ações de nossa atividade, indicam o conteúdo ideacional presente nos usos da linguagem. A metafunção interpessoal refere-se aos papéis dos participantes na interação social; trata dos usos da língua para representar relações interpessoais. A metafunção textual está ligada à organização dos aspectos semânticos, gramaticais e formais, funcionando em conjunto no texto.

Kress e van Leeuwen criam um paralelo com cada uma das metafunções e propõem três correspondentes funções para a *Gramática de Design Visual* (doravante GDV). Essas três funções, associadas às de Halliday são as:

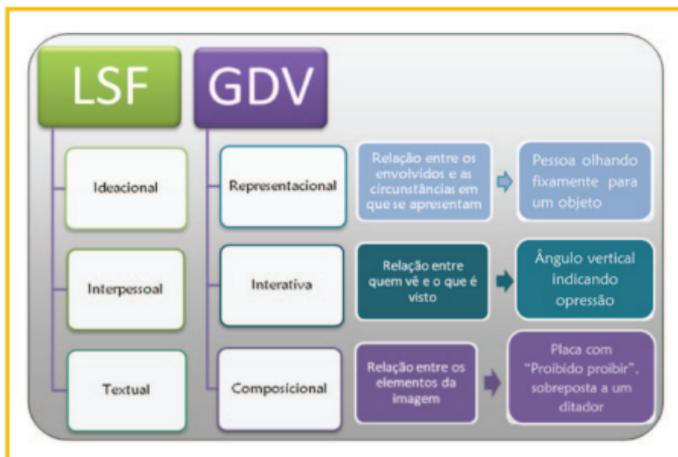
- *Representacional* (ideacional da LSF), em que estruturas verbais e visuais controem as naturezas dos eventos, dos

objetos e participantes envolvidos e das circunstâncias em que eles estão. Assim, enquanto na língua os objetos podem ser conectados como “O professor cumprimentou o aluno”, na comunicação visual, uma pessoa pode olhar fixamente para um objeto.

- *Interativa* (interpessoal da LSF), em que recursos verbais e visuais produzem a natureza das relações entre falantes/ouvintes, escritores/leitores e videntes/e o que é visto. Dessa forma, na língua, podemos indicar se estamos fazendo um pedido ou dando uma ordem e, na comunicação visual, o ângulo vertical de uma câmera, na direção de cima para baixo, de um pai para um filho, pode indicar uma relação de autoridade e opressão.
- *Composicional* (textual da LSF), em que é considerada a relação entre os significados representacional e interativo, assim como essa relação se configura através do valor da informação, da estruturação e da ênfase relativa dada a elementos textuais ou imagéticos. Dessa maneira, na língua, é possível contar com a referência e outros elementos coesivos para criar um todo significativo; já na comunicação visual, uma placa com os dizeres “Proibido proibir”, sobreposta à imagem de um ditador, confere ênfase ao elemento em primeiro plano.

Essa recontextualização das metafunções propostas por Halliday para as funções da GDV de Kress e van Leeuwen pode ser esquematizada da seguinte forma:

**Gráfico 1:** Reconfiguração das metafunções da Linguística Sistêmica-Funcional para a Gramática de Design Visual



Uma vez que objetivamos analisar de que forma os recursos semióticos são convencionados na enquete, construindo a identidade dos políticos, decidimos focalizar nossa análise no sistema de significados composicionais, uma vez que a maneira pela qual os elementos das enquetes são integrados confere coerência ao todo. Assim, no tópico seguinte, discorreremos mais detalhadamente sobre essa última função, a *composicional*, recorte deste estudo.

### ***Função composicional***

Conforme afirmam Kress e van Leeuwen (1996, p. 177), a metafunção composicional se realiza por meio de três sistemas associados:

a) *valor informativo*, em que, dependendo da “zona” da imagem onde as elementos se localizam – esquerda/direita, parte superior/ parte inferior e centro/margem –, são conferidos valores distintos quanto à informação;

b) *saliência*, em que os elementos são dispostos de modo específico com a finalidade de atrair a atenção do interlocutor, por meio de vários fatores, como o posicionamento em primeiro ou em segundo plano, o tamanho, os contrastes quanto ao tom, à cor, a luminosidade, à nitidez etc.; e

c) *estruturação*, em que é levada em conta a presença de elementos, ou grupos de elementos, conectados ou desconectados da imagem, através de linhas divisórias apreendidas da imagem ou linhas do próprio frame dela.

Para os autores, esses três sistemas, por meio dos quais as composições integram os significados representacionais e interativos, são aplicáveis a qualquer texto visual complexo ou multimodal. Além disso, é imprescindível considerar todos os elementos de forma integrada; não o texto verbal como “primordial” e o visual como “ilustração”, como se fossem elementos constituídos por unidades distintas. Veremos, então, como se configura cada um desses três sistemas que promovem o sentido da composição.

a) Valor informativo

No que diz respeito ao primeiro sistema composicional, o valor informativo, Kress e van Leeuwen (2006), partindo de uma generalização,

advinda da observação de vários textos multimodais, afirmam que – quando as imagens ou layouts fazem uso significativo do eixo horizontal, dispendo alguns elementos à esquerda do centro e outros, à direita – o lado esquerdo é o lugar em que as informações já conhecidas pelos interlocutores, de forma consensual ou familiar, são posicionadas; é o chamado *dado*. Por outro lado, as informações novas, parcial ou totalmente desconhecidas pelo leitor (o que demanda uma maior atenção), são apresentadas do lado direito do texto; é o denominado *novo*. Dessa forma, o novo é o problemático, o contestável, enquanto o dado é apresentado como o que já é considerado como consenso. Segundo Kress e van Leeuwen (2006, p. 181), essa estrutura dado-novo é ideológica, na medida em que pode não ser considerada como tal pelo leitor real, mas é apresentada “como se tivesse esse status ou esse valor para o leitor”, e, por isso, os leitores “devem lê-la dentro dessa estrutura, mesmo se essa avaliação for depois rejeitada por algum leitor em particular”. Os autores ressaltam que as estruturas dado-novo podem ser verificadas em diagramas, em filmes e na televisão. No caso das entrevistas e enquetes da mídia, por exemplo, o entrevistador é normalmente apresentado do lado esquerdo (levando em conta quem visualiza a cena) da tela, enquanto o entrevistado aparece do lado oposto, o que reforça a ideia de que estaríamos mais familiarizados com quem faz as perguntas, aquele com o qual compartilhamos nossas opiniões e considerações, com quem nos identificamos. Já do lado direito, espera-se que o entrevistado forneça a informação nova. É o que pode ser verificado abaixo:

**Quadro 1:** “Quanto é o salário mínimo?” (dia 18/05/09)

C1	C2	C3
		
<p>DG: Vai votar contra ou vai votar a favor do aumento do salário mínimo?</p>	<p>Entrevistado: Somos favoráveis a sua, sua aprovação.</p>	<p>DG: O senhor disse que é a favor do aumento. Qual o aumento que o senhor vai votar? Pra quanto vai o salário mínimo?</p>

De forma semelhante como acontece nos textos em que há uso significativo do eixo horizontal, caracterizando a estrutura dado-novo, quando há uma utilização do eixo vertical de uma composição visual e alguns dos elementos constituintes estiverem dispostos na parte superior, estes serão apresentados como o *ideal*, opondo-se, portanto, aos elementos que são apresentados na parte inferior, o *real*. Para que algo seja considerado ideal, é necessário que seja apresentado “como a essência idealizada ou generalizada da informação e, portanto, como sendo a sua parte ostensivamente mais saliente” (KRESS E VAN LEEUWEN, 2006, pp. 186-187). De maneira oposta, para ser real, os elementos apresentados na parte inferior da composição têm natureza concreta, prática. Kress e van Leuween (2006) lembram que, do mesmo modo que o dado e o novo, a estrutura real-ideal pode ser utilizada não só em imagens, mas também em textos mistos, em layouts. Os autores procuram também deixar claro que as investigações alinhadas pela semiótica visual levam em conta as culturas ocidentais e que, por isso, outras culturas que apresentam uma direção de leitura diferente

da direção ocidental (que é da direita para esquerda e de baixo para cima), provavelmente, atribuirão outros valores às áreas das composições visuais.

Além das estruturas dado-novo e real-ideal, a informação visual pode ser estruturada por meio das dimensões do centro e da margem. De forma geral, se a composição visual fizer uso significativo do centro, certamente este constituirá o foco da informação em detrimento das informações marginalmente dispostas. Normalmente, as margens são elementos auxiliares e dependentes, além de apresentarem natureza idêntica ou semelhante entre si. Ainda no que diz respeito às margens, Kress e van Leeuwen (2006) acrescentam que o quanto são marginais depende do tamanho do centro e da saliência. Além disso, mesmo que não haja explicitamente um centro, ele continua a existir *in absentia*, o lugar do “governante divino”, “como um (negado) ponto central invisível, ao redor do qual tudo gira” (KRESS E VAN LEEUWEN, 2006, p.197).

Quanto a essas duas estruturas, ideal-real e centro-margem, levemos em conta a sequência abaixo (que dá continuidade ao quadro anterior)

**Quadro 2:** “Quanto é o salário mínimo?” (dia 18/05/09) - continuação

C4	C5	C6
		
[som 1: algo sendo engolido brusca e dificilmente]	[som: música minguando até parar]	[som: semelhante a uma canção de ninar, típico de alguns brinquedos]

## Sintaxe em *foco*

C7	C8	C9
		
<p>Entrevistado: Quanto é o salário mínimo hoje?</p>	<p>[som: grilo cricilando] DG: Tempo!</p>	<p>Entrevistado: tic-tac, tic-tac... [som: relógio de cuco]</p>
C10	C11	C12
		
<p>[som: relógio de cuco] Entrevistado: De cabeça, não sei...</p>	<p>[som: batida violenta] DG: De cabeça, não tem?</p>	<p>Entrevistado: Não tenho. DG: O seu salário, o senhor sabe quanto é? Entrevistado: De cabeça, não tenho. [som urros fortes]</p>

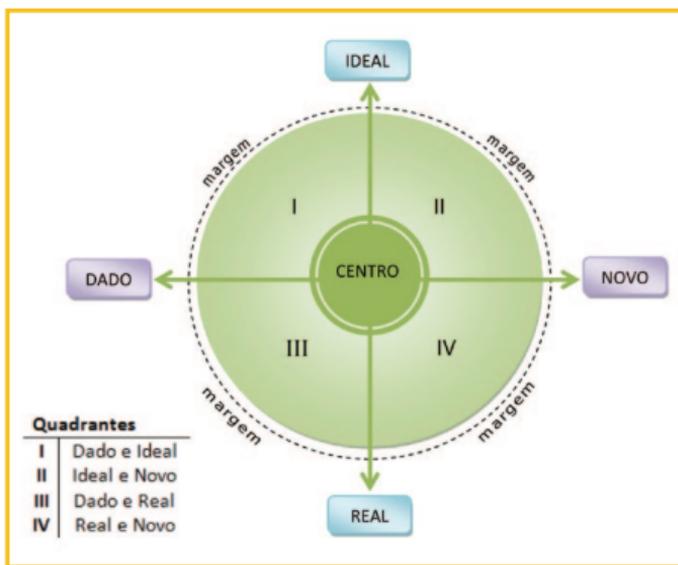
Ao ser questionado a respeito do valor reajustado do salário mínimo – aumento proposto por uma medida à qual afirmou ser favorável –, o entrevistado demonstra não só ter sido surpreendido com tal pergunta (o que também é comunicado pela deformação de seu rosto e pelo som que alude a algo engolido “a seco”, dificilmente) como também não saber a resposta. Esse fato permitiu que a situação protagonizada pelo político passasse a

ser associada a um “cochilo”, uma “soneca”, leitura possível através da representação de uma espécie de gorro usado para dormir em congruência com uma música apropriada para embalar o sono. O recurso pictórico do gorro ocupa a posição ideal, no que diz respeito ao valor informativo, levando em conta que indica um sentido idealizado, opondo-se ao real, que corresponde à imagem do político, tentando lembrar a resposta.

Da mesma forma, a partir da C8, verificamos a presença da informação precisa quanto ao valor do salário mínimo reajustado – resposta esperada à pergunta feita –, posicionado no canto inferior do quadro, correspondendo ao real, já que apresenta uma informação real, concretamente. Tendo em vista que o entrevistado demora a fornecer uma resposta, é estabelecido um “tempo” (C8) para que, enfim, ela seja dada. Em função disso, ocupando o centro da imagem, como uma espécie de mediação entre os dois, há a representação de um relógio de bolso, em movimento pendular, “tiqueta-queando” em consonância com o som correspondente. Percebe-se, então, que esse relógio-pêndulo ocupa a posição central, constituindo o foco da atenção, em detrimento das demais. Essa disposição enfatiza o passar do tempo necessário para que o entrevistado responda corretamente, ao passo que marca, a cada batida, menos tempo para que isso se realize.

Graficamente, as três estruturas que promovem o valor informativo da composição visual podem ser observadas na página seguinte:

**Gráfico 2:** As dimensões do espaço visual, segundo Kress e van Leeuwen (2005)



### b) Saliência

Segundo Kress e van Leeuwen (2006), além da variação de valores informativos atribuídos a determinada área em que os elementos estejam posicionados, a composição envolve graus de saliência em relação a esses elementos. Há hierarquias de saliência, conferindo mais importância a um ponto específico da composição, dizem os autores, independentemente de onde estejam posicionados. Pode haver mais saliência, por exemplo, no dado, no novo ou em ambos, o que também é válido para qualquer outra posição, como o ideal/real ou centro/margem. Conforme esclarecem os au-

tores, não é possível mensurar essa saliência, uma vez que ela é apreendida pelos leitores, que conseguem intuitivamente julgar o “peso” dos elementos, no todo composicional, por meio de uma complexa relação entre alguns fatores: *tamanho*, *cor*, *tonalidade* (áreas com forte contraste indicam maior saliência), *foco* (quanto mais focados, mais os elementos são salientes), *perspectiva* (elementos posicionados em primeiro plano são mais salientes do que os apresentados em segundo plano), *sobreposição* (os elementos sobrepostos são mais salientes do que os elementos encobertos) e *símbolos culturais potentes* (pode ser o conjunto de elementos, como uma mulher, em um anúncio publicitário, com trajes de executiva, utilizando laptop e celular conferindo uma ideia de mulher independente e inserida no mercado de trabalho, ou pode ser a presença de uma figura humana importante). Os quadros a seguir ilustram os graus de saliência:

**Quadro 3:** “Qual o nome do ministro da Agricultura” (dia 06/04/09)

C1	C2	C3
		
<p>DG: Nos últimos controles de qualidade, eu recebi algumas reclamações de alguns deputados.</p>	<p>Que disseram que eu fico perguntando coisas de jihad, Afeganistão, assuntos...</p>	<p>... que não têm tanta importância para nossa política nacional (...)</p> <p>[som: gargalhada com tom maléfico]</p>

**Quadro 4:** "Venezuela preparada para uma possível guerra com a Colômbia" (dia 30/12/09)

C1	C2	C3
		
<p>RC: A Venezuela, através do seu presidente Hugo Chávez, disse que tem de estar preparada para uma guerra. Chávez disse isso. A guerra é contra quem?</p>	<p>LR: contra Hugo Chávez, eu acho. Hugo Chávez é meio maluco.</p>	<p>LR: [a guerra] é contra ninguém. [som: instrumento de corda desafinando] É contra...</p>
C4	C5	C6
		
<p>LR: ele tem sido contra a imprensa. Eu acho que vocês lá...</p>	<p>Já teriam sido... [som 1: clique em um controle remoto; som 2: canais sendo trocados na TV]</p> <p>(os sons descritos ocorrem sempre que o deputado faz um movimento com o polegar, semelhante ao movimento de apertar um controle remoto. Ocorre até o C7)</p>	<p>[som 1: clique em um controle remoto; som 2: canais sendo trocados na TV]</p>

C7	C8	
		
<p>[som 1: clique em um controle remoto; som 2: canais sendo trocados na TV]</p>	<p>... fuzilados</p>	

Quanto ao quadro 3, é anunciada a razão da mudança do tópico das perguntas do CQ do mês de abril, em relação ao mês anterior: as queixas dos deputados em razão de perguntas sobre 'jihad', Afeganistão ou terrorismo (tópico da pergunta do quadro 1) que, segundo eles, não teriam tanta importância, o que é retificado pela representação do terrorista Osama Bin Laden (constituindo o novo da composição), que confere saliência a esse elemento por ser uma figura humana de grande importância, uma vez que é considerado autor dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e das ameaças posteriores a essa data. Assim, argumenta-se visualmente, em contraponto ao que é dito verbalmente, que 'jihad', terrorismo ou assuntos afins deveriam ser de importância nacional e deveriam fazer parte do conhecimento dos políticos.

Já no quadro 4, o deputado é questionado a respeito de uma notícia, segundo a qual o presidente da Venezuela Hugo Chávez teria dito que seu país deveria estar preparado para uma possível guerra com a Colômbia. Ao afirmar que a guerra seria contra o próprio presidente e que este seria contra a imprensa, o deputado apresenta uma hipótese quanto ao destino do programa (aludido por "eu acho que vocês lá", em C4): se fizessem parte

da programação da televisão venezuelana, provavelmente, os integrantes do CQC seriam fuzilados. No entanto, entre as cenas 4 e 8, antes de concluir seu enunciado, há a sobreposição de um aparelho televisivo, de aspecto antigo, no rosto do Rafael Cortez, um dos representantes do programa, formando um frame (sobre a estruturação, trataremos a seguir), separando-o do político e incluindo-o entre as pessoas e os personagens da televisão.

Essa leitura é possível porque, alguns segundos depois, em conjunto com o movimento da mão do deputado, as imagens vão modificando-se, em alusão à troca de canais, em que são exibidas as imagens do personagem Professor Tibúrcio (do programa *Rá-Tim-Bum*, interpretado por Marcelo Tas, também um dos integrantes do CQC), do Chacrinha (apresentador falecido) e de Hebe Camargo (apresentadora de programa de auditório), até que a TV falhe e saia do ar, no mesmo momento em que o político diz que eles “seriam fuzilados”. Esse recurso semiótico, sobreposto ao rosto do integrante, produz um alto grau de saliência, chamando a atenção do telespectador para esse momento da enquete. Além disso, durante essas cenas, há como música de fundo o tema do filme “A Ponte do Rio Kwai”, que se passa durante a Segunda Guerra Mundial, o que cria uma saliência mais fraca em relação aos recursos pictóricos, mas que está em relação com a temática da enquete.

Segundo Kress e van Leeuwen (2006, p.202), quando somos capazes de julgar esse “peso” dos elementos da composição, também somos capazes de fazer julgamentos acerca do equilíbrio entre eles, levando em consideração que “o peso que eles colocam na balança deriva de um ou mais fatores acima mencionados”. De acordo com os autores, quando os elementos da composição estão reunidos, há a formação de um ponto de equilíbrio, como em um móvel, em que um ponto central sustenta os demais. Tal afirmação corrobora a presença do centro, mesmo *in absentia*, conforme foi explicado na estrutura centro-margem, quanto ao valor informativo.

### c) Estruturação

Terceiro elemento-chave da composição, a estruturação diz respeito às graduações entre os elementos mais ou menos fortemente enquadrados. Dessa forma, os elementos são apresentados como participantes de uma unidade separada das demais ou relacionadas entre si. As cenas podem representar fronteiras ou a ausência deles pode indicar uma natural conexão. Além disso, há potenciais de sentidos no tamanho e no formato das Cs. Linhas irregulares podem representar perigo ou desnível e linhas suaves e arredondadas, conforto e maciez. É o que podemos observar no exemplo abaixo:

**Quadro 5:** Estruturação (enquete do dia 12/10/09)

C1	C2	C3
		
<p>DG: Olha, você formam um lindo casal, viu?</p>	<p>AB: (risos) Evidente.</p>	<p>AB: ... um trio nós somos agora.                      DG: Opa, entrei, entrei na roda.                      AB: é.</p>

O entrevistador Danilo Gentili comenta, devido ao fato de estarem de braços dados, que os deputados formam um lindo casal, o que também é comunicado, em forma de coração e na cor vermelha, delimitando-os, o que corrobora a ideia de romantismo conferida à situação (que também é

verificada no modo sonoro, já que a música de fundo também é romântica, com uma melodia suave). No entanto, essa separação dos dois deputados, em relação ao entrevistador, é desfeita no terceiro quadro, levando em conta que o deputado, em tom de brincadeira, afirma que agora eles formam um trio, desfazendo a necessidade do agrupamento anterior e criando outro.

Van Leeuwen (2005) sugere que é possível relacionar categorias que descrevem os tipos de estruturação e cada uma delas teria um potencial semiótico. O autor lista seis categorias, lembrando que elas são gerais e podem ser usadas diferentemente em diferentes contextos:

a) *segregação*, em que elementos ocupam diferentes áreas enquadradas, representando que são pertencentes a ordens distintas;

b) *separação*, em que os elementos não são separados por quadros ou molduras, mas por espaços vazios, indicando que eles podem ser similares em alguns aspectos e distintos em outros (como o título e o texto que ele anuncia);

c) *integração*, em que texto e imagem ocupam o "mesmo espaço", ou seja, operam multimodalmente como um elemento;

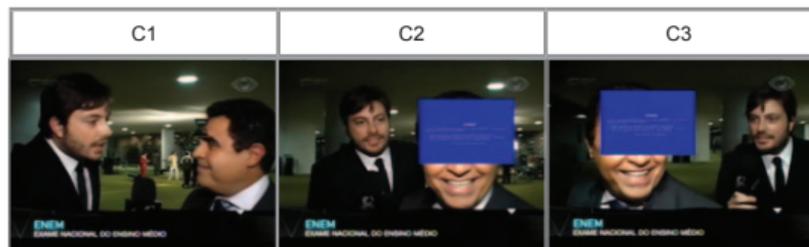
d) *sobreposição*, em que as Cs sobrepõem elementos a outros, como uma imagem que rompe a moldura ou atravessa o título de uma capa de revista, por exemplo;

e) *ritmo*, em que a padronização de cor, formato, tamanho etc. da moldura pode conectar elementos que estejam separados fisicamente por elas; e

f) *contraste*, em que, diferentemente do ritmo, a cor, o formato e o tamanho indicam diferenças.

Kress e van Leeuwen (2006) esclarecem que as três metafunções da GDV também são aplicadas à imagem em movimento, entretanto há diferenças quanto à construção de sentidos. No que concerne à função composicional, focalizada neste estudo, os autores afirmam que os três elementos (valor informativo, saliência e estruturação) também atuam nas fotografias (*shots*) em um filme ou programa televisivo, no entanto a composição torna-se dinâmica. Algo que começa como o dado pode mover-se para a posição do novo “na frente de nossos olhos” (KRESS E VAN LEEUWEN, 2006, p.264). É o que ocorre, por exemplo, no exemplo a seguir:

**Quadro 6:** Alterações das Estruturas Composicionais dinâmicas (dia 06/04/09)



Notem que o deputado federal Wilson Santiago não responde a enquete (a respeito do significado da sigla ENEM) e afasta-se do jornalista sem respondê-la. O caminho percorrido pelo político, diante da câmera, faz com este passe da posição de novo para dado, rapidamente.

Além da função composicional da GDV, fundamentamos nossa análise nos estudos de Kostelnick e Hasset (2003), sobre as convenções retóricas,

que exercem um papel relevante nos mais variados gêneros. Portanto, no tópico a seguir, abordaremos a natureza social das convenções, o seu papel na construção dos sentidos das composições visuais e como isso se configura no âmbito das enquetes do CQ.

### **Documentos multimodais: um mosaico de convenções**

O *design* integra uma ampla variação de códigos convencionais que estão constantemente se modificando. No entanto, a linguagem visual do *design* é muito mais acessível – se comparada à linguagem verbal – tanto perceptual quanto hermeneuticamente, já que é assimilada, grosso modo, intuitivamente. Por isso, não podemos escapar da presença desses códigos ou de seu poder de nos moldar culturalmente. Sobre essa questão, Kostelnick e Hasset (2003a, p. 11) afirmam que o *design* é “inerentemente retórico”, uma vez que os *designers* usam seus artefatos para comunicar objetivando alcançar alguns fins. Ao mesmo tempo, advogam os autores, o *design* integra esses artefatos entre audiências complexas, o que ocorre, normalmente, dentro das expectativas do público, sendo, por isso, “inerentemente convencional”. Para os autores, essa linguagem convencional não é escrita de forma impulsiva, mas é reproduzida ao longo dos anos, promovendo interpretações de estabilidade, verdade e poder.

As formas de *design* “operam entre um universo de códigos convencionais que mediam profundamente nossa interpretação da linguagem visual” (2003a:12). Assim, as convenções fornecem o “fio que trança” nossas experiências sensoriais, permitindo a criação de uma linguagem coerente por meio de uma estrutura profunda do *design*. Quanto à mutabilidade das convenções, os autores sinalizam para um fator importante: os artefatos de *design* “não são inertes, predestinados ou acidentais”, mas manifestam visualmente ações dos usuários; são, portanto, o discurso visível da língua

viva em constante transformação. Isso se justifica pelo fato de *designers* conscientemente empregarem as convenções e os leitores a interpretarem, o que se dá pelo compartilhamento de experiências de natureza diversa. Por essa razão, as convenções são intrínseca e profundamente sociais, já que são proliferadas e sustentadas por grupos sociais. Dessa maneira, conforme afirmam os autores, as convenções são vulneráveis porque “são construtos sociais que dependem dos grupos que os usam, os aprendem e os põem em prática”. (IBID, 2003, p.24).

A maneira como nós passamos a fazer parte de uma comunidade de discurso e como apreendemos culturalmente seus códigos convencionais também varia consideravelmente. Esse processo ocorre quando nós nos deparamos com elementos visuais, os compreendemos e, em seguida, agimos de acordo com nossa interpretação. Em função do sucesso ou da falha de nossas ações, nós reajustamos nossos modelos mentais acerca desses elementos visuais, os reinterpretemos e aplicamos essa interpretação sempre quando em presença de tais elementos. Essa habilidade é adquirida à medida que nos tornamos fluentes na linguagem visual, o que é, em parte, desenvolvido em nossa educação silenciosa, de forma autônoma. No que diz respeito às enquetes do CQ, verifica-se a formação de convenções quanto aos recursos semióticos, que representam ações diversas que, por sua vez, produzem efeitos de sentido particulares, como o *efeito de reprovação* (como a marreta que atinge a cabeça do deputado e esta fica, conseqüentemente, deformada), o *efeito de aprovação* (como o som de tilintar metálico), o *efeito de deboche* (como o nariz-de-palhaço sobreposto ao nariz do político) etc.

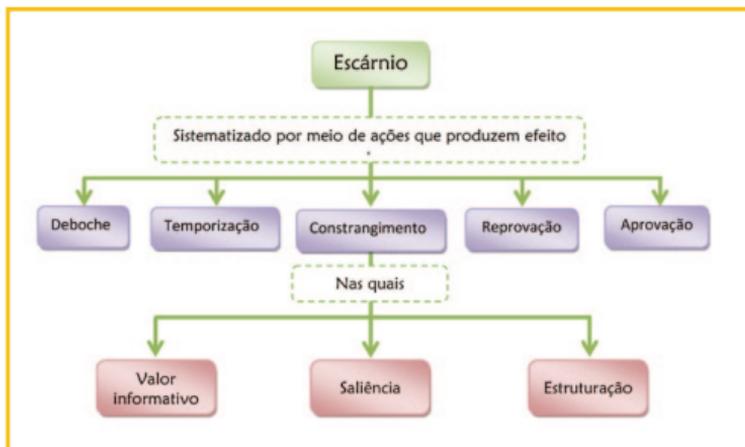
Tendo em vista que o escárnio<sup>1</sup> permeia a utilização dos recursos semióticos de nosso *corpus*, apresentamos um gráfico abaixo que apresenta a

---

1. Esse termo, uma espécie de hiperônimo dos demais, foi escolhido tendo em vista que há um tom de zombaria manifesta mesmo em ações que produzem efeito de aprovação.

categorização dos efeitos de sentido produzidos a partir das ações representadas pelos recursos, nas quais operam as três estruturas composicionais:

Gráfico 3: Categorias de Análise



No próximo tópico, demonstraremos como essa dinâmica se realiza. Para isso, iremos nos deter à análise dos recursos semióticos convencionados como ações que produzem, sobretudo, efeito de reprovação, tendo em vista as estruturas *valor informativo*, *saliência* e *estruturação*. Amplamente utilizadas nas enquetes, essas ações representadas pelos recursos funcionam como instrumento para julgar negativamente as atitudes dos políticos.

### Como a função composicional opera nas enquetes?

Levemos em conta as seguintes enquetes:

Quadro 7: "Crise da pecuária" (dia 06/04/09)<sup>2</sup>

C1	C2	C3
		DG: Como vai? Tudo bom, seu deputado? O que tá rolando aqui?
C4	C5	C6
LCH: a questão da crise da pecuária de corte dos frigoríficos.	DG: Agora, pra quem tá em casa, e não sabe, quantos ministérios o governo tem ligados à agricultura?	[som: parecido com o ruído de uma porta pesada e antiga, em movimentação] LCH: tem dois ministérios.

2. Imagens capturadas a partir do vídeo disponível em: [http://videos.band.com.br/v\\_17429\\_danilo\\_gentili\\_testa\\_o\\_nivel\\_de\\_conhecimento\\_dos\\_politicos.htm](http://videos.band.com.br/v_17429_danilo_gentili_testa_o_nivel_de_conhecimento_dos_politicos.htm)

## Sintaxe em foco

<p>C7</p>  <p>DG: Pra quem tá em casa e não sabe o nome dos ministros ligados à agricultura?</p>	<p>C8</p>  <p>Reinhold Stephanes e o Guilherme de Cassel. [tilintar metálico]</p>	<p>C9</p>  <p>DG: o senhor acha que um deputado, pra executar bem seu trabalho, ele precisa ter um bom conhecimento do que acontece no executivo? [som: semelhante a uma porta rangendo rapidamente]</p>
<p>C10</p>  <p>JL: Com certeza absoluta, né? Tem que tá a par da situação que tá acontecendo no governo porque nós deputados e viemos pr'aqui pra fiscalizar o executivo e legislar, fazer lei, né?</p>	<p>C11</p>  <p>DG: o nome do ministro da agricultura conhecemos?</p>	<p>C12</p>  <p>JL: conhecemos. [som: galho sendo contorcido ou crescendo]</p>

<p>C13</p> 	<p>C14</p> 	<p>C15</p> 
<p>DG: que é o? [som: Algo sendo engolido brusca e dificilmente]</p>	<p>JL: Eu agora, me, me falta a memória, aqui, no momento.</p>	<p>DG: o senhor conhece? JL: conheço, de perto.</p>
<p>C16</p> 	<p>C17</p> 	
<p>DG: e o do Desenvolvimento Agrário? JL: conheço todos eles, porque participo sempre das reuniões do governo</p>	<p>DG: Amigo deles? JL: isso, são amigos. DG: mas não lembra o nome? [som: semelhante a uma mola que se rompe] JL: não lembro o nome... DG: Mas é amigo chegado? [som: grasnar de pato ou marreco]</p>	

Nas primeiras cenas, DG pergunta ao deputado federal Luiz Carlos Heinze se há algo ocorrendo no Congresso e, este responde àquele que há uma discussão sobre a crise da pecuária de corte dos frigoríficos. Em seguida, o deputado diz, em função de duas novas perguntas de DG, que há dois ministérios ligados à agricultura e que os ministros ligados a esses ministérios são Reinhold Stephanes e Guilherme de Cassel. Por conceder respostas objetivas e corretas, há um tilintar metálico que confere um valor semântico de aprovação, amplamente convencionado nas enquetes. De certa forma, apresentá-lo, logo de início, indica um exemplo do que é considerado pelo programa como um político bem-informado, que tem conhecimento sobre o que ocorre no Congresso, pelo menos. No entanto, esse 'tipo de político' não é o que se observa nas cenas seguintes. Especificamente em C9 e C10, verificamos que o deputado federal Jurandy Loureiro, diante de pergunta semelhante ("o senhor acha que um deputado, pra executar bem seu trabalho, ele precisa ter um bom conhecimento do que acontece no executivo?", em C9), prontamente responde afirmativamente à questão, com serenidade e sobriedade: "Com certeza absoluta, né? (...)" (C10).

C12



JL: conhecemos  
[som: galho sendo contorcido ou crescendo]



Figura 1: Personagem Pinóquio



Figura 2: Representação de Pinóquio, referente à sua

Diante da resposta, DG questiona se o político conhece – ou seja, se sabe – o nome do ministro da agricultura; o deputado, por seu turno, responde que conhece. Entretanto, o recurso semiótico, do modo imagético, contradiz essa resposta, uma vez que há um aumento do comprimento do nariz do deputado.

Essa ação ganha saliência nesse momento, sobretudo porque ela ocupa a posição *Central*, quanto ao valor informativo, uma vez que se encontra no centro do rosto do político e ‘aponta’ para o centro da cena, o que indica que sua resposta é uma mentira e devemos atentar para essa informação. O recurso pictórico utilizado em C12 dialoga com o personagem de histórias infantis Pinóquio, cujo nariz crescia em função das mentiras que contava, como mostra a figura 2<sup>3</sup>.

Essa associação é reforçada pelo recurso semiótico, do modo sonoro, que alude a um galho de árvore crescendo, como descrito em C12. Esse som se justifica pelo fato de o personagem Pinóquio ser um boneco de madeira, feito a partir de um tronco de pinheiro. O próprio nome do personagem, *Pinochet* (em italiano, língua original da história) significa pinhão, que é uma semente de um tipo de pinheiro.

É importante lembrar que esse recurso de um nariz-que-cresce também faz parte das convenções retóricas construídas ao longo das enquetes e produz o efeito, como foi possível verificar, de reprovação. Após ser ‘reprovado’, o deputado passa por um constrangimento (C13), efeito produzido a partir do recurso que consiste na deformação do rosto do político associado ao som de algo sendo engolido dificilmente, que confere um alto grau de saliência a esse momento, assim como analisamos no tópico anterior. Isso

---

3. Fonte das figuras 1 e 2: <http://globoesporte.globo.com/platb/files/949/2011/04/Pin%C3%B3quio-350x260.jpg>.

se deve ao fato de, frente à pergunta de DG (“*que é o?*”), o deputado afirmar não lembrar o nome do ministro (da Agricultura), naquele momento. Mas também não lembra o nome do ministro do Desenvolvimento Agrário, mesmo afirmando que ambos são seus ‘amigos’. Por ser incoerente o fato de não lembrar/saber os nomes daqueles que são considerados como amigos, DG questiona: “*mas não lembra o nome?*” (C17). Pergunta que é seguida por um recurso sonoro semelhante a uma mola que se rompe, como uma espécie de ladainha que cessa, de ‘conversa fiada’ que se encerra.

Se, anteriormente, o deputado Jurandyr Loureiro tinha passado por momentos de embaraço – ao dizer que conhecia os nomes dos ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, mas que não lembrava nenhum dos dois, mesmo sendo de seus “amigos” –, a partir da cena 17, o deputado nem mesmo se dá conta da situação que protagoniza. Atentamos, então, para o quadro 32 a seguir, que dá continuação ao anterior.

**Quadro 8:** “Crise da pecuária” (dia 06/04/09) – continuação

C18	C19	C20
		
<p>DG: o que o senhor acha do Ministério da Apicultura? [som: corda de instrumento musical rompendo-se]</p>	<p>JL: o trabalho que eles estão fazendo</p>	<p>...o trabalho que eles estão fazendo são trabalhos importante.</p>

C21	C22	C23
		
<p>DG: mas o senhor acha que o ministro da apicultura é um bom ministro?</p>	<p>JL: Lógico, lógico, [som1: música cessando bruscamente; som 2: vozes gritando 'Não!', com o 'a' prolongado.] pela competência que ele tem, porque geralmente, é, é, se ele foi escolhido pra ocupar essa (?) é porque tem competência.</p>	<p>DG: Obrigado. Oh, eu fico mais tranquilo que o senhor tá fiscalizando aí.</p> <p><i>(o deputado sai do enquadre da cena, julgando já ter terminado a enquete, mas volta quando DG diz "oh")</i></p>
C24	C25	C26
		
	<p>[som: de uma espécie de apito]</p>	<p>JLJL: Tá bom, querido. Muito obrigado.</p>

Em C18, o deputado é questionado acerca do Ministério da Apicultura (pela familiaridade sonora com “Agricultura” e “Aquicultura”) que, segundo informa a legenda – esta sempre ocupa a posição *Real* nas cenas e apresenta uma estruturação bem marcada de separação – ainda não foi criado. Como “apicultura” é a criação de abelhas, o recurso semiótico utilizado para indicar

que o deputado foi atingido é uma abelha que pica a testa do deputado, deixando-a ferida, como pode ser visto em C19 e C20. O recurso da *picada de abelha* constitui a informação *Ideal*, ideologicamente mais saliente, já que metaforiza o fato de o deputado ter sido ‘ferido’ por uma abelha (justificado pelo suposto ministério da “apicultura” do qual falava o deputado). Ao discorrer sobre esse ministério e os trabalhos desenvolvidos pelo ministro responsável, o deputado Jurandyr demonstra não ter credibilidade para discutir questões relacionadas aos ministérios – as partes acabam por criar a ideia do todo – e, por conseguinte, sobre questões relevantes para a população.

Conforme seu próprio discurso inicial, não está preparado para desempenhar um bom papel, já que não é bem-informado, de certa forma internalizado, assumido como verdade, tendo em vista a formulação da pergunta que, como comentamos anteriormente, apenas oferece duas possíveis respostas (sim ou não), o que induz o político a responder afirmativamente, já que se considera um pressuposto para o exercício de seu cargo. São várias as ações representadas pelos recursos semióticos que produzem o efeito de reprovação que, juntos, criam um alto grau de saliência nos momentos em que atuam e reforçam, por isso, a construção da identidade do político desinformado/não-preparado para ser político: além do nariz-de-palhaço em conjunto com o som de um galho crescendo, há a picada de uma abelha (convenção em pequena escala, já que se associa a esta situação em particular), som de vozes gritando “Não!”, com o ‘a’ prolongado (C22) e a ‘marretada’ na cabeça do político que fica deformada. Por fim, depois de tantas reprovações, o deputado agradece ao integrante do programa por este ter dito que fica mais “tranquilo” por saber que há pessoas como esse político “fiscalizando”, sem nem mesmo perceber que essa afirmação se trata de uma ironia, já que – pela leitura orientada pelas estratégias desenvolvidas pelas enquetes –, com políticos como o deputado Jurandyr Loureiro

que desconhecem questões relacionadas ao próprio ambiente de trabalho, ficamos ainda mais preocupados com a situação do país.

### **Considerações finais**

Como pudemos demonstrar, em ações com efeito de reprovação, de constrangimento e outras com tom negativo, há um intenso uso de recursos semióticos visuais em congruência com os sonoros. Na maior parte dos casos, o político é “atingido” por objetos variados, indicando que ele foi reprovado pelo *Controle de Qualidade* e que, por consequência, não desempenha um bom papel. Esse recurso visual, juntamente com o sonoro – considerando que há sempre associação a um som, que varia quanto ao grau de reprovação, como vimos –, enfatiza fortemente a figura do político que é “ferido” pelo objeto, já que sempre há deformação de sua face e representação de sangue que sai de seu rosto. Em contrapartida, os recursos que produzem o efeito de aprovação são mais sutis e, normalmente, são recursos sonoros, conferindo menor grau de saliência em relação aos recursos com efeito negativo. Uma leitura autorizada que se pode apreender dessa construção, conduzida pelas escolhas discursivas das enquetes – quais manchetes são exibidas, quais questionamentos são feitos, quais depoimentos são exibidos, quais recursos semióticos são utilizados (essa, em especial, foco de nosso estudo) etc. – é que o político deve ser bem-informado, deve saber responder àquelas perguntas e, então, não precisa ser veementemente parabenizado, só cumpre seu papel. Além disso, como é forte o caráter humorístico do quadro, pode-se afirmar que não há graça em exibir políticos que respondem corretamente às perguntas; ao contrário, provoca humor exibir políticos desinformados e que são, por isso, ridicularizados publicamente.

Ao escolher determinados conteúdos, associados à confluência de diversos recursos semióticos, dos diferentes modos, as enquetes promovem a construção de variados efeitos de sentido “para influenciar o outro, isto é, no fim das contas” é realizada uma “escolha de *estratégias discursivas*”. (CHARAUDEAU, 2006, p.39). Como foi possível verificar, portanto, as enquetes são utilizadas para legitimar o próprio discurso do CQ acerca da desinformação dos políticos, a partir da exibição de políticos que não respondem corretamente às perguntas que são propostas – com *status* de relevantes para o exercício do papel de representante do povo – em conjunto com recursos semióticos convencionados que produzem, principalmente, efeitos de reprovação e constrangimento. Assim, mostramos que há um posicionamento ideológico nas enquetes, construído por estratégias que se manifestam não só no que diz respeito às escolhas linguísticas, mas, sobretudo, quanto aos recursos semióticos de outros modos, sendo de extrema importância um olhar atento dos aspectos multimodais envolvidos na leitura dos gêneros, o que assinala para um melhor desenvolvimento de trabalhos a esse respeito.

### Referências

- DIONISIO, A. P. (2006) *Diversidades de ações sociais e de representações*: diversidade de gêneros e em gêneros. Disponível em: <<http://www.universidadedombosco.com.br/colegio/pdf/II CONGRESSO.pdf#page=11>>. Acesso em 20 jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. (2008). Gêneros Multimodais e multiletramento. In: Karwoski, A.M.; Gaydeczka, B.; BRITO, K. S.. (orgs.). *Gêneros Textuais*: reflexões e ensino. 3ª ed. União da Vitória: Kaygangue.. p. 119-132.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. (2007). *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 17-25.

- KOSTELNICK, C.; HASSET, M. (2003a). Visual Language, Discourse Communities and The Inherently Social Nature of Conventions. In: KOSTELNICK, C. *Shaping Information: the rethoric of visual conventions*. Carbondale: Southern Illinois University Press. p.10-42
- \_\_\_\_\_. (2003b). What's conventional, what's not. In: KOSTELNICK, C. *Shaping Information: the rethoric of visual conventions*. Carbondale: Southern Illinois University Press. p.43-80.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. (2006). *Reading images: the grammar of visual design*. 2ª ed. London: Routledge.
- MACHIN, D. (2007). *Introduction to Multimodal Analysis*. London: Hodder Arnold.



# Do verbal ao visual: uma análise multimodal de infográficos sob a ótica sistêmico-funcional

Rosemberg Gomes Nascimento (UFPE/CAPES/ NIG)

## Introdução

O infográfico ou gráfico informativo é um gênero textual familiar para leitores de revistas de divulgação científica e há pouco tempo era encontrado apenas em publicações de cunho científico ou tecnológico para facilitar a compreensão da informação. No entanto, atualmente podemos encontrá-lo em livros didáticos, exames seletivos, *sites* de periódicos e até em telejornais com a função de didatizar uma reportagem. O gráfico informativo lança mão em sua construção de diversas semioses que são orquestradas para tecer o gênero e alcançar o efeito de sentido pretendido. Assim, como se trata de um gênero multimodal, a Linguística Sistêmico-Funcional, mediante o sistema de transitividade proposto por Halliday e a Gramática Visual proposta por Kress e van Leeuwen (1996) tornam-se teorias basilares para uma análise dessa natureza. Nessa perspectiva, o presente capítulo tem a intenção de apresentar uma análise multimodal do infográfico *Códigos do Além*, publicado na Revista *Superinteressante* (2010) que já foi vencedora de vários prêmios internacionais referente a infográficos publicados em suas edições.

A metafunção ideacional, através do sistema de transitividade, traz uma importante contribuição para a análise dos textos verbais dos infográficos. O estudo da transitividade mostra-se crucial para nossa análise porque através da relação entre participantes, processos e circunstâncias é possível

identificar que ações estão sendo expressas no discurso e que realidade está sendo retratada. (Cf. CUNHA & SOUZA, 2007)

A Gramática do Design Visual propõe uma análise da disposição gráfico-visual dos elementos da imagem. Com base na teoria de Halliday, a Gramática Visual também se organiza em metafunções: representacional, interativa e composicional, contudo o nosso foco de interesse se concentra nesta última porque no exemplo analisado a metafunção composicional se mostrou mais evidente.

Salientamos, contudo, que em uma análise multimodal, não há supremacia de um modo de representação em relação a outro. Na realidade, ambos os modos interagem para a construção do sentido do texto e devem ser concebidos com igual importância. Por fim, esperamos que esse capítulo alcance seu objetivo principal que é apresentar ao leitor mais um caminho para análise de um gênero eminentemente multimodal, que pode se estender a outros que possuem a mesma característica.

### **Fundamentação Teórica**

#### ***Linguística Sistêmico-Funcional: noções preliminares***

A Linguística Sistêmico-Funcional (*doravante* LSF) está inserida no enfoque funcionalista da linguagem que tem por princípio basilar subordinar o estudo do sistema linguístico ao uso. Nessa teoria, há uma relação direta entre linguagem e contexto social, pois “o funcionalismo considera por princípio a necessidade de descrever expressões verbais relativamente a seu funcionamento em contextos sociais específicos” (PEZATTI, 2009, p.69)

Influenciada, principalmente, pela obra de Michael Halliday, a LSF rejeita o estruturalismo puro que era dominante como o europeu, representado

por Ferdinand de Saussure, e o norte-americano cujo expoente é Leonard Bloomfield. Para que não haja confusões conceituais vale frisar que a noção de sistema concebida pelos estudos sistêmico-funcionais é distinta da adotada por Saussure no Curso de Linguística Geral a fim de descrever e desvendar a estrutura linguística (Cf. BENVENISTE, 1988). O termo “sistêmico” concerne à “estrutura ou organização da língua de modo que possa ser usada para fazer determinadas coisas dentro daqueles contextos. (BAWARSHI; REIFF, 2010, p. 1) e o “funcional” refere-se ao papel que a língua desempenha em contextos determinados. Como se pode verificar, podemos afirmar que o “sistêmico” está relacionado ao sistema de escolhas disponíveis aos falantes de uma língua para a construção do sentido (Cf. BAWARSHI; REIFF, 2010). A ideia de escolha é bastante relevante para a teoria em estudo já que, conforme atesta Gouveia (2009), a língua, enquanto potencial de significados, se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas.

A LSF toma como ferramenta de análise os textos que são vistos como produtos autênticos da interação social (Cf. CUNHA & SOUZA, 2007). O texto, concebido como um potencial de significados culturais que é atualizado por meios linguísticos, pode se semiotizar em dois contextos imediatos que são denominados por Halliday de *contexto de cultura* e *contexto de situação*.

O contexto de cultura é tido como mais amplo e refere-se aos significados que são possíveis no interior de uma cultura particular. O contexto de situação, por sua vez, deve ser compreendido como o contexto de produção imediato, “é uma representação abstrata do entorno em termos de certas categorias gerais que têm importância para o texto” (GHIO & FERNANDÉS, 2008, p. 34). Sobre os aspectos mencionados resumem as autoras:

O texto é, então, um processo contínuo: entre um texto e seu entorno há uma relação que muda constantemente, tanto paradigmaticamente (a cultura e o sistema social que engendram o

texto) quanto sintagmaticamente (a interação social na qual se realiza: o “contexto de situação”) (*Op. cit.*, p. 37 – tradução minha)

Relacionados intimamente aos conceitos de contexto de cultura e contexto de situação, estão as noções de *gênero* e *registro*. Aquele está ligado ao contexto de cultura, no entanto, segundo Bawarshi e Reiff (2010), a obra de Halliday não se concentra especificamente na discussão acerca de gêneros, sendo esses denominados como um modo ou conduto de comunicação, um dos meios textuais disponíveis no registro, que auxilia os participantes da interação a perceber o tipo de situação em que estão imersos. O registro, vinculado, portanto, ao contexto de situação está relacionado com a variação de acordo com o uso. Existem três dimensões do registro: campo, relação e modo; as quais serão detalhadas a seguir.

O campo é o primeiro parâmetro que se observa quando se almeja obter um retrato exato do que está acontecendo, corresponde à natureza da prática social. A relação centra-se na interação entre os participantes que pode se basear na formalidade e informalidade ou na natureza mais afetiva ou menos afetiva (Cf. CUNHA & SOUZA, 2007). Por fim, o modo caracteriza-se como a forma que a linguagem encontra para se organizar na interação verbal particular, tem a ver com o meio de comunicação (oral ou escrito) e com os canais de comunicação.

As variáveis de campo, relação e modo correspondem, no nível linguístico, ao que Halliday denomina de metafunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual. A primeira (cujos maiores detalhes serão vistos na próxima seção), ligada à dimensão campo, se manifesta no sistema de transitividade e corresponde à representação de nossa experiência de mundo, tanto exterior ao sujeito, quanto no interior da consciência. Guio & Fernandés (2010) atestam que Halliday ainda apresenta duas subfunções com respeito à metafunção ideacional:

- **Experiencial:** permite aos seres humanos construir, através da linguagem, uma imagem mental da realidade que os rodeia e de sua própria realidade exterior. Gouveia (2009) lembra que tal subfunção corresponde diretamente à metafunção com a qual se subdivide, podendo, inclusive, considerar-se ideacional e experiencial como termos equivalentes. Essa subfunção permite criarmos cláusulas como “A professora Medianeira comeu torta alemã.”
- **Lógica:** oferece os recursos para formar diversos tipos de complexos (de orações, de grupo/frase, de palavras, entre outros). A subfunção lógica permitiria, a título de ilustração, a criação de uma história e de um filme, já que possibilita a organização lógica dos conteúdos.

A metafunção interpessoal, correspondente à dimensão da relação, possibilita a descrição da interação entre os participantes mediante o sistema de modo e modalidade. É através dessa função que o falante expressa seu ponto de vista, julgamentos e atitudes.

Relacionada ao modo, a metafunção textual preocupa-se com o uso da linguagem na organização do texto. A referida metafunção conjuga as anteriores e

descreve o fluxo da informação dentro e entre textos, incluindo a forma como os textos se organizam, o que fica explícito e o que é pressuposto como conhecimento prévio, de que modo se relacionam o dado e o novo e como a coerência e a coesão são produzidas (BAWARSHI; REIFF, 2010, p. 03).

A seguir apresentamos um quadro-síntese que relaciona as dimensões do registro com as metafunções.

**Tabela 01:** relação entre as dimensões do registro e as metafunções, baseada em Souza (2006, pp. 38 – 39)

Dimensões do registro	Metafunções correspondentes	Conceituação das metafunções
Campo	Ideacional	Representa ou constrói os significados de nossa experiência do mundo exterior ou interior por meio do sistema de transitividade.
Relação	Interpessoal	Expressa as interações e aos papéis assumidos pelos usuários, revelando a atitudes desses usuários para com o interlocutor e para com o tema abordado por meio do sistema de modo e modalidade.
Modo	Textual	Está ligada ao fluxo de informação e organiza a textualização por meio do sistema de tema.

A autora ainda esclarece que toda oração, ou cláusula, unidade básica para a análise léxico-gramatical, realiza simultaneamente as três metafunções. Para Souza (2006, p. 39),

todas as línguas são organizadas em torno de dois significados principais: o ideacional e o interpessoal. Esses componentes, a que se associa um terceiro, o textual, são as manifestações, no sistema linguístico, dos dois propósitos mais gerais que fundamentam os usos da linguagem: entender o ambiente e influir sobre os outros.

Na seção a seguir, abordaremos mais profundamente o sistema de transitividade da metafunção ideacional, por servir de base teórica para a análise dos elementos verbais dos infográficos.

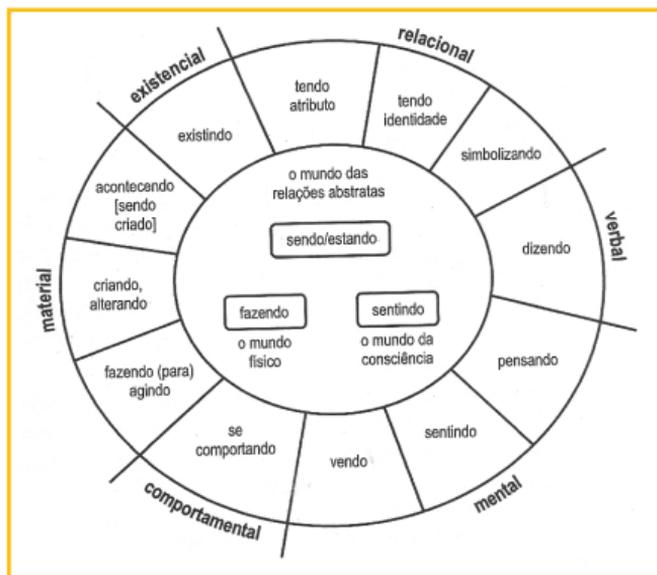
### ***O sistema de transitividade***

Sob o ponto de vista da Gramática Tradicional a transitividade é compreendida com base na centralidade do verbo que pode exigir complemento com preposição (objeto indireto) ou sem preposição (objeto direto). Na LSF, no entanto, o sistema de transitividade relaciona-se a toda oração e, como já mencionamos, enquadra-se na metafunção ideacional. Nesse sentido, numa perspectiva funcionalista da linguagem, a transitividade deve ser compreendida como “a gramática da oração, como unidade estrutural que serve para expressar uma gama particular de significados ideacionais ou cognitivos” (Cf. CUNHA & SOUZA, 2007, p. 53).

Ghio & Fernandés (2008) afirmam que a transitividade é um recurso lexicogramatical usado para construir o fluxo da experiência em termos de um processo e realizado gramaticalmente como uma cláusula. Em termos gerais, o sistema de transitividade dá conta de quem fez o quê, a quem e em que circunstâncias.

Na cláusula, o mundo da experiência adquire significado através do conjunto de participantes, processos e circunstâncias. Os processos são as representações linguísticas de atividades, ações ou estados e equivalem aos verbos na denominação da Gramática Tradicional. Existem seis tipos de processos, sendo três principais (materiais, mentais e relacionais) e três secundários (verbais, existenciais e comportamentais). Esses últimos se encontram na fronteira entre os primeiros conforme podemos observar na figura a seguir:

**Figura 01:** A gramática da experiência: tipos de processos em inglês  
(HALLIDAY *apud* CUNHA & SOUZA, 2007, p.55)



De acordo com Ghio e Fernandés (2008), Halliday defende que não deve haver nenhuma prioridade ou hierarquia entre os processos, por isso a ideia do círculo apresentando anteriormente o qual não possui começo nem fim, representando, por conseguinte, um contínuo entre os processos. Para Cunha & Souza (2007), o contínuo é um traço importante no qual o sistema é baseado: o sistema de indeterminação semântica.

Os participantes equivalem, normalmente, à classe de palavras dos substantivos e, dependendo do processo estabelecido na cláusula, não são obrigatórios (conforme veremos mais adiante). As circunstâncias, representadas pelos adjuntos adverbiais, referem-se às informações adicionais

acrescidas aos processos. A seguir podemos visualizar a relação dos participantes, processos e circunstâncias com as classes de palavras da língua:

**Figura 02:** Padrões de Experiência da oração  
(BUTT ET AL *apud* SOUZA, 2006, p. 51)



### Tipos de processos, participantes e circunstâncias

De acordo com Souza (2006), o sistema de transitividade proposto pelos estudos sistêmico-funcionais é formado por participantes, processos e circunstâncias. Na presente seção, iremos conceituar os processos materiais, mentais, relacionais, comportamentais, existenciais e verbais e seus respectivos participantes, quando assim o exigirem.

Os processos materiais representam as ações desempenhadas pelos participantes os quais são denominados de Ator. Normalmente representam ações concretas que ocorrem no mundo material e que podem ser notadas como o movimento no espaço (Andrea caminha na rua) ou mudança dos estados físicos dos seres (O sol derreteu o sorvete). Gouveia (2009) acrescenta que há algumas representações de processos de fazer com teor abstrato e apresenta como exemplo a cláusula “A inflação subiu no primeiro trimestre deste ano”. Note que o participante ator “inflação” não representa um ator que se movimenta ao longo do espaço, nem ao menos é responsável por mudar fisicamente outro participante. Tais construções são comuns na língua em uso.

Além do participante Ator, que é obrigatório na cláusula, os processos materiais podem apresentar participantes secundários, a saber: Meta, Extensão e Beneficiário. O primeiro é o participante para quem a ação é direcionada (Nem todo processo de troca produz vencedores e perdedores<sup>1</sup>. O segundo é o participante que acompanha a ação especificando-a e não é afetado pela ação verbal (Por isso há uma torcida generalizada para que os países ricos e emergentes cheguem a um acordo...<sup>2</sup>) e o beneficiário é o participante que possui algum benefício da ação verbal (O Se Liga Pernambuco, por exemplo, recebe recursos do Instituto Ayrton Senna (Ator)<sup>3</sup>)

Cunha e Souza (2007) enfatizam que há orações que apresentam um participante e outras, dois ou mais. As cláusulas que apresentam apenas

---

1. Exemplo extraído da tese da professora Dra<sup>a</sup>. Maria Medianeira de Souza, defendida no Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco em 2006.

2. Op. cit.

3. Op. cit.

um participante são conhecidas como orações médias ou intransitivas, enquanto as que possuem dois ou mais são denominadas orações efetivas ou transitivas.

Os processos mentais expressam as atividades ocorridas no interior da mente, no plano da consciência. Os referidos processos podem ser subdivididos em de percepção (ver, ouvir, etc.), de cognição (compreender, conhecer, etc.) e de afeição (gostar, amar, rezear, etc.). As orações com processos mentais respondem ao questionamento sobre o que você sente, pensa ou sabe sobre X (Cf. CUNHA & SOUZA, 2007 e GOUVEIA, 2009). O participante, tipicamente humano, que experencia é conhecido como Experienciador e o que é sentido, experienciado denomina-se Fenômeno.

Quando os processos indicam as noções de “ser” e “estar” e estabelecem uma ligação entre as entidades são definidos como relacionais como, por exemplo, na cláusula “A casa é branca”. Tais processos ainda podem ser subdivididos em atributivos e identificadores. Os primeiros têm como estrutura um participante (atributo) que qualifica o participante tido como portador. Já nos identificadores há a identificação de uma identidade mediante outra (Eles são 81% dos camelôs da cidade, 60% dos taxistas). onde a entidade definida é o participante Característica (Eles) e o termo definido o participante Valor (81% dos camelôs da cidade, 60 % dos taxistas).

Os processos verbais denotam o ato de comunicar e incluem tanto os verbos de enunciação / alocação (dizer, afirmar, pedir, etc.) como também os que não são necessariamente verbais, a citar: mostrar, indicar, entre outros. O participante que afirma algo é o Dizente, o qual deve ser tipicamente humano; o conteúdo do dizer é o participante Verbiagem e quem recebe a troca verbal na interação caracteriza como Receptor.

Designados, em Língua Portuguesa, pelos verbos “haver” e “existir”, os processos existenciais representam algo que existe no mundo. Esse

processo pede apenas um participante (existente) como podemos verificar na oração “Há *muitos alunos* na aula”, cujo participante Existente é o sintagma nominal “muitos alunos”.

Encerrando nossa discussão sobre os processos, estão os comportamentais os quais apontam processos fisiológicos humanos (respirar, dormir, etc.) e atividades psicológicas como ouvir e assistir. Como a divisão dos processos é vista em um contínuo, os comportamentais são, em parte, semelhantes aos processos materiais e, em parte, aos mentais. Sobre os participantes há um tipicamente humano e consciente (Comportante) e um opcional (Behaviour) o qual estende o processo. Um exemplo é a oração “Ton conversou muito ontem”, cujo participante Comportante é o nome “Ton”. A seguir reproduzimos uma tabela que sintetiza a relação dos processos, significados e seus respectivos participantes.

**Tabela 02:** relação entre os processos, significados e participantes baseada em Souza (2006, p. 57)

PROCESSO	SIGNIFICADO	PARTICIPANTES OBRIGATÓRIOS	PARTICIPANTES OPCIONAIS
Material	Fazer, acontecer	Ator	Meta, Extensão e Beneficiário
Mental	Sentir	Experienciador e Fenômeno	-
Relacional: Atributivo Identificativo	Ser Classificar Definir	Portador e Atributo Característica e Valor	-
Verbal	Dizer	Dizente e Verbiagem	Receptor
Existencial	Existir	Existente	-
Comportamental	Comportar-se	Comportante	Fenômeno

O último componente do sistema de transitividade são as circunstâncias que, conforme afirma Gouveia (2009), ocorrem livremente em todos os processos quase sempre com o mesmo sentido. De acordo com Souza (2006), como as circunstâncias não podem desempenhar a função de sujeito, as funções circunstanciais são menos fundamentais aos processos que as funções de participação.

Em suma, compreender o sistema de transitividade de um determinado gênero textual é importante porque podemos perceber de que forma a conjunção dos participantes, processos e circunstâncias atuam no processo da construção do sentido global do texto. Ainda, é possível notar porque o autor elencou alguns processos em detrimento de outros para a construção de seu texto e de que forma tal escolha tem relevância para o processo de compreensão. As escolhas nunca são aleatórias!

### ***Gênero textual e Multimodalidade***

De acordo com Marcuschi (2002, p. 22), os gêneros textuais “se constituem como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo”. Bazerman (2006) apresenta que os gêneros são ambientes para aprendizagem, são os locais onde o sentido é construído. Assim, toda interação humana, seja oral ou escrita, dá-se mediante o uso de gêneros textuais. Bazerman (op. cit., p. 23) ainda esclarece que “os gêneros moldam o pensamento que formamos e as comunicações através dos quais interagimos”.

Devido a alguns traços familiares, podemos reconhecer algumas características textuais que fornecem pistas acerca do gênero, isto é, a maioria dos gêneros apresenta características de fácil reconhecimento que sinalizam a espécie de texto que são (Cf. BAZERMAN, 2006). Podemos tomar, a título

de exemplo, a bula de remédio, que é familiar a grande parte dos leitores, e possui blocos textuais padrões que são regulamentados por lei, a saber: composição da medicação, informações ao paciente, contraindicações, entre outros elementos que são sinalizadores do gênero bula. Assim, segundo o autor, tendemos a identificar os gêneros por essas características sinalizadoras especiais. Depois, por todas as outras características textuais que virão a seguir segundo nossas expectativas.

Vale ressaltar, todavia, que, tendo por base apenas as características mencionadas, temos uma visão incompleta e ingênua acerca do gênero textual, pois, ao conceber-se o gênero apenas como um conjunto de traços textuais, ignora-se o papel dos indivíduos no uso, na construção de sentidos. Os gêneros não são atemporais e, assim como as inovações tecnológicas, mudam diacronicamente, podemos citar como exemplo o correio eletrônico que teve sua gênese, para alguns estudiosos, na carta ou o infográfico cujo início remota às pinturas rupestres. Para Miller (2009, p. 41), “os gêneros mudam, evoluem e se deteriorizam; o número de gêneros corrente em qualquer sociedade é indeterminado e depende da complexidade e diversidade da sociedade.”

Outro traço importante a ser discutido sobre gêneros é que estes não devem ser observados, apenas, em seus aspectos formais e sim em seus aspectos funcionais. No contexto escolar, por exemplo, mais importante que o aluno classifique o gênero em estudo é que reconheça qual a função daquele texto na sociedade em que faz parte já que os gêneros são parte do modo como as pessoas dão forma às vidas sociais. Em relação aos aspectos formais do gênero, Miller (2009, p.45) lembra que

o que aprendemos quando aprendemos um gênero não é um padrão de formas ou um método para realizar nossos propósitos. Aprendemos, e isto é o mais importante, quais propósitos

podemos ter (...); para os alunos, os gêneros servem de chave para entender como participar das ações de uma comunidade.

Para Dell'Isola (2007), a concepção de gênero diz respeito à forma, conteúdo, propósitos comunicativos e seu percurso social. Nesse sentido, na concepção da autora, o gênero textual reflete todo o processo social envolvido na comunicação que encerra.

De acordo com Mozdzenski (2006), nas últimas décadas o mundo ocidental vem testemunhando uma mudança no que diz respeito à produção e leitura dos gêneros textuais que circulam socialmente. Sabemos que até pouco tempo a leitura do modo de representação escrito era privilegiado e a imagem, normalmente, funcionava apenas como complemento do texto verbal. Mendonça (2008) vai mais além quando afirma que durante muito tempo a imagem funcionou como ilustração do texto e, mais recentemente, a linguagem verbal funciona como comentário da imagem, isso acontece, por exemplo, em algumas charges. Podemos afirmar, então, que, na contemporaneidade, as fronteiras entre as representações verbais e não verbais parecem estar mais tênues. As imagens e palavras mantêm uma relação cada vez mais próxima, cada vez mais integrada. Ainda segundo Mendonça,

(...) o entrecruzamento de linguagens e o crescente espaço dedicado às semioses não-verbais tornaram-se um padrão recorrente em vários gêneros mais atuais. Isso pode ser observado em propagandas institucionais, em textos expositivos de livros didáticos das mais diversas disciplinas, em artigos de divulgação científica, em cartilhas educativas, etc. A recorrência à mistura do sistema verbal com imagens para produzir sentido tem funcionado, nesses contextos, tanto como uma estratégia persuasiva quanto como um facilitador do acesso à informação (MENDONÇA, 2008, p.3).

Um bom exemplo de gênero que apresenta em sua tessitura a orquestração de diversas semioses é o infográfico cuja recorrência em diversos domínios discursivos se faz cada vez mais presentes. Vejamos um exemplo de um infográfico publicado no site UOL.

Figura 03: Infográfico “Toddynho sobre suspeita”  
Fonte: site UOL



O infográfico “Toddynho sob suspeita” foi publicado no site da UOL e descreve de que maneira alguns achocolatados foram contaminados por detergentes na fábrica da empresa com sede em Guarulhos, São Paulo, e apresenta algumas cidades do estado do Rio Grande do Sul que receberam

o produto contaminado. Observe que a leitura do gênero não pode ser realizada conforme os moldes tradicionais, visto que mescla diversos modos de representação na construção do sentido, a saber: números, cores, imagens, texto verbal e setas. Para que a leitura fosse realizada adequadamente, o leitor deveria seguir as ordens do simbolismo matemático e acompanhar as setas. A linguagem verbal conjugada às outras semioses permite o conhecimento da causa do fenômeno: “Falha no processo de produção na fábrica de Guarulhos causou problema”, bem como a elucidação das etapas que causaram a falha no processo de fabricação do Toddyinho.

A imbricação desses vários modos semióticos compõe um novo discurso no qual a imagem se funde com o verbal e constrói novos sentidos discursivos, denominados de práticas textuais multimodais ou multisemióticas. Sobre esse aspecto, Vieira (2007) lembra que

estão em alta os textos multimodais, responsáveis pelos efeitos dos diferentes modos de representação. Dessa forma, torna-se impossível interpretar os textos com atenção voltada apenas à língua escrita ou oral, pois, para ser lido, um texto deve combinar vários modos semióticos. (op. cit., p. 10)

É importante insistir que as semioses dos textos multimodais não podem ser compreendidas de forma isoladas e sim conjuntas. Por essa razão, ao ler o infográfico do Toddyinho nenhum modo se sobrepõe ao outro, a interação entre eles foram responsáveis pela construção do sentido do gênero.

### ***A Gramática do Design Visual***

Para analisar a linguagem verbal dos gêneros eminentemente multimodais podemos tomar como base teórica o sistema de transitividade,

conforme discutimos. A Gramática do Design Visual, ou simplesmente Gramática Visual, traz uma importante contribuição teórica para a análise dos elementos visuais e apresenta uma configuração completa de como o gênero está multimodalmente construído. Vejamos a seguir alguns princípios que regem a Gramática Visual (doravante GV)

Em virtude da presença em massa de textos imagéticos na sociedade pós-moderna e dada a importância da linguagem visual como potencial de significado, Kress e van Leeuwen (1996) propõem uma “análise gramatical” das imagens. Os autores, no entanto, negam a supremacia da imagem em detrimento do modo da linguagem verbal e preconizam que:

1. Os modos de representação verbal e visual não são e não fazem as mesmas coisas. Uma mensagem expressa pela linguagem visual não comunica exatamente o mesmo expresso pela linguagem verbal.
2. Verbal e visual não meramente coexistem. Os autores salientam aqui a importância da linguagem visual como núcleo de informação mais importante em alguns casos.
3. A forte interação entre tais modos de representação pode causar efeitos de sentido no modo escrito, isto é, a relação entre ambas as semioses, o modo como coexistem pode afetar a forma e a leitura da mensagem veiculada<sup>4</sup>.

---

4. Os três tópicos apresentados foram retirados de Fernandes e Almeida (2008) que citam Kress e van Leeuwen. Maiores detalhes sobre a obra consultar nossas referências.

A GV tem como âncora teórica a Linguística Sistêmico-Funcional e também tem uma organização metafuncional dialogando, dessa forma, com as metafunções propostas por Halliday. Vejamos a correspondência entre elas:

**Tabela 03:** Relação entre as metafunções da LSF e da GV

Metafunções – LSF	Metafunções - GV	Sentido atribuído à metafunção na GV
Metafunção ideacional	Metafunção representacional	Indica o que está sendo explicitado na imagem.
Metafunção interativa	Metafunção interpessoal	Responsável pela relação entre os participantes
Metafunção textual	Metafunção composicional	Responsável pela estrutura e formato do texto integrando os significados representacionais e interpessoais.

O presente capítulo deter-se-á ao estudo da metafunção composicional pelo fato de ser mais produtiva nos infográficos que integram o corpus de nosso estudo. A seguir detalharemos a referida metafunção.

### ***A composição nas imagens***

A metafunção composicional relaciona os significados representacionais e interativos para a tessitura do sentido da imagem. De acordo com Kress e van Leeuwen (1996,) a composição refere-se ao modo como os elementos presentes na imagem devem se relacionar uns com os outros e ao modo como eles estão integrados em um todo significativo. Para os autores, essa integração ocorre através de três sistemas inter-relacionados conforme podemos observar na tabela apresentada a seguir:

**Tabela 04:** Sistemas da Metafunção Composicional

Valor de informação	Refere-se à localização dos elementos no interior da imagem que lhe confere determinados valores informativos.
Saliência	Elementos imagéticos que se destacam na imagem sendo, portanto, os que mais chamam a atenção do leitor.
Estruturação	Elementos que conectam ou desconectam outros elementos na imagem.

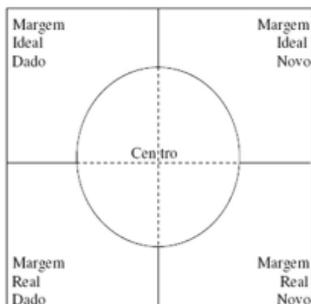
O valor de informação estabelece o posicionamento dos elementos no interior da composição visual. Aplicado tanto a textos mistos quanto a imagens, a primeira noção importante que discutiremos é a de Dado e Novo. A informação dada, ou velha, situa-se no lado esquerdo da imagem e representa o consenso da informação, que dispensa maiores esclarecimentos ou que é mais familiar ao leitor; todavia a informação nova, localizada à direita, traz o problemático, o contestável, a informação em debate (Cf. KRESS e van LEEUWEN, 1996). Os autores esclarecem que essa estrutura é ideológica “no sentido de que pode não corresponder ao caso do produtor ou consumidor real da imagem ou do *layout*” e acrescentam que o importante é que a informação é apresentada “como se tivesse esse status, esse valor para o leitor, e que os leitores devem lê-la dentro dessa estrutura, mesmo se depois essa avaliação for rejeitada por um leitor em particular”. (*op. cit.*, p. 187)

Caso, em uma imagem, as semioses estejam situadas na parte superior (traçando-se uma linha imaginária) considera-se que o que se está sendo representado está na zona do Ideal e o que está presente na seção inferior o Real, que é, normalmente, a parte ideologicamente mais saliente onde consta a informação mais precisa sobre o que o produtor da imagem pretende passar ao leitor. A oposição entre Ideal e Real, da mesma forma que o Dado e o Novo, pode ser encontrada também em textos mistos conforme podemos observar na citação a seguir:

Se a parte superior de uma página está ocupada pelo texto e a parte inferior por uma ou mais imagens (ou mapas, ou gráficos ou diagramas), o texto representa, ideologicamente, o papel principal e as imagens um papel subserviente. (...) Se os papéis são invertidos, de maneira que uma ou mais imagens ocupam a seção superior, então o ideal, a parte ideologicamente colocada em primeiro plano é comunicada visualmente, e o texto serve para elaborá-la. (KRESS & van LEEUWEN, 1996, p. 194)

Dessa forma, podemos afirmar que a posição dos elementos que compõem um texto visual reflete diretamente no modo que o leitor irá compreender o gênero o qual o texto está materializado. Cremos que essa discussão deve ser estendida também ao âmbito escolar, pois cada vez mais os estudantes estão envolvidos por textos multimodais.

A última conceituação importante acerca do valor informativo é a estruturação da informação visual através do Centro e Margem. O primeiro é definido como o núcleo da informação, a parte mais saliente, que mais atrai o olhar do leitor; o segundo são os elementos que estão presentes no entorno do Centro e são ligados ideologicamente a ele. Por fim, destacamos que Dado-Novo, Real-Irreal podem se combinar com Centro e Margem. Tais relações podem ser visualizadas no gráfico abaixo:



O segundo sistema da metafunção composicional é a saliência que corresponde à ênfase que determinados elementos em relação a outros. Salienciamos que a escolha pelo destaque de determinado modo de representação não é desmotivado e representa grande peso semântico no que concerne ao modo de como a imagem será compreendida pelo observador. A identificação da saliência dos elementos ocorre mediante a intensificação ou suavização de cores, contraste, brilho, superposição, entre outros recursos semióticos. Como afirmamos anteriormente, a saliência está intimamente ligada ao valor de informação e é responsável pelo direcionamento do olhar do leitor.

Segundo Kress & van Leeuwen (2000), a estruturação refere-se à conexão ou desconexão entre elementos da imagem. Assim, quanto mais os elementos da composição espacial estão conectados, mais eles são apresentados como uma única unidade de informação, como se fossem parte um dos outros. Já a desconexão é marcada pela saliência de cores, imprimindo, portanto, um sentido de individualidade (Cf. ALMEIDA & FERNANDES, 2008).

Em suma, através das teorias aqui apresentadas é possível realizar uma efetiva análise multimodal de quaisquer gêneros textuais, pois a multimodalidade discursiva é um traço inerente a todos os gêneros. Em infográficos, por exemplo, com base na LSF, ancorados no sistema de transitividade, podemos compreender de que forma as estruturas linguísticas estão construídas. No plano visual, a Gramática Visual nos fornece subsídios para verificar como os elementos visuais estão organizados na imagem. A conjugação de ambas as abordagens teóricas nos permitem ter uma análise completa dos efeitos de sentidos pretendidos pelos diversos gêneros.

## **Análise do infográfico “Código do Além” sob a ótica multimodal**

O infográfico, ou gráfico informativo, será concebido neste capítulo como um gênero textual que através da criação gráfica, utiliza recursos visuais (desenhos, fotografias, tabelas etc.) conjugados a textos curtos a fim de apresentar informações jornalísticas de forma sucinta e atraente. Os infográficos são muito usuais em revistas de divulgação científica como *Superinteressante*, *Galileu*, *Ciências Hoje*; e em manuais didáticos como o *Guia do Estudante*. Os infográficos servem para sintetizar, complementar uma matéria, conteúdo didático ou também podem funcionar como a própria reportagem.

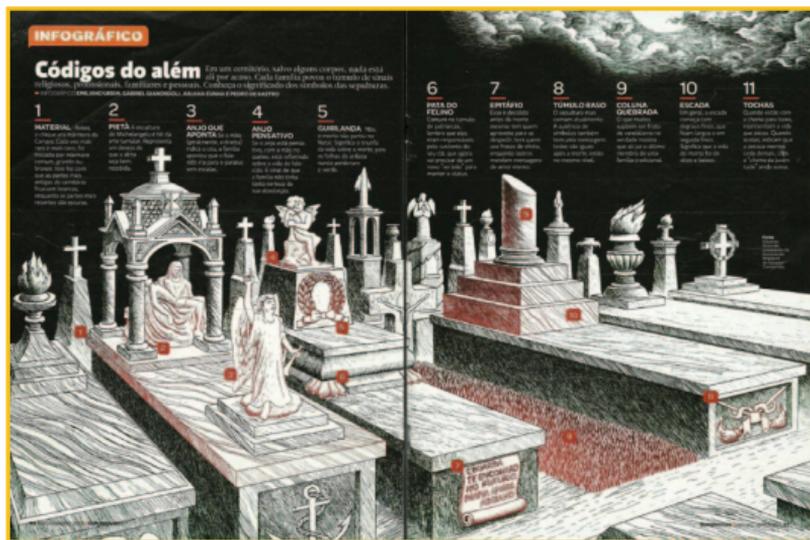
Atualmente o infográfico aparece como uma das mais sofisticadas formas de explicar complexas histórias ou procedimentos, já que combina palavras com imagens, quando palavras apenas poderiam ser cansativas para os leitores e a imagem apenas não seria suficiente (Cf. DIONISIO, 2006.). Um dos motivos pelo qual o gráfico informativo consegue prender a atenção do leitor é pelo fato de que se trata de um gênero visualmente atrativo/informativo, mediante o equilíbrio dos elementos verbais e não-verbais.

Por questões de espaço, analisaremos neste capítulo apenas um infográfico publicado na Revista *Superinteressante*, edição 274, de janeiro de 2010, intitulado de *Códigos do Além* (figura 04) à luz de teorias que explicitamos nas seções anteriores. O infográfico, cuja autoria credencia-se aos repórteres e designers Emiliano Urbin, Gabriel Gianordoli, Juliana Cunha e Pedro de Castro; discute, em dez itens, simbologias expressas através de estátuas, esculturas, bustos, covas e outros materiais usados para compor sepulcros de cemitérios.

O infográfico “Códigos do além”, por estar inserido na seção *Infográfico* da *Super*, assegura-lhe o *status* de infográfico principal do exemplar

da revista, uma vez que representa o gênero que nomeia a seção. Sua estrutura consiste em um pequeno texto introdutório, uma figura e legendas que acompanham o corpo informativo, nome dos infografistas e a fonte de consulta (Eduardo Rezende, presidente da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais). De acordo com Coello (1998), este seria um bom exemplo de infográfico pelo fato de não recorrer a textos complementares fora do gênero.

Figura 04: Infográfico “Códigos do além”, janeiro de 2010



Em “Códigos do Além”, os infografistas apresentam os termos como se fosse um verbete, já que os vocábulos que nomeiam os tipos de sepulturas são sempre seguidos de textos explicativos. No que concerne aos processos presentes em tais textos, verificamos que os relacionais apresentaram maior produtividade. A recorrência desses processos justifica-se pelo fato de que

os processos relacionais são responsáveis pela identificação e classificação de entidades e o infográfico analisado tem a proposta de identificar a relação entre as características das obras arquitetônicas dos cemitérios com os feitos anteriores à morte do indivíduo. Foram encontrados tanto processos relacionais atributivos quanto identificadores conforme podemos observar na cláusula “A escultura de Michelangelo é hit na arte tumular” onde o Atributo “hit” representa uma qualidade do portador “A escultura de Michelangelo” pelo fato de ser uma manifestação artística frequente em cemitérios. O mesmo ocorre em “(...) todos são iguais após a morte” em que o Atributo “iguais” qualifica o Portador “todos”, contudo há uma restrição para essa ideia de equidade marcada pela circunstância de localização temporal “após a morte”. Assim se infere que durante a vida podemos apresentar diferenças diversas as quais se findam a partir do momento que morreremos.

Além dos verbais, outros processos são encontrados no infográfico como os mentais. Responsáveis pela apreciação humana sobre determinado fato, podemos encontrar um processo mental no exemplo “(...) A família apostou que o falecido iria para o paraíso sem escala”. Nessa cláusula, o participante Experienciador “família” demonstra o que pensa em relação destino da alma do parente falecido. Os processos verbais e existenciais não foram encontrados no exemplo devido à inexistência de processos que expressam o “dizer” e de verbos que denotem algo que existe ou acontece.

Na disposição gráfico-visual de “Códigos do Além”, o simbolismo matemático, representado pelos números, é usado precedendo a linguagem verbal e, posteriormente, no interior do texto visual, conferindo um caráter dinâmico ao texto. Na realidade, a leitura do gênero não pode ser efetuada conforme os moldes tradicionais, será o leitor que elencará qual informação pretende ler primeiro, pois não é necessário que se siga a sequência numérica para que haja a compreensão do gráfico informativo.

A imagem ocupa, aproximadamente, dois terços da página e os blocos textuais um terço (Cf. JORIS; RADDATZ, 2010). Ao traçar uma linha imaginária no infográfico, com base no valor informativo da função composicional, a linguagem verbal, o céu e a representação da lua no canto superior direito estão situados na zona do Ideal contendo, principalmente, as informações acerca dos símbolos sepulcrais que estão localizados na zona do Real, na parte inferior da página. Podemos também observar que, em relação à imagem, as representações dispostas na página 46 parecem representar as informações dadas e apresentam as esculturas consensuais para o leitor pelo fato de nessa página serem apresentadas, em grande parte, obras artísticas que refletem a riqueza ou a importância do falecido e de sua família como a Pietà, escultura de Michelangelo hit na arte tumular; o anjo que aponta, que sinaliza que não restam dúvidas de que a alma se dirigira ao céu; e o anjo pensativo o qual questiona a absolvição da alma do parente morto.

A página 47 traz as informações novas, aquelas que os autores do infográfico desejam destacar para o leitor. Nela estão elementos que, à primeira vista, parecem simbolizar que o falecido não possuía grandes recursos financeiros como, por exemplo, o túmulo raso que, na verdade, denota que todos são iguais frente ao fenômeno da morte e a coluna quebrada, na qual pode ser confundida com obra de vandalismo, mas indica que o morto era o último membro de uma tradicional família.

Os infografistas elencaram poucas cores para ilustrar o infográfico: preto, cinza, laranja e vermelho. Com um plano de fundo totalmente preto e representação de uma lua cheia, a revista pretende representar ao máximo a cena fúnebre de um cemitério. O plano de fundo contribui para que os elementos de coloração avermelhada sejam mais salientes. Esses elementos se destacam em relação aos demais de cor cinza porque são as representações as quais se quer evidenciar na composição. Assim, mediante tais aspectos

podemos afirmar que o infográfico apresenta uma estruturação forte onde as cores proporcionam um contraste e reforçam o sentido de individualidade dos elementos visuais apresentados no gênero.

Por fim, vale lembrar que, apenas por questões didáticas, analisamos separadamente os modos de representação do infográfico. Uma análise multimodal deve levar em consideração que todas as semioses interagem entre si formando um bloco único e significativo. É importante assinalar que tal análise é relevante para se verificar como as escolhas dos modos de representação presentes em uma composição não são fortuitas, muitas vezes a simples troca de um processo material por um mental traz consequências no processo de produção do sentido, assim como o intercâmbio de um elemento imagético da zona superior para o inferior de uma imagem pode causar uma mudança no modo de como essa imagem deve ser lida.

### **Considerações finais**

Até pouco tempo observava-se uma tendência ao *grafocentrismo*, em que existia uma valorização um tanto exacerbada do texto escrito, marginalizando, de certa forma, textos mistos ou imagéticos. No entanto, conforme pudemos observar neste capítulo, atualmente alguns gêneros visuais, como o infográfico, vêm constituindo-se como um gênero cada vez mais familiar aos leitores de diversos veículos como revistas de divulgação científica, jornais, manuais didáticos, *sites*, entre outros.

É evidente que infográficos não ser podem lidos, normalmente, conforme os moldes tradicionais, visto que diversas semioses se orquestram na tessitura desse gênero. Acreditamos, dessa forma, que os estudos multimodais trazem uma importante contribuição para a análise de infográficos na medida em que concebem que a relação entre as semioses não é

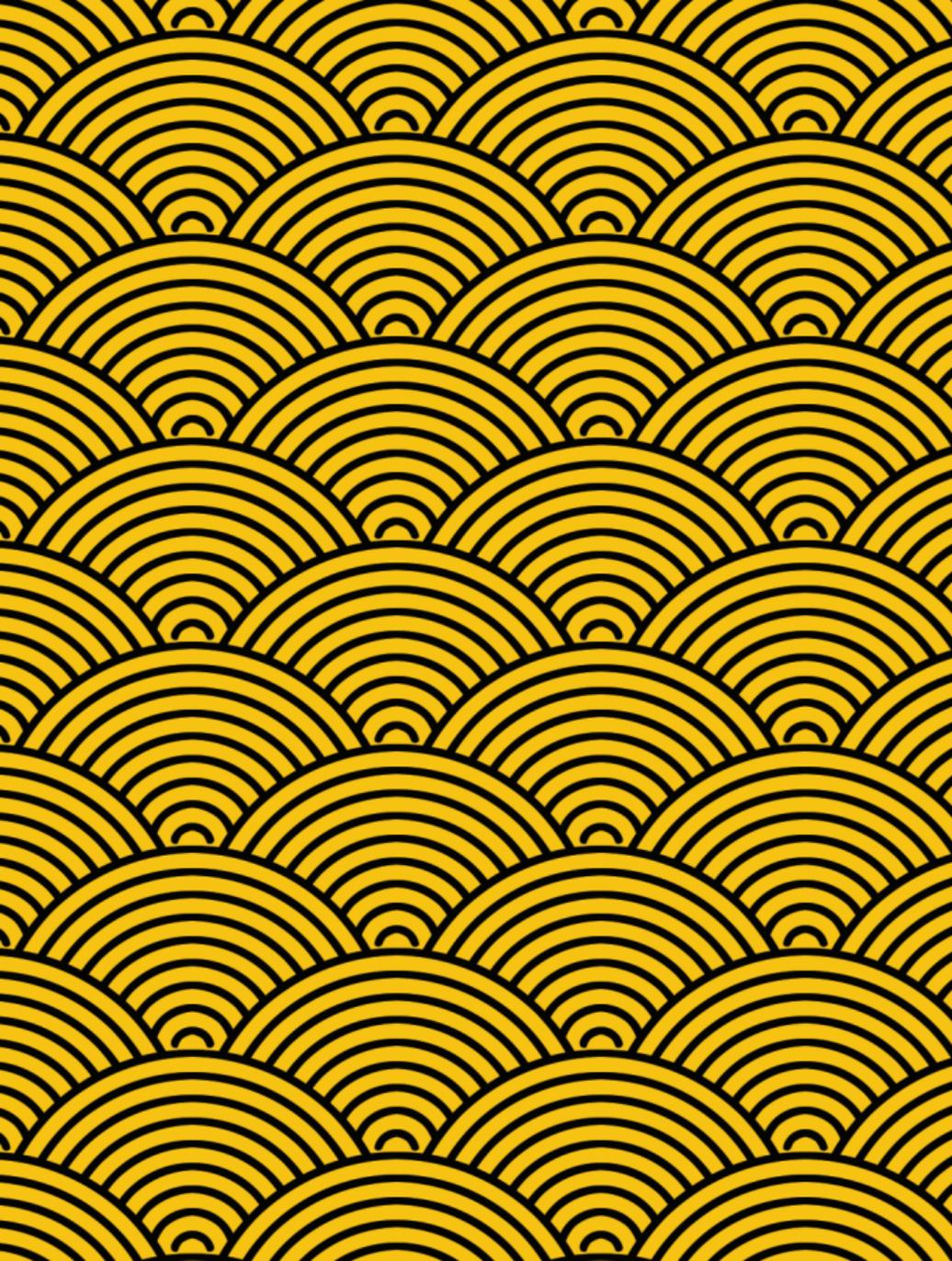
desmotivada e tem forte teor ideológico. Para dar conta da linguagem visual, a Gramática do Design Visual, mediante as metafunções representacional, interativa e composicional, oferece um importante suporte para a análise do gênero em apreço. Da mesma forma, o sistema de transitividade, responsável pela construção da experiência, materializada nas cláusulas ou orações, dá conta, por exemplo, da análise da linguagem verbal. A escolha das referidas correntes teóricas nos possibilita um panorama completo acerca da constituição do infográfico.

Salientamos, por fim, que a análise aqui apresentada não é a única, mas uma possibilidade que leva em consideração todos os elementos verbais e pictóricos presentes no gênero proposto. Acreditamos também, dentro da medida do possível, inserir essa perspectiva no ambiente escolar a fim de possibilitar ao aluno uma visão de língua que não seja restrita somente aos aspectos formais.

### Referências

- BAWARSHI, Anis S.; REIFF, Mary Jo. *Genre: an introduction to history, theory, research, and pedagogy*. West Lafayette, Indiana: Parlor Press/ The Wac Clearinghouse, 2010. Tradução de Benedito Gomes Bezerra.
- BAZERMAN, C. *Gênero, Escrita e Agência*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da; SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- DIONISIO, A. Gêneros multimodais e multiletramento. In KARWOSKI, Acir Mário; GAYDE-CZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (orgs). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006 a. p. 131-144

- FERNANDES, José David Campos; ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de. Revisitando a gramática visual nos cartazes de guerra. In: ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de (Org.). *Perspectivas em Análise Visual*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008. p. 11-31.
- GHIO, Elza; FERNÁNDEZ, María Delia. *Linguística Sistêmico Funcional: aplicaciones a la Lengua Española*. 1 ed. Santa Fe: Universidad Nacional del litoral, Waldhuter Editores, 2008.
- GOUVEIA, Carlos. A.M. *Texto e Gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional*. In: Matraga. Rio de Janeiro, v. 16, n.24, jan./jun. 2009.
- JORIS, Jean Patrick; RADDATZ, Vera Lucia Spacil. Infográficos: uma proposta contemporânea para o jornalismo informativo. Caxias do Sul, RS: Intercom: 2010.p. 1-14.
- KRESS, G.; VAN, LEEUWEN. The meaning of composition. In: \_\_\_\_\_. *Reading images*. London/ New York: Routledge, 1996. P. 181-229. Tradução: Leonardo Mozdzenski.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In Angela Paiva Dionisio, Anna Rachel Machado & Maria Auxiliadora Bezerra (orgs). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. *Ciências em quadrinhos: recurso didático em cartilhas educativas*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2008.
- MILLER, C. (Org.); DIONISIO, A. P. (Org.); HOFFNAGEL, J. (Org.). *Estudos sobre Gênero textual, agência e tecnologia*. 1. ed. Recife: Editora da UFPE, 2009. v. 1. 223 p.
- MOZDZENSKI, Leonardo Pinheiro. *A cartilha jurídica: aspectos sócio-históricos, discursivos e multimodais*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Recife:UFPE, 2006.
- PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009. P. 165-215.
- SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial*. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2006.







**Maria Angélica Furtado da Cunha** é professora titular de Linguística da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde atua na graduação e na pós-graduação. Gradou-se em Letras, licenciatura e bacharelado, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O mestrado em Linguística foi cursado na Universidade de Brasília (UNB) e o doutorado, na UFRJ. A professora tem dois estágios de pós-doutoramento na Universidade de Santa Bárbara. Trabalhando principalmente com os temas gramaticalização, transitividade, estrutura argumental e ensino de gramática, possui uma vasta publicação, que vão de textos em jornais, passando por capítulos de livro a também organizações. Seus últimos trabalhos são: *Transitividade e seus contextos de uso* (Ed. Cortez), em co-autoria com Medianeira Souza; organização do *Banco Conversacional de Natal* (Ed. UFRN) e também organização e tradução de *Compreendendo a gramática* (Ed. UFRN)

**Maria Alice Tavares** é professora associada I da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde também concluiu seu mestrado, seguindo para o doutorado com estágio na Carnegie Mellon University (EUA). Tendo experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística Variacionista e Teoria e Análise Linguística (Funcionalismo de vertente norte-americana/linguística baseada no uso), atua especialmente nos seguintes temas: sociofuncionalismo, sociolinguística comparativa, gramaticalização, variação, conectores/conjunções, verbos, marcadores de especificidade no sintagma nominal indefinido, pronomes. Publicou pela Ed. UFRN: *História do*

*português brasileiro no Rio Grande do Norte*, organização em parceria com Marco Antonio Martins; e *Funcionalismo e ensino de gramática*, organizado com Maria Angélica Furtado da Cunha.

**João Bosco Figueiredo Gomes** é professor adjunto IV da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, onde também atua na pós-graduação. Graduiu-se em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Seu mestrado e doutorado foram concluídos na Universidade Federal do Ceará (UFC). Faz parte dos grupos de pesquisa Práticas Discursivas, Linguagens e Ensino (PRADILE), da UERN (Campus Avançado Prefeito Wálter de Sá Leitão), e do Grupo de Estudos Funcionalistas (GEF) com sede na Universidade Federal do Ceará (UFC). Atua nas áreas de gramaticalização e discurso, modalização discursiva e ensino de língua materna, com várias publicações, sendo a mais recente o livro: *Práticas linguageiras, literatura e ensino*, organizado com Risoleide Oliveira e Silvano Araújo, pelas Edições UERN.

**Ana Lima** é professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde atua, também, como membro do corpo editorial da *Revista Ao Pé da Letra*. Graduiu-se em Letras também na UFPE, seguindo para o mestrado em Romance Languages na University of Georgia (EUA). Seu doutorado em Linguística e Língua Portuguesa foi realizado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atua nas áreas de Língua Portuguesa e Linguística, com ênfase em Descrição do Português e Teoria e Análise Linguística. Os temas principais que norteiam suas pesquisas são: sintaxe da língua portuguesa, interação verbal e hipotaxe adverbial. Organizou, com outros componentes do Projeto NURC-RE, os dois volumes publicados do livro *A linguagem falada culta na cidade do Recife* (Programa de Pós-Graduação em Letras/UFPE).

**Medianeira Souza** é professora adjunto II da Universidade Federal de Pernambuco. Graduiu-se em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); cursou mestrado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde é membro do conselho editorial e editora da *Revista Ao Pé da Letra*. Faz parte do Núcleo de Investigações sobre Gêneros Textuais/NIG (UFPE) Também é colaboradora do Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino do Texto (GPET/UERN). Teorias e Análise Linguística são suas áreas, atuando mais especificamente em Sintaxe e Gêneros Textuais, em especial, na interface sintaxe-semântica-pragmática. Publicou: *Transitividade e seus contextos de uso* (Ed. Cortez), em parceria com Maria Angélica Furtado da Cunha; e *A fala de remanescentes quilombolas de Portalegre do Brasil* (Ed. UERN), organizado com Wellington Vieira Mendes e Carlos Magno Viana Fonseca.

**Ângela Maria Torres Santos** é professora de Língua Portuguesa do curso de Letras da Faculdade Frassinete do Recife (FAFIRE), onde também atua como coordenadora do Curso de Especialização em Linguística Aplicada a Práticas Discursivas. Possui mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), que resultou no trabalho *A retextualização no discurso acadêmico jurídico*, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Virgínia Colares. Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), seu trabalho de pesquisa intitula-se *Atos de Fala dos Oficiais de Justiça: implicações do uso linguístico*, sob a orientação do Prof. Antônio Carlos dos Santos Xavier.

**Emanuel Cordeiro da Silva** é professor do curso de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/UAST). Possui mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (2010), com o trabalho de

dissertação intitulado *A sintaxe por subordinação no português brasileiro: uma análise funcional das cláusulas de complementação verbal*, orientado pela Profa. Dra. Stella Telles (UFPE), com a co-orientação da Profa. Dra. Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN). Atualmente é doutorando em Linguística pela UFPE, com o trabalho *Gramaticalização e iconicidade como princípios reguladores da sintaxe da complementação verbal*, também sob a orientação da Profa. Dra. Stella Telles. Como pesquisador, tem se dedicado à Linguística Funcional, com particular interesse pela sintaxe do português.

**Hérvickton Israel de Oliveira Nascimento** é mestrando em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sendo seu trabalho intitulado *Edição e estudo de cartas abolicionistas de Joaquim Nabuco (séc. XIX)*, sob a orientação do Prof. Marlos de Barros Pessoa. Graduiu-se em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo seu trabalho final de curso *a Edição semidiplomática do Breve memorial dos pecados e cousas que pertencem ha cõfissã* de Garcia de Resende, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Rosa Virgínia Mattos e Silva. Tem interesse nas seguintes áreas: história da língua portuguesa, linguística histórica e filologia. Organizou com Andréa S. Moraes, Medianeira Souza, Marília Teixeira e Rosemberg G. Nascimento os anais do seminário *Sintaxe em foco* (PGLetras/UFPE).

**Lucélio Dantas de Aquino** é doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), pesquisando *Brasil-EUA: as representações discursivas em torno da visita de Barack Obama ao Brasil na mídia impressa*, sob a orientação do Prof. Luís Álvaro Sgadari Passeggi. Graduiu-se em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, onde também concluiu seu mestrado, o qual lhe rendeu o trabalho *Mecanismos de construção de sentidos no gênero*

*editorial: aspectos verbais e visuais*, orientado pela Prof<sup>a</sup>. Medianeira Souza. Tem atuado nas áreas de Língua Portuguesa e Linguística, com ênfase nesta, tendo interesse especial nos seguintes temas: Gêneros Textuais/Digitais, Multimodalidade Discursiva, Linguística Sistêmico-Funcional, Análise Textual dos Discursos.

**Wellington Vieira Mendes** é professor assistente I do Departamento de Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado Prof<sup>a</sup>. Maria Elisa de Albuquerque Maia. Concluiu seu mestrado naquela universidade com o trabalho *As circunstâncias e a construção de sentido no blog*, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Medianeira Souza. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Funcionalistas (GPEF) e do Grupo Práticas Discursivas, Linguagem e Ensino (PRADILE). Os temas que mais lhe dizem interesse são: texto, hipertexto, transitividade e construção de sentidos. Sua última publicação é *A fala de remanescentes quilombolas de Portalegre do Brasil* (Ed. UERN), organizado com Medianeira Souza e Carlos Magno Viana Fonseca.

**Danielle Barbosa Lins de Almeida** é professora do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com estágio em Comunicação Visual na University of New South Wales (UNSW), em Sydney, Austrália. Suas áreas de interesse são Análise do Discurso, Gramática Visual, Multimodalidade, Linguística Sistêmico-Funcional, Estudos Culturais e de Mídia. É coordenadora do Grupo de Pesquisa em Semiótica Visual e Multimodalidade (GPSM). Suas publicações, que vão de anais a capítulos de livros, contam também com a organização do livro *Perspectivas em análise visual: do fotojornalismo ao blog* (Ed. Universitária UFPB).

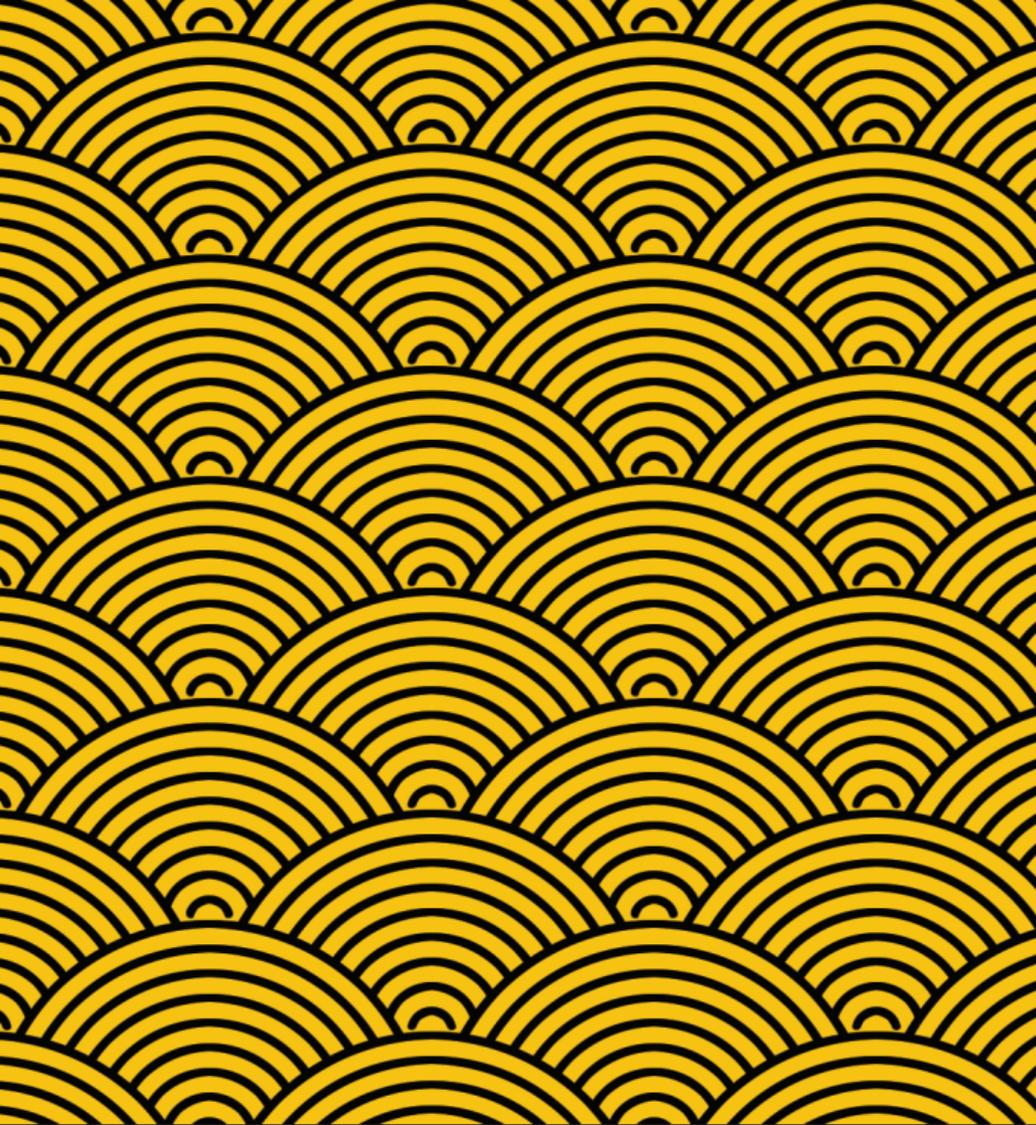
**Andrea Silva Moraes** é mestranda em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), universidade na qual também se graduou em Letras. Sua pesquisa atual, no âmbito do mestrado, intitula-se *O uso de recursos escritos para a compreensão: trilhando caminhos de leitura*, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Angela Paiva Dionisio. É membro do Núcleo de Investigações Sobre Gêneros Textuais (NIG) e atua como colaboradora do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) no Departamento de Letras da UFPE. Organizou com Medianeira Souza, Marília Teixeira, Hérvickton Israel de O. Nascimento e Rosemberg Nascimento os anais do seminário *Sintaxe em foco* (PGLetras/UFPE).

**Francisco Roberto da Silva Santos** é mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Seu trabalho de mestrado intitulou-se *Multimodalidade e produção de sentidos no editorial de revista*, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa e co-orientação da Profa. Medianeira Souza. Graduou-se em Letras pela UERN, sendo seu trabalho final de título *Multimodalidade e opinião: uma análise dos elementos visuais de editoriais das revistas Época e Veja*, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Medianeira Souza. Tem experiências na área de Letras e Linguística, com ênfase em Multimodalidade Discursiva, Semiótica Social e Gêneros Textuais, atuando principalmente nos seguintes temas: multimodalidade no gênero editorial, sintaxe visual, análise tri-metafuncional de textos.

**Nadiana Lima da Silva** é doutoranda em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFPE), onde desenvolve pesquisa intitulada *Retextualização por meio da Tipografia Cinética: repensando o escopo da Linguística Textual*, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Angela Paiva Dionisio. Pela mesma universidade, concluiu seu mestrado, que lhe rendeu o trabalho

*Enquetes do “Controle de Qualidade” do CQC: uma análise multimodal*, também sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Angela Paiva Dionísio. Atualmente, vem realizando pesquisa na Linguística Textual, sob um olhar mais amplo acerca do que se entende por texto e suas diversas semioses. Tem experiência em pesquisa nas áreas de Análise (Dialógica) do Discurso e dos Estudos de Gêneros, na perspectiva da Retórica Social. Integra o Núcleo de Investigação sobre Gêneros Textuais (NIG).

**Rosemberg Gomes Nascimento** é mestrando em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde pesquisa *O uso do infográfico no manual didático Guia do Estudante*, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Angela Paiva Dionísio. Faz parte do Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e da Escrita (NELFE), do Núcleo de Investigações sobre Gêneros Textuais (NIG) e da diretoria da Associação de Professores de Espanhol do Estado de Pernambuco (APEEPE). É também revisor e assistente editorial da *Revista Investigações*, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. Possui especialização pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), que lhe rendeu o trabalho *Infográficos: tipos, funções e recursos discursivos*, também sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Angela Paiva Dionísio. Organizou com Andréa da Silva Moraes, Medianeira Souza, Marília Teixeira e Hércvickton Israel de O. Nascimento os anais do seminário *Sintaxe em foco* (PGLETRAS/UFPE).



<http://www.ufpe.br/pgletras>

